

Projeto Paraná  
12 meses

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

---

2006

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

CURITIBA  
DEZEMBRO 2006

## **GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

Roberto Requião - *Governador*

## **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**

Newton Pohl Ribas - *Secretário*

## **UNIDADE GESTORA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES**

Celso Luiz Fernandes - *Gerente Geral*

## **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

Nestor Celso Imthon Bueno - *Secretário*

## **INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

José Moraes Neto - *Diretor-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Sachiko Araki Lira - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thais Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

## **NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Maria Luiza M. S. Marques Dias - *Coordenadora*

## **ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO**

Vanessa Fleischfresser - *Cientista Social*

## **GRUPO DE DISCUSSÃO**

Waldir Pan, Valéria Villa Verde, Paulo Delgado, Celso Luiz Fernandes, José Carlos Caldasso, Nestor Bragagnollo, Sergio Wirbiski

## **COLABORAÇÃO**

Débora Grimm - Redação do texto sobre os Procedimentos para Aquisições do FUNPARANÁ

Nestor Bragagnollo e Sergio Wirbiski - Redação do texto sobre a Adequação de Estradas Rurais e Reabilitação de Pavimentos: Alterações e Resultados Alcançados

Eric Gomes Schaitza - Redação do texto sobre Execução da Parceria entre o Projeto Paraná 12 Meses e o Projeto Paraná Biodiversidade

## **APOIO TÉCNICO**

Anael Cintra Pinheiro Ulhôa (apoio no tratamento dos dados dos relatórios financeiros da SEAB)

Lucrécia Zaninelli Rocha (elaboração de mapas)

## **EDITORAÇÃO**

Maria Laura Zocolotti - Coordenação

Cláudia Ortiz (revisão)

Maria Dirce Botelho Marés de Souza (normalização bibliográfica)

Ana Batista Martins, Ana Rita Barzick Nogueira, Léia Rachel Castellar (editoração eletrônica)

Stella Maris Gazziero (tratamento de imagens)

159a Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Avaliação institucional do Projeto Paraná 12 Meses / Instituto  
Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba :  
IPARDES, 2006.  
159p.

1.Paraná 12 Meses. 2.Avaliação de projetos. 3.Produutor rural.  
4.Paraná. 5.Desenvolvimento rural. 6.Projeto de desenvolvimento.  
7.Agricultura. I.Título.

CDU 631:338.28(816.2)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	viii
<b>1 REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO</b>	
<b>PARANÁ 12 MESES</b> .....	1
1.1 AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA GLOBAL DO PROGRAMA PARANÁ RURAL .....	1
1.2 AVALIAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES.....	5
1.3 HIPÓTESES ORIENTADORAS DO ESTUDO .....	9
<b>2 O PROJETO PARANÁ 12 MESES</b> .....	10
2.1 JUSTIFICATIVA .....	10
2.2 OBJETIVOS E COMPONENTES.....	10
2.3 CRITÉRIOS PARA REGIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES, SELEÇÃO DO PÚBLICO-META E DOS BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ .....	12
2.3.1 Análise dos Critérios do Projeto, Dinâmica Econômica e Pobreza Rural no Estado do Paraná .....	17
2.4 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO .....	32
<b>3 REGISTRO DE SITUAÇÕES QUE INTERFERIRAM NA EXECUÇÃO DO PROJETO</b> .....	35
3.1 PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS, EQUIPAMENTOS, CONTRATAÇÃO DE PESSOAL E OUTROS.....	35
3.2 EXECUÇÃO DA PARCERIA COM O PROJETO PARANÁ BIODIVERSIDADE.....	38
3.3 ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS: ALTERAÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	42
<b>4 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROJETO 12 MESES</b> .....	49
4.1 DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS ENTRE COMPONENTES E PRINCIPAIS ENTIDADES EXECUTORAS.....	51
4.2 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS INVESTIMENTOS ENTRE AS REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS .....	56
4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO FUNPARANÁ ENTRE PÚBLICO BENEFICIÁRIO, REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS .....	62
<b>CONCLUSÕES</b> .....	79
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88
<b>ANEXO 1 - NOTAS TÉCNICAS 2002 E 2003, CONTENDO AS ALTERAÇÕES         NO MANUAL OPERATIVO PROJETO PARANÁ 12 MESES</b> .....	90
<b>ANEXO 2 - ANÁLISE DAS REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E DOS         MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DOS INVESTIMENTOS ACIMA         DA MÉDIA ESTADUAL</b> .....	114
<b>ANEXO 3 - TABELAS BÁSICAS DO ITEM 2.3.1</b> .....	120
<b>ANEXO 4 - TABELAS BÁSICAS DO ITEM 4.2</b> .....	130
<b>ANEXO 5 - TABELAS BÁSICAS DO ITEM 4.3</b> .....	147

## LISTA DE GRÁFICOS

1	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS, DAS FAMÍLIAS RURAIS QUE RECEBEM ATÉ 1/2 SM, ENTRE 1/2 E 1 SM, E MAIS DE 1 SM, POR REGIÃO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES NO TOTAL DO ESTADO - 2000 .....	22
2	TAXA DE URBANIZAÇÃO, MUNICÍPIOS COM IDHM ABAIXO DO VALOR DO PARANÁ, PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, VALOR ADICIONADO FISCAL, SEGUNDO REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES - 2000 .....	22
3	EVOLUÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE 1998 E 30/04/2006.....	50
4	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS TOTAIS DO PROJETO PARANÁ 12 MESES PARA O COMPONENTE SOCIAL E O PRODUTIVO - 1998-2006.....	53
5	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS TOTAIS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE AS PRINCIPAIS ENTIDADES PARTICIPANTES, CODAPAR E COHAPAR - 1998 E 2006 .....	55
6	DISTRIBUIÇÃO DAS APLICAÇÕES TOTAIS DO PROJETO ENTRE AS REGIÕES DO PROJETO, PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA TOTAL DO ESTADO E NO NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POBRES (ATÉ 1/2 SM.).....	56
7	DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE OS PRINCIPAIS COMPONENTES, SEGUNDO CADA UMA DAS REGIÕES DO PROJETO .....	57
8	DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS RECURSOS DO FUNPARANÁ, DO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E DA POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO REGIÕES DO PROJETO.....	66

## LISTA DE QUADROS

1	REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES SEGUNDO SUBCOMPONENTE .....	12
2	VARIÁVEIS CLASSIFICATÓRIAS DO PÚBLICO PRIORITÁRIO PARA AS AÇÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES – AGRICULTORES.....	13
3	CATEGORIAS DE PÚBLICO POTENCIAL POR SUBCOMPONENTE DO PROJETO PARANÁ 12 MESES .....	14
4	METAS ESTABELECIDAS E RESULTADOS ALCANÇADOS, SEGUNDO ATIVIDADES, NO PROJETO PARANÁ 12 MESES.....	44
5	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, VALOR DAS PERDAS E REDUÇÃO DAS PERDAS NOS MUNICÍPIOS DE INFLUÊNCIA, EM DOLAR .....	47
6	VARIÁVEIS CLASSIFICATÓRIAS DO PÚBLICO DOS AGRICULTORES PRIORITÁRIOS - 1998 E 2002 .....	64

## LISTA DE TABELAS

1	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES AO LONGO DO PERÍODO DE DURAÇÃO - 01/01/1998 A 30/04/2006 .....	50
2	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES, 01/01/1998 A 30/04/2006 .....	51
3	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES ENTRE AS PRINCIPAIS ENTIDADES - 01/01/1998 A 30/04/2006 .....	52
4	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES, 01/01/1998 A 30/04/2006 .....	53
5	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, POR COMPONENTE E SUBCATEGORIA, AO LONGO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO - 01/01/1998 a 30/04/2006 .....	54
6	NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ACIMA DE R\$ 3.000,00, POR REGIÃO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES .....	60
7	DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DO VALOR ACUMULADO, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA, NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POBRES, VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, ÁREA TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA TOTAL DO PARANÁ - PROJETO PARANÁ 12 MESES .....	60
8	COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR TOTAL APLICADO E O VALOR APLICADO VIA FUNPARANÁ, POR REGIÃO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES .....	62
9	DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS PELO FUNPARANÁ, VIA PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE AS CATEGORIAS DE PÚBLICO BENEFICIÁRIO - 1998 A 09/05/2006 .....	65
10	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS VIA FUNPARANÁ, PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE AS REGIÕES DO PROJETO E NO INTERIOR DE CADA REGIÃO DO PROJETO .....	67
11	MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DE APOIO FINANCEIRO SUPERIORES A R\$ 3.000.00, SEGUNDO REGIÃO DO PROJETO, MUNICÍPIO, NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR MUNICÍPIO, TOTAL DE OCORRÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NO TOTAL DA REGIÃO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES.....	69
12	MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DE APOIO FINANCEIRO SUPERIORES A R\$ 3.000.00, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS, NÚMERO E TOTAL DE OCORRÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE OCORRÊNCIAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA.....	70

13	MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DE APOIO FINANCEIRO INFERIORES A R\$ 303.00, SEGUNDO REGIÃO DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS, NÚMERO E TOTAL DE OCORRÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DAS OCORRÊNCIAS NA REGIÃO DO PROJETO .....	71
14	MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DE APOIO FINANCEIRO INFERIORES A R\$ 303.00, SEGUNDO REGIÃO DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS, NÚMERO E TOTAL DE OCORRÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE OCORRÊNCIAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA.....	72
15	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ POR REGIÃO GEOGRÁFICA.....	75
16	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR E NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, POR CATEGORIA DE BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS.....	78

## APRESENTAÇÃO

Este estudo trata da Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses, executado pelo governo do Estado entre janeiro de 1998 e abril de 2006, com empréstimo do Banco Mundial. Além desta Avaliação Institucional, o IPARDES realizou as avaliações de impacto socioeconômico do Componente Social e do Produtivo do Projeto.

Esse conjunto de avaliações permitiu constatar que os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto atingiram o público selecionado como prioritário desta intervenção pública (pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais), contribuindo, assim, para atenuar as condições de pobreza e degradação dos recursos naturais do Estado do Paraná.

É importante mencionar que o IPARDES vem realizando as avaliações de impacto socioeconômico dos programas para o meio rural no Paraná, executados pelo governo estadual com financiamento externo, desde o Pró-rural (BID, 1981), Paraná-Rural (BIRD, 1986), até o que ora se apresenta (BIRD, 1998). A propósito, a Avaliação de Meio Termo do Projeto Paraná 12 Meses foi realizada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), em 2001.

Com base nessas experiências, e em outros estudos sobre o meio rural, foi elaborado o Termo de Referência e construídas as hipóteses que orientam esta Avaliação Institucional do Projeto, apresentados no primeiro item deste documento.

O segundo item trata do Projeto destacando suas principais características, os critérios de definição do público preferencial, os componentes e os procedimentos operacionais estabelecidos para atingir seu principal objetivo: reduzir a pobreza rural e estimular o uso adequado dos recursos naturais no Paraná. Ao final desse item, os critérios são analisados, e são destacados os elementos internos ao desenho do Projeto que podem facilitar ou dificultar sua execução. Essa análise aborda, ainda, aspectos do cenário onde o Projeto atuou, tendo como base informações sobre as diversidades sociais, econômicas e ambientais, bem como informações acerca da distribuição territorial da pobreza rural no Estado. Essas informações foram trabalhadas, inicialmente, por mesorregiões geográficas, a partir dos Censos do IBGE, em seguida por regiões do Projeto. O tratamento das informações tem a intenção de fornecer parâmetros para a análise da coerência interna dos procedimentos definidos no desenho do Projeto, para atingir seu principal objetivo.

Essas informações merecem atenção pois fornecem elementos para discutir as hipóteses e refletir sobre os dados financeiros do Projeto, apresentados ao longo desta Avaliação.

A principal preocupação do terceiro item foi a de levantar e registrar as situações que interferiram na execução operacional do Projeto Paraná 12 Meses. Para tanto, o levantamento contou com a colaboração dos gestores públicos que estiveram envolvidos na formulação e implementação do Projeto, durante o período de sua execução, bem como nos procedimentos de aquisição de bens e serviços necessários.

O quarto item trabalha com dados sobre a alocação dos investimentos/recursos do Projeto, a partir dos Relatórios Financeiros elaborados pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, responsável pela sua gestão administrativa e financeira.

A análise dessas informações foi guiada pelas hipóteses que orientam este estudo, além de ter como propósito captar indicações sobre as principais dificuldades enfrentadas pelo governo para alocar os recursos da forma prevista no desenho do Projeto.

Para tanto, investigam-se a distribuição dos investimentos entre componentes e principais entidades executoras, segundo Regiões do Projeto e regiões geográficas do Paraná; e a distribuição dos investimentos do FUNPARANÁ entre o público beneficiário, segundo Regiões do Projeto e regiões geográficas.<sup>1</sup>

Deve-se mencionar, ainda, que se adotou como sistemática a formação de grupos de discussão, com o objetivo de envolver tanto os técnicos que conhecem a dinâmica e as tendências sociais e econômicas do Paraná (IPARDES), quanto os gestores públicos que formularam a proposta e executaram o Projeto Paraná 12 meses (SEAB e SEPL).<sup>2</sup>

Enfim, este estudo foi orientado pelo propósito de investigar os meios operacionais disponíveis pelo governo do Paraná, na formulação e execução do Projeto, partindo do pressuposto de que é fundamental captar os elementos que dificultaram e os que favoreceram sua implementação na prática cotidiana.

Assim, o foco de atenção deste estudo está voltado, em particular, aos trabalhos e ações do Componente Social e do Produtivo, que incidiram diretamente sobre os segmentos sociais selecionados como público preferencial do Projeto Paraná 12 Meses.

---

<sup>1</sup> Tratam-se das Mesorregiões Geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>2</sup> O Termo de Referência que deu origem a este estudo, bem como as hipóteses que o orientaram, foram discutidos com esses técnicos e gestores públicos.

## **1 REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES**

No Termo de Referência da Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses (IPARDES, 2005) foi definido que seu enfoque central deve se dirigir para as questões relacionadas com a capacidade gerencial dos órgãos do governo, responsáveis por seu desenho e execução. Portanto, devem ser investigadas as condições institucionais vigentes para que o Projeto intervenha sobre a realidade e atinja seus objetivos.

Dois estudos, em especial, foram tomados como referência: os resultados da Avaliação da Estratégia Global do Programa Paraná Rural, realizada pelo IPARDES, em 1993, e a Avaliação de Meio Termo do Projeto 12 Meses, realizada pela ESALQ, em 2001. Essas duas avaliações foram sintetizadas no Termo de Referência, e alguns pontos são aqui retomados por constituírem referências importantes sobre os elementos que dificultaram ou facilitaram a execução dessas intervenções públicas.

### **1.1 AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA GLOBAL DO PROGRAMA PARANÁ RURAL**

Esta Avaliação se refere ao Programa Paraná Rural (IPARDES, 1993), que antecedeu o Projeto 12 Meses e chegou à conclusão que a conjugação de algumas circunstâncias contribuiu para a concretização dos objetivos do Programa: estimular os produtores rurais a adotar práticas e técnicas mais produtivas e de menor impacto ambiental.

As informações que permitiram chegar a essa conclusão foram coletadas entre os produtores rurais e entre os agentes envolvidos em sua implementação: os secretários executivos das Comissões Municipais de Solos e os técnicos responsáveis pelas ações de planejamento e coordenação dos trabalhos nas microbacias.

Deve-se mencionar que, nessa Avaliação, adotou-se o pressuposto de que as condições institucionais vigentes constituem um dos principais elementos para a viabilização dos objetivos do Programa. Mesmo no caso dos produtores rurais, objeto da intervenção, considerou-se que cabe às instâncias governamentais criar os mecanismos e instrumentos de estímulo à adoção do rol de práticas e técnicas recomendado pelo Programa.

A análise das informações coletadas permitiu identificar os elementos, localizados nas instâncias operacionais do Programa Paraná Rural, que dificultaram e os que contribuíram para a execução e concretização de seu objetivo.

É importante destacar que esses elementos têm uma relação direta com a diversidade econômica, social e de aptidão agrícola existente no território paranaense.

Para facilitar o entendimento desses elementos, algumas explicações tornam-se pertinentes. Os parâmetros de regionalização concebidos e adotados pelos gestores públicos para selecionar as regiões prioritárias do Programa Paraná Rural convergiram, quase

exclusivamente, para as áreas agrícolas naturalmente mais férteis e de maior dinamismo econômico do Paraná, situadas nas parcelas norte e oeste do Estado, as quais receberam o grau de Alta e Média Prioridade.

A relação entre as pontuações mais altas na escala de prioridades do Programa Paraná Rural, a base técnica intensiva em capital e o dinamismo da agropecuária foram demonstrados por meio de alguns indicadores. A região de Alta Prioridade foi responsável, em 1985 (ano que antecede a implementação do Programa), por aproximadamente 63% do valor bruto da produção comercializada pelo setor primário do Estado; mesmo abrangendo somente 36% da área dos estabelecimentos agrícolas do Paraná. A Média Prioridade, nesse ano, participou com cerca de 25% do valor bruto da produção comercializada, detendo aproximadamente 33% da área dos estabelecimentos. Na Baixa Prioridade, em 1985, a região contribuiu com apenas 11% do valor bruto da produção, mesmo abrangendo cerca de 32% da área dos estabelecimentos do Estado.

Essa escala de prioridade do Paraná-Rural foi pertinente, uma vez que privilegiou as regiões onde se concentra a maior parte da produção agropecuária estadual e, em consequência, os maiores problemas de degradação do solo e poluição das águas, os quais o Programa pretendia reverter.

Ademais, na Alta Prioridade, o processo de modernização tecnológica da agricultura, verificado na década de 1970, foi mais acentuado, concentrou a terra e excluiu os produtores mais frágeis. Após esse período, passaram a predominar nessa região os empreendimentos familiares vinculados aos mercados (de oferta de insumos, de compra da produção e financeiro), os quais têm capacidade de investimento e interesse em adotar práticas e técnicas mais produtivas e menos danosas ao meio ambiente (FLEISCHFRESSER, 1988).

Agregue-se a isso que nas regiões mais dinâmicas é maior o acesso dos produtores a informações sobre a existência de tais práticas e dos benefícios de sua adoção, inclusive econômicos.

Assim, a conjugação dessas circunstâncias torna-se um estímulo à participação das cooperativas, da iniciativa privada (agroindústrias, empresas de planejamento e assistência técnica) e de outras entidades na difusão de técnicas e práticas de produção que aumentam a produtividade da terra e do trabalho e, ao mesmo tempo, atendem a critérios mais adequados de manejo das águas, conservação do solo e controle da poluição (essa participação estava prevista na estratégia operacional do Paraná-Rural).

Tais fatos foram confirmados por meio das informações coletadas junto aos secretários executivos das Comissões Municipais de Solos, em 1992, quando se verificou que o desempenho dessas Comissões igualmente foi influenciado pelas características regionais. Tanto assim que na região de Alta Prioridade esse desempenho foi considerado melhor do que nas demais. Também nessa região constatou-se que os técnicos das diversas entidades (EMATER-PR, cooperativas, agroindústrias, prefeituras e empresas privadas) que prestam

assistência técnica aos produtores tinham maior qualificação acadêmica,<sup>3</sup> estavam mais envolvidos com as propostas conservacionistas/produativas estabelecidas pelo Programa e, proporcionalmente, concentravam maior número de técnicos.

Essas informações revelam, que na região de Alta Prioridade, além de os produtores rurais terem maior acesso à assistência técnica, esta é mais capacitada. As informações coletadas entre os produtores confirmam esse fato, tanto que nessa região se localizam os produtores com os maiores índices de adoção do conjunto de 16 práticas conservacionistas/produativas estimuladas pelo Programa. Agregue-se a isso que os produtores dessa região estão organizados em torno da defesa de seus interesses, em entidades como cooperativas, associações e outras.

Também colaborou para esse resultado o fato de que o governo do Estado vem atuando nessa região desde a época do Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas - PMISA (1983).<sup>4</sup>

As informações desse estudo permitiram concluir que as regiões Norte e Oeste do Estado do Paraná apresentam características comuns em termos de solo, relevo, dinâmica produtiva e, em especial, dispõem de atributos que, atualmente, são definidos como capital social (FLEISCHFRESSER, 1999). Assim, a presença desses atributos contribuiu para estimular a adoção, entre os produtores rurais, das técnicas recomendadas pelo Programa Paraná Rural e, desse modo, facilitaram sua execução nessas regiões.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelos técnicos para executar os trabalhos do Programa Paraná Rural, algumas são comuns entre as três prioridades e estão relacionadas com os meios operacionais/gestão institucional, disponibilizados pelo governo nessa época. Dentre essas, destacam-se: a grande rotatividade dos técnicos da EMATER-PR; os baixos níveis de salários; a necessidade de ampliação do quadro técnico, de apoio logístico, de infra-estrutura e de capacitação técnica; a burocracia na liberação dos recursos; metas superestimadas e demandas subestimadas pelos gestores do Programa.

No caso do trabalho das Comissões Municipais de Solos, a grande maioria das dificuldades estava relacionada com a reduzida dotação de capital social, e apareceram de modo significativo na Média e Baixa Prioridades. Dentre estas, constatou-se que: os membros das Comissões não possuíam qualificação para o desempenho da função; não

---

<sup>3</sup> Na região de Alta Prioridade, 54% dos profissionais que trabalham na assistência técnica (pública, privada e cooperada) são engenheiros agrônomos. Na Média Prioridade, esse percentual cai para 40%, e na Baixa Prioridade para 31%, crescendo, paralelamente, a participação dos técnicos agropecuários.

<sup>4</sup> Para um histórico acerca da evolução das ações em bacias geográficas e da atuação do governo do Paraná na área de manejo e conservação de solos e águas, ver: Item 1, A Construção Social das Microbacias Hidrográficas: espaço natural e espaço de intervenção pública. (FLEISCHFRESSER, 1999).

tinham tradição de trabalho coletivo; não estavam interessados ou desconheciam os objetivos do Programa; as entidades representadas nas Comissões tinham outras prioridades ou privilegiavam interesses particulares.

Com menos importância, foi indicado que nessas regiões: existiam divergências entre os membros das Comissões e pressão política externa; as prefeituras não apoiaram o Programa; a EMATER não possuía poder político e decisório; a indicação dos membros das Comissões ocorria de cima para baixo e não possuíam representatividade no meio rural; não havia regularidade de reuniões e atividades.

Essas informações confirmaram que as regiões menos dinâmicas, cuja dotação de capital social é menor, não dispõem dos atributos que fazem com que se concretizem, na prática, os arranjos institucionais e a formação de redes ou parcerias entre os agentes locais envolvidos com a produção agropecuária. Nas regiões mais dinâmicas, a existência dos atributos mencionados favoreceu a concretização da estratégia operacional do Paraná-Rural.

A propósito, as diferenças econômicas e sociais entre os diversos territórios paranaenses tendem a se acentuar, uma vez que as regiões com maior dotação de capital social acabam se fortalecendo frente às demais. Dados recentes<sup>5</sup> indicam, por exemplo, que a região do Norte Central manteve a competitividade da produção agropecuária nas décadas recentes, aprofundou o processo de agroindustrialização e de organização em cooperativas, expandiu seus níveis de produtividade e reforçou sua articulação com a agroindústria e/ou com o mercado internacional.

Além disso, possui um ambiente de Ciência, Tecnologia e Inovação consolidado, particularmente na área de agropecuária e agronegócios, expressiva estrutura de ensino superior e crescimento dos cursos em nível de pós-graduação.

Tais circunstâncias contribuem para fortalecer a capacitação/habilitação tanto dos técnicos do governo e da iniciativa privada quanto dos produtores rurais, sejam pequenos, médios ou grandes empreendedores. Seus indicadores sociais, em geral, estão acima da média estadual.

O contrário se verifica nas regiões com menor dotação de capital social, como no Centro-Sul Paranaense, cujos indicadores sociais estão abaixo da média estadual, assim como os rendimentos na produção agropecuária. A organização em cooperativas está em crise e sua experiência em Ciência, Tecnologia e Inovação é recente.

Tendo em consideração a importância que se está atribuindo à dotação de capital social, neste estudo, considera-se pertinente prestar alguns esclarecimentos sobre esse conceito.

A dotação de capital social, como elemento que contribui para potencializar o desenvolvimento territorial, foi estudada por Putnam (1996), com base no desempenho das “duas itálias” perante a reforma institucional de 1970. Nesse estudo, Putnam constatou que

---

<sup>5</sup> Informações retiradas de IPARDES (2004).

as diferenças regionais iniciais provocaram resultados diversos, com o Norte conquistando larga margem de superioridade, após dez anos da Reforma.

Com o propósito de explicar a importância da dotação de capital social para o desenvolvimento no Norte, bem como a falta desse atributo no Sul, Putnam destaca que as regiões cívicas se caracterizavam por dispor de densa rede de associações locais, com presença atuante nos negócios comunitários, modelos de políticas igualitárias, confiança e observância da lei. Nas regiões menos cívicas, ao contrário, a participação política e social organiza-se verticalmente; a desconfiança mútua e a corrupção são consideradas normais; a ilegalidade é previsível.

O conceito de políticas públicas em redes também contribui para o entendimento da noção de capital social, na medida em que entende que a formulação de políticas envolve grande número e ampla variedade de atores (públicos e privados), de diferentes níveis e funções, e de áreas do governo e da sociedade. Pela pressão, inter-relação e interdependência dos atores individuais, o termo chama a atenção para o modelo de "*linkages*", e para a maneira pela qual as interações determinam o comportamento de organizações individuais e abrem para elas novas alternativas de participação (FLEISCHFRESSER, 1999).

## 1.2 AVALIAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

Ainda como referência metodológica para este estudo, a seguir são abordadas as principais conclusões da Avaliação Intermediária do Projeto Paraná 12 Meses, realizada em outubro de 2001. Essa avaliação tinha como objetivos: verificar o atual estágio de execução física e financeira, mensurar sua eficiência em atingir os objetivos iniciais, bem como identificar seus principais pontos de estrangulamento e sugerir ações ou instrumentos alternativos para minimizar os problemas identificados (ESALQ/CEPEA, 2001b, p.15).

Para tanto, recorreu à metodologia de Grupos Focais, cuja escolha foi justificada: pela necessidade de uma maior compreensão dos comportamentos e valores vigentes no meio rural; e pela possibilidade de reunir os diferentes atores num espaço de investigação que propicie uma reflexão crítica sobre o tema, possibilitando a observação dos pontos consensuais e divergentes entre grupos (ESALQ/CEPEA, 2001b, p.4).

Esse estudo indicou como pontos fortes do Projeto 12 Meses:

- 1) o bom desenho estrutural;
- 2) a tomada de decisão descentralizada;
- 3) a interinstitucionalidade dos trabalhos;
- 4) o investimento na formação de capital social;
- 5) o envolvimento direto no combate à pobreza;
- 6) o investimento na preservação dos recursos naturais;

- 7) a concentração dos investimentos nos beneficiários e não nas instituições executoras;
- 8) a amplitude dos diversos instrumentos operacionais;
- 9) a imagem positiva do Projeto perante a sociedade;
- 10) o atendimento direcionado aos interesses dos grupos;
- 11) o conhecimento acumulado pelo governo e pela sociedade em programas anteriores no Estado do Paraná (ESALQ/CEPEA, 2001b, p.44).

Em decorrência desses pontos positivos, foram identificadas as seguintes oportunidades a serem aproveitadas pelos gestores do Projeto:

- 1) a exigência do Ministério de Desenvolvimento Agrário para que se constituam conselhos de desenvolvimento rural nos municípios, como condição de acesso aos programas federais;
- 2) a demanda social pela formação de Conselhos Municipais de desenvolvimento;
- 3) o interesse das prefeituras em participar do Projeto;
- 4) a inserção do Projeto nos Planos Municipais de Desenvolvimento;
- 5) a possibilidade de a Rede de Propriedades de Referência se tornar uma importante fonte de informação para o desenvolvimento rural no Paraná.

Esse estudo identificou, ainda, os seguintes pontos fracos no Projeto:

- 1) o limitado preparo dos técnicos para atuar no combate à pobreza;
- 2) as dificuldades dos extensionistas rurais em atuar como facilitadores na construção dos estoques de capital social nas comunidades;
- 3) a falta de indicadores de qualidade dos produtos, propósitos e fins do Projeto;
- 4) o baixo envolvimento dos órgãos governamentais em algumas ações do Projeto;
- 5) a baixa consecução das metas do Projeto no subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (fase 1 e 2);
- 6) a deficiente comunicação em todos os níveis de execução;
- 7) a falta de adequado suporte institucional/jurídico para as ações necessárias;
- 8) o limitado investimento no aumento dos estoques de capital social;
- 9) as dificuldades do Estado em aportar recursos financeiros (contrapartida) no Projeto, gerando inconstâncias no atendimento das reivindicações da população-alvo.

As informações prestadas pelos atores entrevistados permitiram à equipe do estudo detectar que parte das limitações enfrentadas na execução do Projeto estava associada: à percepção equivocada de alguns Conselhos Municipais de que sua principal responsabilidade é de agir como agência de aplicação de recursos financeiros; à interferência política de prefeitos sobre as decisões dos Conselhos; ao fato de os técnicos serem mais acostumados a fazer

pelos beneficiários em vez de fazer com eles; à deficiência de recursos humanos, equipamentos e veículos em todas as instituições públicas envolvidas no Projeto.

Apesar desses pontos fracos, foram destacados aspectos positivos no estudo da ESALQ, que dizem respeito às instâncias operacionais do Projeto, em especial no que se refere ao desenho dos Planos de Ação das comunidades/microbacias/grupos de produtores. Nesse sentido, foi destacado o fato de que os beneficiários têm uma participação efetiva nos Planos de Ação; as ações de pesquisa foram direcionadas para atender as demandas tecnológicas dos diversos grupos de beneficiários; as ações de treinamento/capacitação foram delineadas para assistir aos diferentes públicos participantes do Projeto: operacional (corpo técnico e gerencial), estratégico (lideranças formais e informais) e beneficiários.

Merece destaque, ainda, que uma parte do treinamento tinha por objetivo a preparação dos executores na coordenação e execução do Projeto e, no caso dos beneficiários, inclui também o preparo para que eles possam efetivamente buscar alternativas ao seu desenvolvimento pessoal e profissional (ESALQ/CEPEA, 2001b, p.27).

Esse procedimento, em relação aos beneficiários, procurou dotá-los de competência para que se capacitem e cumpram as exigências impostas pelo próprio Projeto, em particular no que se refere à atuação em grupo para acesso aos benefícios e ao apoio do Fundo de Alívio à Pobreza (FUNPARANÁ).

Foram também identificadas dificuldades na execução dos diversos componentes, com base nas informações prestadas pelos técnicos que atuaram em áreas específicas. Por exemplo, os técnicos que participaram dos grupos da área social indicaram uma série de problemas operacionais, portanto, de ordem institucional: determinação de o Projeto adequar-se às regiões mais pobres, o que limitou as ações em regiões menos pobres; difícil enquadramento dos produtores rurais nas regiões mais desenvolvidas; sobrecarga de trabalho entre os técnicos da EMATER e falta de técnicos para atuar na área social; atraso na liberação de recursos; número excessivo de Conselhos e de documentos exigidos para as ações (ESALQ/CEPEA, 2001a, p.13).

Entre os técnicos da área produtiva, as principais dificuldades apontadas foram: problemas na liberação dos recursos e com os requerimentos de contrapartida no caso dos pequenos produtores; limitações na capacidade técnica da EMATER; influências políticas; e variação nos critérios de análise dos projetos em Curitiba (ESALQ/CEPEA, 2001a, p.16). Além destes, foram citados: problemas referentes aos critérios de seleção do público-alvo; que o Projeto não atingia os produtores sem condições para a contrapartida do apoio financeiro ofertado pelo Projeto, e não considerava as diferenças regionais nos seus critérios de divisão dos produtores; interferência política; burocracia no repasse de verbas; repasse de verbas em épocas desfavoráveis; falta de autonomia dos Conselhos; e planejamento não respeitado das ações (ESALQ/CEPEA, 2001a, p.21).

Em relação aos Conselhos Municipais, as dificuldades mais importantes, levantadas pelos técnicos da área social (ESALQ/CEPEA, 2001a, p.29) e da área produtiva (ESALQ/CEPEA, 2001a, p.33), estão relacionadas diretamente com a demora na aprovação dos projetos e liberação dos recursos e, indiretamente, com problemas decorrentes dessa demora.

As características dos problemas apontados pela Avaliação Intermediária do Projeto Paraná 12 Meses permitem concluir que, majoritariamente, estão afetos às dificuldades enfrentadas pelo próprio governo, responsável por sua concepção, formulação e execução. Essa conclusão apresenta forte similaridade com as conclusões do Programa Paraná Rural.

Todavia, ao contrário do estudo de avaliação do Paraná-Rural, na avaliação do Projeto 12 Meses não foram investigadas as diferenças regionais que, conforme se viu, repercutem sobre os resultados das intervenções de políticas públicas. Mesmo assim, indiretamente, essas diferenças são apontadas na Avaliação de Meio Termo do Projeto, quando os técnicos informam que: nas regiões e cidades mais desenvolvidas é difícil o enquadramento dos usuários no Projeto Paraná 12 Meses, uma vez que a realidade dos municípios é diferente, resultando em uma melhor ou pior adaptação do Projeto; o Projeto não considera as diferenças regionais nos critérios de divisão dos produtores – existem regiões onde a cultura local dificulta a criação de grupos; o parâmetro de enquadramento por área da propriedade deveria ser substituído por área agricultável, visando favorecer as regiões de pior relevo, que, inclusive, são as mais pobres (ESALQ/CEPEA, 2001a, p.32); o enquadramento por área é ruim e injusto (ESALQ/CEPEA, 2001a, p.34 e 45).

Em síntese, as conclusões dos dois estudos aqui apresentados fornecem importantes elementos para pensar questões que devem ser consideradas na Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses. Tais questões, inclusive, contribuíram para construir as duas hipóteses que orientam e delimitam este estudo sobre a Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses. Essas hipóteses partiram do enfoque central adotado neste estudo – condições institucionais e meios operacionais disponibilizados pelo governo para a formulação e execução do Projeto –, considerando, ainda, os resultados das avaliações aqui apresentadas.

Assim, as hipóteses partiram da confluência entre duas abordagens: a que privilegia a estrutura dos órgãos públicos em conceber, gerir e implementar o Projeto; e a que destaca a capacidade diferenciada dos agentes envolvidos na sua execução (públicos e da sociedade) em executar suas funções e em corresponder ao comportamento esperado.

Essas abordagens justificam-se na medida em que ambas estão afetas à gestão institucional do Projeto, uma vez que mesmo a capacidade diferenciada de resposta dos agentes locais – resultado da diversidade territorial em termos de dotação de capital social e de aptidão natural para a produção agropecuária – deve ser prevista e considerada na formulação das intervenções públicas.

### 1.3 HIPÓTESES ORIENTADORAS DO ESTUDO

Primeira: Existe uma distância entre a concepção das políticas públicas e a capacidade institucional disponível para a realização das ações e funções operacionais, definidas no desenho das intervenções públicas. Em decorrência disso, grande parte das dificuldades enfrentadas para atingir os propósitos pretendidos se deve a problemas relacionados com a gestão pública, em todos os níveis da estrutura administrativa. Dentre esses problemas, a falta de agilidade na execução das funções e atividades relacionadas com a estrutura deliberativa do Projeto 12 Meses, tais como a aprovação dos projetos e a liberação dos recursos necessários para a execução das ações planejadas.

Agreguem-se a essas dificuldades as alterações nas orientações das políticas públicas quando das mudanças na estrutura governamental – estadual e municipal – que acontecem quando os governadores e prefeitos são substituídos.

Segunda: Os resultados das políticas/intervenções públicas também são influenciados pela dotação de capital social existente, com maior ou menor intensidade, nos diferentes espaços do território estadual – município, microbacia e local/comunidade. Essa dotação diferenciada, nem sempre considerada pelos formuladores das intervenções públicas, repercute sobre: a qualificação/habilitação da assistência técnica (oficial e privada); o grau de conhecimento dos produtores e trabalhadores rurais; e seu nível de organização (participação em sindicatos, cooperativas, associações e outras formas de defesa de seus interesses) e de atuação/reivindicação e busca por melhores condições de vida, trabalho, produção e competitividade. Repercute, ainda, sobre o nível de esclarecimento dos participantes dos grupos de interesse local e o envolvimento dos demais agentes nas redes de políticas (gestão participativa das políticas), a exemplo das Comissões e Conselhos Municipais, e sobre a contenção das interferências dos políticos (locais ou não). Enfim, repercute sobre o nível de cidadania, e este, sobre a qualidade e intensidade dos resultados obtidos pelas políticas públicas.

Em relação à segunda hipótese e ao conceito de capital social, cabe comentar que tanto o Estado quanto as comunidades podem, juntos, construir e fortalecer os atributos do capital social.

No caso do Projeto 12 Meses, essa possibilidade é pertinente pois, como será visto no próximo item, as exigências impostas para acesso ao apoio financeiro e à assistência técnica têm como um dos critérios a organização dos produtores e trabalhadores rurais em associações, grupos e comunidades.

Foi previsto, ainda, que o Estado, por meio da assistência técnica e extensão rural, deveria estimular essa organização em torno de interesses econômicos comuns, tais como: aquisição coletiva de equipamentos; e busca comunitária de oportunidades produtivas, de novos mercados e empreendimentos, e de diversificação da produção, entre outros.

Tais pontos foram destacados como positivos na Avaliação de Meio Termo do Projeto 12 Meses, apresentada anteriormente.

## 2 O PROJETO PARANÁ 12 MESES

### 2.1 JUSTIFICATIVA

Em janeiro de 1995, o Banco Mundial manifestou à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral sua intenção de “manter discussões informais sobre um possível novo projeto para a área rural”. Dessas discussões, emergiu uma proposta de projeto composto de quatro subprojetos, os quais tinham como objetivo atender à “necessidade de respostas imediatas aos múltiplos problemas decorrentes do atual estado de pauperismo vivido pela população rural...” (PARANÁ, 1995, p.1)

Essa Proposta foi denominada de Projeto 12 meses e “contemplava um conjunto integrado de medidas e ações que objetivavam o fortalecimento da pequena propriedade rural – para que esta se torne eficiente, competitiva e lucrativa – e que permitam ao trabalhador rural não-proprietário e às suas famílias condições de acesso à moradia, à renda monetária regular, aos serviços básicos de saneamento, saúde e educação, entre outras”.

Desse documento, constam argumentos que justificam as razões do Projeto, tais como aqueles relacionados com as conseqüências da modernização acelerada da agropecuária paranaense (concentração fundiária e migração rural/urbana), o acirramento da competitividade decorrente do Mercosul e a necessidade de expandir as ações de conservação dos recursos naturais do Programa Paraná Rural, em vigor nesse momento, para as regiões do centro e sudeste do Estado.

Assim, a proposta de um novo projeto, a ser negociado com o Banco Mundial, tomou por base duas vertentes: uma, com características de política compensatória, diante dos fenômenos de exclusão social; outra, voltada para a difusão de técnicas e práticas de baixo impacto ambiental com elevação da produtividade da agropecuária.

Deve-se mencionar que a proposta de atuar na dimensão social significa uma inflexão no rumo de atuação do governo do Estado em relação ao meio rural. Até então, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, assim como a Assistência Técnica e Extensão Rural e ela vinculada, tiveram uma atuação voltada para o fomento à produção, aumento da produtividade física da agropecuária e conservação de solos, a exemplo do Programa Paraná Rural, descrito anteriormente.

### 2.2 OBJETIVOS E COMPONENTES

O Manual Operativo do Projeto Paraná 12 Meses foi elaborado com o propósito de orientar os técnicos responsáveis pela execução do Projeto, em particular nos trabalhos e ações junto ao seu público beneficiário. Para tanto, estabelece as normas e procedimentos

de alocação de recursos a serem repassados em cada componente, segundo as características definidas para os diversos segmentos de beneficiários do Projeto.

Assim, as principais orientações desse Manual precisam ser conhecidas para a investigação da Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses.

Na versão do Manual, de 1999, foi definido como seu objetivo geral: “Aliviar<sup>6</sup> a situação de pobreza rural no Estado do Paraná, numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico das famílias rurais e pescadores artesanais”. (PARANÁ, 1999, p.9)

Dos objetivos específicos constam:

- reduzir os índices de pobreza do público beneficiário direta e indiretamente através de ações em habitação, saneamento básico, saúde, educação, geração de renda e emprego, organização comunitária e cidadania;
- implantar Vilas Rurais visando à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes;
- contribuir para viabilizar a recuperação dos solos, via manejo e uso dos recursos naturais de forma sustentada, com base em alternativas tecnológicas que aumentem a produção, a produtividade e a renda do produtor rural de acordo com a condição sócio-técnico-ambiental;
- apoiar mecanismos de aumento de ingressos de renda na unidade ou atividade produtiva, e aqueles que propiciem maior capacidade de competição ante a abertura de mercado e a redução da participação do Estado no processo econômico.

Para atingir esses objetivos, o Projeto continha quatro componentes: Desenvolvimento da Área Social e da Área Produtiva, Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Tecnológico.

O Desenvolvimento da Área Social foi composto pelo Subcomponente de Combate à Pobreza no Meio Rural, voltado ao atendimento das necessidades básicas dos agricultores, pescadores artesanais e seus familiares, priorizando a melhoria da infra-estrutura social familiar (reforma/construção de moradias, abastecimento de água e saneamento básico), o desenvolvimento comunitário e a geração de renda. Além desse público, atuou junto aos trabalhadores rurais sem-terra, por meio da construção de residências em Vilas Rurais e estímulo à produção no lote e em outras atividades de geração de renda.

O Desenvolvimento da Área Produtiva é composto pelo Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (fases 1 e 2). A Fase 1 pretendia aumentar a produtividade por meio da redução da degradação do meio ambiente, e estimular o manejo adequado

---

<sup>6</sup> Nesse período o Banco Mundial e a FAO deixaram de usar o termo “acabar com a pobreza” e passaram a usar “alívio à pobreza”. Porém, um dos subcomponentes mantém a denominação de Combate à Pobreza.

dos recursos naturais através do controle da erosão e à melhoria da fertilidade dos solos. A Fase 2 objetivava melhorar a eficiência técnico-econômica e a capacidade de competição das unidades ou atividades produtivas familiares por meio da gestão, intensificação dos sistemas de produção, diversificação e verticalização da produção.

A execução desses dois componentes, relacionados diretamente com o público beneficiário, constitui o objeto central deste estudo, mas, além deles, o Projeto continha mais dois: o de Fortalecimento Institucional, que abrangia as atividades de capacitação, estruturação da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e apoio logístico (equipamentos) aos executores; e o de Desenvolvimento Tecnológico, voltado para as atividades de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, com responsabilidade de treinar e capacitar o público beneficiário.

### 2.3 CRITÉRIOS PARA REGIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES E PARA A SELEÇÃO DO PÚBLICO-META E DOS BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ

Como parte da estratégia operacional do Projeto 12 Meses, o Estado do Paraná foi subdividido em oito regiões, associadas com as ações do componente social e do componente produtivo (quadro 1).

QUADRO 1 - REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES SEGUNDO SUBCOMPONENTE

SUBCOMPONENTE	REGIÕES DO PROJETO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Combate à Pobreza no Meio Rural - Comunidades	x	x	x		x		x	
Combate à Pobreza no Meio Rural - Vilas Rurais			x	X		x		
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (Fase 1)	x	x	x	X				
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (Fase 2)						x	x	x

FONTE: PARANÁ (1999, quadro 3, p.38)

Inicialmente, deve-se esclarecer que, no Manual Operativo, essas regiões são nomeadas de “mesorregiões prioritárias”. Neste estudo, para não confundir essa designação, no sentido de priorizar algumas regiões em detrimento de outras, adotou-se o termo “Regiões do Projeto”. Assim, ao longo deste documento, quando se levantam informações e analisam as diferenças regionais, essas oito regiões são designadas por Regiões do Projeto (RP).

Os critérios para agregar os municípios em que as ações deviam se voltar para o Componente de Combate à Pobreza no Meio Rural foram assim estabelecidos: apresentar maior concentração de produtores de subsistência e produtores simples de mercadoria-1; possuir maior número de pessoas ocupadas na agricultura; maior índice de salubridade (mortalidade e morbidade); menores indicadores sociais, ambientais e de oferta de serviços médicos. Foi acrescentada, ainda, a concentração de pescadores artesanais e profissionais em pequena escala (“simples”).

Para o atendimento às Vilas Rurais, foram adotados critérios que previam o maior contingente de trabalhadores rurais volantes e a exploração de culturas que tivessem demanda de mão-de-obra.

Para o Componente Produtivo, associado ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fase 1 (MCRN 1), os critérios estipulavam: maior ocorrência de solos com limitação regular para produção; maior ocorrência de solos com limitação restrita e inapta para produção; maior concentração de produtores simples de mercadoria do sistema principal (alimentos); menor intensidade de participação no Programa Paraná Rural.

Os critérios para definir o público-meta do MCRN 2 envolviam: maior número e maior participação das categorias Produtor Simples de Mercadoria 2 e 3; maior grau de tecnificação (capital produtivo em relação à mão-de-obra); maior percentual de produtores que utilizam o crédito rural; maior intensidade de participação no Programa Paraná Rural.

Essa tipificação dos produtores, utilizada pelos gestores do Projeto para caracterizar seu público-meta, tomou por base uma metodologia desenvolvida pelo IAPAR, que define tipos de produtores: Produtor de Subsistência (PS) e Produtor Simples de Mercadoria (PSM), esse último tipo foi subdividido em PSM1, PSM2 e PSM3. Foi estipulado, ainda, que a população indígena seria classificada como PS e os pescadores, em artesanais (PA) e profissionais (PP1 e PP2) (PARANÁ, 1998, p.13).

Conforme informações do quadro 2, o cruzamento das variáveis área, capital e mão-de-obra constituiu o principal elemento para a identificação e o enquadramento do público-meta.

QUADRO 2 - VARIÁVEIS CLASSIFICATÓRIAS DO PÚBLICO PRIORITÁRIO PARA AS AÇÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES – AGRICULTORES

CATEGORIA	ÁREA (ha)	CAPITAL		PARTICIPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR (%)
		Beneficências Produtivas (R\$)	Equipamentos Agrícolas (R\$)	
PS / PSM1	≤15	≤5.000,00	≤4.000,00	≥80
PSM2	≤30	≤12.000,00	≤12.000,00	≥50
PSM3	≤50	≤40.000,00	≤36.000,00	≥50

FONTE: PARANÁ (1998, quadro 1, p.16)

Em relação à variável renda, entre os PSM2 e PSM3, ela devia ser, quase que exclusivamente (80%), proveniente das atividades agrícolas. Para os PS e PSM1, foi aceita a possibilidade de trabalho fora da unidade familiar, em 50%, desde que a receita proveniente da venda de mão-de-obra, somada à receita agrícola normal líquida, não ultrapassasse 24 salários mínimos por ano.

Os proventos de aposentadoria rural e de trabalhos comunitários em educação não deveriam ser considerados como renda. Para efeito de levantamento da área da unidade, devia ser considerado o total das propriedades e das áreas arrendadas pelo beneficiário.

A despeito dessa caracterização diferenciada, foram considerados como público-meta do Projeto categorias de produtores com modos diversos de acesso à terra: proprietários, assentados, posseiros e, com algumas condições, os arrendatários, parceiros e meeiros.

A relação entre os subcomponentes e o público-meta, segundo a tipificação adotada no desenho do Projeto, é apresentada no quadro 3.

Deve-se alertar que, apesar dessa tipificação, nos relatórios financeiros elaborados pela SEAB e analisados neste estudo, as categorias PS e PSM1 aparecem agregadas, assim como somente aparece a categoria de “Pescadores”.

QUADRO 3 - CATEGORIAS DE PÚBLICO POTENCIAL POR SUBCOMPONENTE DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

SUBCOMPONENTE	PS	PSM1	PSM2	PSM3	PA	PP1	PP2
Combate à Pobreza	X	X			X	X	
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - 1.ª Fase	X	X	X	X			
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - 2.ª Fase			X	X			X

FONTE: PARANÁ (1998, quadro 2, p.17)

Outro aspecto importante tratado no Manual Operativo está relacionado com as normas e procedimentos adotados para a operacionalização do FUNPARANÁ. Esse fundo, cujos recursos foram aplicados na forma de apoio não reembolsável (“a fundo perdido”), foi criado para apoiar financeiramente o “alívio à pobreza”. Para acesso ao fundo, foram estipulados critérios diversos para o público beneficiário, bem como valores diferenciados de contrapartida (PARANÁ, 1999, p.112).

Segundo o Manual Operativo de 1999, foram considerados como beneficiários do FUNPARANÁ produtores individuais e grupos de produtores organizados, formal ou informalmente. Para cada subcomponente também foram definidos critérios de elegibilidade.

No caso dos apoios coletivos, os produtores deveriam se inserir em grupos que seguissem a seguinte classificação:

- Grupo I - composto de 76% a 99% de PS, PSM1 e PA, PP1 e o restante pelas demais categorias de beneficiárias;
- Grupo II - composto de 51% a 75% de PS, PSM1, PA, PP1 e o restante pelas demais categorias;
- Grupo III - composto de até 50% de PS, PSM1, PA, PP1 e o restante pelas demais categorias;
- Grupo IV - composto 100% por PS e PSM1, ou PA e PP1;
- Grupo V - composto exclusivamente por beneficiários das Vilas Rurais.

Os agricultores/pescadores não enquadrados como beneficiários do Projeto poderão participar dos grupos formados nas comunidades desde que participem minoritariamente (no máximo 20%) e utilizem recursos próprios integrais no rateio das atividades grupais.

Além desses pré-requisitos de elegibilidade dos beneficiários (PARANÁ, 1999, p.113), foram criados alguns condicionantes que deveriam ser respeitados quando da formulação das propostas de solicitação do apoio financeiro, elaboradas com a participação da assistência técnica. Tais condicionantes foram definidos por subcomponentes, porém alguns eram comuns aos três subcomponentes:

- a) atender às recomendações técnicas de minimização dos efeitos negativos de impacto ambiental, inclusive nas atividades já existentes;
- b) comprometer-se a participar com recursos próprios para complementação das despesas orçadas e não cobertas pelo FUNPARANÁ;
- c) comprometer-se a acatar as recomendações técnicas e a realizar as inversões ajustadas de comum acordo, quando da elaboração de proposta de apoio financeiro;
- d) participar de cursos e/ou treinamentos relativos às práticas/atividades a serem implantadas;
- e) submeter-se à fiscalização dos apoios recebidos do FUNPARANÁ.

O Subcomponente de Combate à Pobreza no Meio Rural estipulava que os beneficiários deveriam atender aos seguintes critérios:

- a) estar classificados na categoria de PS, PSM1 e PA, PP1;
- b) pertencer à comunidade ou ao grupo de produtores/pescadores cadastrado pelo Conselho Municipal, com base nos critérios de priorização estabelecidos pelo subcomponente;
- c) pertencer a grupos de produtores/pescadores ou a comunidades que participaram do processo de diagnóstico rural participativo;
- d) organizar-se em grupos com interesses comuns, no mínimo com dez produtores;
- e) comprometer-se a realizar as práticas conservacionistas quando recebesse apoios destinados à geração de renda, especificamente, no fomento agrícola.

São critérios específicos do Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fase1:

- a) estar classificado nas categorias PS e PSM1, 2 e 3;
- b) pertencer às microbacias identificadas pelo Conselho Municipal e cadastradas na UGP com base nos critérios estabelecidos pelo subcomponente;
- c) estar organizado em grupo composto por três produtores rurais, no mínimo, mesmo para obtenção de apoio individual, a não ser nos casos justificados tecnicamente;
- d) estar organizado formalmente em Associações para obter apoio financeiro na aquisição das unidades mecanizadas.

São critérios do Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fase 2:

- a) estar classificado nas categorias PSM2 e 3, e PA2, quando de apoio individual, e pertencer ao grupo tipo III, quando de apoios comunitários;
- b) estar organizado em grupo de cinco produtores, no mínimo, em torno de interesses comuns em determinada atividade.

Quando se tratar de PSM2 e PSM3, observar ainda os seguintes critérios:

- a) pertencer às microbacias ou a grupos de produtores identificados pelo Conselho Municipal, com base nos critérios estabelecidos pelo subcomponente;
- b) ter na propriedade práticas implantadas de manejo e conservação de solos;
- c) ter produtividade média das explorações predominantes superior à média do seu município.

Além desses critérios, as propostas de apoio financeiro deveriam “necessariamente contribuir para reduzir o nível de pobreza, incrementar a qualidade de vida aos beneficiários, elevar a renda familiar e contribuir para a conservação dos recursos naturais”. (PARANÁ, 1999, p. 115).

Ademais, deveriam:

- a) ser identificadas como prioritárias pelas comunidades/microbacias/grupos de produtores/pescadores e ajustadas pelo Conselho Municipal, Comissão Regional e UGP, de acordo com a disponibilidade de recursos e critérios estabelecidos pelos subcomponentes (item 5.2.2);
- b) no caso de atividades de geração de renda, estar referenciadas em estudos de viabilidade técnica e econômica referendados pelos subcomponentes do Projeto Paraná 12 Meses;
- c) não fazer parte das atividades/ações listadas como não-apoiadas pelo FUNPARANÁ (capítulo 6.10);
- d) não apresentar impactos ambientais negativos.

No Manual Operativo foram definidas, também, as atividades e ações referentes a cada entidade participante do Projeto Paraná 12 Meses. Dentre elas, merecem destaque as referentes às atividades de fomento aos produtores, realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Paraná (CODAPAR), a quem coube a administração do FUNPARANÁ. A assistência técnica foi realizada pela EMATER-PR, e o trabalho com estradas, pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER). A construção e reforma de moradias, em especial nas Vilas Rurais, ficaram sob responsabilidade da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

Consta do Manual Operativo uma listagem de atividades passíveis de apoio pelo FUNPARANÁ, dentro de cada Componente, bem como os limites de apoio concedidos às diferentes categorias de beneficiários.

É importante mencionar, ainda, as alterações que aconteceram no Acordo de Empréstimo, entre o governo do Paraná e o Banco Mundial, para a realização do Projeto Paraná 12 Meses. O acordo inicial previa um prazo de cinco anos para realização do Projeto, de 1998 a 2002. Contudo, foram efetuadas duas prorrogações: uma em 17/07/2002, que estende o prazo de encerramento para o 30/09/2004; outra em 29/09/2004, que estende para 31/03/2006.

Ademais, na última negociação, em 2004, foi definido que o valor total do empréstimo seria reduzido em 10 milhões de dólares (de US\$ 175 passou para US\$ 165 milhões).

Como parte das negociações, foram ampliados os limites de apoio do FUNPARANÁ, entre as categorias de beneficiários e entre as atividades apoiadas. As Notas Técnicas, referentes às duas negociações, bem como às definições efetuadas em cada uma, encontram-se no Anexo 1.

### 2.3.1 Análise dos Critérios do Projeto, Dinâmica Econômica e Pobreza Rural no Estado do Paraná

Da ótica da Avaliação Institucional, alguns critérios definidores do Projeto merecem comentários, em razão de seus reflexos, em particular sobre a implementação dos componentes social e produtivo, na prática cotidiana.<sup>7</sup>

Inicialmente, deve-se considerar a importância, para o planejamento e a execução do Projeto, da definição das Regiões do Projeto (RP) associadas ao componente social e ao produtivo, bem como de selecionar o público-meta do Projeto e os beneficiários do FUNPARANÁ, dado que esses procedimentos servem para orientar os trabalhos, as ações e, principalmente, a alocação de recursos.

No caso do Componente Social, os critérios de seleção indicam que se tratou de uma intervenção estatal com objetivos compensatórios (atenuar os fatores que excluem os segmentos socialmente mais frágeis do mercado produtor e de condições dignas de trabalho e de vida), dirigida para os trabalhadores rurais sem terra (volantes) e pequenos produtores (individuais e organizados em grupos), cuja produção, em geral, é quase totalmente consumida na própria unidade produtiva.

Em relação ao Componente Produtivo, no caso do Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fase 1, tratou-se de um esforço para estimular os pequenos e médios produtores a adotarem práticas de baixo impacto ambiental; na Fase 2, além disso, existia a intenção de estimular a geração de renda.

---

<sup>7</sup> Outros aspectos, que também se refletiram sobre o andamento do Projeto são analisados no item 3 deste estudo.

O procedimento de subdividir o Paraná em regiões demonstra o reconhecimento de que o Estado é diversificado; porém, os critérios de seleção do público-meta e do público beneficiado pelo FUNPARANÁ são únicos para todo o Estado, o que pode ser questionado. Ademais, os critérios estipulados para o enquadramento dos produtores tomaram como base limites pequenos para a variável tamanho de área ou das terras utilizadas pelo produtor. Assim procedendo, não foi considerado que a qualidade ou aptidão (fertilidade natural e relevo) da terra é tão ou mais importante do que sua extensão. Também foi ignorado que, em geral, os agricultores mais frágeis ocupam as terras menos aptas para a produção agrícola, em especial no caso das lavouras que utilizam práticas e técnicas mecanizadas – situação já estudada e documentada (FLEISCHFRESSER, 1988).

Deve-se mencionar, a esse respeito, que as diversidades naturais e sociais são conhecidas, e que seus reflexos socioeconômicos inclusive sustentam os elementos que permitiram construir a segunda hipótese norteadora deste estudo, apresentada anteriormente.

Ademais, pode-se levantar que o grande número de condicionalidades e pré-requisitos de elegibilidade, cruzados por componentes e com os critérios estabelecidos para cada categoria de público beneficiário, inevitavelmente acaba por dificultar a elaboração das propostas, individuais e coletivas, de acesso ao FUNPARANÁ. Tais dificuldades, aliás, foram mencionadas pelos técnicos responsáveis pelas atividades no campo, conforme visto na Avaliação de Meio Termo do Projeto Paraná 12 Meses.

De outra ótica, deve-se considerar que os critérios estabelecidos para definir as Regiões do Projeto (RP) contemplaram variáveis socioeconômicas, com o propósito de privilegiar municípios socialmente mais carentes e, assim, indiretamente contemplaram a diversidade do meio natural, uma vez que as regiões com menor aptidão têm uma agropecuária menos dinâmica e maiores índices de carências sociais.

No caso do MCRN - Fase 1, do Componente Produtivo, um dos critérios adotados considerou o fato de o produtor não ter participado do programa anterior (Paraná Rural, já mencionado), estar localizado em solos de menor aptidão natural e a localidade devia concentrar produtores de alimentos. As RPs, para a Fase 1, foram a 1, 2, 3 e 4. A Fase 2, que além do manejo dos recursos naturais pretendia estimular a geração de renda, se voltou para os produtores que foram atendidos pelo Programa Paraná Rural, e os trabalhos deveriam se concentrar nas RPs 6, 7 e 8.

A seguir, são sintetizadas informações acerca da evolução econômica das diversas parcelas do território paranaense, e apresentados alguns indicadores sociais sobre a distribuição da pobreza rural no Paraná. Essas informações têm como objetivo obter elementos para analisar o cenário no qual o Projeto 12 Meses atuou, tendo em vista seu objetivo de combater a pobreza no meio rural, gerar oportunidade de renda, e promover a modernização da agropecuária e a conservação dos recursos naturais.

Tais informações contribuem para que se entenda, com mais elementos, as questões relacionadas com os procedimentos adotados para atingir os objetivos do Projeto e com os critérios de seleção do público e dos produtores a serem beneficiados pelo FUNPARANÁ.

Nesse sentido, algumas tendências constatadas no Paraná merecem atenção especial. A primeira está relacionada com a redução da população rural<sup>8</sup> desde a década de 1970, devido ao intenso processo de modernização do setor agropecuário, em particular nas regiões onde o crescimento econômico foi mais intenso. No início dos anos 80, essa tendência se manteve com a modernização da base produtiva, aumento da produtividade e crescimento da produção, associados com dispensa de força de trabalho e concentração fundiária, fenômenos que vêm acirrando o processo de diferenciação entre os agricultores e promovendo a exclusão social de grande parte dos segmentos mais frágeis.

Entre 1980 e 1985, essa tendência aparentemente se atenua, mas o processo de exclusão social se mantém, ainda que menos aparente. Verifica-se, em princípio, uma ligeira desconcentração da propriedade da terra. Todavia, se o número de estabelecimentos rurais para o total do Estado apresenta um pequeno aumento, isso somente aconteceu nas regiões de menor dinamismo econômico, a exemplo do Centro-Ocidental, Sudeste e Centro-Oriental. Nessas, verificou-se um processo de criação de minifúndios nas áreas menos aptas à produção agrícola. Nas regiões mais dinâmicas (Norte e Oeste), permanece o processo de concentração fundiária (FLEISCHFRESSER, 1987).

A outra tendência está relacionada com a concentração do desenvolvimento estadual em alguns pólos regionais. Na atualidade, essa tendência se reflete sobre a distribuição da população, que é atraída pela oferta de emprego e pela infra-estrutura de atendimento social básico, presentes nas regiões e pólos mais dinâmicos. Agregue-se a isso que essa tendência está fortemente relacionada com o acirramento da competitividade entre os diversos mercados ligados aos agronegócios que, cada vez mais, exigem padronização, escala e regularidade na entrega de produtos e matérias-primas. Para atender tais exigências, os produtores devem incorporar tecnologias (de produtos e processos) não acessíveis aos produtores de baixa renda.

Um estudo recente do IPARDES (2004) fornece um bom panorama da dinâmica econômica recente e das diversidades regionais presentes no Paraná. Para realizar esse estudo os municípios que compõem o território paranaense foram agregados por regiões geográficas, conforme metodologia do IBGE.<sup>9</sup> Desse modo, foi verificada a tendência de concentração do dinamismo econômico e da população em alguns pólos regionais.

Um exemplo desses fenômenos pode ser constatado pelo crescimento da população e pela participação das regiões na geração do Valor Adicionado Fiscal (VAF). Em 2000, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) apresentou uma expressiva taxa geométrica de

---

<sup>8</sup> Em que pesem as divergências sobre o conceito de rural e urbano do IBGE, essas informações, aliadas ao conhecimento sobre a dispensa de força de trabalho decorrente da incorporação de tecnologias nas tarefas de produção, fornecem uma boa indicação sobre a evolução do contingente ocupado em atividades diretamente associadas com a produção agropecuária.

<sup>9</sup> Conforme mencionado, tratam-se das mesorregiões geográficas do IBGE, que agregam os municípios com base em características econômicas e sociais de homogeneidade.

crescimento anual da população (3,1%) e foi responsável por cerca 46% do VAF gerado no Paraná. Comportamento similar porém com menor magnitude verifica-se nas regiões do Norte Central e do Oeste, ambas com ritmo de crescimento populacional de 1% e participação de 14% no VAF. As demais regiões (Sudoeste, Norte Pioneiro, Noroeste e Centro-Occidental) apresentam comportamento diverso das anteriores, ao revelarem crescimento populacional insignificante e/ou perderem população, e manterem uma participação reduzida no VAF estadual (entre 2% e 4%); como exceção, tem-se a região do Centro-Oriental, cujo crescimento populacional foi de 1,46%.

Esse quadro está também associado com a criação de empregos formais, e, esses, com o avanço nas condições de cidadania, possibilitado pela carteira de trabalho assinada que garante ao trabalhador férias remuneradas, 13.º salário e assistência médica. No Paraná, as três mesorregiões mais dinâmicas são responsáveis por grande parte da geração do emprego formal. Por exemplo, a RMC responde por cerca de um terço do volume de empregos formais gerados no Estado; o Norte Central e o Oeste, juntos, também são responsáveis por um terço.

Essa desigualdade regional tem como contrapartida uma desigualdade nas condições de vida da população. Tanto assim que a RMC, o Norte Central e o Oeste apresentam os mais baixos percentuais de pessoas residindo em municípios com IDH-M abaixo da média do Paraná (IPARDES, 2004, gráfico 4).

Deve-se mencionar ainda, para melhor entendimento do panorama estadual, que todos os municípios do Paraná e mesmo do Brasil vêm apresentando crescimento no IDH-M, em decorrência das políticas estaduais e federais na dimensão da saúde, educação e saneamento. Todavia, é importante destacar o desempenho da renda, variável que também compõe o IDH-M, uma vez que é responsável pelas maiores desigualdades entre municípios e regiões.

Nesse sentido, a variável renda está relacionada com a maior ou menor incidência da pobreza. No Paraná:

As mesorregiões do Centro-Sul, Sudeste e Centro-Occidental apresentam altas taxas de pobreza, em todas superior a 30% do total de famílias. As regiões mais dinâmicas do Estado, com maior grau de urbanização, apresentam as menores taxas de pobreza. Porém, como vêm concentrando cada vez mais população, o número de famílias pobres que detêm é bastante elevado. (IPARDES, 2004, p.6).

Esse é, sinteticamente, o quadro geral onde atuou o Projeto 12 Meses, e as principais tendências que enfrentou, particularmente em seu objetivo de combater a pobreza. Para melhor entendimento, a seguir são apresentadas informações sobre a distribuição da pobreza rural entre as oito Regiões do Projeto.

Para tanto, utilizaram-se informações trabalhadas pelo IPARDES (2003) com base nos dados do Censo Demográfico de 2000.<sup>10</sup> Essas informações permitem identificar a população por classe de renda familiar *per capita*. Neste estudo, os dados foram trabalhados de maneira a agregar as informações municipais por RP e, ao mesmo tempo, especificar a quais regiões geográficas do IBGE os municípios pertencem. Tal procedimento permite utilizar outras informações disponibilizadas pelo IBGE, complementando, assim, o quadro geral onde o Projeto Paraná 12 meses atuou.

No Paraná, em geral, existem 2.824.383 famílias, em 2000. Destas, cerca de 83% residem no meio urbano. As famílias que residem no meio rural, em número perfazem cerca de 480.900, o que representa 17% do total de famílias residentes no Estado. A maioria delas pode ser considerada como família rural pobre (FRP), uma vez que 40% vive com uma renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo; 31% vive com até 1 salário mínimo e somente 28% vive com mais de 1 salário mínimo (Anexo 3, tabela A.3.1).

A distribuição das famílias rurais, entre as oito Regiões do Projeto, revela que cerca de 76% está localizada em quatro regiões: na RP 2, 30%; RP 6, 17%; RP 7, 15%; e na RP 3, 14%. Na RP 8 localiza-se cerca de 10%, e na 1, 4 e 5, localizam-se os 10% restantes das famílias rurais do Paraná.

A distribuição das famílias rurais pobres segue a mesma proporção de concentração das famílias rurais, entre as RPs, conforme gráfico 1.

No mapa 1, apresenta-se a distribuição municipal das famílias rurais pobres (que recebem até ½ salário mínimo *per capita*) por RP. Esse mapa permite perceber que as RPs 2 e 3 concentram grande parte das famílias rurais pobres do Paraná.

Outros indicadores – relacionados com a taxa de urbanização, o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), o percentual de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e a participação dos municípios no Valor Adicionado Fiscal do Estado – revelam que existe uma grande diversidade social e econômica entre as RPs (gráfico 2).

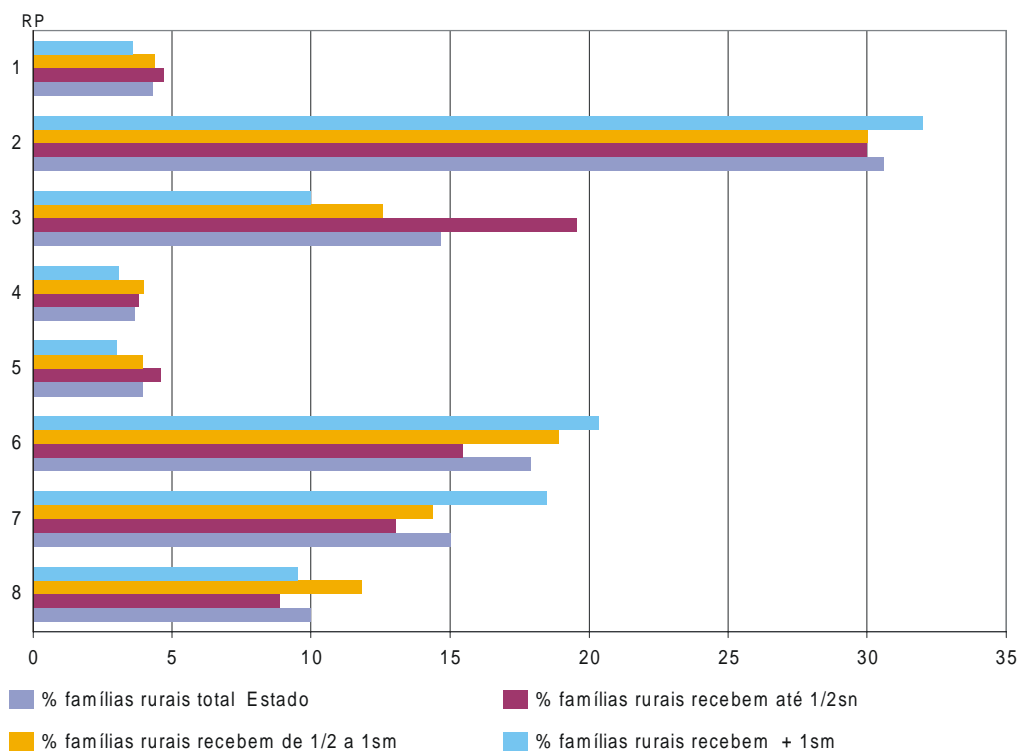
Com o objetivo de demonstrar que dentro das RPs também existem diversidades, as informações sobre pobreza rural são analisadas por município, destacando as características particulares de cada um (Anexo 3, tabela A.3.2).

A propósito, deve-se lembrar que as RPs foram estabelecidas com o propósito de orientar o direcionamento das ações e investimentos dos componentes social e produtivo do Projeto Paraná 12 meses.

---

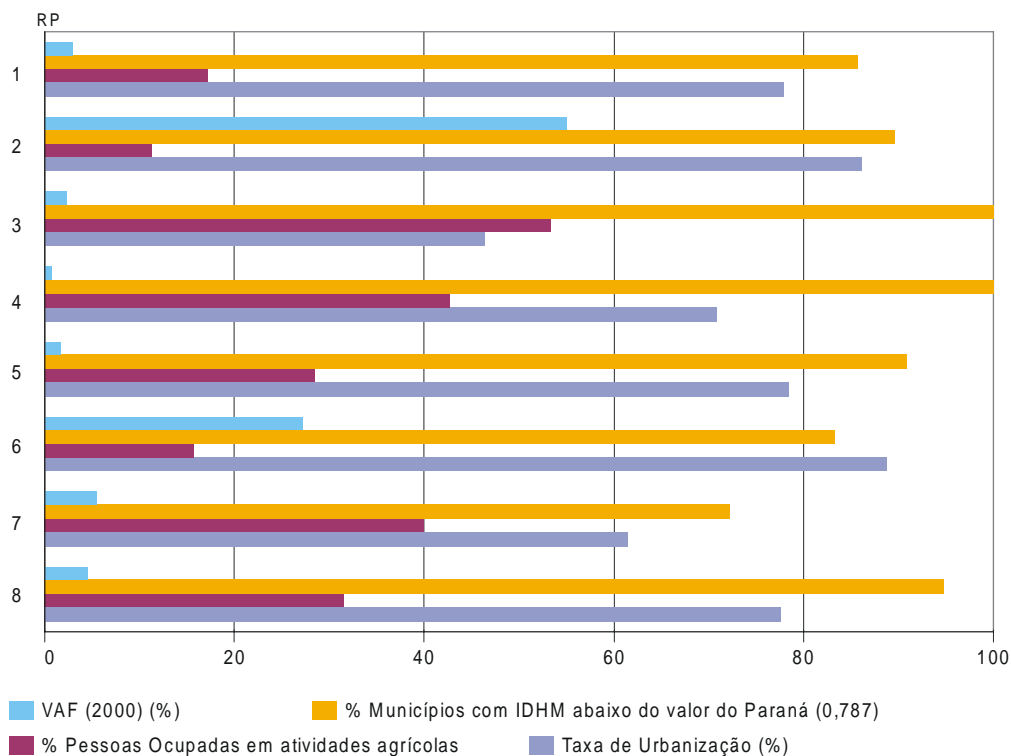
<sup>10</sup> 2000 é o ano do último recenseamento demográfico brasileiro e está, ao mesmo tempo, próximo do início da implementação do Projeto (1998) e do seu término (2005). Ou seja, não é um prazo de tempo em que a realidade tenha sofrido alteração, já que as principais tendências da agropecuária vem se mantendo, conforme mencionado.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS, DAS FAMÍLIAS RURAIS QUE RECEBEM ATÉ 1/2 SM, ENTRE 1/2 E 1 SM, E MAIS DE 1 SM, POR REGIÃO DO PROJETO PARANA 12 MESES NO TOTAL DO ESTADO - 2000



FONTE: Anexo 3, tabela A.3.1

GRÁFICO 2 - TAXA DE URBANIZAÇÃO, MUNICÍPIOS COM IDHM ABAIXO DO VALOR DO PARANÁ, PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, VALOR ADICIONADO FISCAL, SEGUNDO REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES - 2000



FONTE: IBGE - Censo Demográfico; IPARDES (2004)



## **Região do Projeto 1**

A RP 1 é composta por 14 municípios, localizados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC); destes, 7 fazem parte do Litoral Paranaense. Foi definido, no desenho do Projeto Paraná 12 meses, que a concentração de trabalhos e ações, nessa RP, deveria se dirigir ao Combate à Pobreza e Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - MCRN 1.

Esta é, majoritariamente, urbana; tem o menor contingente de famílias rurais, bem como a menor proporção de famílias rurais pobres do Paraná, ambos representando cerca de 4% do total estadual.

Em termos de pobreza rural, alguns municípios revelam indicadores de famílias rurais pobres semelhantes ou até piores que os do Estado, apesar do reduzido contingente rural. Tanto assim que, no Estado em geral, a taxa de pobreza (medida pela proporção de famílias que recebem até 1/2 salário mínimo) é de 40%, na P 1 é de 44%.

Dois municípios do Litoral se destacam por apresentar uma taxa de pobreza menor que a do Estado: Pontal do Paraná e Matinhos, respectivamente 20% e 23%. Tal situação pode estar associada ao alto grau de urbanização desses municípios. Matinhos tem somente 0,59% famílias rurais, e Pontal, 1,05%. Assim, a população rural desses municípios pode estar percebendo salários mais elevados que a média estadual. A propósito, esses dois municípios constituem lugar de veraneio, o que pode contribuir para gerar empregos com salários mais elevados.

## **Região do Projeto 2**

Da RP 2 fazem parte 67 municípios, 23 localizados na RMC, 7 na Região Centro-Oriental, 12 no Centro-Sul, e 21 no Sudeste. No geral, os municípios que compõem essa RP são predominantemente urbanos. Do total de famílias residentes somente 13% são rurais; mesmo assim, cerca de 30% das famílias rurais do Estado está localizada nessa RP. Dentre as famílias rurais, 30% são pobres.

Alguns municípios apresentam taxas de pobreza rural menor na RMC. Dentre eles, em alguns a proporção de famílias rurais é menor, como em Almirante Tamandaré, 32%; Colombo, 22%; Pinhais, 14%; Piraquara, 25%; e São José dos Pinhais, 18%. Deve-se mencionar que, em geral, é de 5,5% a proporção de pessoas residentes nos municípios da RMC que está ocupada em atividades ligadas à agropecuária, silvicultura, pesca e exploração florestal.<sup>11</sup>

Dado o número de municípios da RMC agregados nessa região, algumas de suas principais características merecem menção. Em geral, os municípios da RMC são bastante diversificados, tanto em termos de suas características naturais como socioeconômicas.

---

<sup>11</sup> Sobre população ocupada por região, no Paraná, ver IPARDES (2004).

Alguns desses municípios estão localizados em planaltos, outros na Serra do Mar e outros na planície litorânea. A extensão de solos inaptos às atividades agropecuárias é grande (74%), assim como as restrições legais a essas atividades, com vistas à preservação dos recursos naturais florestais e hídricos (mananciais que abastecem as cidades). Atualmente, cerca de 44% do território da RMC está sob proteção de Unidades de Conservação (41 Unidade de Proteção Integral, 18 de Uso Sustentável) e Terras Indígenas de domínio federal, em Paranaguá (IPARDES, 2004, p.29).

A modernização da base produtiva da RMC, que se consolidou nas últimas décadas, atraiu investimentos industriais e ampliou a demanda por serviços, o que reforçou a centralidade desse espaço territorial. Ademais, concentra as instituições de ciência e tecnologia do Estado, bem como as entidades de classe. Deve-se destacar que o município de Curitiba faz parte desta prioridade.

A despeito disso, a RMC apresentou a maior taxa de desemprego do Estado e uma das menores evoluções do emprego formal, no período 1996-2001. Todavia, a RMC vem mantendo um nível maior de emprego formal, ante as demais regiões do Paraná, o que indica avanço na dotação de capital social.

O setor agropecuário, em que pesem as atividades urbanas e a baixa aptidão natural, ainda ocupa um número significativo de pessoas (71 mil), em grande parte ligadas à produção de hortifrutigranjeiros, nos municípios metropolitanos, e à pesca, no Litoral (IPARDES, 2004, tabela anexas). A produção de alimentos orgânicos, o turismo ecológico e o gastronômico vêm crescendo e se apresentam como alternativas econômicas de uso do espaço rural nos municípios da RMC e do Litoral.

Os municípios da Região Sudeste, agregados na RP 2, em número de 21, apresentam um percentual de famílias rurais pobres superior (45%) à média estadual (40%). Essa região é composta por municípios com baixa contribuição para a renda da economia estadual e é menos urbanizada que a média estadual. A população rural, tradicionalmente, se dedica às atividades extrativas, erva-mate, madeira e à produção de alimentos em moldes familiares; as pequenas propriedades são uma característica dessa região. No seu espaço territorial, localiza-se a maior reserva de Araucária, grande parte em propriedades particulares, dispendo de parte expressiva do estoque florestal nativo e de reflorestamento do Paraná. Sua indústria conserva forte predominância do complexo madeira e erva-mate. Via cooperativas, ampliam-se as atividades agroindustriais de leite, arroz e mandioca. O fumo persiste com forte presença na região.

Os indicadores sociais do Sudeste, em geral, estão abaixo da média estadual, caso do IDHM, escolarização e mortalidade infantil.

Da RP 2, fazem parte 11 municípios da Região Centro-Oriental, os quais ainda estão marcados pela época e forma de ocupação: grandes fazendas voltadas para o tropeirismo, erva-mate e madeira. Atualmente, essas atividades se modernizaram e se articularam à agroindústria e ao mercado nacional e internacional.

Os grandes proprietários diversificaram sua produção, com a introdução de soja, trigo e rebanho leiteiro, com alta incorporação de tecnologia, enfrentando, assim, as restrições naturais do solo (baixa fertilidade natural e, em grande parte, com terreno acidentado). O reflorestamento também é uma forma importante de uso do solo nas grandes propriedades.

Desde a época de sua ocupação, a produção de alimentos ficou restrita às piores terras e em pequenas áreas, em geral, associada à produção de subsistência ou familiar.

Os indicadores sociais da região Centro-Oriental, em geral, estão abaixo da média estadual, com exceção do município de Ponta Grossa, que constitui um pólo de desenvolvimento agroindustrial e apresenta indicadores sociais acima da média estadual. A propósito, Ponta Grossa conta com apenas 2% de população rural; entre essa população, as famílias pobres estão próximas da média estadual – cerca de 38%.

Os 12 municípios do Centro-Sul, que fazem parte da RP 2, também permanecem marcados por um movimento de ocupação assentado sobre grandes propriedades, dedicadas ao extrativismo, e o processo de modernização da agropecuária é recente (anos 80). A região possui 15% da cobertura florestal remanescente do Paraná, elevado número de assentamentos rurais realizados pelo Incra (34% das famílias assentadas no Estado) e terras indígenas (62% do total estadual).

A região ainda permanece como uma das menos urbanizadas do Paraná e, a exemplo dos demais municípios menos urbanizados, o percentual de famílias rurais pobres é grande – a média é de 52%. Ademais, os indicadores sociais dos municípios dessa região estão abaixo da média estadual e apresentam grande dependência das transferências financeiras federais e estaduais. No meio rural, a estrutura fundiária é concentrada e polarizada entre grandes e pequenos estabelecimentos. A organização em cooperativas, com poucas exceções, está em crise. As experiências de ciência, tecnologia e inovação estão apenas iniciando.

Foi definido para essa RP, no desenho do Projeto 12 meses, o Subcomponente de Combate à Pobreza e MCRN 1 como objeto de trabalho e ação.

### **Região do Projeto 3**

É composta por um total de 43 municípios, dos quais 17 estão localizados na região Centro-Sul, 3 no Centro-Oriental, 4 no Centro-Occidental, 3 no Norte Central, 3 no Norte Pioneiro e 5 no Oeste. As características gerais das duas primeiras regiões já foram analisadas, quando da apresentação da RP 2. Quanto às demais, dado o pequeno número de municípios nessa RP 3, suas principais características serão analisadas em outras RPs, onde o número de municípios é mais significativo.

Independentemente dessa análise, pode-se adiantar que os municípios selecionados para a RP 3 possuem características similares às da RP 2, tais como baixo grau de urbanização. Apesar de um movimento de urbanização menos acelerado, sua participação

no total das famílias paranaenses que vivem no meio rural é de somente 15%. Entre essas, cerca de 54% são famílias rurais pobres (este é o mais alto índice de famílias pobres entre as oito Regiões do Projeto).

Os subcomponentes destacados para essa RP foram o Combate à Pobreza, Vilas Rurais e MCRN 1.

#### **Região do Projeto 4**

Todos os 20 municípios que fazem parte dessa RP estão localizados no Norte Pioneiro (do Norte Pioneiro fazem parte mais 23 municípios que foram agregados à RP 6). Entre os municípios da RP 4, as famílias rurais representam 24% do total de famílias; dessas, 42% são pobres, representando 4% do total de famílias rurais pobres do Estado, em 2000.

Em geral, o Norte Pioneiro também foi palco da modernização da agropecuária no Estado e, em consequência, participou do êxodo rural verificado na década de 1970. Desde esse período, seus solos – onde predomina alta fertilidade natural e relevo plano (favorável à mecanização das tarefas produtivas) – contribuíram para a modernização e diversificação da pauta de produção na região, em especial substituindo as áreas de café por soja, trigo e cana; mesmo a pecuária se modernizou. A produção de hortifrutigranjeiros também é expressiva e conduzida pela agricultura familiar.

A indústria do Norte Pioneiro tem menor peso na absorção da força de trabalho, e o percentual de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias ainda é alto, cerca de 37% do total ocupado.

Os segmentos agroindustriais de maior destaque são o sucroalcooleiro, derivado do milho e do café; essa última lavoura, apesar de ter reduzida sua área, ainda é uma atividade importante na região.

No desenho do Projeto, a RP 4 tem como objeto de ação e trabalho o Subcomponente de Combate à Pobreza e o de Vilas Rurais.

#### **Região do Projeto 5**

As famílias rurais da RP 5 representam cerca de 4% do total do Paraná. A proporção de famílias rurais pobres é de 47%; essas famílias correspondem a 4% do total de famílias pobres do Estado. Nenhum município dessa região apresenta taxa de pobreza significativamente menor que a média estadual. As ações definidas para a RP 5 estão relacionadas com o Subcomponente de Combate à Pobreza.

Fazem parte desta RP 20 municípios do Norte Central e 2 do Centro-Occidental. O Norte Central tem, em geral, forte presença das atividades agropecuárias, porém seu grau de urbanização é alto: 88,4%. Todavia, os 20 municípios dessa região, que foram agregados na RP 5, não apresentam características similares às aquelas que predominam na região Norte em geral, pois o contingente de famílias rurais ainda é alto, cerca de 20%, e a proporção de famílias rurais pobres é de 47%. No Norte Central como um todo, as atividades primárias absorvem somente 16% da população ocupada total.

Assim, pode-se considerar que o Norte Central abrange municípios com características diversas. Fato que se confirma pelos indicadores sociais, os quais revelam forte heterogeneidade entre os municípios. Contudo, os municípios desta RP 5, localizados mais ao Sul do Norte Central, ainda contam com importante proporção de famílias residentes no meio rural e reúnem parcela considerável de municípios em posições desfavoráveis quanto aos indicadores sociais.

Tais informações permitem inferir que, em termos de dotação de capital social, os municípios do Norte Central, selecionados para a RP 5, não devem ter o mesmo grau que os demais, localizados na grande região Norte do Paraná.

### **Região do Projeto 6**

Essa região agrega o maior número de municípios (102) e detém cerca de 18% das famílias rurais do Paraná. A participação da população rural sobre a população total é muito baixa (10%), e a taxa média de pobreza rural é de 35%, representando 15% do total de famílias pobres do Paraná.

Dos 102 municípios, 34 fazem parte do Norte Central, 17 do Centro-Occidental, 23 do Norte Pioneiro e 28 do Oeste. A taxa média de famílias rurais pobres é mais baixa nos municípios do Norte Central, 31%, seguido do Oeste, 32%, Norte Pioneiro, 37%, e mais alta nos municípios do Centro-Occidental (43%). Os subcomponentes selecionados para essa RP são o de Vilas Rurais e MCRN 2.

Aqui, deve-se destacar que os municípios do Norte Central, situados nesta RP, possuem características diversas daqueles que foram enquadrados na RP 5. Por exemplo, a taxa de pobreza dos municípios do Norte Central agregados na RP 6 é dez pontos percentuais menor do que os municípios dessa região agregados na RP 5, e, alguns apresentam uma taxa significativamente menor do que a média, tais como: Ivatuba e Prado Ferreira (16%); Ibioporã (20%); Miraselva, Marialva, Maringá, Floresta, Pitangueiras e Porecatu (entre 21% e 25%).

A propósito, merece destaque que os municípios de Londrina e Maringá, localizados no Norte Central e agregados a essa RP 6, compõem importante eixo de desenvolvimento no Estado. Nesses, e nos municípios localizados em seu entorno, o parque industrial é expressivo (ficando atrás somente da RMC), diversificado e com forte peso da agroindústria. O setor de serviços também é importante na geração de renda, particularmente nos municípios de Londrina e Maringá. A base técnica da agropecuária é altamente modernizada e vinculada às agroindústrias e ao mercado internacional. As cooperativas são organizadas e funcionam como grandes empresas.

O Norte Central conta com um ambiente de ciência, tecnologia e inovação consolidado, especialmente na área dos agronegócios, e dispõe de forte estrutura de ensino superior. De modo geral, os indicadores sociais apontam para forte heterogeneidade entre os municípios; porém, os municípios que compõem o eixo Londrina-Maringá apresentam situação mais favorável.

Os municípios selecionados para a RP 6 que estão localizados na região Centro-Ocidental apresentam uma taxa média de pobreza de 43%. Com média mais baixa, tem-se os municípios de Terra Boa, 25%, e Campo Mourão, 36%.

No Centro-Ocidental, cerca de 77% do solo é naturalmente apto ao desenvolvimento de atividades agrícolas mecanizáveis; parte deste inclui solos derivados do Arenito Caiuá, com menor fertilidade natural. A exemplo da grande região Norte do Paraná, passou pelo intenso processo de modernização da agropecuária a partir dos anos 70.

Diante dessas circunstâncias, nessa região também se verificaram as conseqüências desse processo, concentração fundiária, fechamento de pequenas propriedades, redução acelerada da população rural e fortalecimento da produção familiar, entre os produtores que conseguiram se modernizar.

Na década de 1990, inclusive, verificou-se redução da população urbana. Nessa década, o Centro-Ocidental participou com cerca de 12% da produção de grãos do Estado. A agroindústria é forte, com destaque para os ramos de açúcar e álcool, óleo/gorduras vegetais, algodão e mandioca. Um das maiores cooperativas do Estado se localiza nessa região, a qual exporta produtos agrícolas e agroindustriais. Ademais, as experiências em ciência, tecnologia e inovação estão desenvolvidas, favorecendo o empreendedorismo nas áreas de alimentos e meio ambiente.

Apesar disso, nenhum município da região apresentou valores do IDH-M acima da média estadual e o nível de mortalidade infantil está acima da média estadual, em 2000. Tais informações, em princípio, indicam que a dotação de capital não atingiu níveis que permitissem uma organização social capaz de atenuar o processo de exclusão.

Os 28 municípios do Oeste, agregados nessa RP 6, têm características diferentes dos demais 17 municípios do Oeste agregados na RP 7. Essa diferença se mostra na proporção de famílias rurais pobres. Nos municípios do Oeste agregados nessa RP 6 é de 32%, e nos municípios do Oeste agregados na RP 7 é de 30%. Mesmo assim, essas taxas são as menores do Paraná.

O Oeste, em geral, pode ser considerado como uma das regiões mais dinâmicas do Paraná, tanto que tem permitido contrabalançar a tendência de concentração econômica e populacional na RMC. Esse dinamismo, embora concentrado em Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, conta com o suporte de uma expressiva rede de cidades, alimentada pela tendência de conformação de dois eixos importantes de aglomeração urbana em área de fronteira internacional.

Tais características repercutem sobre a dimensão social, tanto assim que a região do Oeste concentra 11 dos 23 municípios nas melhores posições do Estado em termos de IDH-M, em especial na porção oeste da região.

Todavia, também apresenta municípios com índices abaixo da média estadual, o que está associado a carências nas áreas onde o poder público investe: saúde e educação. O mercado de trabalho, que exerce grande influência na qualidade de vida da população, vem apresentando significativa expansão do emprego formal, em todos os municípios do Oeste. Para tanto, contribuem as condições edafoclimáticas excepcionais e uma base técnica

modernizada no setor agropecuário, tanto na produção empresarial quanto familiar. Dispõe, ainda, de um desenvolvido agonegocio cooperativado.

Desse modo, foram criadas condições internas de articulação dos interesses privados, bem como foi fortalecido o aparato de ciência, tecnologia e inovação, de estrutura universitária atuante e em expansão. Várias prefeituras dispõem de fonte de receitas, provenientes de *royalties* da hidrelétrica de Itaipu.

Assim, pode-se concluir que no Oeste, em geral, e na maioria dos municípios do Norte Central, existem os atributos necessários para um desenvolvimento menos concentrado e capaz de acelerar os ganhos sociais.

Nesse sentido, na RP 6 é coerente a escolha dos Subcomponentes Vilas Rurais e MCRN 2 como objeto prioritário das ações do Projeto 12 Meses.

### **Região do Projeto 7**

Dessa, consta um total de 51 municípios, 17 localizados na região Oeste e 37 no Sudoeste. As famílias rurais desses municípios representam 15% do total de famílias rurais do Paraná e 13% do total de famílias pobres rurais do Estado.

Esse resultado é fortemente influenciado pelos municípios do Oeste, agregados nessa RP, cuja proporção de famílias rurais pobres é a mais baixa do Estado (30%). Entre os municípios do Sudoeste, agregados nessa RP 7, a taxa média de pobreza é de 37%.

O Sudoeste é a segunda região menos urbanizada do Paraná, 59,9% (a primeira é o Sudeste, com 53,6%), sendo considerada como reduto da produção familiar. Tanto assim que as atividades agropecuárias absorvem cerca de 42% do pessoal ocupado na região.

As condições de relevo, em particular, são responsáveis pela manutenção desse modo de produção, dado que a existência de parcelas de solos restritos à mecanização das tarefas de produção não atrai a produção empresarial e a competição pelo uso do solo. Também colaborou para isso o fato de que a região foi ocupada por imigrantes gaúchos e catarinenses, tradicionalmente voltados para a produção de alimentos básicos.

Em relação aos indicadores sociais, o Sudoeste ocupa uma posição intermediária no *ranking* estadual, com destaque para Pato Branco. Nos anos 90, a região registrou a maior taxa de atividade e a menor taxa de desemprego do Paraná, bem como crescimento no emprego formal acima da média estadual. Apesar disso, o fato de sua agropecuária estar baseada na pequena produção, com baixa agregação de valor, mantém na 7.<sup>a</sup> posição sua participação na geração da renda estadual.

As instituições de ciência, tecnologia e inovação prestam assessoramento às organizações de produtores, buscando viabilizar a produção agropecuária familiar.

Estas informações revelam um bom nível de organização e desenvolvimento de capital social, tanto entre os municípios do Oeste quanto do Sudoeste. Os subcomponentes definidos como objeto de ação e trabalho, pelo Projeto 12 Meses, são o Combate à Pobreza e Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fase 2.

## Região do Projeto 8

É composta por 77 municípios, dos quais 60 estão localizados na região Noroeste do Paraná, 15 no Norte Central e 2 no Centro-Occidental. Esses municípios respondem por cerca de 10% do total de famílias rurais do Paraná e 9% do total de famílias rurais pobres.

O Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fase 2 foi selecionado para os trabalhos e ações nessa RP.

Entre as famílias rurais do Norte Central, cujos municípios estão agregados nessa RP, 31% são pobres; no Noroeste esse percentual é mais alto, 36%.

As principais características da região Norte Central foram vistas anteriormente. Quanto às características do Noroeste, no que diz respeito ao meio rural, destaca-se a ocorrência de solos derivados do Arenito Caiuá, onde somente 45% é considerado apto ao desenvolvimento de atividades agrosilvopastoris. Em razão do uso inadequado desses solos, hoje o Noroeste é uma das regiões mais degradadas do Paraná.

Nos anos 70, a pauta de produção agrícola passou do café para a pecuária. Até esse período, o Noroeste era uma das regiões mais populosas do Estado; nos anos seguintes passou a apresentar decréscimos constantes de população rural. Atualmente, apresenta decréscimo também entre a população urbana.

Em relação aos indicadores sociais, o Noroeste está abaixo da média estadual. Apenas Cianorte e Umuarama apresentam valores de IDH-M superiores à média estadual. A maioria da população ocupada em atividades agropecuárias está ligada à pecuária bovina, que apresenta indicadores de produtividade baixos. Nos anos 90, observa-se uma expansão da soja e do milho, em um sistema que se vale da reforma de pastagens e dos avanços tecnológicos na área de manejo e conservação de solos. Os produtos ligados à agroindústria – como a cana, mandioca, aves, casulos de bicho-da-seda e fruticultura – expandiram suas áreas.

Em termos de agroindústria, destaca-se a de mandioca e um pólo sucro-alcooleiro. As áreas de ciência, tecnologia e inovação são incipientes.

As informações até aqui apresentadas permitem considerar que a pobreza rural no Estado ocorre, com maior ou menor magnitude, entre as diversas parcelas territoriais do Paraná. Ou seja, independentemente das diferentes dinâmicas econômicas e sociais, a pobreza rural se faz presente em todo o território paranaense.

O Projeto Paraná 12 meses, na tentativa de atuar tanto em relação aos problemas dos pequenos produtores de subsistência como em relação aos trabalhadores rurais e aos impactos ambientais, estabeleceu critérios para selecionar regiões, público-meta do Projeto e público beneficiário do FUNPARANÁ.

Conforme mencionado, esse procedimento é pertinente, pois ficou evidente, por exemplo, que grande parte das famílias rurais assim como a pobreza rural estão concentradas na RP 2. Todavia, ela agrega municípios com dinâmicas econômicas, sociais e ambientais muito diversas.

Essas situações reforçam os comentários referentes aos procedimentos do Projeto, uma vez que permitem questionar se as estratégias de trabalhar com a pobreza (Componente Social) ou com o Manejo e Conservação (Componente Produtivo) podem ser uniformes em parcelas territoriais tão diversas, inclusive da ótica da aptidão natural para a produção agropecuária.

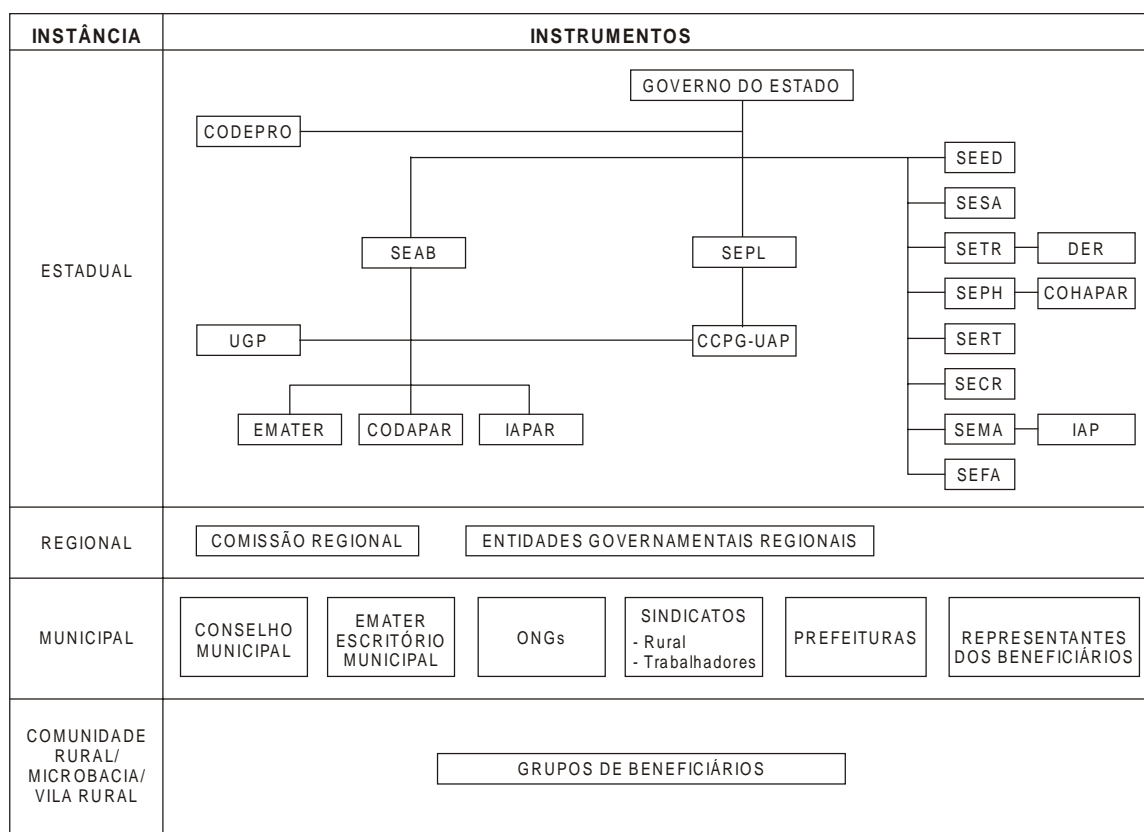
Arelado a isso, pode-se questionar se as ações e trabalhos definidos como prioritários, para os diversos segmentos sociais selecionados, são os mais adequados para resolver seus problemas de inserção digna no mercado produtivo e, em decorrência, de exclusão social e pobreza.

No momento, não se pretende discutir tais questões. Antes disso, são necessários outras informações, entre essas aquelas referentes à execução financeira do Projeto, apresentadas e analisadas no item 4.

## 2.4 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO

Neste item, são destacados aspectos referentes ao modo como os gestores públicos procuraram organizar uma estrutura voltada para a execução do Projeto. Para tanto, foram criadas algumas instâncias hierárquicas que tinham por objetivo envolver alguns órgãos do governo do Estado (figura 1).

FIGURA 1 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES



FONTE: Paraná (1998, p.26)

Na hierarquia superior, situava-se a Comissão Deliberativa do Projeto (CODEPRO), composta pelos Secretários do Planejamento, da Agricultura e do Abastecimento, e por outros secretários cujas pastas deveriam estar envolvidas no Projeto, agregando, ainda, o Coordenador Geral do Centro de Coordenação de Programas do Governo (CCPG). Essa Comissão seria presidida pelo Secretário de Estado do Planejamento, tendo como seu Secretário Executivo o Gerente da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

O CCPG, por meio da Unidade de Assessoramento do Projeto (UAP), tinha por objetivo o assessoramento e a avaliação da implementação do Projeto. Dentre suas atribuições constavam:

- a) apoiar a articulação intersecretarial e institucional, de modo a compatibilizar as ações do Projeto entre a Unidade Executora, as Secretarias de Estado e suas Empresas vinculadas, e as demais entidades com atribuições específicas, visando ao efetivo alcance dos objetivos do Contrato de Empréstimo;
- b) proceder à avaliação da implementação do Projeto, principalmente no que diz respeito às metas programadas, à qualidade dos resultados e ao seu impacto junto aos beneficiários;
- c) realizar intercâmbio com outros projetos que tenham respaldo de organismos internacionais, quer no Estado quer fora dele, para vislumbrar caminhos mais eficazes de gerenciamento e operacionalização;
- d) analisar os relatórios trimestrais, semestrais e anuais para sugerir à UGP soluções para eventuais problemas;
- e) avaliar, nos anos dois e quatro, o desempenho dos convênios operacionais propondo os ajustes necessários;
- f) apoiar a UGP no tocante às questões relativas às normas do Banco Mundial para aquisições e seleção de consultores;
- g) proceder à organização da memória documental do Projeto;
- h) participar das supervisões do BIRD;
- i) assessorar os procedimentos relativos às avaliações e estudos previstos no Projeto, por meio do acompanhamento de sua execução em todas as suas fases;
- j) incumbir-se particularmente da implementação de estudos referentes à Recuperação de Custos do Projeto, Terceirização da Assistência Técnica, Avaliação de Treinamentos e Proposta de Ampliação do Projeto (2.<sup>a</sup> fase);
- l) elaborar relatórios trimestrais ao BIRD com base nos relatórios da UGP, avaliações de campo e demais informações coletadas junto aos executores, beneficiários e público estratégico (Conselhos Municipais, Comissões Regionais).

Para a UGP foi previsto assessorar diretamente o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, além de outras atribuições, tais como: ser responsável pelo gerenciamento do Projeto e articulação interinstitucional; consolidar as demandas dos beneficiários, sistematizadas pelos Conselhos Municipais e pelas Comissões Regionais, num Plano Operativo Anual do Projeto (POA); liberar os recursos financeiros e pedidos de reembolso de acordo com os

cronogramas aprovados no POA; elaborar as solicitações de saque e relatórios de prestação de contas ao BIRD; atuar junto ao CODEPRO e ao FUNPARANÁ.

Para tanto, foi prevista uma estrutura composta por um gerente geral, um gerente adjunto, um gerente técnico, um gerente administrativo-financeiro, um gerente de planejamento e um auditor interno.

Foi prevista, ainda, a criação de Comissões Regionais entre as diversas Regiões Administrativas da SEAB, as quais seriam responsáveis pela articulação das ações das diversas instituições participantes, sendo presidida pelo Chefe do Núcleo Regional da SEAB, tendo como Secretário Executivo um técnico do Serviço de Extensão Oficial alocado no Escritório Regional da EMATER.

Também fariam parte dessa Comissão Regional os representantes regionais das demais Secretarias de Estado (de Emprego e Relações de Trabalho, da Criança e Assuntos da Família, do Meio Ambiente – IAP, da Saúde, Educação) e de órgãos envolvidos no Projeto, tais como da SEAB, EMATER, CODAPAR, COHAPAR, DER, e dois representantes dos beneficiários.

A essas Comissões caberia: articular a ação das diversas instituições participantes em nível regional; capacitar os técnicos executores e assessorar a capacitação dos membros dos Conselhos Municipais, para consolidação e execução do Projeto; organizar e controlar os fluxos das demandas e solicitações entre os Conselhos Municipais e a Unidade de Gerenciamento do Projeto; mediar situações de conflitos regionais e municipais; cumprir as atribuições específicas descritas no FUNPARANÁ; discutir o Plano Operativo Anual (POA); elaborar os Planos Anuais; entre outras atribuições.

Para auxiliar essas Comissões, deveriam ser criadas Unidades de Assessoria Técnica (UAT), instituídas pelo Presidente da Comissão Regional e formadas por técnicos das instituições participantes da Comissão Regional.

A criação dos Conselhos Municipais tinha como intenção apoiar a implantação e execução do Projeto em nível municipal, e também seria composto por representantes dos setores envolvidos nas atividades do Projeto. Esse Conselho deveria constituir-se em um fórum de participação dos beneficiários e dos setores representativos da agropecuária municipal, sendo uma instância de adequação das propostas do Projeto às reais necessidades e demandas dos produtores.

Os Conselhos deveriam ter um presidente, eleito pelos demais membros, e uma secretaria executiva, exercida por um técnico da Assistência Técnica Oficial.

Aos Conselhos Municipais caberiam várias funções: aprovar o Plano de Ação da Comunidade/Microbacia/Grupo e o Plano Operativo Anual; zelar pela manutenção da filosofia norteadora do Projeto e pelo correto cumprimento de suas normas operativas; servir como fórum de debates sobre o Projeto, propondo à Comissão Regional e à UGP alterações na condução dos trabalhos e em suas normas; analisar os casos de agricultores que não atendiam às recomendações da assistência técnica contidas nas propostas de apoio, tomando as providências necessárias.

### 3 REGISTRO DE SITUAÇÕES QUE INTERFERIRAM NA EXECUÇÃO DO PROJETO

#### 3.1 PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS, EQUIPAMENTOS, CONTRATAÇÃO DE PESSOAL E OUTROS<sup>12</sup>

Desde o início do Projeto Paraná 12 Meses, o procedimento de aquisição de equipamentos e materiais, por meio da Linha de Apoio Financeiro FUNPARANÁ, se deu pelo método de “Comparação de Preços”, obtidos de diversos fornecedores, em geral de pelo menos três, com o objetivo de assegurar preços competitivos. Esse procedimento está de acordo com as Normas de Aquisições do Banco Mundial, cuja utilização está prevista no Acordo de Empréstimo BIRD n.º 4.060, datado de 23/12/1997, e constou do *procurement* - modalidade *shopping*, visando à descentralização das aquisições.

Nesse sentido, a sistemática adotada previa que a proposta de aquisição seria elaborada no município, pelo técnico da EMATER, a partir da definição dos itens a serem apoiados, tarefa sob responsabilidade do Conselho Municipal. Para cada proposta, era eleito um líder do grupo, entre os beneficiários atendidos, com o papel de representá-los nos encaminhamentos referentes à proposta.

Para a montagem do mapa comparativo de preços, parte integrante da proposta, o líder do grupo encaminhava a “Carta de Solicitação de Preços” aos fornecedores locais ou de regiões mais próximas, com a descrição detalhada e a quantidade de bens a serem adquiridos, bem como a data e o local da entrega da proposta de preços. Até a data estipulada na solicitação, para abertura das propostas de preços, as cartas eram devolvidas, devidamente identificadas e assinadas. No dia marcado, com a presença dos fornecedores ou não, o Conselho Municipal realizava a abertura das propostas de preços, registrando em ata a condução do certame, com a definição do fornecedor vencedor.

Após aprovação da proposta técnica pela Unidade de Gerenciamento do Projeto, a nota fiscal era emitida em nome do líder do grupo acompanhada da inscrição “e outros”, atestada por este e pelo técnico responsável pela elaboração da proposta, e, na seqüência, encaminhada para pagamento. O material adquirido era entregue ao beneficiário, o fornecedor pago com cheque nominal, e assim encerrava-se o fluxo de aquisição.

Os bens adquiridos seriam de propriedade dos beneficiários e, quando se tratava de um bem de uso comum, sua utilização estava prevista no projeto técnico, mediante um termo formal de compromisso de uso compartilhado ou regimento interno.

Ressalte-se que, inicialmente, o procedimento definido pelo Projeto, no Manual Operativo, abrangia um total de 333 práticas a serem apoiadas e acessadas pelos beneficiários do Projeto Paraná 12 Meses.

---

<sup>12</sup> Texto elaborado por Débora Grimm, CODAPAR.

Este procedimento ocorreu no período compreendido entre 1998, ano de início das aquisições pelo FUNPARANÁ, até novembro de 2004, quando a 2.<sup>a</sup> Inspetoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE), órgão responsável pela aprovação das contas estaduais, informou que não mais aprovaria as despesas do Projeto, pela sistemática adotada, acima descrita, ou seja, na modalidade Comparação de Preços (*shopping*), de acordo com as Normas do Banco Mundial.

O entendimento do Tribunal de Contas foi de que, mesmo sendo o bem adquirido pelo beneficiário, independentemente de os recursos serem provenientes do Acordo de Empréstimo, os procedimentos de aquisições deveriam obedecer a Lei de Licitações Nacional n.º 8.666/93.

Como o Projeto estava em pleno andamento e a UGP havia liberado a execução da segunda etapa da proposta operacional das aquisições, que trata da retirada das notas fiscais pelos fornecedores, iniciaram-se inúmeras reuniões com o Tribunal de Contas do Estado para avaliação e solução do impasse criado. O resultado disto foi que, para o montante já liberado e com notas fiscais já emitidas, o Tribunal admitiu, por um determinado tempo, a comprovação de despesas através da metodologia até então utilizada, estabelecendo que na continuidade das aquisições deveriam ser adotados os procedimentos previstos na Lei n.º 8.666/93.

Como forma de esclarecer e manifestar o seu entendimento sobre a matéria, a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral solicitou análise e parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre a aplicabilidade das normas e procedimentos específicos para aquisição de bens, contratação de obras e consultores nos processos financiados por organismos internacionais.

A Procuradoria Geral do Estado, em resposta, emitiu parecer concluindo que se deve observar o permissivo legal inserto no § 5.º do artigo 42 da Lei Federal n.º 8.666/93, que prevê a aplicação das regras e procedimentos estabelecidos por organismos multilaterais de crédito e de cooperação ao desenvolvimento.

Na seqüência, foi formalizada consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sobre a mesma matéria. Em sessão realizada, o TCE corroborou o Parecer da Procuradoria Geral do Estado com a edição da Resolução n.º 2381/2005, datada de 7 de abril de 2005, salientando a necessidade da observação dos princípios de ampla publicidade e do julgamento objetivo.

Independentemente do Parecer do TCE, a 2.<sup>a</sup> Inspetoria continuou procedendo à análise das contas, com o entendimento de que a modalidade "*shopping*" não atendia ao preceito da ampla publicidade.

Por essa razão, o Estado solicitou autorização ao Banco Mundial para a adoção do procedimento Pregão Eletrônico – Registro de Preços. Iniciaram-se de imediato os encaminhamentos dos processos de aquisição através desta modalidade, até então pouco utilizada pelos órgãos públicos estaduais.

Como primeira medida foram priorizadas algumas práticas, em virtude da diversidade de itens apoiados, não sendo possível a operacionalização da nova sistemática para o universo das aquisições até então demandadas. Assim, foram priorizados os componentes de Manejo e Conservação de Recursos Naturais - Fase 1/Biodiversidade e Fase 2, com um número reduzido para 22 práticas, definidas pela UGP do Projeto.

Com as práticas definidas, iniciou-se a pesquisa para a descrição técnica dos produtos a serem adquiridos, já que a grande preocupação era obter um produto passível de ser licitado, evitando-se impugnações e demais artifícios jurídicos, e sem priorizar uma ou outra marca de produto.

Paralelamente a isso, foi solicitado o levantamento da demanda existente para estas práticas em todo o Estado, bem como o levantamento de preços regionais para balizar o preço máximo das práticas a serem licitadas. A fim de priorizar o mercado local, definiu-se que a aquisição dar-se-ia por lotes regionais, considerando a demanda existente e os preços praticados.

Com a definição das práticas, a descrição do produto, a demanda existente e os preços máximos definidos por lote, foram montados os processos documentais para a abertura dos Pregões Eletrônicos, obedecendo os trâmites e prazos exigidos pelo procedimento. Deve ser considerado que a média de tempo de cada processo foi de 90 dias, do protocolo junto ao DEAM, órgão responsável pela execução do Pregão, até a liberação do processo para aquisição.

Dos pregões realizados, quase todos obtiveram êxito na contratação. Naqueles que não tiveram interessados, o problema identificado foi o preço máximo definido no processo; nesse caso, apesar de os preços terem sido levantados no mercado, não interessavam aos participantes do certame.

Após os resultados dos pregões e o consequente Registro de Preços dos bens a serem adquiridos, a UGP liberou as Comissões Regionais e os Conselhos Municipais para elaboração das propostas técnicas visando ao atendimento das necessidades dos beneficiários. Depois das propostas analisadas e aprovadas pela UGP, as Ordens de Fornecimento eram encaminhadas para que os Conselhos Municipais contatassem os fornecedores registrados em Pregão, para a retirada da nota fiscal e a entrega do produto. Posteriormente, toda a documentação era encaminhada para pagamento.

Sobre a mudança na sistemática de aquisição do Projeto Paraná 12 Meses, cabem algumas considerações:

- Mudança das regras - pelo fato de a mudança ter ocorrido em pleno andamento do Projeto, a adaptabilidade para o novo procedimento de aquisição pode não ter atingido todos os objetivos centrais dos beneficiários, propostos inicialmente pelo Projeto;
- Redução de práticas - como o Pregão Eletrônico prevê a aquisição apenas para bens e serviços comuns, com especificações no mercado, não se enquadrando em obras e serviços não usuais, foram restritos o número de

práticas e a liberdade de escolha dos beneficiários, tendo os mesmos que aceitarem as definidas pela Gerência do Projeto. Ressalte-se que as 333 práticas inicialmente disponibilizadas foram reduzidas para 22;

- Agilidade/Prazos - os prazos legais da modalidade Pregão Eletrônico são morosos. Para o caso em questão, deve-se considerar que após a definição das práticas e da demanda, iniciou-se a cotação para a definição do preço máximo por lote e a montagem do processo. O prazo para a realização do processo desde o protocolo até o processo de pagamento foi de aproximadamente 90 dias. Este tempo decorrido comprometeu a qualidade do atendimento do Projeto junto aos beneficiários e aos fornecedores;
- Divulgação - os pregões eletrônicos do Projeto Paraná 12 Meses foram realizados pelo Departamento de Aquisição de Materiais da Secretaria de Estado da Administração. Sua publicação ocorreu em jornais de grande divulgação e ficou disponível na página de compras do Estado, havendo a participação de diversos fornecedores do Paraná e demais estados. Ainda há a necessidade de um convencimento para que os comércios locais participem desse tipo de processo de aquisição;
- Redução de Custos - para a montagem do processo faz-se necessário o levantamento local de no mínimo quatro propostas de preços (conforme Decreto Estadual). Este levantamento baliza o preço máximo a ser adquirido através da licitação. Em todos os pregões realizados para o Projeto Paraná 12 Meses, foram significativas as reduções de preços de aquisição de cada lote, havendo no volume uma economia significativa que foi reaplicada no Projeto.

### 3.2 EXECUÇÃO DA PARCERIA COM O PROJETO PARANÁ BIODIVERSIDADE<sup>13</sup>

O Projeto Paraná Biodiversidade está sendo executado pelo governo do Estado, com o apoio financeiro do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), e tem como principal objetivo a recuperação da biodiversidade em três Corredores Ecológicos: Araucária, Iguaçu-Paraná e Caiuá-Ilha Grande.

---

<sup>13</sup> Texto elaborado por Eric Gomes Schaitza, coordenador do Projeto Paraná Biodiversidade.

Para sua execução, os gestores públicos previram um relacionamento estreito com o Projeto Paraná 12 Meses. Todavia, o Projeto Paraná 12 Meses já estava em operação há vários anos, com um esquema operacional consolidado, pouco flexível e estava próximo de sua data de encerramento, o que dificultou a plena execução da parceria, como será visto na seqüência.

Foi previsto no Plano de Implementação do Projeto Paraná Biodiversidade que a articulação com o Paraná 12 Meses deveria ocorrer por meio do Componente Incentivos à Conservação e Manejo da Biodiversidade e do Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (esse último do Paraná 12 Meses).

Para a execução dessa articulação, foi definido que ao Projeto Paraná Biodiversidade caberia a promoção, mobilização, capacitação, assessoria ambiental e o apoio à implantação dos módulos agroecológicos e de negócios comunitários de baixo impacto ambiental. De outra parte, o Projeto Paraná 12 meses deveria apoiar a implantação de um rol de atividades voltadas ao saneamento ambiental, conservação e restauração de formações ciliares e formação de ilhas florestais, em microbacias e propriedades. Para tanto, deveria aportar um total de aproximadamente US\$ 22.000.000,00.

Os limites de recursos a serem aportados ao Projeto Paraná Biodiversidade deveriam ser definidos anualmente, para suprir as demandas dos Planos Operacionais dos municípios do Paraná 12 Meses, acordados entre as Unidades de Gerenciamento dos dois projetos, no momento de elaboração do Orçamento Anual do Estado. Além disso, o Paraná 12 Meses deveria considerar os recursos aportados nas microbacias da Biodiversidade como “extra-teto” para os municípios<sup>14</sup>; ou seja, não haveria nenhum prejuízo para o atendimento do planejamento municipal definido e aprovado pelo Conselho do Projeto Paraná 12 Meses.

No início de 2003, ainda não tinha sido estruturado um plano anual de trabalho entre o Projeto Paraná Biodiversidade e a EMATER, o qual se efetivou em agosto de 2003, quando o Paraná 12 Meses aportou US\$ 764.380,85. Em 2004, o Projeto Paraná Biodiversidade elaborou um Plano Operacional prevendo desembolsos do Projeto Paraná 12 Meses da ordem de US\$ 6.000.000,00, dos quais foram pagos US\$ 1.321.972,71. No final deste ano, ante a situação inadequada dos desembolsos, o Banco Mundial acordou com o Estado a adoção de gatilhos trimestrais para a normalização da situação.

---

<sup>14</sup> Esta situação de extra-teto nunca foi exercitada, principalmente porque os recursos não fluíram conforme o desejado.

Em 2005, no Plano Operacional do Projeto Paraná Biodiversidade foi previsto, novamente, o desembolso de US\$ 6.000.000,00, basicamente o valor necessário para cobrir as propostas já elaboradas no ano anterior. No primeiro trimestre, foram desembolsados aproximadamente US\$ 1.300.000,00, indicando que os desembolsos estariam se normalizando. Entretanto, no segundo trimestre, todos os desembolsos do Paraná 12 Meses foram interrompidos por iniciativa do Tribunal de Contas do Estado, por não concordarem com os procedimentos operacionais vigentes para compras realizadas por produtores, conforme visto anteriormente.

O impasse com o TCE somente foi resolvido com a adoção de Pregão Eletrônico, processo que limitou as possibilidades de apoio para os produtores, implicando uma revisão das práticas a serem apoiadas. Atividades como conservação de solos, distribuição de calcário, entre outras, foram inviabilizadas pelo Pregão Eletrônico e foram retiradas do plano de ação, causando sérios problemas operacionais. Além disso, o grau de insucesso dos pregões para práticas simples, como a compra de mourões de cerca, decorrente da incapacidade dos fornecedores locais em atenderem uma grande demanda concentrada em um único processo, também afetou negativamente o projeto.

Com isso, o ano de 2005 e início de 2006 terminaram com um desembolso de US\$ 4.732.118,91, totalizando um total para o projeto de US\$ 6.818.472,47.

O atraso nos desembolsos e a redução significativa da contrapartida do Projeto Paraná 12 Meses, de US\$ 22.000.000,00 para US\$ 6.800.000,00, tiveram um impacto significativo na assistência técnica ambiental provida pelo Projeto Paraná Biodiversidade. A estratégia de ação do projeto previa que os técnicos da EMATER planejassem a modificação do uso da terra de 280 microbacias e, com os recursos da contrapartida, eliminassem os problemas ambientais existentes financiando a ação de agricultores no que se refere às práticas de saneamento ambiental.

Todavia, somente foram planejadas 179 microbacias e, mesmo assim, os recursos para o cumprimento dos planos de ação não foram executados, muitas vezes gerando conflitos entre os agricultores e os técnicos da EMATER. Em outros casos, os próprios técnicos se recusavam a avançar no trabalho de planejamento e discussão com agricultores por acreditarem que seria um trabalho infrutífero, perdido, já que os planos de ação anteriores não foram cumpridos.

Outro exemplo, do atraso nos desembolsos, está relacionado com os recursos para adubação, que foram disponibilizados após a época de plantio e, portanto, devolvidos, dada a impossibilidade de armazenar o adubo até a safra seguinte.

As mudanças de práticas, geradas pela limitação operacional do Pregão Eletrônico, também geraram impactos técnicos como, por exemplo, na proteção de matas ciliares com cercas sem a aplicação de recursos para serviços de conservação de solos, necessários para eliminar os processos erosivos nas microbacias.

Apesar desses problemas, a integração com o Paraná 12 Meses resultou em mais de R\$ 14.700.000 de investimentos, em práticas voltadas para a diminuição dos impactos sobre a biodiversidade, priorizando a proteção de rios, seja por plantio de matas ciliares ou pelo isolamento com cercas, complementados pela construção de abastecedores comunitários de água.

Aproximadamente 6.000 famílias foram beneficiadas com apoio financeiro direto, a maioria de pequenos proprietários classificados como PSM1, 2 ou 3. Apesar de empresários rurais poderem ser beneficiários do Paraná 12 Meses, os valores de apoio individual eram irrisórios e a demora no apoio não os incentivou a aproveitar a oportunidade.

Um dos maiores resultados do Projeto Paraná Biodiversidade foi integrar técnicos, outrora com visão oposta, em um trabalho articulado para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente de comunidades locais. A maior participação do Instituto Ambiental do Paraná no processo de tomada de decisão dos investimentos de um projeto nitidamente agrícola como era o Paraná 12 Meses, com a coordenação dos Conselhos Regionais a cargo do Chefe Regional do IAP e com a ação de um Gerente Regional também do IAP, fez com que a situação ambiental regional passasse a ser determinante na definição de investimentos e na ação regional de extensão.

Técnicos ligados à agricultura hoje falam da necessidade de conservar a biodiversidade com a mesma naturalidade com que recomendam uma prática de adubação ou o planejamento econômico de um sistema de produção. Técnicos de instituições ambientais reconhecem a necessidade de se produzir e de se negociar a conservação da biodiversidade, sem excluir o homem do campo deste processo.

Houve um grande avanço no processo de planejamento do uso da terra pela criação de Centros de Planejamento do Uso da Terra, permitindo a adoção de tecnologias de sensoriamento remoto e informação geográfica para o planejamento de microbacias e corredores ecológicos, disseminando aos técnicos de extensão a visão de áreas prioritárias para conservação ambiental e a forma de ação para a integração dessas áreas à paisagem rural.

Quanto ao relacionamento entre os projetos, no início do Paraná Biodiversidade, alguns técnicos envolvidos na execução do Paraná 12 Meses viam a alocação de seus recursos para o Paraná Biodiversidade como uma perda de recursos da agricultura para um projeto ambiental. Outros viam o Paraná Biodiversidade como uma continuação do Paraná 12 Meses, sem qualquer alteração de foco.

A integração entre as instituições filiadas à Secretaria de Estado da Agricultura e o Instituto Ambiental do Paraná melhora muito nas regiões dos corredores; mas, com três anos de ação conjunta dos dois projetos, vários técnicos de campo e agricultores ainda não conseguem entender a engenharia financeira e operacional estabelecida.

### 3.3 ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS: ALTERAÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS<sup>15</sup>

Na proposta original do Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fase 1, previa-se ampliar as ações de adequação de estradas rurais, uma vez que esta atividade constitui um dos principais fatores de integração e desenvolvimento das comunidades.

Segundo o Manual Operativo do Projeto, a implementação desta atividade deveria seguir alguns procedimentos. À Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) cabia a coordenação geral, contando com a assessoria de um técnico da EMATER e um do DER cuja atribuição era a análise, avaliação e redirecionamento dos trabalhos. A coordenação das ações, nos níveis regional e municipal, coube à Comissão Regional do Paraná 12 Meses articulada com o Distrito Rodoviário do DER e com a Comissão da Secretaria Executiva do Conselho Municipal do Paraná 12 Meses.

O Planejamento deveria acontecer em dois níveis: municipal e estadual. Em nível municipal atuavam os Conselhos Municipais que, a partir da proposição da Secretaria Executiva, deveriam identificar e propor os trechos a serem readequados, considerando que os produtores deviam atender aos seguintes critérios obrigatórios: a) não ter sido beneficiado em programas anteriores; b) estar localizado em uma microbacia hidrográfica cadastrada no Projeto; c) ter sofrido análise do impacto ambiental e ter sido liberado para execução pelo técnico regional do IAP; d) as áreas agrícolas adjacentes deveriam possuir sistemas de conservação de solos, objetivando a integração com as estradas, além de estarem adequados à atividade existente na área. Para definir prioridade deveriam ainda ser observados os seguintes aspectos: condições atuais de trafegabilidade (processo de deterioração da estrada, processo erosivo, fluxo de trânsito, etc.); importância da estrada para a economia e desenvolvimento do município e comunidades rurais; importância social da estrada para o município e comunidades rurais.

Em nível estadual, cabia à Comissão Regional encaminhar para a UGP os trechos identificados pelos Conselhos Municipais do Paraná 12 Meses. A UGP deveria analisar as propostas e priorizá-las em conformidade com os recursos existentes, com as prioridades regionais e com a otimização da relação custo/benefício da obra proposta.

As propostas deveriam contemplar informações necessárias para a análise da relação custo/benefício da obra, tais como: disponibilidade de materiais locais para revestimento primário; distâncias de transporte dos materiais (cascalho); condições topográficas da região e da estrada a ser adequada; benefícios obtidos com a adequação da estrada; necessidade ou não de corte e remoção de árvores nativas e/ou exóticas.

---

<sup>15</sup> Texto elaborado por Nestor Bragagnolo, SEPL/CCPG, e Sergio Wirbinski, IPARDES.

A elaboração do Projeto e o Acompanhamento Técnico da Execução, envolviam a iniciativa privada (empresas de consultoria rodoviária) ou a EMATER. Quanto à execução dos serviços, seriam 80% realizados pela iniciativa privada e 20% pelo DER. A definição dos trabalhos dos setores envolvidos caberia ao DER. A contratação dos serviços, via licitação, esteve condicionada à tomada de cuidados relativos às questões ambientais, como local adequado para colocação do material que sobra; cuidados na lavagem das máquinas e equipamentos; cuidados na instalação e retirada do canteiro de obras; cuidados com jazidas de cascalho; não apreensão de animais silvestres e outros.

A fiscalização das obras seria realizada pelo DER e/ou iniciativa privada, quando necessário, através de contratação destes serviços. Já, o pagamento das obras executadas pela iniciativa privada dependeria da constatação de que foram observadas as recomendações técnicas e ambientais contidas no projeto técnico de readequação de estradas.

A meta programada, inicialmente, para ser executada pelo subcomponente, era a de adequação de 8.000 km de estradas rurais com valor total previsto de US\$ 36 milhões, sendo 50% provenientes do Banco Mundial e a outra metade como contrapartida do Estado do Paraná. Contudo, o Projeto sofreu várias alterações nas metas, tipo de obras, limites e percentuais de participação do Banco Mundial, durante o período de sua execução. Estas alterações foram discutidas e oficializadas através de seis termos aditivos ao contrato original, firmados em 18/12/1998, 03/04/2000, 07/11/2002, 10/11/2003, 29/09/2004 e 31/03/2006.

As alterações introduzidas no contrato original decorreram do fato do governo não dispor de recursos para recuperar as rodovias pavimentadas, que se constituem em corredores de escoamento da safra agrícola e que se encontravam em péssimas condições. Adicionalmente, a dificuldade das contrapartidas financeiras locais demonstravam a pouca factibilidade para a utilização dos recursos financeiros em outras categorias do empréstimo nos prazos de desembolso previstos. Esses dois fatos permitiram a transferência de um montante do empréstimo da ordem de US\$ 44,4 milhões para a atividade de Reabilitação de Rodovias Pavimentadas. Essa ação foi denominada Reabilitação das Rodovias da Inclusão Econômica e Social – Projeto Paraná 12 Meses.

Essas alterações resultaram na programação de dois conjuntos de obras em estradas no Paraná 12 Meses: adequação de estradas rurais, cuja primeira meta era executar 8.000 km; e reabilitação de estradas, subdividida em reabilitação de 190 km de estradas asfaltadas apoiadas pelo Estado como contrapartida, reabilitação de estradas asfaltadas em 463,50 km, construídas com recursos do Projeto, e execução de 198,2 km de estradas com pavimento poliédrico.

No primeiro conjunto, a meta de 8.000 km foi renegociada para 6.000 km, posteriormente para 4.000 km e, finalmente, para 2.111 km, ou seja, 26,4% da meta acordada durante a preparação do Projeto.

Ao final do Projeto foi aplicado, na adequação de estradas rurais, um montante de US\$ 9,97 milhões: US\$ 7,2 milhões (72,2%) provenientes do Banco Mundial e o restante,

US\$ 2,77 milhões, de contrapartida do Estado. Foram readequados 2.168,892 km de estradas rurais, beneficiado 219 municípios (55% do total de municípios). Cada município foi apoiado, em média, com a adequação de 9,90km de estradas rurais, o que equivale a um valor médio de US\$ 45.525,00 por município.

Na reabilitação de pavimento, foram beneficiados 35 municípios e aplicado um montante total de US\$ 59,48 milhões: US\$ 37,23 milhões (62,6%) do Banco Mundial e US\$ 22,25 milhões de contrapartida do governo estadual. Com estes recursos foram reabilitados 103,65 km de estradas com lama asfáltica e 517,38 km com reabilitação de pavimento e, ainda, foram executados 50,04 km de estradas rurais com pavimento poliédrico, beneficiando sete municípios.

Considerando as metas estabelecidas, após as alterações contratuais efetuadas, verifica-se através dos dados expostos no quadro 4 que a atividade atingiu os resultados esperados, com exceção da pavimentação com pedras poliédricas. Os recursos financeiros destinados a esta modalidade, pelas dificuldades operacionais encontradas, foram remanejados para reabilitação de pavimentos.

QUADRO 4 - METAS ESTABELECIDAS E RESULTADOS ALCANÇADOS, SEGUNDO ATIVIDADES, NO PROJETO PARANÁ  
12 MESES

ATIVIDADE	METAS REDEFINIDAS (km)	RESULTADOS (km)	EXECUTADO (%)
Adequação de estradas rurais	2.111	2.168	103
Reabilitação de pavimentos	653,5	621	95
Pavimentação com pedra poliédrica	190	50	26

FONTE: SEAB, DER, SEPL/UGP

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

Considerando a estratégia para a implementação da atividade Adequação de Estradas Rurais, foram levantados os principais problemas ocorridos e também elaboradas algumas sugestões para a condução futura de atividades semelhantes.

Como principais problemas foram identificados:

- Alteração na forma de contratação das obras e serviços particularmente com relação aos editais;
- Os projetos cuja elaboração estava prevista para ser executada pela iniciativa privada foram repassados ao DER, o qual, devido à falta de materiais, equipamentos, pessoal técnico e apoio, teve muitas dificuldades em sua operacionalização. Por outro lado, a contratação de serviços de terceiros foi também dificultada pelos procedimentos administrativos adotados pelo governo do Estado;
- Baixa prioridade na alocação de recursos financeiros em épocas mais oportunas para a execução das obras e serviços, principalmente, de adequação de estradas rurais pelo DER;

- Constantes alterações nos trechos selecionados, ocasionadas pela demora na execução (a estrada prevista acabava sendo adequada com outras fontes de recursos, mesmo que precariamente) ou pela mudança de prioridade do governo estadual;
- A seleção de novos trechos trouxe problemas devido à necessidade de o Conselho Municipal retomar todo o processo seleção, elaboração de novas vistorias ambientais e novos projetos, provocando descrédito na gestão do Projeto.

Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, algumas sugestões:

- Definir as regiões prioritárias para implementação e concentração dos trabalhos destas atividades no Estado;
- Adequar os projetos de estradas rurais às realidades locais (relevo, tipo de solo, atividades predominantes, etc.);
- Estabelecer valor-limite de apoio (teto por tipo de estrada a ser adequada) exigindo sempre contrapartidas locais;
- Condicionar o planejamento e execução das obras ao cumprimento da legislação ambiental;
- Definir claramente os critérios para seleção dos possíveis trechos a serem beneficiados com obras;
- Condicionar que o trecho de estrada a ser beneficiado esteja localizado dentro de uma microbacia hidrográfica com adequadas práticas de conservação de solo e águas implantadas;
- Que a decisão da indicação dos trechos de estradas a serem beneficiados tenham necessariamente a participação do Conselho Municipal, composto por representantes de todos os segmentos, inclusive dos produtores;
- Estabelecer instâncias regionais e estaduais (UGP) mais comprometidas com o controle, aplicação das normas e monitoramento dos objetivos desta atividade;
- Buscar maior integração entre as diversas Secretarias de Estado, Secretarias Municipais, órgãos e instituições envolvidos no planejamento e execução das obras;
- Estabelecer programações mais realistas para execução de obras, negociadas com os Conselhos Municipais, não permitindo a troca dos trechos selecionados por nenhuma das instâncias envolvidas no Projeto.

As informações apresentadas permitem extrair algumas conclusões. As estradas propostas nos Corredores de Inclusão Econômica e Social cortam zonas agrícolas paranaenses que concentram um importante contingente de pequenos produtores rurais. Estes enfrentam dificuldades para escoar sua produção ou pagam sobre-preços pelo transporte de seus produtos em função da baixa qualidade das estradas rurais não pavimentadas e daquelas que, embora asfaltadas, encontram-se em precário estado de conservação.

Por outro lado, estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (citados em MÁ CONSERVAÇÃO nas estradas..., 1992) apontam que a parcela de grãos derramados nas estradas por causa dos buracos chega ao redor de 10% do total de cada safra. Referendando esses dados, estudos realizados na Rússia e publicados pelo World Bank (HEGGIE; VICKERS, 1998) informam que em áreas de uso secundário para a agricultura, onde a situação das estradas foi considerada precária, as perdas totais no transporte dos produtos agrícolas excederam a 15% de toda a produção. Já, com relação às perdas no transporte e manuseio de hortifrutis, a Federação da Agricultura de Minas Gerais estima que podem chegar a 20% ao longo da cadeia produtiva (VILELA, 2005).

Essas perdas representam uma redução nas receitas dos agricultores familiares e contribuem para o agravamento da degradação econômica e social do meio rural.

Considerando estas informações, calculou-se qual seria a possível redução de perdas econômicas dos agricultores localizados nos municípios que foram cortados pelas estradas e de influência dos trechos que foram executados.

Para efeito de estimativa do valor da redução das perdas, tomou-se como *proxí* o valor bruto da produção calculado pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para o ano safra 2004/2005; este valor serve de base para o cálculo do retorno de 8% do ICMS estadual aos municípios do Paraná.

No cálculo das reduções das perdas utilizaram-se os seguintes parâmetros: que a média de perda no transporte seja de 10% nos diversos produtos e que, por hipótese, com as melhorias das estradas haja uma redução de perdas no transporte ao redor de 3% da produção total. Nesse contexto, as perdas seriam reduzidas de 10% para 7% do total; portanto, os produtores teriam um ganho líquido no mesmo montante da redução das perdas, aumentando assim sua renda.

O quadro 5 apresenta o valor bruto da produção por município na área de influência das estradas restauradas, partindo do pressuposto de que a maior parte da produção se destina aos centros consumidores, seja em nível local, estadual, nacional ou internacional. Pode-se estimar o montante de perdas com base no valor total da produção, assim como os valores referentes às reduções nas perdas com os investimentos previstos. E, finalmente, é possível avaliar o valor final das economias resultantes das restaurações das estradas que será propiciado ao conjunto de agricultores, considerando a produção atual e mantendo-a constante nos próximos 15 anos, horizonte desta análise.

QUADRO 5 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, VALOR DAS PERDAS E REDUÇÃO DAS PERDAS NOS MUNICÍPIOS DE INFLUÊNCIA, EM DOLAR<sup>(1)</sup>

MUNICÍPIO	VBP	PERDAS ESTIMADAS	REDUÇÃO DAS PERDAS	
			Safra 2004/05	Em 15 anos
Alto Piquiri	18.602.250	1.860.225	558.068	8.371.013
Arapoti	91.180.323	9.118.032	2.735.410	41.031.145
Assaí	31.445.979	3.144.598	943.379	14.150.690
Boa Vista da Aparecida	15.583.671	1.558.367	467.510	7.012.652
Brasilândia do Sul	17.245.352	1.724.535	517.361	7.760.408
Cândido de Abreu	24.477.543	2.447.754	734.326	11.014.894
Cerro Azul	52.913.237	5.291.324	1.587.397	23.810.957
Cruzeiro do Oeste	21.164.537	2.116.454	634.936	9.524.042
Doutor Ulisses	29.063.120	2.906.312	871.894	13.078.404
Goioerê	26.391.581	2.639.158	791.747	11.876.212
Icaraima	19.773.917	1.977.392	593.218	8.898.263
Ivaté	11.955.721	1.195.572	358.672	5.380.075
Jardim Alegre	14.743.257	1.474.326	442.298	6.634.466
Manoel Ribas	22.188.220	2.218.822	665.647	9.984.699
Maria Helena	10.440.018	1.044.002	313.201	4.698.008
Nova Prata do Iguaçu	37.981.787	3.798.179	1.139.454	17.091.804
Nova Tebas	8.668.061	866.806	260.042	3.900.627
Pirai do Sul	95.492.449	9.549.245	2.864.773	42.971.602
Pitanga	53.899.103	5.389.910	1.616.973	24.254.597
Planalto	30.738.475	3.073.848	922.154	13.832.314
Quatiguá	9.486.816	948.682	284.604	4.269.067
Ramilândia	11.847.031	1.184.703	355.411	5.331.164
Santa Lúcia	14.622.242	1.462.224	438.667	6.580.009
Santa Terezinha do Itaipu	18.649.519	1.864.952	559.486	8.392.283
São João do Ivaí	21.993.705	2.199.371	659.811	9.897.167
São Miguel do Iguaçu	59.012.697	5.901.270	1.770.381	26.555.713
Siqueira Campos	24.488.129	2.448.813	734.644	11.019.658
Turvo	15.937.363	1.593.736	478.121	7.171.813
Ubiratã	47.035.313	4.703.531	1.411.059	21.165.891
Umuarama	27.894.501	2.789.450	836.835	12.552.526
Ventania	30.423.388	3.042.339	912.702	13.690.525
Virmond	10.089.598	1.008.960	302.688	4.540.319
Vitorino	19.194.268	1.919.427	575.828	8.637.420
Wenceslau Braz	18.914.898	1.891.490	567.447	8.511.704
TOTAL	963.538.069	96.353.807	28.906.142	433.592.131

FONTE: SEAB/DERAL

NOTA: Dados trabalhados pelos autores.

(1) Taxa média de câmbio – Compra - 2004 R\$ 2,93/US\$.

Constata-se, assim, que os valores das economias com as melhorias implantadas, somente com a redução de perdas no transporte da produção agrosilvopastoril, são de US\$ 28,90 milhões por ano e US\$ 433,59 milhões no período de 15 anos.

Adicione-se a isso que as estradas são vias importantes para as regiões do interior, reduzem as distâncias entre as localidades, principalmente rurais, contribuem para a aproximação dos municípios em todos os níveis e ligam o meio rural aos centros urbanos, colaborando para a plena integração do homem do campo. Desempenham importante função social, difícil de quantificar monetariamente, ao permitir à população interiorana o deslocamento até

centros urbanos maiores, incentivando sua participação nas atividades sociais, educacionais e comerciais.

A melhoria dessas vias, de forma a possibilitar sua trafegabilidade, objetiva: integrar as zonas produtivas ao processo de comercialização, facilitar o deslocamento dos alunos, estimular o mais eficiente aproveitamento dos serviços médico-hospitalares e tantas outras circunstâncias da vida cotidiana.

Um substancial elenco de evidências, constatado em vários países, assegura o papel vital desempenhado pelas estradas no desenvolvimento da agricultura. Estudos do Banco Mundial (HEGGIE; VICKERS, 1998) concluíram que a implantação de melhoramentos na rede viária rural não somente tem efeito imediato na redução dos custos operacionais dos veículos, mas também permitem uma expansão dos serviços públicos nessas regiões. Como resultado, constatou-se que a freqüência escolar cresceu substancialmente e o acesso aos profissionais de saúde tornou-se bastante regular. Nos países em desenvolvimento e naqueles cuja economia experimenta períodos de transição, 60% a 80% do transporte de passageiros e de cargas utiliza-se da rede de estradas.

Os alcances sociais das melhorias efetuadas, complementares e que maximizam os trabalhos do Projeto Paraná 12 Meses, podem ser dimensionados pela melhoria no acesso à saúde, pela regularidade de freqüência à escola e pela possibilidade de diversificação das propriedades agrícolas, principalmente com café, bovinocultura de leite, piscicultura, fruticultura e horticultura, para uma população rural de 199.003 pessoas, ou seja, 43,7% da existente na área de influência das estradas para uma população estimada em cerca de 464.376 pessoas; esse total inclui a população urbana.

#### 4 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROJETO 12 MESES<sup>16</sup>

Neste capítulo, são investigadas informações sobre a evolução financeira do Projeto Paraná 12 Meses. Contudo, deve-se alertar que não se trata de uma simples comparação entre metas estipuladas e resultados alcançados, uma vez que as metas foram definidas para um prazo de cinco anos e o Projeto durou nove; ou seja, verificou-se uma prorrogação de quatro anos.

Assim, não se trata de comparar mas sim de buscar elementos que indiquem, quantitativamente, se os investimentos foram conduzidos conforme o previsto no desenho do Projeto. Além disso, a investigação dessas informações pretende captar indicações acerca das dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos, que atuaram em nível central e de campo, para aplicar os recursos e executar as ações definidas no desenho do Projeto.

Nesse sentido, este estudo tem como parâmetro de referência as hipóteses que o norteiam e as definições estabelecidas na Estratégia Operacional do Projeto. Assim, a investigação foi orientada de modo a verificar se as hipóteses podem ser confirmadas ou não, bem como se o Estado teve capacidade institucional de gastar os recursos conforme o que foi previsto.

A propósito, uma das hipóteses orientadoras deste estudo foi construída a partir da constatação de que o aparato institucional disponível entre os governos, em geral, enfrenta dificuldades de várias ordens ao executar, na prática diária, os trabalhos e ações desenhadas por eles mesmos quando das negociações dos empréstimos com o Banco Mundial ou com os bancos bilaterais.

A outra hipótese foi construída a partir da constatação de que, em geral, os gestores públicos não consideram que a capacidade de organização e reivindicação dos produtores rurais (objetos dos programas) e a capacitação dos demais agentes (do governo, entidades de classe e privadas) sejam diferenciadas regionalmente. Tal situação, no caso do Projeto 12 Meses, pode significar uma dificuldade adicional em sua execução porque, para acessar o apoio financeiro do FUNPARANÁ, os produtores deveriam se organizar em grupos, por meio de associações ou outras formas de atuação. Todavia, a capacidade de organização em torno de interesses comuns não é um atributo presente em todo o território paranaense.

Quanto à hipótese anterior, cabe lembrar que na Avaliação de Meio Termo os técnicos responsáveis pelas ações, no campo, levantaram dificuldades referentes à falta de agilização no repasse de recursos, de parte da administração central do Projeto. Da ótica dos gestores responsáveis por essa administração, algumas dificuldades foram registradas anteriormente, no item 3 deste estudo.

---

<sup>16</sup> As informações sobre a alocação dos recursos do Projeto foram aqui trabalhadas a partir dos Relatórios Financeiros elaborados pelos gestores do Projeto, localizados na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

Ademais, as duas prorrogações efetuadas no acordo de empréstimo, entre o governo do Paraná e o Banco Mundial, bem como a redução no montante de recursos do empréstimo, as quais, em si, já constituem indícios de dificuldades institucionais na execução do Projeto 12 Meses.

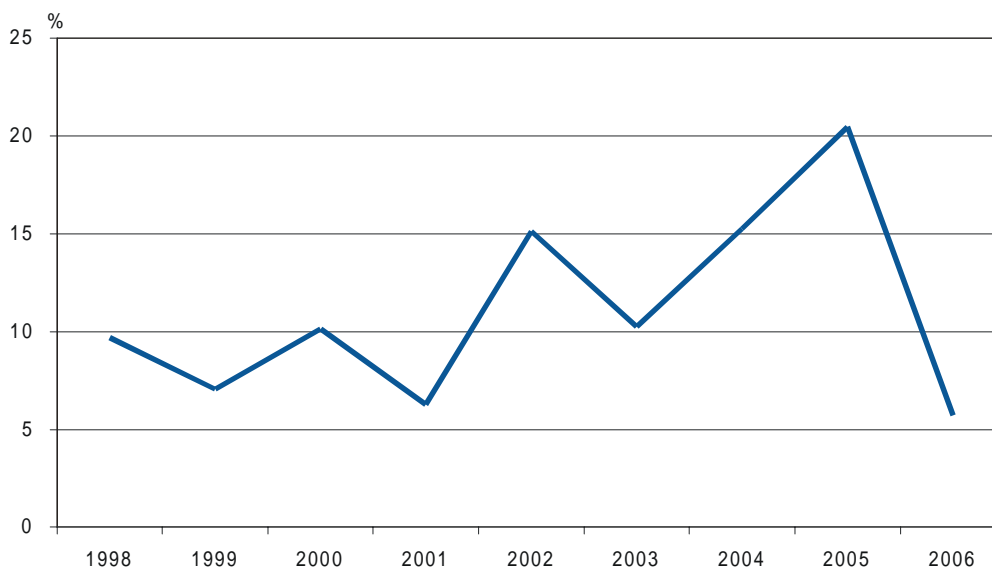
Agregue-se a isso que no desenho do Projeto foi previsto que a distribuição dos investimentos seria decrescente, ao longo de seus quatro anos de implementação. Porém, a evolução na aplicação dos recursos, ao longo dos nove anos de duração efetiva do Projeto, revela que a maioria dos recursos (67%) foi gasta nos últimos cinco anos (tabela 1 e gráfico 3).

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES AO LONGO DO PERÍODO DE DURAÇÃO - 01/01/1998 A 30/04/2006

ANO	TOTAL R\$	%
1998	55.977.787,62	9,70
1999	40.707.039,86	7,06
2000	58.546.521,71	10,15
2001	36.203.028,99	6,28
2002	87.208.812,33	15,12
2003	59.183.365,20	10,26
2004	88.030.719,18	15,26
2005	117.993.508,93	20,46
2006	32.973.073,90	5,72
1998/2006	576.823.857,72	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses – RF 1.8.1 - Relatório Financeiro Consolidado por Componente-Subcategoria

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE 1998 E 30/04/2006



FONTE: Tabela 1

#### 4.1 DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS ENTRE COMPONENTES E PRINCIPAIS ENTIDADES EXECUTORAS

A distribuição do total dos recursos investidos por meio do Projeto Paraná 12 Meses permite verificar que o Componente Produtivo (Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fases 1 e 2) recebeu a maior parcela dos recursos, 67%. O MCRN 1 recebeu 45,57% e o 2 recebeu 12,12%. Esse componente pretendia estimular o uso de práticas e técnicas mais produtivas e menos danosas aos recursos naturais, entre os pequenos produtores rurais (tabela 2).

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES, 01/01/1998 A 30/04/2006

COMPONENTE	TOTAL R\$	%
Combate à Pobreza	219.803.857,23	39,47
Man. Cons. Rec. Naturais - Fase 1	253.716.779,17	45,57
Man. Cons. Rec. Naturais - Fase 2	67.482.469,00	12,12
Capacitação de Executores e Beneficiários	3.877.388,79	0,70
Pesquisa Estudos e Avaliações	7.227.063,86	1,30
Sistema de Informações – DERAL	1.364.960,11	0,25
Gerenciamento do Projeto – UGP	3.252.534,88	0,58
Assessoramento do Projeto	95.638,78	0,02
TOTAL	556.820.691,82	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses – RF 1.8.1 - Relatório Financeiro Consolidado por Componente-Subcategoria

NOTA: O total do Componente Combate à Pobreza, nesta tabela, difere do total da tabela 1 porque nesta não foi somado o valor negativo de R\$ 20.003.165,90. Porém, nos Relatórios Financeiros da SEAB, esse valor é sempre somado como positivo no total.

O Componente Social (Combate à Pobreza) recebeu cerca de 40%. Este pretendia atender: "as necessidades básicas dos agricultores e pescadores artesanais e de seus familiares, por meio da melhoria da infra-estrutura social familiar (reforma/construção de moradias, abastecimento de água e saneamento básico), o desenvolvimento comunitário e a geração de renda".

Esse componente incluía, ainda, ações direcionadas para os trabalhadores rurais volantes, designadas de Vilas Rurais, igualmente relacionadas com melhoria nas condições de moradia dessa categoria.

A distribuição dos recursos também pode ser analisada da ótica da aplicação/ investimentos, entre as principais entidades participantes do Projeto, e comparada com a participação de cada uma conforme previsto no desenho inicial do Projeto.

Os dados da tabela 3 indicam que, em obras, bens e serviços, administrados pela CODAPAR foi aplicada a maioria dos recursos, cerca de 41%. Tais recursos, em princípio, são dirigidos aos produtores rurais, pois a CODAPAR ficou responsável pelo FUNPARANÁ, destinado ao fomento e a melhorias nas condições de saneamento das moradias, entre o público beneficiário desse Fundo, conforme visto anteriormente.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES ENTRE AS PRINCIPAIS ENTIDADES - 01/01/1998 A 30/04/2006

APLICAÇÕES	VALOR (R\$)	%	PREVISTO <sup>(1)</sup>
Bens, Obras e Serviços - CODAPAR	226.292.598,55	40,64	44,50
DER	171.997.449,31	30,89	11,10
Bens, Obras e Serviços - COHAPAR	109.198.311,66	19,61	11,00
Assistência Técnica Beneficiários – EMATER	7.286.859,77	1,31	4,70
Treinamentos e Seminários	19.987.907,41	3,59	2,70
TOTAL PRINCIPAIS AÇÕES	534.763.126,70	96,04	74,00
TOTAL PROJETO	556.820.691,82	100,00	
SUBDIVISÃO DER			
Bens, Obras e Serviços - DER - Readequação de Estradas	23.580.728,56	13,71	
Bens, Obras, Serviços - DER - Reabilitação de Pavimentos	93.566.189,20	54,40	
Bens, Obras, Serviços - DER - Adequação de Estradas Rurais	54.850.531,55	31,89	
TOTAL	171.997.449,31	100,00	

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses – RF 1.8.1 - Relatório Financeiro Consolidado por Componente-Subcategoria

(1) Previsto no Manual Operativo (PARANÁ, 1996).

A maior discrepância entre a participação prevista e a realizada encontra-se na participação do DER (ações relativas às estradas). Segundo foi previsto no Manual Operativo do Projeto de 1996, o DER deveria receber cerca de 11% do total de recursos aplicados. Porém, em 30/04/2006 as informações sobre as aplicações do Projeto, elaboradas pela SEAB, revelam que foram investidos 31% ao longo do período de execução do Projeto.<sup>17</sup>

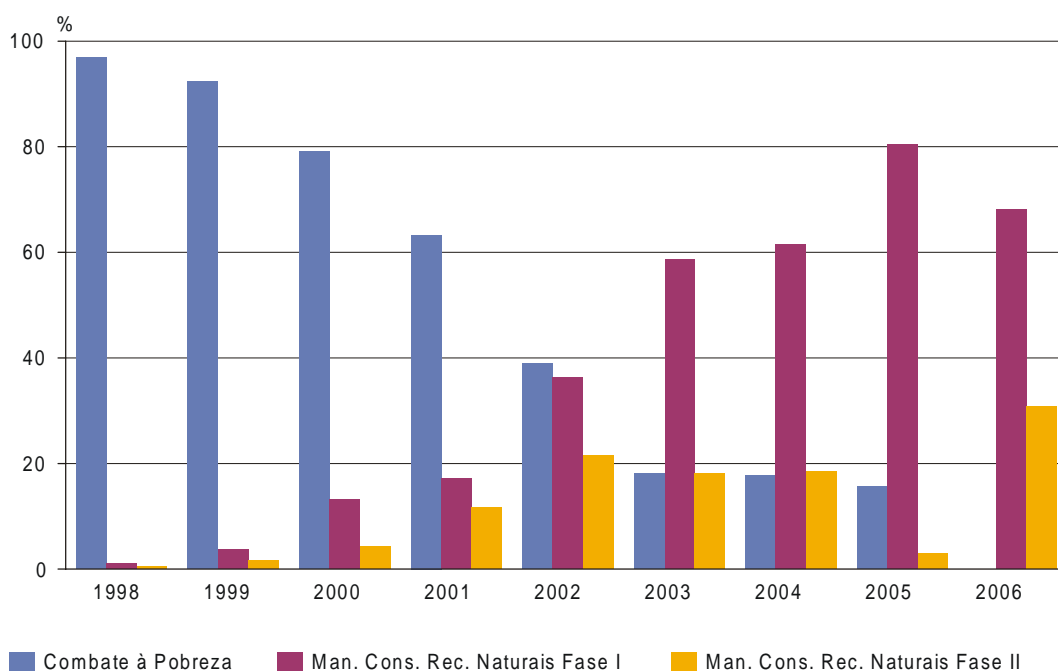
No caso das ações direcionadas para as Vilas Rurais, que recebeu investimentos por meio da COHAPAR, foi previsto que caberia a essa 11% do total, porém, ao final do Projeto, recebeu 20%.

Em Treinamento e Seminários, realizados pela EMATER e IAPAR, as aplicações igualmente foram maiores do que o previsto, de 2,7% passou para 3,6% ao final do Projeto. Em contrapartida, aumenta a participação da Assistência Técnica realizada pela EMATER; as aplicações foram previstas em 1,3% e atingem 4,7% ao final de 2006.

A distribuição dos recursos por componente, ao longo do período de execução do Programa, permite verificar que o Combate à Pobreza recebeu a maior parcela de recursos no início da execução, quando teve maior participação: em 1998, 97%, 1999, 92%, e 2000, 79% (gráfico 4). A partir desse ano começa a declinar: 2001, 63%, 2002, 39%, 2003 e 2004, 18%, 2005, 16% – em 2006, os recursos que deveriam ser aplicados nesse componente foram remanejados para outro (tabelas 4 e 5).

<sup>17</sup> A justificativa para essa mudança na alocação dos recursos em estradas foi registrada no item anterior.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS TOTAIS DO PROJETO PARANÁ 12 MESES PARA O COMPONENTE SOCIAL E O PRODUTIVO - 1998-2006



FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - RF 1.8.1 - Relatório Financeiro Consolidado por Componente-Subcategoria

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES, 01/01/1998 A 30/04/2006

COMPONENTE	1998		1999		2000		2001		2002	
	Total R\$	%	Total R\$	%	Total R\$	%	Total R\$	%	Total R\$	%
Combate à Pobreza	54.270.564,48	96,95	37.583.215,09	92,33	46.357.433,89	79,18	22.906.081,50	63,27	33.906.944,70	38,88
Man. Cons. Rec. Naturais Fase 1	579.521,96	1,04	1.521.655,36	3,74	7.737.830,96	13,22	6.202.273,77	17,13	31.711.790,24	36,36
Man. Cons. Rec. Naturais Fase 2	307.480,89	0,55	670.820,39	1,65	2.577.899,13	4,40	4.207.557,14	11,62	18.867.026,63	21,63
Capacitação Executores Benefic.	83.228,87	0,15	205.096,14	0,50	149.339,67	0,26	682.591,06	1,89	92.254,00	0,11
Pesquisa Estudos e Avaliações	170.771,09	0,31	297.172,64	0,73	1.155.464,57	1,97	1.625.639,30	4,49	1.773.939,17	2,03
Sistema de Informações - DERAL	382.710,40	0,68	97.544,06	0,24	137.249,18	0,23	104.154,97	0,29	108.956,10	0,12
Gerenciamento do Projeto - UGP	183.509,93	0,33	331.536,18	0,81	382.135,15	0,65	456.508,39	1,26	719.654,73	0,83
Assessoramento ao Projeto	0,00	0,00	0,00	0,00	49.169,16	0,08	18.222,86	0,05	28.246,76	0,03
<b>TOTAL</b>	<b>55.977.787,62</b>	<b>100,00</b>	<b>40.707.039,86</b>	<b>100,00</b>	<b>58.546.521,71</b>	<b>100,00</b>	<b>36.203.028,99</b>	<b>100,00</b>	<b>87.208.812,33</b>	<b>100,00</b>

COMPONENTE	2003		2004		2005		2006		Total (98/06)	
	Total R\$	%	Total R\$	%	Total R\$	%	Total R\$	%	Total R\$	%
Combate à Pobreza	10.701.540,87	18,08	15.618.479,22	17,74	18.462.763,38	15,65	0,00	0,00	239.807.023,13	41,57
Man. Cons. Rec. Naturais Fase 1	34.711.558,72	58,65	54.070.125,76	61,42	94.739.508,46	80,29	22.442.513,94	68,06	253.716.779,17	43,99
Man. Cons. Rec. Naturais Fase 2	10.815.428,80	18,27	16.356.004,76	18,58	3.515.091,02	2,98	10.165.160,24	30,83	67.482.469,00	11,70
Capacitação Executores Benefic.	1.365.533,75	2,31	662.831,04	0,75	636.514,26	0,54	0,00	0,00	3.877.388,79	0,67
Pesquisa Estudos e Avaliações	990.665,60	1,67	741.789,00	0,84	308.539,49	0,26	163.083,00	0,49	7.227.063,86	1,25
Sistema de Informações - DERAL	148.176,21	0,25	144.456,42	0,16	131.191,64	0,11	110.521,13	0,34	1.364.960,11	0,24
Gerenciamento do Projeto - UGP	450.461,25	0,76	437.032,98	0,50	199.900,68	0,17	91.795,59	0,28	3.252.534,88	0,56
Assessoramento ao Projeto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.638,78	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>59.183.365,20</b>	<b>100,00</b>	<b>88.030.719,18</b>	<b>100,00</b>	<b>117.993.508,93</b>	<b>100,00</b>	<b>32.973.073,90</b>	<b>100,00</b>	<b>576.823.857,72</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - RF 1.12.3 - Relatório Financeiro Consolidado por Componente-Subcategoria (30 abr.2006)

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, POR COMPONENTE E SUBCATEGORIA, AO LONGO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO - 01/01/1998 A 30/04/2006

COMPONENTE E SUBCATEGORIA	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>1 – Combate à Pobreza</b>									
1 - 1A – Bens, Obras e Serviços - CODAPAR	25,68	24,22	42,16	40,81	70,42	78,12	95,39	95,15	
1 - 1C – Bens, Obras e Serviços - COHAPAR	72,69	70,91	53,42	54,31	16,29	3,44	0,00	0,00	
<b>2 - 2 – Taxas da CODAPAR</b>	0,31	0,48	0,63	0,61	1,00	1,61	1,89	2,52	
3 - 3A – Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	2,64	7,41	0,00	0,00	
3 - 3B1 – Assistência Técnica aos Beneficiários	1,04	3,36	2,52	2,25	7,74	0,00	0,00	0,00	
3 - 3B2 – Treinamentos e Seminários	0,29	1,03	1,28	2,02	1,91	9,42	2,71	2,33	
<b>Subtotal</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
<b>1 – Man. Cons. Rec. Naturais - Fase 1</b>									
1 - 1A – Bens, Obras e Serviços – CODAPAR	97,43	83,15	32,32	57,95	71,00	36,10	21,34	7,37	61,62
1 - 1B1 – Bens, Obras Serviços -DER-Readeq.Estrad.	0,00	0,00	65,51	38,69	17,72	4,72	2,12	7,23	3,85
1 - 1B2 – Bens, Obras Serviços -DER-Reabili.Pavim.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,69	80,22	33,26
1 - 1B3 – Bens, Obras Serviços -DER-Adeq.Estrad.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,51	56,80	4,78	0,00
<b>2 - 2 – Taxas da CODAPAR</b>	1,65	1,24	0,49	0,87	1,01	0,73	0,41	0,13	1,27
3 - 3A – Bens	0,00	10,95	0,00	0,00	8,90	0,00	0,00	0,00	0,00
33 - 3B1 – Assistência Técnica aos Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,10	0,18	0,10	0,00	0,00	0,00
3 - 3B2 – Treinamentos e Seminários	0,92	4,65	1,68	2,40	1,19	1,85	0,65	0,28	0,00
<b>Subtotal</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>3 – Man. Cons. Rec. Naturais - Fase 2</b>									
1 - 1A – Bens, Obras e Serviços - CODAPAR	89,20	63,66	50,24	64,84	77,62	67,27	91,29	65,92	97,99
2 - 2 – Taxas da CODAPAR	0,81	1,10	0,76	0,97	1,08	1,28	1,79	1,29	1,99
3 - 3A – Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	10,21	4,33	0,00	0,00	0,00
33 - 3B1 – Assistência Técnica aos Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,19	0,94	0,71	0,00	0,00	0,00
3 - 3B2 – Treinamentos e Seminários	9,99	35,24	49,00	34,00	10,15	26,41	6,91	32,79	0,01
<b>Subtotal</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>4 – Capacitação Execut. e Beneficiários</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>5 – Pesquisa Estudo e Avaliação</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>6 – Sistema de Informações - DERAL</b>									
3 - 3A – Bens								2,42	
3 - 33C – Custos Operacionais				100,00	100,00	100,00	100,00	97,58	
<b>Subtotal</b>	100,00	100,00	100,00			100,00		100,00	100,00
<b>7 – Gerenciamento do Projeto - UGP</b>									
3 - 3A – Bens	38,93							0,06	
3 - 3C – Custos Operacionais	61,07			100,00	100,00	100,00	100,00	99,94	
<b>Subtotal</b>	100,00	100,00	100,00					100,00	100,00
<b>8 – Assessoramento ao Projeto</b>			100,00	100,00	100,00				

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses – RF 1.12.3 - Relatório Financeiro Consolidado por Componente-Subcategoria (30 abr.2006)

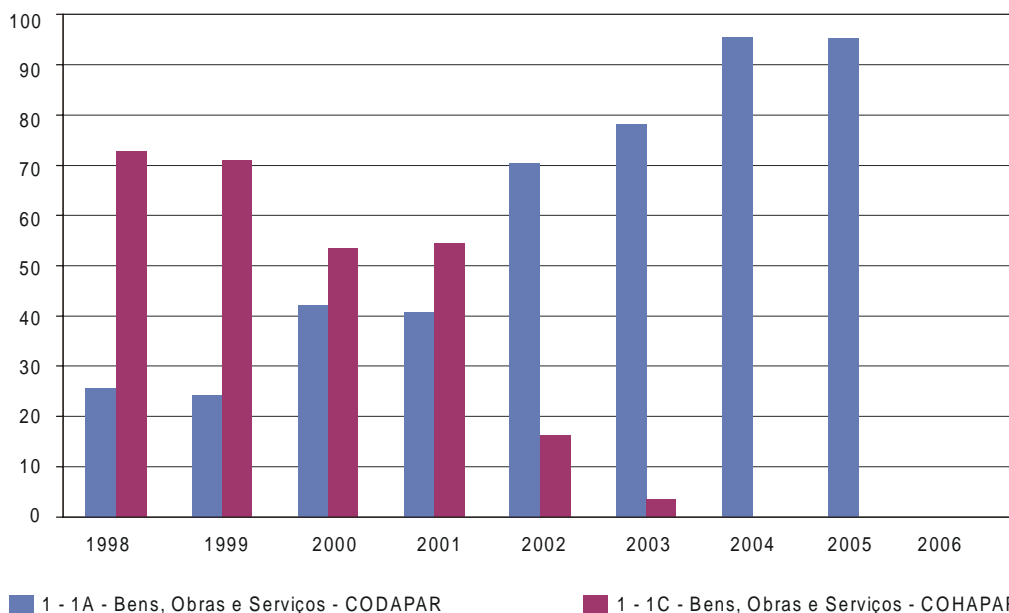
A redução na participação do Combate à Pobreza foi acompanhada pelo aumento na participação do Manejo e Conservação, em particular na Fase 1, que passa de uma participação residual em 1998, de 1%, para 13%, em 2000, 59%, em 2003, e 68%, em 2006. O MCRN 2 recebe recurso de forma moderada, se comparado aos valores anteriores; é somente a partir de 2002 que os recursos aumentam para 22%, mas reduzem em 2003 e 2004, para 18%, em 2005 caem para 6%, e em 2006 chegam a 31%.

Deve-se considerar, a propósito da aplicação dos recursos do Projeto, que o volume total de gastos em reais oscila ao longo do período de sua execução. Nos primeiros quatro anos do Projeto, entre 1998 e 2001, foram gastos 33,2% do total de recursos (191.434.378,19); nos últimos cinco anos, de 2002 a abril de 2006, foram gastos 67,9% do total (576.823.857,73).

Tais informações indicam que 2002 foi um ano de mudanças significativas na alocação de recursos. Tanto assim que se refletiram sobre o papel das instituições e/ou sobre a ênfase no atendimento aos produtores rurais e aos trabalhadores sem terra (Vilas Rurais).

Essas mudanças podem ser visualizadas no gráfico 5, com a distribuição dos recursos do Projeto Paraná 12 Meses, entre a CODAPAR e a COHAPAR, ao longo do período de sua execução.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS TOTAIS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE AS PRINCIPAIS ENTIDADES PARTICIPANTES, CODAPAR E COHAPAR - 1998 E 2006



FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - RF 1.12.3 - Relatório Financeiro Consolidado por Componente-Subcategoria (30 abr.2006)

As aplicações do Componente Social, destinado às Vilas Rurais em habitação e saneamento – atribuição da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) –, passam de uma participação de 73% do total de recursos aplicados no interior do subcomponente, em 1998, para 16%, em 2002, 3%, em 2003, e em 2004, 2005 e 2006 não recebem investimentos.

Já, o atendimento ao Fomento para os produtores de subsistência, atribuição da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODAPAR), passa de uma participação de 26%, do total do componente no ano de 1998, para 42%, em 2000, salta para 70% em 2002, em 2004 e 2005 atinge quase a totalidade do componente, 95%, e cessam em 2006.

Entre os componentes produtivos, no Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Fase 1, foi aplicado pela CODAPAR, em 1998, quase a totalidade dos investimentos desse subcomponente (97%). Nos anos seguintes, essas aplicações vão gradativamente perdendo participação, em 2005 ficam em 7% do total, cessando em 2006. Essa redução é acompanhada pelo crescimento dos investimentos do DER em estradas. Em 1988 e 1999, não aconteceram investimentos em estradas; em 2000, atingem 66% do total aplicado nesse subcomponente; entre 2001 e 2002, decrescem, mas em 2003 passam para 61%; chegam a 90% em 2005, caindo para 66%, em 2006.

No caso do MCRN 2, as aplicações no interior do subcomponente estão, em sua maioria, relacionadas com os investimentos da CODAPAR. Outra parcela está relacionada com os trabalhos de Treinamento e Seminário, se bem que a participação da CODAPAR é

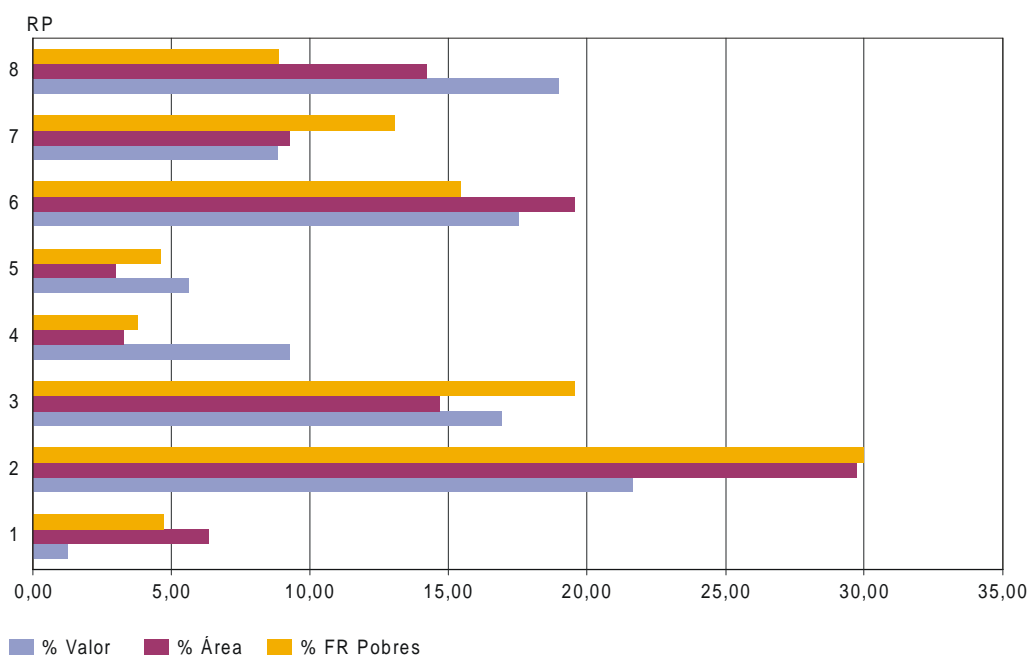
mais significativa ao longo do período. A propósito, esses trabalhos somente têm importância relativa no interior desse subcomponente.

Com o objetivo de complementar e levantar elementos relacionados com a alocação dos investimentos do Projeto Paraná 12 meses, a seguir é analisada a distribuição territorial dos investimentos entre as Regiões do Projeto e, na seqüência (item 4.3), a distribuição do FUNPARANÁ entre as diversas categorias de produtores.

#### 4.2 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS INVESTIMENTOS ENTRE AS REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

A distribuição territorial do total dos investimentos realizados pelo Projeto, ao longo dos nove anos de sua duração (de 1998 a 30/04/2006), revela que, das oito Regiões do Projeto (RPs), quatro ficaram com a maioria dos recursos, cerca de 75% (RP 2, 3, 6 e 8). Essa concentração de recursos apresenta certa proporção com a dimensão territorial dessas RPs e das famílias rurais pobres do Estado (que recebem até ½ sm *per capita*), ver gráfico 6, e Anexo 4, tabela A.4.1.

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS APLICAÇÕES TOTAIS DO PROJETO ENTRE AS REGIÕES DO PROJETO, PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA TOTAL DO ESTADO E NO NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POBRES (ATÉ 1/2 S.M.)



FONTE: Anexo 4, tabela A.4.1

A análise comparativa entre as RPs revela algumas particularidades, por exemplo:

- a RP 2 agrega a maior proporção das famílias rurais pobres (FRP), da superfície territorial do Estado, e dos recursos do Projeto;
- a RP 8, ao contrário da RP 2, recebeu proporção de recursos muito superior à sua participação na superfície territorial e maior ainda na participação das FRP;

- a RP 4 e RP 5, a exemplo da RP 8, também receberam proporção de recursos superior à sua participação na superfície territorial do Estado e nas FRP.

A comparação entre os valores médios (valor total dos recursos dividido por área e por famílias rurais pobres) permite verificar que duas RPs estão bem acima da média estadual:

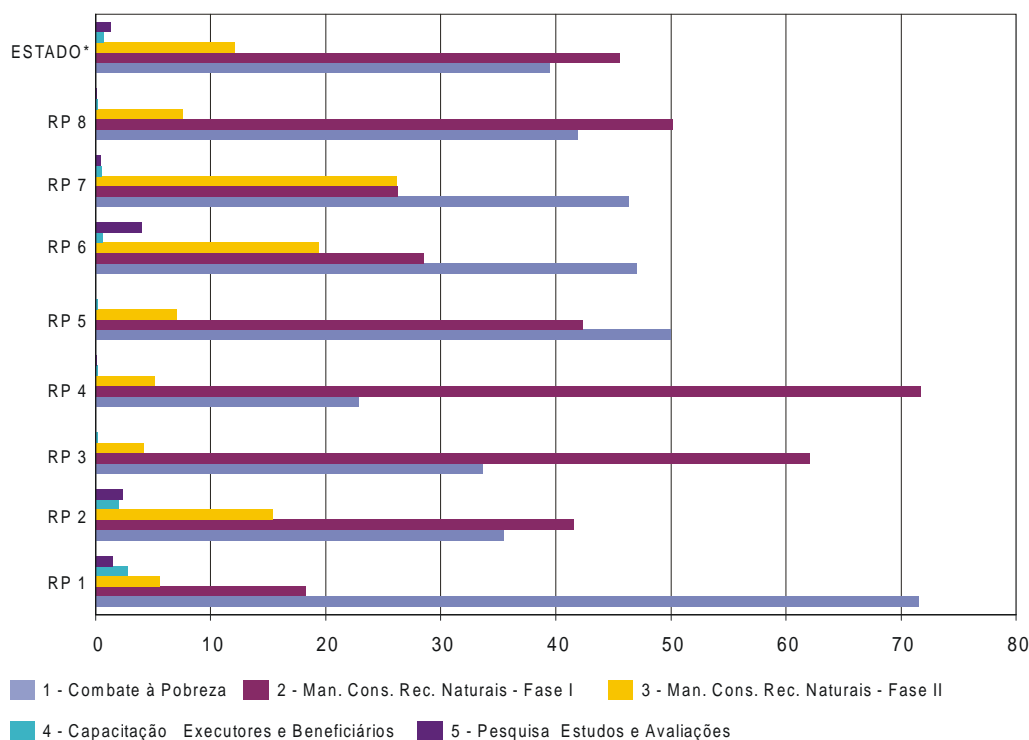
- a média estadual do valor total dividido pela área territorial total foi de R\$ 28,00, e do valor total dividido pelo número de famílias rurais pobres foi de R\$ 2.869,00;
- na RP 8, essas médias foram de R\$ 37,00 e R\$ 6.134,00;
- na RP 4, de R\$ 79,00 e R\$ 7.033,00.

Essa disparidade entre os valores médios não existe somente entre as RPs, ela se repete no interior das próprias RPs, uma vez que está associada à magnitude dos valores alocados em relação ao número de FRP e à área dos municípios que compõem cada RP (mapa 2).

Pode-se pensar que as disparidades estariam associadas aos componentes, na medida em que o MCRN 2 não está diretamente associado à pobreza, pois seus critérios agregavam produtores com unidades produtivas maiores do que as demais categorias. Contudo, esse subcomponente somente foi prioritário na RP 6, 7 e 8, sendo que os valores médios mais altos aparecem com destaque apenas na RP 8.

Na tentativa de levantar mais indicações sobre tais disparidades, a seguir são analisadas informações sobre a distribuição dos investimentos entre os principais subcomponentes, agregando os municípios segundo as RPs do Projeto, gráfico 7, Anexo 4, tabela A.4.3, dados desagregados por município.

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE OS PRINCIPAIS COMPONENTES, SEGUNDO CADA UMA DAS REGIÕES DO PROJETO



FONTE: Anexo 4, tabela A.4.2



Conforme visto anteriormente, a maioria dos recursos do Projeto 12 Meses foi aplicada no Componente Produtivo, voltado para o Manejo e Conservação dos Recursos Naturais. Essa aplicação se repete na RP 2 e 8 e, de modo acentuado, na RP 3 e 4.

Já o componente de Combate à Pobreza aparece como maioria na RP 1, 5, 6 e 7.

Quando se compara o que foi definido no desenho do Projeto, como objeto de atenção especial em cada RP, verifica-se que essa definição não se concretizou em todas elas. A propósito, deve-se lembrar que o estabelecimento dessas regiões tinha por objetivo, justamente, definir quais subcomponentes eram prioritários em cada espaço territorial delimitado pelas RPs.

Nesse sentido, a comparação entre a regionalização do Projeto e os subcomponentes definidos como prioritários em cada região permite constatar que nas RPs 1, 2, 3, 4 concretizou-se o estabelecido. Nessas, os trabalhos prioritários deveriam se voltar para o Combate à Pobreza, quer fosse no atendimento aos produtores de subsistência quer na construção e reforma de casas para os trabalhadores rurais volantes, bem como para o Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Fase 1.

Nas demais RPs, o que difere do previsto está relacionado, em especial, com o MCRN 2. Esse subcomponente deveria predominar nas RPs 6, 7 e 8; contudo, foi o MCRN 1 que recebeu a maioria dos recursos entre essas RPs.

Na tentativa de levantar mais elementos para investigar as questões colocadas nas hipóteses que orientam este estudo, e enriquecer a análise da alocação territorial dos recursos, as informações foram trabalhadas por município, Região do Projeto (RP) e região geográfica do IBGE. É importante lembrar que as hipóteses foram construídas a partir de um conhecimento sobre a realidade paranaense, o qual revelou que as regiões mais dinâmicas do Estado dispõem de atributos que facilitam a execução de políticas públicas, em particular daquelas que pressupõem a participação de agentes sociais organizados (inclusive e principalmente os produtores).

Em decorrência disso, é esperado que as regiões mais dinâmicas se apropriem de um volume maior de recursos aplicados pelo Estado por meio do Projeto 12 Meses. Com o objetivo de testar essa hipótese, toma-se como parâmetro o total do valor alocado no município dividido pelo número de famílias rurais pobres (FRP) nele residente – famílias que recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*. Para selecionar os municípios que receberam maior valor por FRP, foram adotados como referência a proporção de municípios que apresentaram valores médios acima de R\$ 3.000,00 por FRP<sup>18</sup> (tabela 6).

---

<sup>18</sup> O valor total dos investimentos do projeto foi de R\$ 556.786.415,5218, o número de famílias rurais pobres do Paraná era de 194.076, em 2000, e o valor médio por FRP no total ficou em R\$ 2.868,91.

TABELA 6 - NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ACIMA DE R\$ 3.000,00, POR REGIÃO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

RP	TOTAL MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS ACIMA DE R\$ 3.000,00	
		Abs.	%
1	14	2	14,29
2	67	10	14,93
3	43	6	13,95
4	20	10	50,00
5	22	10	45,45
6	102	47	46,08
7	51	9	17,65
8	71	45	63,38

FONTE: Anexo 4, tabela A.4.4

Antes dessa análise, deve-se mencionar que, na discussão com os gestores públicos, foi levantado que esses valores médios poderiam estar relacionados com os investimentos em estradas, em particular no caso da adequação e reabilitação de estradas. Segundo os gestores, os recursos para esses trabalhos faziam parte de uma decisão do governo relacionada com a política estadual de transportes e foram alocados no Projeto Paraná 12 Meses na forma de contrapartida estadual. Sendo assim, essa possibilidade é também investigada.

Os procedimentos adotados permitem verificar que em algumas RPs a proporção de municípios com valores acima de R\$ 3.000,00 é bem maior do que em outras, tais como na RP 8 (63,38), RP 4 (50,00%), RP 6 (46,08%) e RP 5 (45,45%). As informações sobre os municípios de cada uma das oito Regiões do Projeto constam do Anexo 4, tabela A.4.4, e a análise dessas informações se encontra no Anexo 2.

As informações apresentadas corroboram a hipótese de que as regiões mais dinâmicas conseguem captar, com mais facilidade, os investimentos públicos, dado que nelas existem atributos que fortalecem a organização e o capital social e, conseqüentemente, o acesso aos recursos do Estado.

Para reafirmar essa conclusão, as informações e indicadores foram agregados segundo as regiões geográficas do IBGE (tabela 7). Essa agregação, conforme se observou, considera critérios de homogeneidade social e econômica.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DO VALOR ACUMULADO, SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA, NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POBRES, VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, ÁREA TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA TOTAL DO PARANÁ - PROJETO PARANÁ 12 MESES

REGIÕES GEOGRÁFICAS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/ FAMÍLIAS RURAIS POBRES	% FAMÍLIAS RURAIS POBRES	% VALOR TOTAL POR MESO	ÁREA (ha)	% ÁREA TOTAL PARANÁ
Norte Central Paranaense	130.235.332,43	23.282	5.593,79	12,00	23,39	2.455.398	12,28
Noroeste Paranaense	92.828.392,55	14.871	6.242,33	7,66	16,67	2.475.038	12,38
Norte Pioneiro Paranaense	74.161.312,14	15.596	4.755,26	8,04	13,32	1.571.892	7,86
Subtotal				27,69	53,38		32,53
Metropolitana de Curitiba	68.496.061,40	26.619	2.573,22	13,72	12,30	2.314.713	11,58
Oeste Paranaense	45.005.812,39	19.077	2.359,15	9,83	8,08	2.286.470	11,44
Centro-Sul Paranaense	37.293.318,65	28.310	1.317,33	14,59	6,70	2.643.910	13,23
Sudoeste Paranaense	35.257.129,03	19.160	1.840,14	9,87	6,33	1.164.579	5,83
Centro-Oriental Paranaense	27.337.067,99	14.449	1.891,97	7,45	4,91	2.181.202	10,91
Sudeste Paranaense	23.311.037,04	20.744	1.123,76	10,69	4,19	1.701.060	8,51
Centro-Occidental Paranaense	22.860.951,90	11.969	1.910,01	6,17	4,11	1.193.756	5,97
Subtotal				72,305	46,62		67,47
PARANÁ	556.786.415,52	194.076	2.868,91	100,00	100,00	19.988.020	100,00

FONTE: Anexo 4, tabela A.4.4

As informações da tabela 7 confirmam a concentração de recursos nas três regiões mais dinâmicas do Paraná, em termos do setor agropecuário: Norte Central (23%), Noroeste (17%) e Norte Pioneiro (13%), as quais receberam mais de 53% do total de recursos aplicados pelo Projeto Paraná 12 Meses. Essa concentração também explica o fato de apresentarem os maiores valores médios por famílias rurais pobres (FRP).

Ademais, essa concentração não está relacionada com o tamanho territorial das regiões, pois, juntas, agregam 33% da área total do Estado. Também não está relacionada com a concentração de FRP, uma vez que agregam apenas 28% das FRP do Estado do Paraná.

Portanto, a concentração de recursos do Projeto Paraná 12 Meses na Grande Região Norte e no Noroeste do Estado está relacionada com o dinamismo dos agronegócios nessas regiões e, este, com os atributos do capital social e sua conseqüente capacidade de carrear recursos financeiros e técnicos, conforme explicitado nas hipóteses que orientam este estudo.

De outra ótica, essa alocação de recursos pode estar relacionada com o componente produtivo do Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (Fases 1 e 2), que recebeu a maioria dos recursos do Projeto.

Com o propósito de clarificar ainda mais esses aspectos, foram selecionadas duas regiões para uma análise comparativa, entre regiões com características diversas e até opostas, do universo de regiões que receberam o maior e o menor volume de recursos do Projeto Paraná 12 Meses, respectivamente o Norte Central e o Sudeste.

Para melhor entendimento, retomam-se algumas características dessas regiões. O Norte recebeu o maior volume de recursos do Projeto (23%), tem uma população predominantemente urbana (88%), representa cerca de 12% da área territorial do Estado e contribui com 14% para o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do Paraná, em 2000.<sup>19</sup> O Sudoeste recebeu 4% dos recursos, seu grau de urbanização é de 53%, representa 8% do território estadual e tem uma participação de 2% no VAF.

Outros indicadores confirmam as diferenças entre as regiões. Por exemplo, no Norte Central o valor total alocado entre os municípios que compõem essa região, dividido por sua área territorial, atingiu o valor médio de R\$ 5.128,00 e um valor médio por família rural pobre de R\$ 5.408,00. No Sudeste, esses valores foram, respectivamente, de R\$ 1.346,00 e 1.104,00; a média estadual para esses valores foi de R\$ 2.518,00 no caso do valor por área, e R\$ 2.593,00 no valor por família rural pobre.<sup>20</sup>

Tais informações confirmam a hipótese de que a dotação de capital social é um elemento que favorece os territórios mais desenvolvidos.

---

<sup>19</sup> Deve-se lembrar que o Norte Central é a segunda região que mais contribui para a geração do VAF; a primeira é Região Metropolitana de Curitiba, cuja participação no VAF do Paraná é de cerca de 50%, em 2000.

<sup>20</sup> Esses dados se referem aos valores aplicados pelo Projeto até o ano de 2005.

Além disso, a análise intra-regional revela que na região do Norte Central grande parte dos recursos foi investido pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER), na reabilitação dos pavimentos e, em menor parte, na readequação das estradas rurais; essas ações estiveram relacionadas com o Componente Produtivo do Manejo e Conservação dos Recursos Naturais. No Sudoeste, ao contrário, o Combate à Pobreza recebeu mais recursos do que o MCRN.

A seguir, são apresentadas e analisadas as informações sobre a aplicação dos investimentos do FUNPARANÁ.

#### 4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO FUNPARANÁ ENTRE PÚBLICO BENEFICIÁRIO, REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

Neste item, são analisadas informações referentes à distribuição dos investimentos do FUNPARANÁ, trabalhadas a partir do Banco de Dados da SEAB.

A propósito, os recursos aplicados via esse Fundo constam dos recursos totais, analisados no item anterior. Todavia, a participação do Fundo no total dos recursos difere entre as Regiões do Projeto (RPs), conforme tabela 8.

TABELA 8 - COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR TOTAL APLICADO E O VALOR APLICADO VIA FUNPARANÁ, POR REGIÃO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

REGIÃO DO PROJETO	VALOR TOTAL APLICADO (R\$) A	FUNPARANÁ VALOR APOIADO (R\$) B	% FUNPARANÁ POR ESCALA	DIFERENÇA B/A	% FUNDO/VALOR TOTAL
1	6.950.679,48	6.123.619,60	3,05	827.059,88	88,10
2	120.470.057,92	42.235.338,35	21,05	78.234.719,57	35,06
3	94.089.512,20	28.647.246,13	14,28	65.442.266,07	30,45
4	51.671.825,20	10.464.488,85	5,22	41.207.336,35	20,25
5	31.207.685,03	12.052.636,90	6,01	19.155.048,13	38,62
6	97.516.949,91	37.794.687,86	18,84	59.722.262,05	38,76
7	49.143.305,60	36.338.672,53	18,11	12.804.633,07	73,94
8	105.736.400,18	26.987.457,14	13,45	78.748.943,04	25,52
TOTAL	556.786.415,52	200.644.147,36	100,00	356.142.268,16	36,04

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

NOTA: No total dos relatórios consta um valor de R\$ 226.292.598,55 para a CODAPAR, porque inclui o valor alocado em estradas, que na tabela não foi incluído.

É interessante observar que o FUNPARANÁ representou apenas 36% do total de recursos aplicados pelo Projeto, os quais foram investidos diretamente entre os produtores rurais, pela CODAPAR. Assim, não constam do FUNPARANÁ os recursos aplicados pela COHAPAR, na reforma e construção de casas em Vilas Rurais, nem os recursos investidos em estradas, pelo DER e pela CODAPAR.

A propósito da participação da CODAPAR, é importante lembrar que essa entidade enfrentou dificuldades para executar as ações sob sua responsabilidade, no que se refere à administração desse Fundo (conforme explicitado no item 3.1).

Os dados da tabela 8 indicam que em algumas RPs o Fundo teve uma participação maior do que em outras, tais como nas RPs 1 (88,10%) e 7 (73,94%).

Quanto à distribuição do FUNPARANÁ entre as RPs, parte significativa foi aplicada na RP 2 (21,05%) e 4 (20,25). Outras RPs também receberam parcela importante desse Fundo, como as RPs 6 e 7, ambas em torno de 18%, e a RP 8 (13,45%). Nessas RPs, os trabalhos prioritários envolviam o Componente Produtivo, em particular seu subcomponente de Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Fase 2; a RP 7, também incluiu o Combate à Pobreza, e, na RP 2, o MCRN 1 e o Combate à Pobreza.

Antes de continuar investigando a alocação de recursos do FUNPARANÁ, torna-se pertinente analisar algumas alterações nos critérios de enquadramento do seu público beneficiário. Conforme mencionado anteriormente, o prazo de execução do Projeto passou por duas renegociações com o Banco Mundial que resultaram em prorrogações no prazo de sua execução e em redução no valor total do empréstimo. Além disso, também as orientações do Manual Operativo passaram por ajustamentos, quando dessas negociações. Esses ajustes constam das Notas Técnicas elaboradas durante essas negociações<sup>21</sup> e, com o objetivo de clarificar questões relacionadas com as categorias de beneficiários do FUNPARANÁ, alguns pontos são aqui mencionados.

A Nota Técnica, com data de março de 2002, explicita que as revisões foram motivadas pelos resultados do relatório de avaliação para Revisão de Meio Termo do Projeto Paraná 12 Meses. Esse relatório revelou o baixo desempenho físico e financeiro no subcomponente Manejo dos Recursos Naturais (Fases 1 e 2), bem como recomendou ampliar os limites de inclusão dos agricultores beneficiários do Projeto, alterando, assim, as normas originais do Manual Operativo de 1998.

Em geral, as alterações tiveram por objetivo corrigir os valores e os percentuais de apoio do Projeto, em função de sua defasagem em relação aos valores praticados pelo mercado.

É interessante observar que nessa revisão foi incluída a categoria de empresários familiares e rurais, porém as características dessas categorias são quase similares às dos PSM3, com exceção da variável área e participação da mão-de-obra familiar. No quadro 6, é feita uma comparação entre os anos de 1988 e 2002.

---

<sup>21</sup> As cópias das Notas Técnicas, que relatam o conteúdo das renegociações, constam do Anexo 1.

QUADRO 6 - VARIÁVEIS CLASSIFICATÓRIAS DO PÚBLICO DOS AGRICULTORES PRIORITÁRIOS - 1998 E 2002

VARIÁVEIS/ CATEGORIA	ÁREA (ha)	CAPITAL				PARTICIP. MÃO-DE-OBRA FAMILIAR (%)
		Benefícios Produtivos (R\$)		Equipamentos Agrícolas (R\$)		
		1998	2002	1998	2002	
PS / PSM1	<15	<5.000,00	<12.150,00	4.000,00	<9.720,00	>80
PSM2	<30	<12.000,00	<29.160,00	12.000,00	<29.160,00	>50
PSM3	<50	<40.000,00	<97.200,00	36.000,00	<87.480,00	>50
EF / ER	>50		>97.200,00		>87.480,00	>50

FONTES: PARANÁ (1998) e PARANÁ (2002)

Na Nota Técnica de maio de 2003, as alterações do Manual Operativo novamente elevaram o limite de apoio do FUNPARANÁ por beneficiário, desta vez para R\$ 11.000,00, independentemente do subcomponente, com exceção para os beneficiários das Vilas Rurais, cujo apoio máximo foi estabelecido em R\$ 3.400,00 (sendo R\$ 2.000,00 para atividades de Fomento Agrícola e R\$ 1.400,00 para atividades geradoras de renda – empreendimentos comunitários). Também foram corrigidos os valores de apoio das diversas práticas.

Nessa negociação foi também definido que a CODAPAR poderia executar a readequação de 20% das estradas rurais, anteriormente executadas somente pelo DER.

A propósito, deve-se lembrar que 2003 foi o ano em que teve início a parceria entre o Projeto 12 Meses (MCRN 1) e o Projeto Biodiversidade. Desse modo, foram incluídos os produtores com unidades produtivas de mais de 50 ha, uma vez que os trabalhos deveriam envolver a proteção dos recursos hídricos (conservação e restauração das matas ciliares, isolamento dessas matas com cercas de proteção e construção de abastecedouros comunitários) em microbacias hidrográficas. Portanto, deveriam envolver todos os produtores da microbacia, independentemente do tamanho de suas terras.

Agregue-se a isso que, em geral, as alterações dos valores, especialmente em 2002, foram motivadas pela necessidade de ajustá-los aos índices de inflação do período, bem como de adequar os critérios definidos no desenho do Projeto à realidade estadual. Contudo, ainda desta vez não foram consideradas as diversidades naturais, sociais e econômicas presentes no território paranaense.

A seguir, é investigada a distribuição de recursos do FUNPARANÁ entre as diversas categorias de público beneficiário. Inicialmente, deve-se explicar que o número de beneficiários é contabilizado independentemente da quantidade de apoio que cada um recebeu. Assim, como valor, consta a somatória dos montantes recebidos pelo produtor. Para tanto, a SEAB contabiliza como entrada o CPF do beneficiário, mesmo que tenha recebido recursos para vários tipos de apoio ou práticas. Esse procedimento é adotado tanto para o apoio individual como para o coletivo/comunitário.

Como restrição foi adotado o critério de não repetir o apoio para a mesma prática, e foi estabelecido um limite no valor do apoio por beneficiário, cuja magnitude variou ao longo do período de execução do Projeto, conforme visto anteriormente.

Ainda, a título de esclarecimento, nos relatórios financeiros aqui apresentados e analisados, somente aparece a categoria de "empresário"; ou seja, não foi feita distinção entre "empresário familiar" e "empresário rural". Também não foi feita distinção entre PS e PSM1 – estes aparecem, nos relatórios, agregados como se formassem uma única categoria. O mesmo acontece com os beneficiários caracterizados como pescadores, inicialmente separados em pescador "artesanal" e "profissional", mas agregados na categoria de pescador, nos relatórios financeiros da SEAB.

Os dados da tabela 9 indicam que a maioria dos recursos foi direcionada para os produtores de subsistência, classificados como PS e PSM1. Ao final oficial do Projeto (09/05/06), este segmento recebeu cerca de 87% do total dos recursos do FUNPARANÁ e representou 83% do total dos beneficiários. Essa categoria de produtor constitui o público preferencial do Fundo, criado pelo Projeto Paraná 12 Meses para "aliviar a pobreza rural existente no Estado".

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS PELO FUNPARANÁ, VIA PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE AS CATEGORIAS DE PÚBLICO BENEFICIÁRIO - 1998 A 09/05/2006

CATEGORIA	N.º BENEFICIÁRIOS	VALOR APOIADO (R\$)	VALOR MÉDIO	% BENEF./ TOTAL PR	% VALOR/ TOTAL PR
PS/PSM1	100.677	175.115.829,88	1.739,4	82,89	87,28
PSM2	14.175	17.868.239,54	1.260,5	11,67	8,91
PSM3	5.649	6.161.135,64	1.090,7	4,65	3,07
Empresário	338	299.363,72	885,7	0,28	0,15
PA/PP1	620	1.199.578,58	1.934,8	0,51	0,60
TOTAL	121.459	200.644.147,36	1.651,9	100,00	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

NOTA: Nesta tabela não foi considerado o caso dos beneficiários que não tinham informação sobre o valor do apoio, no banco de dados da SEAB. Contabilizados esses casos, o número total de beneficiários atinge 121.511.

Para as demais categorias de beneficiários as participações vão reduzindo:

- o público classificado como PMS2 recebeu 9% dos recursos e representou 12% do total dos beneficiários;
- PSM3 recebeu 3% do valor e representou 5% dos beneficiários;
- os empresários receberam 0,15% do total de recursos, correspondendo a 0,28% do total de beneficiários;
- os pescadores receberam 0,60% dos recursos, correspondendo a 0,51% do total de beneficiários.

Quanto ao valor médio recebido por categoria de beneficiário, chama a atenção o fato de que o valor médio mais alto (R\$ 1.934,00) se encontra entre os pescadores. Também chama atenção o fato de que os valores decrescem conforme aumenta a área das categorias de produtores. Por exemplo:

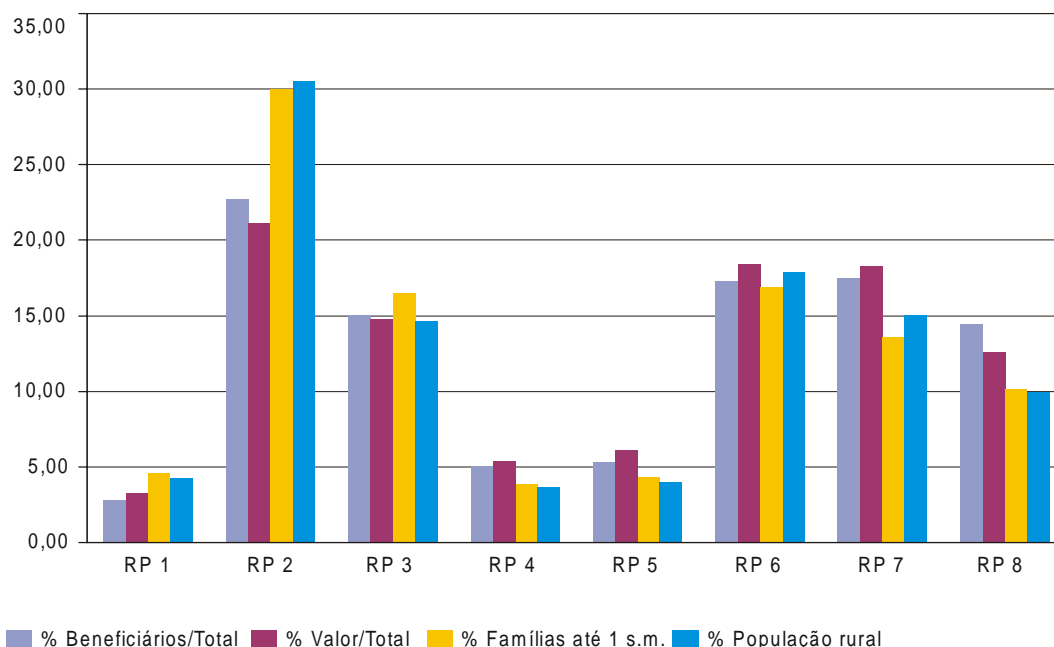
- os menores, PS e PSM1, obtiveram um valor médio de apoio financeiro de R\$ 1.739,00;

- PSM2, valor médio de R\$ 1.260,00;
- PSM3, valor médio de R\$ 1.090,00;
- os empresários receberam o menor valor médio, R\$ 885,00.

A propósito, a categoria de empresário, segundo definido na Nota Técnica de 2002, somente deveria receber recursos do FUNPARANÁ a partir de meados de 2003, quando o Projeto 12 Meses e o Biodiversidade passaram a operar em parceria, nos trabalhos voltados para o Manejo dos Recursos Naturais - Fase 1.

Entre as Regiões do Projeto, a distribuição dos recursos do FUNPARANÁ, vista sob a ótica da população rural e das famílias rurais pobres, com renda familiar *per capita* de até 1 sm, mostra-se coerente (gráfico 8).

GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS RECURSOS DO FUNPARANÁ, DO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E DA POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO REGIÕES DO PROJETO



FONTE: SEAB/ Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006); IBGE - Censo Demográfico; Anexo 5, tabela A.5.1, dados por município, Regiões do Projeto e regiões geográficas

Por exemplo, a RP 1, que recebeu 3% do valor desse Fundo, detém cerca de 4% da população rural do Estado e 5% da população rural pobre. De outra parte, a RP 2, que detém aproximadamente 30% da população rural do Estado e também 30% das famílias rurais pobres, recebeu 21% do valor total do Fundo e beneficiou 22% do público atendido pelo FUNPARANÁ; nessa RP, os trabalhos estavam voltados para o MCRN 1 e para o Combate à Pobreza.

Entre as demais RPs, a proporção entre a distribuição da população rural, das famílias rurais pobres, do número de beneficiários e do valor de apoio do FUNPARANÁ também apresenta coerência.

Quanto ao valor médio do apoio prestado, entre as oito RPs, não se verificam desigualdades similares àquelas verificadas entre as categorias de produtores. Para o Estado, em geral, o valor médio de apoio do FUNPARANÁ foi de R\$ 1.562,00 por beneficiário; entre as Regiões do Projeto, o valor médio por beneficiário mais alto foi encontrado na RP 1 (R\$ 1.833,00) e o mais baixo, na RP 2, R\$ 1.509,00 (tabela 10).

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS VIA FUNPARANÁ, PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE AS REGIÕES DO PROJETO E NO INTERIOR DE CADA REGIÃO DO PROJETO

REGIÕES DO PROJETO	CLASSIFICAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR	VALOR MÉDIO	% BENEF./ TOTAL	% VALOR TOTAL
1	PS/PSM1	2.769	5.085.162,58	1.836,46	82,88	83,04
	PSM2	4	2.917,84	729,46	0,12	0,05
	PSM3	10	5.367,30	536,73	0,30	0,09
	PA/PP1	558	1.030.171,88	1.846,19	16,70	16,82
Subtotal		3.341	6.123.619,60	1.832,9	100,00	100,00
2	PS/PSM1	22.959	36.355.660,82	1.583,50	82,03	86,08
	PSM2	3.621	4.540.463,11	1.253,93	12,94	10,75
	PSM3	1.394	1.337.249,30	959,29	4,98	3,17
	Empresário	13	1.965,12	151,16	0,05	0,00
Subtotal		27.987	42.235.338,35	1.509,1	100,00	100,00
3	PS/PSM1	15.284	26.185.585,26	1.713,27	83,72	91,41
	PSM2	2.300	1.961.640,25	852,89	12,60	6,85
	PSM3	666	493.892,12	741,58	3,65	1,72
	Empresário	7	6.128,50	875,50	0,04	0,02
Subtotal		18.257	28.647.246,13	1.569,1	100,00	100,00
4	PS/PSM1	5.612	9.893.583,87	1.762,93	91,62	94,54
	PSM2	394	487.851,07	1.238,20	6,43	4,66
	PSM3	115	79.410,66	690,53	1,88	0,76
	Empresário	4	3.643,25	910,81	0,07	0,03
Subtotal		6.125	10.464.488,85	1.708,5	100,00	100,00
5	PS/PSM1	6.062	11.420.808,90	1.884,00	93,41	94,76
	PSM2	316	412.765,25	1.306,22	4,87	3,42
	PSM3	89	111.525,08	1.253,09	1,37	0,93
	Empresário	2	186,37	93,19	0,03	0,00
	PA/PP1	21	107.351,30	5.111,97	0,32	0,89
Subtotal		6.490	12.052.636,90	1.857,1	100,00	100,00
6	PS/PSM1	16.518	30.970.393,37	1.874,95	78,72	81,94
	PSM2	2.737	4.483.605,72	1.638,15	13,04	11,86
	PSM3	1.599	2.231.515,91	1.395,57	7,62	5,90
	Empresário	112	77.342,14	690,55	0,53	0,20
	PA/PP1	16	31.830,72	1.989,42	0,08	0,08
Subtotal		20.982	37.794.687,86	1.801,3	100,00	100,00
7	PS/PSM1	17.270	31.789.922,68	1.840,76	81,00	87,48
	PSM2	2.927	3.462.291,64	1.182,88	13,73	9,53
	PSM3	1.101	1.082.165,61	982,89	5,16	2,98
	Empresário	24	4.292,60	178,86	0,11	0,01
Subtotal		21.322	36.338.672,53	1.704,3	100,00	100,00
8	PS/PSM1	14.203	23.414.712,40	1.648,58	83,77	86,76
	PSM2	1.876	2.516.704,66	1.341,53	11,06	9,33
	PSM3	675	820.009,66	1.214,83	3,98	3,04
	Empresário	176	205.805,74	1.169,35	1,04	0,76
	PA/PP1	25	30.224,68	1.208,99	0,15	0,11
Subtotal		16.955	26.987.457,14	1.591,7	100,00	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

Em todas as RPs os produtores menores (PS e PSM1) foram os maiores beneficiários em termos de número e de participação no valor total do apoio financeiro. O mesmo se verifica entre os valores médios dessa categoria, que são sempre mais altos que o das demais.

Os PSM2 têm certa importância em número na RP 2, 3, 6 e 7 (entre 12% e 13%). Em termos de participação no valor total do apoio, a participação dessa categoria sempre é menor; situação diversa do que se verifica entre os PS e PSM1, em que a participação no valor é sempre maior do que no número.

Os PSM3 apresentam participações um pouco mais expressivas em número de beneficiários na RP 2 (5%), 3 (4%), 7 (5%) e 8 (4%); porém, a participação é menor em termos de valor.

Quanto aos produtores classificados como "empresários", sistematicamente não apresentam participação significativa em nenhuma das oito RPs. Todavia, chama a atenção o dado de que essa categoria recebeu o menor valor médio entre todo o público beneficiado: na RP 1 essa categoria não aparece; na RP 2, o valor médio foi de R\$ 151,00; na RP 3, foi de R\$ 875,00; RP 4, R\$ 910,00; RP 5, R\$ 93,00; RP 6, R\$ 690,00; e na RP 7, de R\$ 179,00; na RP 8, encontra-se o mais alto valor médio dessa categoria, R\$ 1.169,00.

A categoria de pescadores aparece somente em quatro RPs e apresenta certa importância apenas na RP 1, com 16% de participação no número e no valor. Nas demais, RPs (5, 6 e 8), a participação dessa categoria é insignificante. Todavia, os pescadores aparecem como uma grande exceção na RP 5, onde o valor médio do crédito apoiado atinge R\$ 5.112, 00; esse valor supera em muito o de todas as demais categorias.

As informações sobre o FUNPARANÁ confirmam que o público preferencial do Projeto Paraná 12 Meses foram os pequenos produtores. Mesmo a categoria definida como "empresário" não pode ser considerada como tal, tendo em vista alguns limites impostos a ela (tais como do capital investido em benfeitorias e em equipamentos agrícolas), no desenho do Projeto, e o reduzido valor médio de crédito apoiado pelo Projeto, conforme registrado no item 3.5, sobre o Projeto Paraná Biodiversidade.

A seguir, as informações sobre a distribuição dos recursos do FUNPARANÁ foram trabalhadas por município, categorias de beneficiários, regiões do Projeto e mesorregião do IBGE, com o objetivo de ressaltar os municípios em que o indicador de valor médio (valor dividido pelo número de beneficiários) é superior. Para tanto, definiu-se um estrato entre R\$ 3.000,00<sup>22</sup>, e o maior valor médio verificado, R\$ 5.442,91. No outro extremo, destacam-se os municípios que apresentam os menores valores médios: estrato entre R\$ 303,00<sup>23</sup> e o menor valor médio verificado, R\$ 26,25.

Para agilizar a análise, nas tabelas com os municípios situados nos estratos superiores e inferiores, adotou-se o número de ocorrências por município, Região do Projeto e regiões geográficas do IBGE (tabelas 11, 12, 13 e 14).

---

<sup>22</sup> Esse valor foi definido a partir do valor médio por famílias rurais pobres para o total do Paraná (R\$ 2.868,91).

<sup>23</sup> Valor estabelecido, aleatoriamente, para separar os estratos inferiores.

TABELA 11 - MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DE APOIO FINANCEIRO SUPERIORES A R\$ 3.000,00, SEGUNDO REGIÃO DO PROJETO, MUNICÍPIO, NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR MUNICÍPIO, TOTAL DE OCORRÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NO TOTAL DA REGIÃO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

REGIÃO DO PROJETO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO MUNICÍPIO	TOTAL OCORRÊNCIAS POR RP	% OCORRÊNCIAS NO TOTAL DA RP
1	Antonina	1	1	1,89
2	Carambeí	2		
2	Coronel Domingos Soares	2		
2	Honório Serpa	1		
2	Mangueirinha	1		
2	Porto Vitória	1		
Total 2		7	7	13,21
3	Campina da Lagoa	1		
3	Santa Maria do Oeste	1		
3	Rio Branco do Ivaí	1		
Total 3		3	3	5,66
4	Guapirama	1		
4	Japira	1		
Total 4		2	2	3,77
5	Bom Sucesso	3		
5	Lidianópolis	1		
Total 5		4	4	7,55
6	Centenário do Sul	1		
6	Ibiporã	1		
6	Ivatuba	1		
6	Marialva	1		
6	Maringá	1		
6	Paçandu	1		
6	Primeiro de Maio	1		
6	Rolândia	3		
6	Sarandi	1		
6	Andirá	2		
6	Cambará	1		
6	Cornélio Procópio	1		
6	Jataizinho	1		
6	Leópolis	1		
6	Nova América da Colina	2		
6	Rancho Alegre	1		
6	Sertaneja	1		
6	Uraí	2		
6	Braganey	1		
6	Nova Aurora	1		
6	Ouro Verde do Oeste	1		
Total 6		26	26	49,06
7	Mariópolis	1		
7	São João	1		
Total 7		2	2	3,77
8	Amaporã	2		
8	Icaraíma	1		
8	Jardim Olinda	1		
8	Mirador	1		
8	Nova Aliança do Ivaí	2		
8	Tamboara	1		
Total 8		8	8	15,09
TOTAL GERAL		53	53	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

TABELA 12 - MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DE APOIO FINANCEIRO SUPERIORES A R\$ 3.000,00, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS, NÚMERO E TOTAL DE OCORRÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE OCORRÊNCIAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA

REGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	TOTAL OCORRÊNCIAS POR REGIÃO	% OCORRÊNCIAS NO TOTAL DA REGIÃO
Metropolitana de Curitiba	Antonina	1	1	1,89
Centro Ocidental	Campina da Lagoa	1	1	1,89
Centro Oriental	Carambei	2	2	3,77
Sudeste	Porto Vitória	1	1	1,89
Centro-Sul	Coronel Domingos Soares	2		
Centro-Sul	Honório Serpa	1		
Centro-Sul	Mangueirinha	1		
Centro-Sul	Santa Maria do Oeste	1		
total Centro sul		5	5	9,43
Noroeste	Amaporã	2		
Noroeste	Icaraima	1		
Noroeste	Jardim Olinda	1		
Noroeste	Mirador	1		
Noroeste	Nova Aliança do Ivaí	2		
Noroeste	Tamboara	1		
Total Noroeste		8	8	15,09
Norte Central	Rio Branco do Ivaí	1		
Norte Central	Bom Sucesso	3		
Norte Central	Lidianópolis	1		
Norte Central	Centenário do Sul	1		
Norte Central	Ibiporã	1		
Norte Central	Ivatuba	1		
Norte Central	Marialva	1		
Norte Central	Maringá	1		
Norte Central	Paiçandu	1		
Norte Central	Primeiro de Maio	1		
Norte Central	Rolândia	3		
Norte Central	Sarandi	1		
Total Norte Central		16	16	30,19
Norte Pioneiro	Guapirama	1		
Norte Pioneiro	Japira	1		
Norte Pioneiro	Andirá	2		
Norte Pioneiro	Cambará	1		
Norte Pioneiro	Cornélio Procópio	1		
Norte Pioneiro	Jataizinho	1		
Norte Pioneiro	Leópolis	1		
Norte Pioneiro	Nova América da Colina	2		
Norte Pioneiro	Rancho Alegre	1		
Norte Pioneiro	Sertaneja	1		
Norte Pioneiro	Uraí	2		
Total Norte Pioneiro		14	14	26,42
Oeste	Braganey	1		
Oeste	Nova Aurora	1		
Oeste	Ouro Verde do Oeste	1		
Total Oeste		3	3	5,66
Sudoeste	Mariópolis	1		
Sudoeste	São João	1		
Total Sudoeste		2	2	3,77
TOTAL GERAL			53	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

TABELA 13 - MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DE APOIO FINANCEIRO INFERIORES A R\$ 303,00, SEGUNDO REGIÃO DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS, NÚMERO E TOTAL DE OCORRÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DAS OCORRÊNCIAS NA REGIÃO DO PROJETO

REGIÃO DO PROJETO	REGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIO	NÚMERO OCORRÊNCIAS	TOTAL OCORRÊNCIAS POR RP	% TOTAL OCORRÊNCIAS POR RP
2	Centro Oriental	Jaguariaíva	1		
2	Centro-Sul	Guarapuava	1		
2	Metropolitana de Curitiba	Agudos do Sul	1		
2	Metropolitana de Curitiba	Curitiba	1		
2	Metropolitana de Curitiba	Fazenda Rio Grande	1		
2	Metropolitana de Curitiba	Piên	1		
2	Metropolitana de Curitiba	Quitandinha	1		
2	Metropolitana de Curitiba	Rio Negro	1		
2	Metropolitana de Curitiba	Tijucas do Sul	1		
2	Sudeste	Ipiranga	1		
2	Sudeste	Irati	1		
2	Sudeste	Teixeira Soares	1		
Total 2			12	12	20,00
3	Centro Ocidental	Altamira do Paraná	1		
3	Centro-Sul	Cantagalo	1		
3	Centro-Sul	Palmital	1		
3	Centro-Sul	Porto Barreiro	2		
3	Norte Central	Cândido de Abreu	1		
3	Oeste	Campo Bonito	1		
Total 3			7	7	11,67
4	Norte Pioneiro	Abatiá	1		
4	Norte Pioneiro	Jaboti	1		
4	Norte Pioneiro	Siqueira Campos	1		
Total 4			3	3	5,00
5	Norte Central	Cambira	2		
5	Norte Central	Kaloré	1		
5	Norte Central	São Pedro do Ivaí	1		
Total 5			4	4	6,67
6	Centro Ocidental	Goioerê	1		
6	Centro Ocidental	Juranda	1		
6	Centro Ocidental	Luiziana	1		
6	Centro Ocidental	Nova Cantu	1		
6	Centro Ocidental	Quarto Centenário	1		
6	Centro Ocidental	Rancho Alegre D'Oeste	1		
6	Centro Ocidental	Terra Boa	1		
6	Noroeste	Jussara	1		
6	Norte Central	Floraí	1		
6	Norte Central	Mandaguaçu	1		
6	Norte Central	São Jorge do Ivaí	1		
6	Norte Central	Sertanópolis	1		
6	Norte Pioneiro	Barra do Jacaré	1		
6	Oeste	Foz do Iguaçu	1		
6	Oeste	Maripá	1		
Total 6			15	15	25,00
7	Oeste	Marechal Cândido Rondon	1		
7	Oeste	Nova Santa Rosa	1		
7	Oeste	Pato Bragado	1		
7	Oeste	Quatro Pontes	1		
7	Oeste	Três Barras do Paraná	1		
7	Sudoeste	Santa Izabel do Oeste	1		
Total 7			6	6	10,00
8	Noroeste	Cianorte	1		
8	Noroeste	Cruzeiro do Oeste	1		
8	Noroeste	Cruzeiro do Sul	1		
8	Noroeste	Esperança Nova	1		
8	Noroeste	Guaporema	1		
8	Noroeste	Mariluz	2		
8	Noroeste	Rondon	1		
8	Noroeste	Santa Cruz de Monte Castelo	2		
8	Noroeste	São Jorge do Patrocínio	1		
8	Norte Central	Atalaia	1		
8	Norte Central	Munhoz de Melo	1		
Total 8			13	13	21,67
TOTAL GERAL				60	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

TABELA 14 - MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DE APOIO FINANCEIRO INFERIORES A R\$ 303,00, SEGUNDO REGIÃO DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS, NÚMERO E TOTAL DE OCORRÊNCIAS E PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE OCORRÊNCIAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA

REGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIO	NÚMERO OCORRÊNCIAS	TOTAL OCORRÊNCIAS POR REGIÃO	% TOTAL OCORRÊNCIAS NA REGIÃO
Sudoeste	Santa Izabel do Oeste	1	1	1,67
Centro Oriental	Jaguariaíva	1	1	1,67
Centro Ocidental	Altamira do Paraná	1		
Centro Ocidental	Goioerê	1		
Centro Ocidental	Juranda	1		
Centro Ocidental	Luiziana	1		
Centro Ocidental	Nova Cantu	1		
Centro Ocidental	Quarto Centenário	1		
Centro Ocidental	Rancho Alegre D'Oeste	1		
Centro Ocidental	Terra Boa	1		
Total Centro Ocidental		8	8	13,33
Centro-Sul	Guarapuava	1		
Centro-Sul	Cantagalo	1		
Centro-Sul	Palmital	1		
Centro-Sul	Porto Barreiro	2		
Total Centro-Sul		5	5	8,33
Metropolitana de Curitiba	Agudos do Sul	1		
Metropolitana de Curitiba	Curitiba	1		
Metropolitana de Curitiba	Fazenda Rio Grande	1		
Metropolitana de Curitiba	Piên	1		
Metropolitana de Curitiba	Quitandinha	1		
Metropolitana de Curitiba	Rio Negro	1		
Metropolitana de Curitiba	Tijucas do Sul	1		
Total RMC		7	7	11,67
Noroeste	Jussara	1		
Noroeste	Cianorte	1		
Noroeste	Cruzeiro do Oeste	1		
Noroeste	Cruzeiro do Sul	1		
Noroeste	Esperança Nova	1		
Noroeste	Guaporema	1		
Noroeste	Mariluz	2		
Noroeste	Rondon	1		
Noroeste	Santa Cruz de Monte Castelo	2		
Noroeste	São Jorge do Patrocínio	1		
Total Noroeste		12	12	20,00
Norte Central	Cândido de Abreu	1		
Norte Central	Cambira	2		
Norte Central	Kaloré	1		
Norte Central	São Pedro do Ivaí	1		
Norte Central	Floraí	1		
Norte Central	Mandaguaçu	1		
Norte Central	São Jorge do Ivaí	1		
Norte Central	Sertãoópolis	1		
Norte Central	Atalaia	1		
Norte Central	Munhoz de Melo	1		
Total Norte Central		11	11	18,33
Norte Pioneiro	Abatiá	1		
Norte Pioneiro	Jaboti	1		
Norte Pioneiro	Siqueira Campos	1		
Norte Pioneiro	Barra do Jacaré	1		
Total Norte Pioneiro		4	4	6,67
Oeste	Campo Bonito	1		
Oeste	Foz do Iguaçu	1		
Oeste	Maripá	1		
Oeste	Marechal Cândido Rondon	1		
Oeste	Nova Santa Rosa	1		
Oeste	Pato Bragado	1		
Oeste	Quatro Pontes	1		
Oeste	Três Barras do Paraná	1		
Total Oeste		8	8	13,33
Sudeste	Ipiranga	1		
Sudeste	Irati	1		
Sudeste	Teixeira Soares	1		
Total Sudeste		3	3	5,00
TOTAL GERAL		60	60	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

O procedimento relativo aos cruzamentos adotados nessas tabelas tem por objetivo investigar possíveis especificidades na distribuição territorial dos investimentos do FUNPARANÁ e, assim, discutir as questões relacionadas com as hipóteses que orientam esta investigação institucional do Projeto 12 Meses. Deve-se mencionar que no item anterior essas hipóteses foram comprovadas. Portanto, aqui trata-se de uma reafirmação.

Inicialmente, investigam-se as ocorrências por RP. Do total dos 399 municípios do Paraná, 13,28% (42) apresentaram ocorrências de valores situados nos estratos superiores, e 15,03 (60) apresentaram ocorrências nos estratos inferiores.

Dos 14 municípios agregados na RP 1, somente em um verificou-se a ocorrência de valores médios acima de R\$ 3.000,00. Trata-se do município de Antonina, localizado na RMC, mais especificamente no Litoral do Estado. Nessa RP, não se verificou ocorrência de municípios situados entre os valores menores.

Na RP 2, entre os 67 municípios que a compõem, 5 apresentam 7 ocorrências de valores médios superiores a R\$ 3.000,00. Essas ocorrências representam 13,21% do total de ocorrências verificadas no Estado e aconteceram nos municípios de Carambeí, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Manguaçu e Porto Vitória.

O número de ocorrências dos menores valores (12), nessa RP, representam 20% do total de ocorrências do Estado.

Entre os 43 municípios que compõem a RP 3, verificou-se um total de três ocorrências de valores acima do teto estabelecido. Estas representam 5,6% do total do Estado e aconteceram nos municípios de Campina da Lagoa, Santa Maria do Oeste e Rio Branco do Ivaí.

As ocorrências de menores valores (7), entre os municípios dessa RP, representam 11,67%, do total do Estado.

Na RP 4, composta de 20 municípios, o número de ocorrências de valores superiores (2) representou 3,77% do total do Estado, nos municípios de Japira e Guamiranga. As ocorrências de menores valores (3) representam 5% do total do Estado.

Na RP 5, foram constatadas 4 ocorrências de valores superiores, 7,55% do total, entre os 22 municípios que agrega. Essas aconteceram nos municípios de Bom Sucesso e Lidianópolis. Nos estratos menores, o número de ocorrências também foi de 4 (6,67% do total do Estado).

Entre os 102 municípios da RP 6, verificaram-se 15 ocorrências entre os estratos superiores, que representam quase metade desse tipo (49,06%) verificadas no total do Estado. Essas ocorrências aconteceram nos municípios de Centenário do Sul, Ibiporã, Ivatuba, Marialva, Maringá, Paiçandu, Primeiro de Maio, Rolândia, Sarandi, Andirá, Cambará, Cornélio Procópio, Jataizinho, Leópolis, Nova América da Colina, Rancho Alegre, Sertaneja, Uraí, Braganey, Nova Aurora e Ouro Verde do Oeste.

Nos estratos menores, o número de ocorrências é de 15, somente 25% do total de ocorrências do Estado.

Na RP 7, entre os 51 municípios que a compõem, foram verificadas duas ocorrências nos estratos superiores (3,77% do total), que aconteceram nos municípios de Mariópolis e São João. Entre os menores estratos, o número de ocorrências foi de 6 (10% do total).

Na RP 8, composta por 71 municípios, o número de ocorrências nos estratos superiores foi de 8 (15,09% do total de ocorrências). Estas aconteceram nos municípios de Amaporã, Icaraíma, Jardim Olinda, Mirador, Nova Aliança do Ivaí e Tamboara.

Entre os menores estratos aconteceram 13 ocorrências, 14% do total do Paraná.

Quanto às informações sobre o número de ocorrências nos municípios segundo as regiões geográficas, verifica-se que grande parte (71,70%) das ocorrências de valores situados nos estratos superiores (acima de R\$ 3.000,00), aconteceu nos municípios localizados nas regiões mais dinâmicas: Norte Central, 30,19%; Norte Pioneiro, 26,42%; e Noroeste, 15,09%. Nas duas primeiras, verifica-se o contrário, no caso das ocorrências relacionadas com estratos menores (menos de R\$ 303,00): Norte Central, 18,33%, e Norte Pioneiro, 6,67%.

Quando se toma um valor ainda maior como medida, tal como um valor médio acima de R\$ 4.000,00,<sup>24</sup> a concentração de ocorrências entre municípios se acentua, pois somente 14 municípios apresentaram valores médios acima desse limite. Esses municípios (71,42%) estão concentrados em duas regiões geográficas: Norte Central (35,71) e Norte Pioneiro (35,71%), mas também acontecem no Noroeste (14,28%), Oeste e Centro-Oriental – em ambos representam 7,14%.

No Norte Central esses municípios são: Bom Sucesso, acontecendo entre 3 beneficiários, com valores médios nas categorias de PSM2 (R\$ 5.229,95) e PSM3 (R\$ 4.781,17); Lidianópolis, entre 5 beneficiários da categoria dos pescadores (R\$ 5.111,97); Centenário do Sul, com 1 beneficiário da categoria de empresário (R\$ 4.487,95); Primeiro de Maio, entre 40 beneficiários da categoria de PS/PSM1 (R\$ 4.915,78); e Rolândia, entre 17 beneficiários da categoria de PSM2 (R\$ 4.525,87), e 167 beneficiários da categoria PS/PSM1 (R\$ 3.917,40).

No Norte Pioneiro, os municípios onde os beneficiários receberam valores médios acima de R\$ 4.000,00 são: Japira, entre 8 beneficiários, da categoria de PSM2 (R\$ 4.548,50); Andirá, entre 9 beneficiários da categoria PSM2 (R\$ 4.050,65) e 12 beneficiários da categoria PSM3 (R\$ 4.031,90); Cambará, entre 152 beneficiários da categoria PS/PSM1 (R\$ 4.183,86); Rancho Alegre, entre 19 beneficiários da categoria PS/PSM1 (4.173,02); e em Uraí, entre 24 beneficiários da categoria PSM2 (R\$ 4.201,06) e entre 13 beneficiários da categoria de PSM3 (R\$ 4.51,57).

No Noroeste, as ocorrências aconteceram no município de Icaraíma, onde 1 beneficiário da categoria PSM2 recebeu valor superior (R\$ 4.065,37); e em Jardim Olinda, entre 43 beneficiários da categoria PS/PSM1 (R\$ 4.350,70).

Na região Oeste, as ocorrências aconteceram no município de Nova Aurora, entre 2 beneficiários da categoria PSM2 (R\$ 4.252,50).

---

<sup>24</sup> Essas informações constam do Anexo 5, tabela A.5.1.

No Centro-Oriental, as ocorrências aconteceram no município de Cambeí, entre 42 beneficiários da categoria PSM2 (R\$ 5.442,91), e entre 15 beneficiários da categoria PSM3 (R\$ 5.442,91).

Tais informações indicam, a exemplo do que se viu no item anterior, uma tendência de que os valores médios dos recursos do FUNPARANÁ se localizem nas regiões mais dinâmicas. Para confirmar essa indicação, investiga-se a distribuição dos recursos desse Fundo entre as regiões geográficas do IBGE (tabela 15).

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ POR REGIÃO GEOGRÁFICA

REGIÃO GEOGRÁFICA	VALOR	% VALOR	N.º BENEFICIÁRIO	% BENEFICIÁRIOS
Centro-Ocidental	10.332.353,24	5,15	6.763	5,57
Centro-Oriental	8.541.701,70	4,26	5.162	4,25
Centro-Sul	20.868.228,79	10,40	12.924	10,64
Metropolitana de Curitiba	13.944.115,53	6,95	8.766	7,22
Noroeste	21.357.152,28	10,64	13.501	11,12
Norte Central	34.398.788,98	17,14	18.154	14,95
Norte Pioneiro	20.045.675,41	9,99	10.946	9,01
Oeste	25.301.896,98	12,61	15.638	12,88
Sudeste	19.208.669,19	9,57	14.269	11,75
Sudoeste	26.645.565,26	13,28	15.336	12,63
TOTAL	200.644.147,36	100,00	121.459	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

Em princípio, verifica-se que a maioria dos recursos do FUNPARANÁ concentrou-se nas regiões mais dinâmicas, onde prosperaram intensamente os agronegócios e onde o capital social está mais avançado. Como exemplo, tem-se o caso do Norte Central, onde os produtores receberam 17,14% do total dos recursos alocados via esse Fundo. Em termos de número de beneficiários, a participação no total foi menor, 14,95%. Isso indica que os produtores dessa região receberam valores médios superiores aos das demais regiões do Paraná; situação também verificada na distribuição do total de investimentos do Projeto.

Todavia, a título de parâmetro, pode-se comparar essas informações com a participação das regiões geográficas no número de estabelecimentos levantados no Censo Agropecuário do IBGE, com a ressalva de que essas informações se referem ao ano de 1995.<sup>25</sup> Nesse ano, foram levantados 369.875 estabelecimentos, desses, 14,10% se localizavam no Norte Central, e cerca de 83% tinham até 50 ha.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> A esse respeito, deve-se considerar a tendência de concentração fundiária no Paraná, desde a década de 1970, em particular nas regiões mais dinâmicas do Estado. Portanto, durante o período de execução do Projeto, o número de estabelecimentos deve ter diminuído, em particular nessas regiões.

<sup>26</sup> Essas informações constam do estudo do IPARDES (2004, tabelas anexas).

A propósito, a participação do Norte Central no total de beneficiários do FUNPARANÁ foi de 14,95%. Assim, pode-se concluir que, apesar de os produtores dessa região terem recebido valores médios mais altos do FUNPARANÁ, existe uma proporção entre o número de beneficiários do Fundo e o número de estabelecimentos.

A região Oeste, também importante sob a ótica dos agronegócios e do capital social, teve participação significativa tanto nos recursos (12,61%) quanto no número de beneficiários (12,88%) do FUNPARANÁ. Em termos de participação dos estabelecimentos no total do Paraná, a região representava 15,34%, e os estabelecimentos com até 50 ha representavam cerca de 88%, em 1995.

A região Sudoeste do Estado, que dispõe de uma base social organizada, entre os pequenos produtores rurais, ficou com 13,28% dos recursos e 12,63% do número de beneficiários do FUNPARANÁ. Em 1995, os estabelecimentos dessa região participavam com 12,78% do total do Estado, e os estabelecimentos de até 50 ha representavam cerca de 90% do total de estabelecimentos da região.

O Noroeste, importante em termos de agronegócios e de capital social, participou com 10,61% dos valores e 11,12% do número de beneficiários do FUNPARANÁ. A participação no total de estabelecimentos do Paraná foi de 10,50%, e os estabelecimentos de até 50 ha representavam cerca de 81% do total de estabelecimentos da região, em 1995.

O Norte Pioneiro teve a mesma participação no valor (9,99%) e no número de beneficiários (9,01%). Em 1995, a participação dessa região no total de estabelecimentos do Estado foi de 8,30%; e os estabelecimentos de até 50 ha da região representavam aproximadamente 83% do Paraná.

Entre as regiões de menor dinamismo nos agronegócios, as participações, em geral, são menores. Mesmo assim, no caso do Centro-Sul, os produtores aí localizados ficaram com 10% dos recursos e 10% dos beneficiários do FUNPARANÁ. Nessa região, também se verifica proporção similar no número de estabelecimentos do Estado, 10,45%, e os menores, de até 50 ha, representavam cerca de 83%, em 1995.

Nas demais regiões, verificam-se as seguintes participações:

- Sudeste, 9,57% no valor e 11,75% no número de beneficiários; 9,51% no número de estabelecimentos, 87% dos estabelecimentos tinham até 50 ha em 1995;
- Metropolitana de Curitiba, 6,95% no valor e 10,64% no número de beneficiários; 6,62% dos estabelecimentos; até 50 ha, cerca de 88%;
- Centro-Occidental, 5,15% no valor e 5,57% no número de beneficiários; 6,50% dos estabelecimentos; até 50 ha, cerca de 87%;
- Centro-Oriental, 4,26% no valor e 4,25% no número de beneficiários; 5,89% dos estabelecimentos; até 50 ha, cerca de 80%.

Mesmo considerando a defasagem das informações sobre o número de estabelecimentos, que se referem ao ano de 1995, e a tendência estrutural de concentração

fundiária no Paraná, verificou-se que existe certa proporção entre o número de beneficiários do FUNPARANÁ e o número de estabelecimentos entre as regiões geográficas do Estado.

Todavia, deve-se considerar que os valores médios mais altos do FUNPARANÁ (valor/número de beneficiários) foram localizados nas regiões mais dinâmicas do Estado. Agregue-se a isso que os valores médios por categoria de beneficiários, no Norte Central e Norte Pioneiro, estão acima da média estadual nas três categorias de público beneficiário (PS/PSM1, PSM2 e PSM3), conforme dados da tabela 16.

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR E NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, POR CATEGORIA DE BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS

REGIÕES GEOGRÁFICAS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS														
	PSPSM1			PSM2			PSM3			Empresário			Pescador		
	N.º	Valor	V. Médio	N.º	Valor	V. Médio	N.º	Valor	V. Médio	N.º	Valor	V. Médio	N.º	Valor	V. Médio
Centro-Occidental Paranaense	6.222	9.783.122,27	1.572,34	321	364.901,25	1.136,76	202	181.533,54	898,68	18	2.796,18	155,34			
Centro-Oriental Paranaense	4.469	7.492.440,22	1.676,54	482	805.289,83	1.670,73	211	243.971,65	1.156,26	2	344,50	172,25			
Centro-Sul Paraná	10.093	17.575.098,38	1.741,32	2.192	2.699.711,69	1.231,62	637	593.074,22	931,04	6	998,52	166,42	558	1.030.171,88	1.846,19
Metropolitana Curitiba	7.203	12.001.108,88	1.666,13	711	694.964,23	977,45	288	216.872,02	753,03	172	205.373,74	1.194,03	19	12.965,50	682,39
Noroeste Paranaense	11.373	18.617.004,30	1.636,95	1.450	1.928.978,42	1.330,33	487	592.830,32	1.217,31	23	6.070,32	263,93	43	156.441,20	3.638,17
Norte C. Paranaense	15.486	30.401.113,01	1.963,14	1.803	2.670.730,36	1.481,27	799	1.164.434,09	1.457,36	4	3.643,25	910,81			
Norte Pioneiro Paranaense	9.232	17.297.567,99	1.873,65	1.192	1.929.079,90	1.618,36	518	815.384,27	1.574,10	105	77.919,64	742,09			
Oeste Paranaense	11.962	20.910.020,38	1.748,04	2.446	3.194.231,07	1.305,90	1.125	1.119.725,89	995,31	6	734,60	122,43			
Sudeste Paranaense	11.686	16.962.956,44	1.451,56	1.801	1.587.873,59	881,66	776	657.104,56	846,78	2	1.482,97	741,49			
Sudoeste Paranaense	12.951	24.075.398,01	1.858,96	1.777	1.992.479,20	1.121,26	606	576.205,08	950,83						

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)

## CONCLUSÕES

Conforme definido no Termo de Referência desta Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses, este estudo foi orientado por duas hipóteses, que foram confirmadas após a investigação realizada.

A primeira hipótese foi construída a partir da constatação de que, em geral, existe uma distância entre a concepção das políticas públicas e a capacidade institucional disponível para a realização das ações e trabalhos operacionais, definidos nas propostas das intervenções públicas. Essa distância, por sua vez, é responsável por parte das dificuldades enfrentadas na implementação de programas, projetos e planos governamentais.

No caso do Projeto Paraná 12 Meses, constatou-se que algumas dificuldades estiveram relacionadas com a estrutura deliberativa de operacionalização do Projeto, tais como com os trâmites de aprovação das propostas de trabalho e a liberação dos recursos, e com os mecanismos governamentais de aquisição de bens, serviços e contratação de pessoal, necessários para a execução das ações planejadas.

Essas dificuldades, conforme visto anteriormente, aconteceram a partir de dezembro de 2005, quando o TCE decidiu que não mais aprovaria as despesas do Projeto, pela sistemática adotada: modalidade Comparação de Preços (*shopping*), de acordo com as Normas do Banco Mundial. Essa decisão retardou o processo de aquisição dos bens necessários à execução das práticas indicadas, assim como obrigou à redução das práticas recomendadas, de 333 para 22.

Ademais, essa decisão impediu as aquisições/compras nos municípios em que seriam utilizados os bens e, assim, também impediu a concretização da idéia de dinamizar a economia local, através das compras do Projeto 12 Meses.

Na estrutura executiva, em nível dos trabalhos no campo, as dificuldades estiveram relacionadas à quantidade e especialização do corpo técnico vinculado à assistência técnica e à extensão rural oficial. Essas dificuldades, inclusive, foram levantadas no relatório de Avaliação de Meio Termo do Projeto, realizado pela ESALQ, em 2001, e foram confirmadas neste estudo.

No caso da parceria ou articulação entre o Projetos Paraná 12 Meses e o Projeto Biodiversidade, parte das dificuldades enfrentadas estava relacionada com o fato de que a articulação pretendida foi iniciada quando o Projeto Paraná 12 Meses já estava em andamento. Assim, não existia no desenho do 12 Meses uma estratégia de integração entre os princípios orientadores de cada um dos projetos.

Isso não significa que os objetivos desses projetos fossem conflitantes. Ambos pressupõem adoção de práticas que reduzam o impacto das atividades agropecuárias sobre os recursos naturais. Todavia, no Projeto Paraná 12 Meses as práticas indicadas estavam mais voltadas para o solo, e, no Biodiversidade, mais para os recursos hídricos.

No presente estudo, quando se investigou a evolução na alocação dos investimentos, comparando o que foi previsto com o que foi realizado, bem como quando se analisou o conteúdo das sucessivas renegociações do acordo de empréstimo do Projeto, observaram-se indícios de dificuldades dos órgãos públicos em gastar/investir os recursos do empréstimo, no tempo e do modo como foi previsto em sua formulação. Esse fato já tinha sido levantado, em 2001, na Avaliação de Meio Termo do Projeto Paraná 12 Meses.

Ainda em relação a esse tema, deve-se considerar que, ao contrário do que foi levantado nos Grupos de Discussão, não se confirmou a suposição de que foram as mudanças de governo que trouxeram impactos sobre o ritmo de execução do Projeto: no sentido de maior agilidade nos primeiros anos de sua implementação. Segundo esse Grupo, a falta de agilidade nos últimos anos poderia estar relacionada com as alternâncias na condução das políticas públicas, devido às substituições de governador e/ou de seu secretariado.

Durante o período de execução do Projeto, o mandato de governador foi ocupado por representantes de grupos políticos diferentes: um governou de 1996 a 1999, e de 2000 a 2003; outro iniciou seu mandato em 2004 e permanece até o final oficial do Projeto, 30/04/2006.

Para melhor entendimento, alguns fatos merecem atenção:

- O Projeto teve início em 1998;
- As renegociações para prorrogação do contrato de empréstimo aconteceram em 17/07/2002 e 29/09/2003;
- Na negociação de 2003, foi acertado que o valor total do empréstimo seria reduzido em 10 milhões de dólares (de U\$\$ 175 para U\$\$ 165 milhões). Deve-se considerar que, ao longo do período de execução do Projeto, o dólar foi desvalorizado em relação à moeda local;
- Os maiores volumes de aplicação do Projeto (cerca de 60%) aconteceram a partir de 2002;
- As alterações verificadas na alocação dos recursos do Componente Social também aconteceram a partir de 2002, quando se deslocaram da construção e reforma de casas para os trabalhadores rurais sem terra (Vilas Rurais), responsabilidade da COHAPAR, para o fomento aos pequenos produtores de subsistência, responsabilidade da CODAPAR;
- No caso do Componente Produtivo, é a partir de 2003 que os investimentos se deslocam da CODAPAR para o DER, responsável pelas ações relacionadas com as estradas rurais. Em 2004 e 2005, o DER absorve a quase totalidade dos recursos desse componente;
- Foi previsto que o DER receberia 11% dos recursos, mas, ao final do Projeto, recebeu 30,89%;

- Foi delegada à CODAPAR, na segunda negociação do Projeto, a execução de 20% das estradas rurais que seriam executadas pelo DER;
- Assim, as aplicações em estradas acabaram por consumir um total de recursos muito acima do previsto.

Tais circunstâncias indicam que os técnicos dos governos (isso não se aplica somente ao Projeto do Paraná) e dos bancos multilaterais desenham os programas, executados com recursos externos, tendo como parâmetro uma estrutura institucional "ideal" e imutável para sua execução, mas, na maioria das vezes, essa estrutura não corresponde à realidade, ou pode mudar.

As dificuldades até aqui apontadas, na execução de intervenções sobre as realidades que os governos pretendem alterar, igualmente estão associadas com a segunda hipótese deste estudo: construída com base no conhecimento acumulado e na constatação de que os resultados das políticas/intervenções públicas são influenciados pela dotação de capital social existente, com maior ou menor intensidade, nos diferentes espaços do território estadual: município, microbacia ou localidade/comunidade.

Essa dotação diferenciada de capital social repercute sobre: a qualificação/habilitação da assistência técnica (oficial e privada); o grau de conhecimento da sociedade em geral; o nível de organização dos produtores e trabalhadores rurais, em especial no que se reflete sobre a participação dessas categorias em sindicatos, cooperativas, associações e outras formas de defesa dos interesses comuns, de atuação/reivindicação e busca por melhores condições de vida, trabalho, produção e competitividade.

Repercute, ainda, sobre a organização, o nível de esclarecimento dos participantes dos grupos de interesse local/comunitário e o envolvimento dos demais agentes nas redes de políticas (gestão participativa das políticas), a exemplo das comissões e conselhos municipais.

Enfim, a existência desses atributos do capital social repercute sobre a qualidade e intensidade dos resultados obtidos pelas políticas públicas, na medida em que os agentes envolvidos, inclusive os produtores, são mais habilitados.

Nesse sentido, as informações sobre a alocação dos recursos do Projeto Paraná 12 meses permitiram demonstrar que os produtores das regiões mais dinâmicas, em termos de agronegócios, mais urbanizadas, com um ambiente mais desenvolvido nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, conseguiram captar valores médios do apoio financeiro do Projeto superiores aos das regiões menos dinâmicas.

Quando se trabalhou com os valores médios do FUNPARANÁ (divisão do valor total pelo número de beneficiados), alocados entre os municípios, foi possível perceber que os valores médios mais altos, verificados entre as diversas categorias de beneficiários, aconteceram entre os municípios localizados na Grande Região Norte do Estado.

Com o objetivo de comprovar essa evidência, adotou-se a sistemática de investigar, territorialmente, quais municípios apresentaram o maior número de ocorrências de valores

médios do FUNPARANÁ acima de R\$ 4.000,00; lembrando que o valor médio por beneficiário para o Paraná, em geral, foi de R\$ 1.651,90. Esse procedimento permitiu perceber a concentração de ocorrências em somente 14 municípios (o Estado tem 399 municípios). Entre esses 14 municípios, as ocorrências se concentram naqueles localizados na região Norte (71,42%).

Essa evidência revela que os produtores rurais, mesmo com pequena disponibilidade de terras para produzir, mas localizados nas regiões mais dinâmicas e de maior aptidão para a produção agrícola do Estado, estão mais habilitados e organizados em torno da defesa de seus interesses.

Agregue-se a isso que, em geral, os técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural também são mais habilitados e os produtores mais bem-informados, conseguindo assim formular planos de ação e/ou propostas de trabalho individuais (Planejamento Individual da Propriedade - PIP) ou coletivas, via grupos, associação de produtores ou comunidades, adequadas aos critérios estabelecidos pelo Projeto, para fins de acesso aos recursos do FUNPARANÁ.

A propósito, o FUNPARANÁ, representou 36% do total de recursos do Projeto Paraná 12 Meses; o restante foi investido pelo DER (em estradas) e COHAPAR (em melhorias e construção de habitações), entre outros.

A despeito dessas constatações, merece destaque, como a mais importante conclusão deste estudo, que as informações analisadas indicaram que os recursos do Projeto Paraná 12 Meses chegaram ao público selecionado como seus beneficiários privilegiados: trabalhadores rurais sem terra, produtores de subsistência e pequenos produtores rurais. Inclusive, entre aqueles residentes em municípios localizados nas regiões menos dinâmicas, onde os atributos do capital social estão menos desenvolvidos.

Essa conclusão se apoia, em particular, nas informações sobre a alocação dos recursos aplicados pelo Projeto, via FUNPARANÁ, as quais permitiram verificar que as categorias de produtores que dispõem de pequenas áreas para produzir, reduzida capacidade de investir em benfeitorias e equipamentos agrícolas, que utilizam mão-de-obra quase que exclusivamente familiar – critérios estabelecidos pelos gestores públicos para enquadramento dos PS/PSM1 –, receberam a maior parcela dos recursos (82,28%) e representaram a maioria do número de beneficiários desse Fundo (87,28%).

Ademais, o valor médio do apoio financeiro (divisão do valor total pelo número total de beneficiários), entre essa categoria de produtor, foi maior do que entre as demais categorias de produtores. Isso aconteceu, em geral, entre as oito Regiões do Projeto.

Tais circunstâncias indicam que os gestores públicos adotaram estratégias que permitiram superar as situações de baixa dotação de capital social, em particular no que se refere ao estímulo de organização e de ação conjunta entre os segmentos rurais mais frágeis (público preferencial do Projeto).

Essa indicação é das mais importantes pois reflete o fato de que, por meio do Projeto, ou melhor, para atender às exigências impostas pelos critérios de elegibilidade/ acesso dos produtores aos recursos e a outros benefícios do Projeto (como assistência técnica), os agentes das instituições públicas envolvidas conseguiram habilitar os segmentos dos pequenos produtores e trabalhadores rurais sem terra. Deve-se lembrar que esse acesso pressupunha organização social e participação ativa do público selecionado como beneficiário.

Sendo assim, é possível considerar que o Componente Social do Projeto Paraná 12 meses caminhou no sentido de atenuar as condições de pobreza dos trabalhadores rurais sem terra e dos pequenos produtores de subsistência – público selecionado como objeto principal desse componente.

Quanto ao Componente Produtivo do Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (Fases 1 e 2), que recebeu um volume de recursos superior ao Componente Social, para estimular a adoção de técnicas mais produtivas e menos danosas ao meio ambiente e incentivar atividades que geram renda, também atingiu seu público: pequenos e médios produtores rurais.

A propósito, as Avaliações do Impacto Social e Econômico do Projeto Paraná 12 Meses, realizada pelo IPARDES, concluíram que grande parte dos produtores pesquisados recebeu apoio do Projeto, o que contribuiu para melhorar suas condições de vida e de trabalho.

Como parte destas conclusões, deve-se mencionar que alguns questionamentos, levantados no início deste estudo, permanecem e ganham amplitude, após as investigações realizadas. Entre eles, a maioria está associada com a concepção do Projeto e são aqui retomados como sugestões para futuras intervenções públicas.

Por exemplo, não basta constatar as diversidades territoriais no desenho das intervenções públicas, tais como as diferentes particularidades do ambiente social e econômico (capital social) e do natural (solo, relevo e clima), é preciso incorporar tais particularidades na formulação de políticas públicas. Conforme observado, tais diferenças são mais importantes do que o tamanho/dimensão da terra trabalhada pelos produtores: variável utilizada como critério para caracterizar as categorias de produtores, o acesso e o percentual de apoio financeiro do Projeto.

A importância desses aspectos se evidencia quando se pergunta: regiões com condições de aptidão natural diferenciadas permitem uma produção igual para os produtores com tamanho de terras semelhantes? O que um produtor pode obter de produção é igual em solos planos e naturalmente mais férteis que predominam na região Norte, e em solos acidentados e pedregosos que predominam na região Sudeste?

Igualmente deve ser questionado, ainda: será que as Vilas Rurais são a solução para os trabalhadores sem terra? Será que a habilitação para o trabalho, não ligado diretamente à produção agropecuária, não é a ação mais adequada ao contexto atual do mercado de trabalho?

O subcomponente de MCRN, fase 1 ou 2, é a ação que o público selecionado necessita? Ou suas condições de produção são tão precárias que a produção agrícola é somente uma complementação da renda obtida, por um ou mais membros da família, em atividades exercidas fora da propriedade?

Esse é um fenômeno que vem se tornando cada vez mais constante na realidade brasileira e mesmo internacional, e não somente entre os produtores mais frágeis. Ele é uma estratégia adotada pelas famílias que permanecem vivendo e trabalhando no meio rural, mas exercem atividades em setores não propriamente agropecuários, mesmo que façam parte do complexo dos agronegócios.

Sendo assim, como ficam as restrições impostas pelos critérios do Projeto, de que a renda dos familiares residentes na propriedade provenha, quase que exclusivamente, das atividades agropecuárias nela exercidas?

Tais questões, discutidas no corpo deste estudo, estão relacionadas com a maneira de definir e selecionar o público-meta e o beneficiário do Projeto, em particular devido à homogeneização estadual dos critérios/variáveis utilizadas. Vale lembrar que a não-consideração dessas especificidades no desenho das políticas públicas, significa ignorar que com 25 ha no Norte ou no Oeste, o produtor pode obter um volume maior de produção do que um produtor com mais de 100 ha no Centro-Sul, onde predomina relevo acidentado e solos pedregosos.

Associada a isso, a criação de diferentes critérios de caracterizações dos produtores, muito semelhantes entre si, e de inúmeros e diversos requisitos de elegibilidade sobrepostos, constitui problema para os técnicos que devem enquadrar os produtores, de um lado, e para os próprios produtores, de outro, quando eles não conseguem se enquadrar em todos os critérios e requisitos. Como, por exemplo: possuem uma terra de 100 ou mais hectares, mas somente podem produzir em 10 ha ou 20 ha, pois o restante pode ser: encosta de morro, manancial, reserva legal, terreno ondulado, solo pedregoso e outros que restringem ou impedem atividades agropecuárias.

Cabe lembrar que os critérios de tipificação e enquadramento dos produtores rurais/público beneficiário do Projeto foram questionados nesse estudo e também pelos técnicos responsáveis pela sua execução, em nível de campo, conforme consta no relatório da ESALQ, de Avaliação de Meio Termo.

A despeito disso, são mantidas como as duas principais conclusões deste estudo: primeira, os recursos do Projeto Paraná 12 Meses atingiram os segmentos mais frágeis de produtores e trabalhadores rurais, em particular porque foi realizado um esforço de habilitação desse segmento, justamente para que tivesse acesso a esses recursos; segunda, relacionada com os resultados indiretos desse esforço, na medida que contribuiu para organizar esses segmentos e, assim, fortaleceu o capital social, em particular entre algumas regiões do território paranaense onde os atributos desse capital eram incipientes. Esse

fortalecimento, em especial, é uma intervenção pública que não se "acaba" após o encerramento do Projeto. Ao contrário, tende a se acentuar.

Ademais, esse esforço (que incluiu, entre outros, mutirões para o fornecimento da documentação básica<sup>27</sup>) favoreceu o acesso a outras políticas públicas federais e estaduais. Merecem destaque aquelas que incidem ou incidiram sobre o meio rural, no mesmo período de execução do Projeto, tais como PROGER, PRONAF, Comunidade Solidária e Bolsa Família.

A importância dessas constatações pode ser confirmada em matéria recente, que, em tom de denúncia, considera que no Paraná o Programa Bolsa Família do governo federal não atingiu seu objetivo de "levar renda às regiões menos favorecidas". (VOITCH, 2006). Para chegar a tal conclusão, os pesquisadores levantaram dados do IDH por município e compararam com os dados municipais desse programa. Desse modo, constataram que "as cidades mais carentes do Estado têm sido menos privilegiadas na distribuição dos recursos". Também foram comparados os dados desse programa com os de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária, o que permitiu demonstrar que "têm sido priorizados os municípios que se caracterizam pela grande quantidade de famílias assentadas em projetos de reforma agrária".

Ainda dessa matéria constam declarações da diretora do Cadastro Único do Bolsa Família, Lúcia Modesto, reconhecendo que "as prefeituras dos municípios com baixo IDH têm tido dificuldades na implementação do Bolsa Família". Com muita propriedade a diretora esclarece: "Mesmo que o dinheiro esteja disponível, a capacidade dessas administrações municipais em se organizar é reduzida". Ela argumenta, ainda, que a estrutura social dos assentamentos pode explicar os números favoráveis das cidades onde existem projetos de reforma agrária, porque estes contam com "...um agrupamento mais organizado e preparado para pressionar o poder público" (VOITCH, 2006).

A interpretação do sociólogo e consultor do Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPEA) de Brasília, Antônio Ibarra, é semelhante. Ele considera que: "Os assentamentos carregam uma estrutura social melhor definida, herdada dos tempos dos movimentos sociais, como o MST. Esse tipo de organização dá mais poder para organizar o cadastro e exercer pressão política sobre a prefeitura" (VOITCH, 2006).

Voltando ao Projeto Paraná 12 Meses, outros resultados indiretos e positivos podem ser esperados, da ótica social, produtiva e ambiental. O apoio financeiro na construção, reforma de casas e saneamento básico para os trabalhadores rurais volantes e produtores de subsistência, tem reflexos sociais relevantes, em particular sobre as condições de saúde das famílias rurais mais pobres. Isso, porque o Projeto atuou, via seu Componente Social, nas parcelas territoriais onde as carências sociais são mais graves.

---

<sup>27</sup> Essa documentação incluía, entre outros, o Registro de Identidade e o Cadastro de Pessoa Física.

Em geral, nas regiões mais carentes, políticas públicas relativamente simples, como água encanada, são importantes para melhorar as condições de higiene e saúde, as quais se refletem em especial sobre a mortalidade infantil: faixa etária mais suscetível às condições precárias de higiene nas habitações e em seu entorno.

Quanto ao Componente Produtivo, de Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, reflexos positivos também podem ser esperados, dado que os recursos chegaram aos produtores mais frágeis, cujas condições de produção são precárias, o que implica reduzido uso de técnicas e procedimentos adequados, e resulta em baixa produtividade e alto impacto ambiental. Sendo assim, melhorias na base técnica fazem com que as atividades de produção resultem em maior volume de produção com menor impacto ambiental.

Contudo, é preciso avançar no sentido de garantir que as famílias pobres tenham acesso a outras ações sociais do governo, para que se integrem ao mercado de produção ou de trabalho, rural ou urbano, e não precisem mais de políticas públicas compensatórias. Essa intervenção é particularmente importante, no contexto das tendências de concentração do crescimento econômico em alguns pólos do território paranaense, de redução da população rural e do emprego ligado diretamente com a produção agropecuária. As duas últimas tendências, como se sabe, decorrem da adoção de inovações tecnológicas, de incorporação de novas técnicas de produção e novos processos de gestão da produção agropecuária. Essa adoção, ao elevar a produtividade da terra e do trabalho, reduz o contingente necessário para a execução das tarefas de produção.

Assim, tais tendências devem ser consideradas na formulação de políticas públicas, agregando, ainda, considerações de ordem ambiental mais amplas. Em particular, referentes à legislação de uso do solo, dos recursos hídricos, código florestal, elaboração e implementação do zoneamento econômico e ecológico.

Portanto, é imprescindível a formulação de uma política de Estado, sob uma linha de uma atuação integrada entre as diversas esferas em que se subdivide o governo. Somente desse modo será possível ordenar o crescimento econômico, promover a inclusão social e o uso racional dos recursos naturais, evitando a concentração desse crescimento e da renda por ele gerada.

Nesse sentido, espaços dinâmicos atraem investimentos, mas seus benefícios não atingem a maioria da população, em particular entre aqueles segmentos mais pobres, que não estão capacitados/preparados para se inserir nas oportunidades sociais criadas a partir da expansão econômica.

Para romper com esse círculo perverso, e desencadear condições que contribuem para o pleno desenvolvimento, é essencial o papel do Estado e da Sociedade,<sup>28</sup> incluindo os

---

<sup>28</sup> Esse tema foi discutido em um estudo sobre o desenvolvimento da região da Amazônia brasileira, mas é pertinente a qualquer espaço territorial ver: Fleischfresser (2006).

segmentos empresariais responsáveis. A atuação desses segmentos em ações que envolvem problemas sociais e ambientais, atualmente designadas de "responsabilidade social", vem crescendo com a participação da iniciativa privada em ações que atenuam os malefícios da exclusão social, por meio da criação de oportunidades econômicas e/ou habilitação dos segmentos sociais mais frágeis.

O papel do Estado, na construção de um padrão de desenvolvimento menos excludente, é o de criação de condições e o de indutor do processo de participação dos diversos segmentos sociais nas decisões de intervenções públicas. Esse modo de formulação de políticas é designado de políticas públicas em redes, porque considera a criação, consertada entre os diversos agentes sociais (públicos, privados e da sociedade), de um entorno territorial que propicie a organização e a inclusão social digna, a cooperação, a formação de recursos humanos, o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica.

Na falta dessas condições, não é possível desconstruir os mecanismos de exclusão social, e mesmo de degradação ambiental, construindo, ao mesmo tempo, uma sociedade mais justa, na qual todos tenham acesso ao conhecimento, oportunidade de participar das decisões e de colaborar para que as decisões, tomadas em conjunto, se concretizem.

## REFERÊNCIAS

ESALQ/CEPEA. **Análise de conteúdo dos grupos focais da avaliação do Projeto Paraná 12 meses**. S.I., 2001a.

ESALQ/CEPEA. **Relatório de avaliação do Projeto Paraná 12 meses para sua revisão de meio termo**. S.I., 2001b.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Amazônia, estado e sociedade**. Campinas: Ed. Autores Associados: Armazém do Ipê, 2006.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. O capitalismo revela sua face perversa na crise: análise dos dados do Censo Agropecuário de 1985. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.9, n.12, p.7-12, dez. 1987.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chaim: CONCITEC: IPARDES, 1988.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Nas redes da conservação: políticas públicas e a construção social das microbacias hidrográficas**. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Paraná.

HEGGIE, I.; VICKERS, P. **Commercial management and financing of roads**. Washington, DC: World Bank, 1998. (World Bank technical paper, 409)

HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

IPARDES. **Avaliação do impacto socioeconômico do Projeto Paraná 12 Meses sobre as comunidades rurais pobres**. Curitiba, 2006a.

IPARDES. **Avaliação do impacto socioeconômico do Subcomponente de Manejo e Conservação dos Recursos Naturais do Projeto Paraná 12 Meses**. Curitiba, 2006b.

IPARDES. **Avaliação da estratégia global do Paraná-Rural: Programa de Manejo e Conservação do Solo em Microbacias Hidrográficas**. Curitiba, 1993.

IPARDES. **Avaliação institucional do Projeto Paraná 12 Meses: termo de referência**, Curitiba, 2005.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**. Curitiba, 2004.

IPARDES. **Os vários Paranas: estudos socioeconômicos-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional**. Curitiba, 2006.

MÁ conservação nas estradas dá prejuízo bilionário a cada safra. **Boletim Informativo**, Curitiba: FAEP/SENAR, n.709, p.9, 25 fev./3 mar. 2002.

PARANÁ. Governo do Estado. **Projeto Paraná 12 meses**. Curitiba, 1995.

PARANÁ. Governo do Estado. **Paraná 12 meses**: manual operativo. Curitiba, 1996.

PARANÁ. Governo do Estado. **Paraná 12 meses**: manual operativo. Curitiba, 1998.

PARANÁ. Governo do Estado. **Paraná 12 meses**: manual operativo. Curitiba, 1999.

PARANÁ. Governo do Estado. **Projeto Paraná 12 Meses**: notas técnicas 2002, alterações no manual operativo. Curitiba, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Projeto Paraná 12 Meses**: informações ao público: relatórios/demonstrativos. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/pr12meses/inicio.jsp>>. Acesso em: abr. 2006.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VILELA, Pierre Santos. **Produtores de hortifrutis devem ficar atentos às mudanças no mercado**. 2005. Disponível em: <<http://www.faemg.org.br/Content.aspx?Code=356&ParentPath=None;13>>.

VOITCH, Guilherme. O Bolsa-Família dos assentados. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jan. 2006. p.24.

**ANEXO 1 - NOTAS TÉCNICAS 2002 E 2003, CONTENDO  
AS ALTERAÇÕES NO MANUAL OPERATIVO  
PROJETO PARANÁ 12 MESES**

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**

**PROJETO PARANÁ 12 MESES**  
**NOTAS TÉCNICAS 2002**  
**ALTERAÇÕES NO MANUAL OPERATIVO**

*Apoio*  
**Banco Mundial**

**Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP**  
**Unidade de Assessoramento do Projeto - UAP**

**CURITIBA**  
**Março de 2002**

## 1 INTRODUÇÃO

O relatório de avaliação para Revisão de Meio Termo do Projeto Paraná 12 Meses apontou um baixo desempenho físico e financeiro nos subcomponentes Manejo dos Recursos Naturais Fase 1 e Manejo dos Recursos Naturais Fase 2, e trazia, como uma das recomendações, ampliar os critérios de inclusão dos pequenos agricultores como beneficiários do Projeto, alterando as normas do Manual Operativo.

Estas notas visam:

- Regular e adequar as variáveis classificatórias do público beneficiário;
- Estabelecer o mesmo percentual de apoio aos produtores em acordo com a sua classificação, independente do subcomponente que o mesmo acessar;
- Elevar o apoio financeiro no Subcomponente Manejo Fase 2 aos beneficiários, de acordo com a sua categorização;
- Inserir os produtores rurais classificados como EF (Empresários Familiares) e ER (Empresários Rurais) no Subcomponente Manejo Fase 1 em apoio a práticas contempladas no Projeto Paraná Biodiversidade, que visam a recuperação e conservação do meio ambiente; e,
- Elevar o limite de apoio do FUNPARANÁ por família de beneficiário para R\$ 7.800,00, independente do subcomponente que as mesmas acessarem, com exceção dos beneficiários das Vilas Rurais, que receberão um apoio máximo de R\$ 2.400,00 (sendo R\$ 1.400,00 para atividades de Fomento Agrícola e R\$ 1.000,00 para atividades geradoras de renda – empreendimentos comunitários).

Com relação as variáveis classificatórias utilizou-se a atualização do dólar, já que as benfeitorias produtivas e equipamentos agrícolas estavam utilizando uma paridade de US\$ 1.00 para R\$ 1,00, utilizamos, para a correção, a paridade de US\$ 1,00 para R\$ 2,43.

Fica estabelecida uma correção dos valores de apoio as diversas práticas, em função da sua defasagem em relação aos valores praticados pelo mercado, e que foram levantados pelo Departamento de Economia Rural da SEAB, publicados em boletins mensais.

## 2 PÚBLICO META

Todos os produtores do Estado poderão participar do Projeto, entretanto serão beneficiados para efeito de apoio financeiro os agricultores cujo sistema de produção caracterize-os como Produtor de Subsistência (PS) e Produtor Simples de Mercadoria (PSM, PSM.1, PSM.2 e PSM.3), EF e ER e os pescadores artesanais (PA, PP.1 e PP.2).

## Público meta do Projeto e Enquadramento

Para fins de identificação do público meta e seu enquadramento, considerou-se como indicadores a área, o capital e a mão-de-obra conforme apresentado nos quadros 1.A e 1.B.

Os beneficiários, para serem enquadrados, devem atender às exigências constantes nas três variáveis simultaneamente, ou seja, nenhuma variável poderá ser analisada isoladamente, bem como as informações constantes após o quadro 1.

Para proceder a classificação dos beneficiários serão utilizados os formulários do Perfil da Unidade Produtiva (PUP - Anexo 1) para o subcomponente Combate à Pobreza no Meio Rural e o **Cadastro Individual da Propriedade (CIP-Anexo2)**, para os subcomponentes Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Fase 1 e Fase 2.

### A - Agricultores

QUADRO 1.A - VARIÁVEIS CLASSIFICATÓRIAS DO PÚBLICO PRIORITÁRIO - AGRICULTORES

CATEGORIA	VARIÁVEIS			
	Área (ha)	Capital		Participação da Mão-de-Obra Familiar (%)
		Benfeitorias Produtivas (R\$)	Equipamentos Agrícolas (R\$)	
PS/ PSM1	<15	<12.150,00	<9.720,00	>80
PSM2	<30	<29.160,00	<29.160,00	>50
PSM3	<50	<97.200,00	<87.480,00	>50
EF/ ER	>50	>97.200,00	>87.480,00	> 50

A renda será proveniente exclusivamente das atividades agrícolas exceto os PS/PSM-1 que poderão vender mão-de-obra. Neste caso a receita proveniente da venda de mão de obra, somada à receita agrícola normal líquida não deve ultrapassar a 24 (vinte e quatro) salários mínimos por ano, sendo que, os proventos de aposentadoria rural e de trabalhos comunitários em educação não serão considerados como renda.

São classificados como beneficiários além dos proprietários, assentados e posseiros, os arrendatários, os parceiros e meeiros com contratos anteriores à definição da Unidade de Trabalho cadastrada e legalmente especificada, desde que o prazo de permanência na área seja compatível com as práticas e atividades apoiadas.

O arrendamento não poderá ocorrer entre parentes próximos (pai, irmão, filho).

Todos os casos excepcionais de enquadramento da postulante ao benefício, serão analisados pelo Conselho Municipal e referendados pela Comissão Regional.

As variáveis de capital serão medidas em R\$ (reais) representando o valor atual de mercado das benfeitorias e equipamentos.

Para efeito de levantamento da área (ha) considerar a área total das propriedades do beneficiário e as áreas por ele arrendadas.

## B - Pescadores Artesanais

QUADRO 1.B - VARIÁVEIS CLASSIFICATÓRIAS DO PÚBLICO PRIORITÁRIO PARA AS AÇÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES – PESCADORES ARTESANAIS

CATEGORIA	VARIÁVEIS			
	TAB	Capital		Participação da Mão-de-Obra Familiar (%)
		Benefícios Produtivos (R\$)	Benefícios Agrícolas (R\$)	
PA / PP.1	2,5	<12.150,00	<9.720,00	>80
PP.2	>2,5	<29.160,00	<29.160,00	>50

Obs.: PA e PP.1 – Pescador Artesanal e Pescador Profissional, correspondem ao PS e PSM1 da agricultura.

PP.2 – Pescador Profissional, corresponde ao PSM 2 da agricultura.

Os pescadores artesanais, para serem enquadrados, devem atender aos seguintes requisitos:

- ser pescador profissional e ter na pesca o seu meio principal de vida.
- no mínimo, 80% da renda familiar deve ser proveniente pesca.
- possuir bens de produção (apetrechos de pesca, embarcação, equipamentos e outros).
- ter sua documentação profissional e de cidadania devidamente regularizadas (IBAMA, Capitania dos Portos, RG e CPF).
- ter no mínimo um ano de atividade pesqueira comprovada.
- apresentar declaração da Colônia de Pescadores comprovando a atividade pesqueira.
- comprovar residência na comunidade.

Pescadores que residem em áreas urbanas que pagam IPTU, não serão enquadrados nos itens reforma e construção de moradia, instalações sanitárias e abastecimento de água.

Caberá à Colônia de Pescadores informar da necessidade de registro da embarcação na Capitania dos Portos.

## C - Trabalhadores Rurais Volantes

Outra categoria abrangida no Projeto, será a dos Trabalhadores Rurais Volantes. Esta se caracteriza pela prestação de serviços temporários na atividade agrícola e nos fluxos migratórios nos períodos de entressafra. Os trabalhadores rurais volantes, serão trabalhados especificamente nas Vilas Rurais.

## D - Comunidades Indígenas

Os índios serão classificados como PS e as comunidades indígenas serão enquadradas de acordo com o Anexo 3. O documento de habilitação dos mesmos, junto ao Projeto, será o Registro Administrativo de Nascimento, emitido pela FUNAI.

### 3 CATEGORIAS DE PÚBLICO POTENCIAL, POR SUBCOMPONENTE DO PROJETO

O quadro 2 apresenta o público meta por Subcomponente.

QUADRO 2 - CATEGORIAS DE PÚBLICO POTENCIAL POR SUBCOMPONENTE

SUBCOMPONENTES	PS	PSM1	PSM2	PSM3	PA	PP.1	PP.2	EF/ER
Combate à Pobreza	X	X	—	—	X	X	---	
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – 1ª Fase	X	X	X	X	---	---	---	X
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – 2ª Fase	—	X	X	X	---	---	X	

FONTE: UDP/CCPG - CURITIBA 1996

UGP – CURITIBA 2002

## 4 ESTRATÉGIA OPERACIONAL

### 4.1 Implementação dos Trabalhos

#### 4.1.1 Mesorregiões Prioritárias

No decorrer da implantação os subcomponentes priorizarão as seguintes mesorregiões conforme o quadro 3:

QUADRO 3 - MESORREGIÕES PRIORITÁRIAS DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO SUBCOMPONENTE

SUBCOMPONENTES	MESORREGIÃO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Combate à Pobreza no Meio Rural Comunidades	*	*	*	—	*	—	*	—
Combate à Pobreza no Meio Rural - Vilas Rurais	—	—	*	*	—	*	—	—
Manejo/Conserv. dos Recursos Naturais (Fase 1)	*	*	*	*	—	—	—	*
Manejo/Conserv. dos Recursos Naturais (Fase 2)	—	—	—	—	—	*	*	*

FONTE: UDP/CCPG - CURITIBA 1996

UGP – CURITIBA 2002

## 4.2 Beneficiários do "FUNPARANÁ"

São beneficiários do FUNPARANÁ:

- a) produtores individuais, observados os critérios de elegibilidade, em cada subcomponente;
- b) os produtores rurais beneficiários de apoios coletivos, organizados em grupos formais ou informais, que estão inseridos na seguinte classificação:
  - Grupo I - composto de 76 a 99% de produtores de subsistência (PS) e simples de mercadoria (PSM-1), Pescadores Artesanais (PA e PP-1) e o restante pelas demais categorias beneficiárias do FUNPARANÁ;
  - Grupo II - composto de 51 a 75% de produtores de subsistência (PS), simples de mercadoria (PSM-1), Pescadores Artesanais (PA e PP-1) e o restante pelas demais categorias beneficiárias do FUNPARANÁ.
  - Grupo III - composto de até 50% produtores de simples de mercadoria (PSM-1) e ou Pescadores Artesanais (PA e PP1) e o restante pelas demais categorias beneficiárias do FUNPARANÁ.
  - Grupo IV - composto 100% por PS e PSM-1. Ou PA e PP1
  - Grupo V - composto exclusivamente por beneficiários das Vilas Rurais.
  - Grupo VI\* - composto de EF/ER

Critérios específicos do Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (2ª Fase)

- a) estar classificado nas categorias de Produtor Simples de Mercadoria 1,2e 3, Pescador Artesanal 2, quando de apoio individual e pertencer ao grupo tipo III quando de apoios comunitários;
- b) estar organizado em grupo de 5 (cinco) produtores, no mínimo, em torno de interesses comuns em determinada atividade.

### **Limite de Apoio por beneficiário- Subcomponente Combate à Pobreza no Meio Rural**

No quadro 9 consta a lista das atividades práticas apoiadas pelo FUNPARANÁ, no Subcomponente Combate à Pobreza no Meio Rural.

QUADRO 9.A - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTUAL DE APOIO DO FUNPARANÁ - SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL - COMUNIDADES

TIPOS DE APOIO	BENEFICIÁRIOS	LIMITE DO APOIO (em R\$ 1,00)
Reforma/construção de Residência	PS / PSM-1 / PA/PP-1	1.500
Água e Esgoto	PS / PSM-1 / PA/PP-1	1.100
Galpões Comunitários	Grupo IV	15.000
Fomento Agrícola <sup>(1)</sup>	PS / PSM-1	1.500
Empreendimentos Comunitários	Grupo IV	15.000
Empreendimentos Comunitários (Vilas Rurais)	Grupo V	30.000

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996

NOTA: 1. O limite do apoio é de até 100% dos insumos e bens adquiridos incluído o frete e excluído o valor da mão-de-obra que é contrapartida do(s) produtor(es) (recursos próprios) e será de no mínimo 20% do total do orçamento.

2. Pescadores que residem em áreas urbanas, que pagam IPTU, não serão enquadrados nas práticas reforma e construção de residência bem como, água e esgoto.
3. As propostas para aquisição de bens (máquinas, equipamentos e animais) devem contemplar no seu orçamento os gastos integrais da atividade na qual serão utilizados.
4. A mão-de-obra especializada pode ser apoiada pelo Funparaná, sem prejuízo da mão-de-obra própria do beneficiário, como contrapartida conforme estabelecido na NOTA 1.
5. Pescadores.

(1) No caso de práticas de Manejo de Solos, apoiadas pelo subcomponente combate à pobreza, devem ser observados os tetos máximos de apoio constantes no quadro 16.

QUADRO 9.B - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTUAL DE APOIO DO FUNPARANÁ SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL - PESCA

TIPOS DE APOIO	BENEFICIÁRIOS	LIMITE DO APOIO (Em R\$ 1,00)
Apetrechos de pesca	PA / PP-1	1.300,00
Cultivos	PA / PP-1	3.500,00
Reforma de embarcações	PA / PP-1	2.000,00
Aquisição de peças de reposição para embarcações	PA / PP-1	1.500,00
Aquisição de motores de embarcações (à gasolina e à Diesel) e acessórios	PA / PP1	4.000,00
Aquisição de embarcações e acessórios	PA / PP-1	4.000,00
Aquisição de freezers	PA / PP1	850,00
Equipamentos de segurança pessoal	PA / PP1	200,00

#### 4.3 CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DO SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS (FASE 1)

1. Estar classificado nas categorias Produtor de Subsistência, Produtor Simples de Mercadoria -1, 2 e 3. Empresário Familiar (EF) e Empresário Rural (ER), no caso específico do Projeto Biodiversidade;
2. Pertencer as microbacias e comunidades rurais pobres identificadas pelo Conselho Municipal e cadastradas na UGP com base nos critérios estabelecidos pelo subcomponente;

3. Estar organizado em grupo composto por três produtores rurais, no mínimo, mesmo para obtenção de apoio individual, a não ser nos casos justificados tecnicamente;
4. Estar organizado formalmente em Associações para obter apoio financeiro na aquisição das unidades mecanizadas.

#### 4.3.1 Procedimentos para Enquadramento e Liberação de Recursos Financeiros do Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (Fase 1)

Neste item estão contidos procedimentos para determinadas práticas que terão apoio financeiro do Projeto (FUNPARANÁ), no entanto a assistência técnica deverá considerar o conjunto de ações de planejamento e conservação de solos, para cada situação e que deverão compor o planejamento da microbacia e da propriedade, independente do apoio financeiro.

##### **a) Práticas Mecânicas de Controle da Erosão**

O controle da erosão envolve:

- a) Enleiramento de pedra manual, terraceamento de tração animal, cordão vegetado e terraceamento com trator de pneu, próprio.

Executadas as práticas previstas deve ser emitido o recibo (anexo 18) para recebimento de apoio financeiro devido.

- b) Enleiramento de pedra mecânico, terraceamento com trator (esteira, pneu, pá, etc.) , enleiramento em nível de restos vegetais.

Executadas as práticas, a prestadora de serviços deverá emitir os comprovantes em nome do produtor, no valor correspondente ao serviço efetuado. O valor da hora/máquina a ser apoiado nunca pode exceder a tabela de preços da CODAPAR, vigente na época.

A contratação dos serviços será feita pelos grupos de produtores que compor a proposta de ação do grupo.

##### **b) Construção de esterqueiras**

A linha de apoio reembolsa o percentual correspondente até o limite estabelecido, calculado sobre a somatória dos comprovantes legais apresentados, inclusive mão-de-obra.

Sugere-se que a tecnologia a ser utilizada para a construção das esterqueiras deva ser a da EMBRAPA - Suínos.

É obrigatório, no caso de dejetos de suínos, solicitar ao IAP o Licenciamento Ambiental, conforme procedimentos que constam no Guia de Licenciamento Ambiental - PR 12 MESES.

### c) Construção de cercas para proteção de mananciais

Este apoio está condicionado ao reflorestamento ou adensamento da área a ser isolada. A linha de apoio reembolsa o percentual correspondente até o limite estabelecido, calculado sobre a somatória dos comprovantes legais apresentados, inclusive mão-de-obra.

### d) Mudanças e/ou sementes para reflorestamento conservacionista ou econômico

Neste caso o produtor adquire as mudas ou sementes das espécies florestais recomendadas na **Proposta de Ação do Grupo (Anexo 23)**, e, o FUNPARANÁ reembolsa o valor baseado no percentual correspondente até o limite estabelecido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

Mudas, adubo, formicida e mão-de-obra para reflorestamento econômico madeireiro. O beneficiário poderá ser apoiado preferencialmente com mudas em tubetes das espécies/variedades relacionadas no item 6.4.2.14 - Quadro 10, por uma ou mais de uma, até um teto máximo de apoio de 3.680 mudas em 2 ha. Nesta quantidade já está incluído os 10% de mudas para o replantio. Da mesma forma poderá ser apoiado com micro-isca formicida, até um máximo de 5 kg em 2 ha; com adubo, até um máximo de 150 kg em 2 ha e mão-de-obra, até um teto máximo de R\$ estabelecido no quadro 10 do item 6.4.2.14 em 2 ha.

Estas práticas não são um pacote fechado, ou seja, se for beneficiado por uma prática tem que ser por todas. Pode ocorrer do agricultor ganhar as mudas das espécies/variedades recomendadas de alguém e somente ser apoiado com as outras práticas (micro-isca formicida, adubo e mão-de-obra) pelo FUNPARANÁ. Da mesma forma esta situação poderá ocorrer para cada uma das práticas previstas. O importante é que na **Proposta de apoio (anexo 23)**, conste estas informações técnicas de uma forma bem clara.

Considera-se as seguintes atividades, para ser incluído na **mão-de-obra**:

- Controle de formigas - 2 dH\*;
  - Limpeza do terreno - 7 dH;
  - Alinhamento e coveamento - 8 dH;
  - Adubação e plantio - 4 dH;
  - Replantio - 1 dH;
  - Coroamentos - 8 dH, e
  - Roçadas - até o 2º ano - 2 dH.
- (\*dH - dias homem)

Igualmente, considera-se que estas atividades sejam também incluídas na proposta de apoio, e que o agricultor assuma o compromisso de executá-las. Estas atividades e a quantidade de dias homem, poderão variar conforme a realidade de cada propriedade, mas o valor total não poderá ultrapassar o teto máximo que consta no quadro 10 em até 2 ha.

No caso de mão-de-obra, a prestação de contas se dará através de recibo individual, assinado pelo agricultor beneficiado. O pagamento se dará na medida em que o agricultor for realizando as atividades, conforme projeto técnico.

#### **e) Calcário**

O apoio ao calcário está condicionado à existência de práticas de controle da erosão. O valor do apoio envolve o custo da aquisição do calcário, mais parte ou todo o frete até a propriedade, dependendo da distância da indústria de calcário. A recomendação da quantidade a ser aplicada deve estar respaldada em análise de solos.

#### **f) Calcário mais Fósforo**

Existe a possibilidade de ser disponibilizado ao pequeno produtor que utilizar melhor tecnologia na condução de suas culturas anuais, aumentando conseqüentemente a produtividade.

Está condicionada a reconversão de parte da área, principalmente as inaptas para lavouras e pastagens, para culturas permanentes. As recomendações das quantidades a serem aplicadas devem estar respaldadas por análise de solos.

O reembolso será do valor baseado no percentual correspondente, até o limite estabelecido, mediante apresentação de nota fiscal.

#### **g) Adubação Verde**

O produtor adquire as sementes da espécie de adubo verde recomendada e a Linha de Apoio reembolsa o valor, baseado no percentual correspondente até o limite estabelecido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal. O produtor tem direito a este benefício somente uma vez.

#### **h) Abastecedores comunitários**

Dentro do plano de ação da microbacia pode ser prevista a construção de abastecedores comunitários de água para pulverizadores, dentro das práticas de controle da poluição dos recursos hídricos. Também pode ser prevista no plano de ação de comunidades pobres e microbacias a construção de abastecedor comunitário tipo III + rede de distribuição de água. Basicamente prevê-se a construção de três tipos de Abastecedores Comunitários/ Elevadores de Água:

- i) Tipo I: abastecedores cuja captação de água se dá por interceptação de curso d'água, ou pela construção de pequena barragem, com condução de água totalmente por gravidade;

- ii) Tipo II: abastecedores cuja captação é de origem superficial, via bombeamento por moto-bomba, roda d'água, etc., até um reservatório, de onde é distribuída aos pulverizadores;
- iii) Tipo III e Tipo III + Rede de distribuição de água: abastecedores cuja captação de água é realizada em poços profundos (semi-artesianos), bombeado por moto-bomba até reservatórios elevados, de onde é distribuída para abastecer pulverizadores e/ou para consumo humano e animal através de rede de distribuição comunitária.

Obs: Prevê-se a construção de dois tipos de elevadores:

- a) Tipo I: igual ao abastecedor Tipo II;
- b) Tipo II: igual ao abastecedor Tipo III.

### **Procedimentos obrigatórios para construção desses abastecedores/elevadores**

Em todos os casos deverá ser solicitado, a SUDERHSA, o **laudo de outorga de água** em conformidade com as normas de solicitação de outorga do Uso da Água de domínio do Estado do Paraná (Guia de Licenciamento Ambiental - PR 12 MESES, página 16). Poderá ser enviada cópia do protocolo, junto a SUDERHSA, na etapa 1 da proposta de apoio e o laudo definitivo junto com as notas fiscais. No caso em que o abastecedor do Tipo III for instalado em área particular, obrigatoriamente deve ser apresentado um instrumento legal que permita a sua instalação e seu uso comunitário, pelo proprietário da área (Termo de Cessão de Uso ou de Doação registrado em cartório de títulos e documentos). Enviar na etapa 1.

- devido ao seu alto custo o abastecedor Tipo III não deve ser planejado nos casos em que tecnicamente seja possível a instalação dos tipos I e II;
- pela qualidade da água obtida com a instalação do abastecedor do Tipo III pode-se utilizar também a água para consumo humano e animal em nível comunitário. Nesse caso, a prática Abastecedor Comunitário Tipo III mais rede de distribuição de água, poderão ser utilizados poços semiartesianos já perfurados pela SUDERHSA, pela Prefeitura, pela Comunidade, pelos programas governamentais já executados, ou outra qualquer instituição, bem como, os poços novos a serem perfurados pelo PR 12 MESES. Esta prática compreende a perfuração do poço (novos), a exploração do poço, a adução e o reservatório d'água, o tratamento d'água (casa T), a rede mestra, a rede domiciliar, a rede de energia elétrica, o teste de vazão do poço, o teste de potabilidade d'água (análise físico-química e bacteriológica da água) e a elaboração do Projeto Técnico por um Profissional habilitado com o devido recolhimento e envio da ART;

**Procedimentos obrigatórios para pagamento dos Abastecedores Comunitários Tipo I, II, III e Tipo III mais Rede de distribuição d'água:**

- Elaboração da proposta de apoio - Etapa 1;
- Ao mesmo tempo solicitar a SUDERHSA o Laudo de outorga de água em conformidade com as Normas de solicitação de Outorga do Uso da Água de Domínio do Estado do Paraná;
- Elaborar o Termo de Cessão de Uso ou Doação da área do poço, caixa d'água, abastecedor e casa T (Abastecedor tipo III e Tipo III mais Rede de distribuição de água), assinado pelo proprietário e registrado em cartório de títulos e documentos;
- No caso específico do Abastecedor comunitário Tipo III mais Rede de distribuição de água solicitar a elaboração do Projeto Técnico a um Profissional habilitado com o devido recolhimento e envio da ART;
- Envio a UGP para análise e aprovação;
- Autorização pela UGP para elaboração da Etapa 2;

Na data estabelecida pela UGP na carta de autorização da Etapa 2, deverão ser enviados os seguintes documentos:

- Três orçamentos;
- Seleção da empresa vencedora da tomada de preços. No caso do Abastecedor Comunitário Tipo III a empresa deverá fornecer um Laudo Geológico do local onde será perfurado o poço semiartesiano, assinado por Geólogo, prevendo a profundidade e vazão do mesmo. Verificar se está de acordo com o Projeto Técnico e proposta de apoio;
- Quadros 5 e 6 do anexo 23 atualizados, mais o mapa comparativo de preços;
- Disquete, contendo os dados.

Concomitantemente, o Conselho Municipal autoriza a empresa vencedora a perfurar o poço semiartesiano (Abastecedor Tipo III e Tipo III mais Rede de distribuição de água).

Após a perfuração do poço a empresa providencia o laudo de um Geólogo, atestando a vazão do poço (litros/hora) e a profundidade do mesmo (metros). De posse deste laudo a Assistência Técnica verifica se a vazão e a profundidade estão de acordo com a proposta técnica. No caso do Abastecedor Tipo III mais Rede de distribuição de água deverá ser encaminhado ao Laboratório competente uma amostra de água do poço para ser feito a análise de potabilidade d'água ( análise físico-química e bacteriológica).

A assistência técnica autoriza a empresa, a concluir todas as outras obras previstas na proposta técnica. Concluídas todas as obras, a empresa emite as notas fiscais para pagamento.

A assistência técnica emite o laudo de conclusão e funcionamento das obras, e de posse de todos estes documentos (Laudo do Geólogo sobre vazão e profundidade do poço semiartesiano, Laudos de análise de potabilidade da água, Laudo de outorga de água, Laudo de conclusão e funcionamento das obras e notas fiscais), o Conselho Municipal envia a Comissão Regional, que por sua vez, enviará a UGP para autorização de pagamento, a CODAPAR.

#### **h) Kit de plantio direto Tração Animal**

Este apoio está condicionado à adoção por parte do grupo de produtores do sistema de plantio direto tração animal inicialmente em pelo menos uma parte da área cultivada.

Este kit é composto basicamente por máquina de plantio direto, rolo faca, distribuidor de calcário e pulverizador. O kit pode ser apoiado no conjunto ou em parte para complementar equipamentos já existentes.

#### **i) Máquinas e equipamentos**

Estes apoios estão vinculados a adoção de tecnologias preconizadas na estratégia técnica e que se viabilizam com a aquisição dessas máquinas ou equipamentos. Ex: grade de disco tração animal - está condicionado a utilização de adubação verde ou ao manejo da resteva.

#### **j) Unidades mecanizadas**

Este apoio se operacionaliza com a organização formal de produtores (Associações) pertencentes a uma ou a várias microbacias cadastradas no subcomponente. Este apoio também deve estar vinculado à solução de problemas relacionados ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, tais como para a construção de terraços, a distribuição de esterco e de calcário, a escarificação, etc.. É vetado este tipo de apoio para propostas que contemplem apenas ações de preparo do solo. As unidades mecanizadas serão compostas de 1 (um) trator e demais equipamentos necessários à solução dos problemas relacionados ao manejo e conservação dos recursos naturais.

#### **l) Outras práticas/máquinas e/ou equipamentos**

O apoio está condicionado ao enquadramento na estratégia técnica e à prévia aprovação da UGP, de acordo com os critérios de classificação do FUNPARANÁ.

#### **m) Adequação de Estradas Rurais**

Esta prática será apoiada através das Inversões.

### 4.3.2 Limites de Apoio Financeiro por Beneficiário - Subcomponente Manejo e Conservação de Recursos Naturais – Fase 1

No quadro 10 consta a lista das práticas apoiadas pelo FUNPARANÁ no Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – Fase 1.

QUADRO 10 - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTUAL DE APOIO DO FUNPARANÁ - MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS - 1ª FASE

PRÁTICA	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS (TIPOS)	TETO MÁXIMO DE APOIO EM		
		% de Apoio por Tipo de Beneficiário	Unidade	Custo Unitário (R\$)
<b>INDIVIDUAL</b>				
Enleiramento Pedra Manual			3,5 ha	88,00
Enleiramento Pedra Mecânica			5 ha	383,00
Terraceamento Tração Animal + Cordão Vegetado	PS/PSM1	100	10 ha	33,00
Terraceamento com Trator Pneu			40 ha	60,00
Terraceamento com Trator de Esteira			40 ha	159,00
Construção de Esterqueiras	PSM 2	70	1 unidade	6.100,00
Construção de Cercas Proteção de Mananciais			1 km	3.800,00
Aquisição de Mudanças ou Sementes Florestais				
- Conservacionista	PSM 3	50	1.000 mudas	0,10
- Econômico - Eucalipto			4.800 mudas	0,10
- Erva-Mate			1.000 mudas	0,20
- Bracatinga			1,6 kg	7,10
Econômico Madeireiro				
Álamo; Araucária; Canafístula; Cinamomo gigante; Eucalipto; Grevílea; Kiri; Louro-pardo; Pinus subtropicais e tropicais; Sobrasil e Uva-do-Japão	ER <sup>(3)</sup>	50	3.680 mudas/2 ha	0,10
Micro-isca formicida	EF <sup>(3)</sup>	50	5 kg /2 ha	10,00
Adubo			150 kg /2 ha	0,55
Mão-de-obra <sup>(2)</sup>			R\$ 562,00 /2 ha	281,00
Análise de Solos			2 unidades	11,00
Calcário			Até 30 T. cada	34,00
Calcário e Fósforo			2 ha	194,00
Adubação Verde (sementes)			2 ha	83,60
<b>COLETIVO</b>				
Abastecedores Comunitários - Tipo I			1 unid./grupo	2.398,00
- Tipo II			1 unid./grupo	7.053,00
- Tipo III			1 unid./grupo	23.840,00
Abastecedor Comunitário Tipo III + Rede de Distribuição de Água			1 unid./grupo	73.520,00
Rede de Distribuição de Água*			1 unid./grupo	49.680,00
Kit para plantio direto Tração Animal			1 unid./grupo	3.807,00
- Plantadeira/adubadeira de uma linha			1 unid./grupo	770,00
- Pulverizador			1 unid./grupo	1.487,00
- Calciadeira			1 unid./grupo	850,00
- Rolo Faca	GRUPO I	70	1 unid./grupo	700,00
Plantadeiras/Semeadeira				
- Convencional			1 unid./grupo	8.832,00
- Plantio Direto	GRUPO II	60	1 unid./grupo	22.727,00
Distribuidor de Esterco				
- Tração Animal			1 unid./grupo	1.600,00
- Tração Mecânica	GRUPO III	50	1 unid./grupo	6.750,00
Batedeira de Cereais			1 unid./grupo	3.100,00
Batedeira de Cereais tração animal c/ motor estacionário			1 unid./grupo	3.700,00
Roçadeira	GRUPO IV	100	1 unid./grupo	2.650,00
Grade com Discos Recortados Tração Animal			1 unid./grupo	710,00
Escarificador Tração Mecânica	GRUPO V	100	1 unid./grupo	1.898,00
Distribuidor Calcário			1 unid./grupo	5.535,00
Adubador de Cobertura Discos Duplos Tração Mecânica	GRUPO VI	50	1 unid./grupo	4.125,00
Pulverizador de Barras Tração Mecânica			1 unid./grupo	4.305,00
Rolo Faca – Tração Mecânica – 1 Módulo			1 unid./grupo	3.745,00
Colhedeira de Milho acoplável a Trator			1 unid./grupo	10.945,00
Unidades Mecanizadas para Manejo e Conservação dos Recursos Naturais	Associações	50	1 unid./grupo	80.000,00
Unidade Mecanizada para Distribuição de Esterco Líquido de Suínos			1 unid./grupo	90.000,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996; UGP, CURITIBA, 2002

- NOTA: 1. Nas aquisições de bens e insumos, o teto máximo de apoio inclui o frete. O percentual de apoio por tipo de beneficiário será aplicado sobre o custo unitário constante no quadro, levando em consideração o teto máximo em unidade. No caso dos produtores enquadrados como PS e PSM1 as propostas para aquisição de bens (máquinas, equipamentos e animais) devem contemplar no seu orçamento os gastos integrais da atividade na qual serão utilizados.
2. Os agricultores que se enquadram nas categorias de beneficiários PSM2 e PSM3, não serão beneficiados com esta prática (mão-de-obra).
3. Os agricultores EF e ER serão beneficiados dentro do Projeto BIODIVERSIDADE e somente com as práticas: cercas para proteção de mananciais, mudas de árvores nativas e elevadores de água tipo I e II.
4. Não incluída a perfuração do poço semiartesiano

### 4.3.3 Limites de Apoio Financeiro por Beneficiário - Subcomponente Manejo e Conservação de Recursos Naturais – Fase 1

QUADRO 11A - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTAGEM DE APOIO DO FUNPARANÁ - SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS FASE 2 - FRUTICULTURA

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNIT. DE REFERÊNCIA
A1: Individual				
Cultura de Abacaxi	1 ha	PSM-1	100	7.000,00
Cultura de Abacate	2 ha			4.800,00
Cultura da Banana	2 ha	PSM-2	70	5.200,00
Cultura de Citros	2 ha			6.000,00
Cultura de Maçã	1 ha	PSM-3	50	7.000,00
Cultura de Uva Fina	0,5 ha			5.000,00
Cultura de Uva Rústica	1 ha			6.000,00
Cultura de ameixa/pêssego	1 ha			4.000,00
Cultura de outras frutas <sup>(1)</sup>	1 ha			5.000,00
Cultura de Morango	0,5 ha			10.000,00
A2: Coletivo				
Trator + Pulverizador de Barra (Cultura do Abacaxi)	1 UN	GRUPO III	50	18.000,00
Cultura do Abacate				
Cultura da Goiaba				
Cultura de Tangerina				
Cultura do Maracujá				
Cultura da Ameixa				
Cultura do Pêssego				
Cultura do Caqui				
Cultura da Uva Rústica				
Trator + Pulverizador Turbo	1 UN			20.000,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996

(1) Caqui, goiaba, maracujá, pêra e kiwi.

QUADRO 11B - MANEJO/CONSERVAÇÃO RECURSOS NATURAIS FASE 2 - OLERICULTURA

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
B1: Individual				
Cultura da Cebola		PSM-1	100	
Conjunto de Irrigação	UN			6.000,00
Pulverizador	UN	PSM-2	70	1.500,00
Cultura do Tomate				
Conjunto de Irrigação	UN	PSM-3	50	6.000,00
Pulverizador	UN			1.500,00
Outras Olerícolas				
Conjunto de Irrigação	UN			6.000,00
Estufas (cult. protegido)	UN			1.200,00
Cultura do Morango				
Conjunto de Irrigação	UN			6.000,00
Pulverizador	UN			1.500,00
B2: Coletivo				
Cultura da Batata				
Plantadeira/Adubadeira	UN	GRUPO III	50	8.000,00
Pulverizador de Barra	UN		50	3.000,00
Colhedora de Tubérculos	UN		50	4.000,00
Trator Pequeno	UN		50	15.000,00
Cultura do Tomate		GRUPO III		
Classificador de Frutos	UN		50	6.000,00
Outras Olerícolas				
Trator Pequeno c/ Equipamentos	UN		50	25.000,00
Unidade de Produção Coletiva de Mudas	UN		50	10.000,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996

QUADRO 11C - PRÁTICAS OU ATIVIDADES, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTAGEM DE APOIO DO FUNPARANÁ - SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS 2ª FASE - LAVOURAS EXTENSIVAS

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
I - Individuais		PSM 1	100	
Unidades demonstrativas		PSM 2	70	
Café adensado e outros	ha	PSM 3	50	2.400,00
II - Coletivos				
1 - Café e outros - Viveiros	un	GRUPO III	50	40.000,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996

QUADRO 11D - PRÁTICAS OU ATIVIDADES, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTAGEM DE APOIO DO FUNPARANÁ DO SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS 2ª FASE - PRODUÇÃO ANIMAL

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
D1: INDIVIDUAL				
Bovinocultura Leite				
Reforma Pastagem	5 ha	PSM-1	100	425,00
Triturador com Motor	1 unid	PSM-2	70	464,00
Piscicultura				
Aeradores	1 unid	PSM-3	50	898,00
Kit Análise da água	1 unid			580,00
Sericicultura				
Adução Orgânica	2 há			522,00
D2: COLETIVOS				
Bovinocultura Leite				
Conjunto ensilagem	1 unid			5.286,00
Condomínio Bezerra	1 unid			4.074,00
Reservatório de Água	1 unid			3.254,00
Suinocultura		GRUPO III	50	
Condomínio Leitões				
Plein-Air	1 unid			96.200,00
Confinado	1 unid			192.390,00
Piscicultura				
Redes para Despesca	1 unid			210,00
Kit Análise Água	1 unid			580,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996; UGP Curitiba, 2002

QUADRO 11E - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E % DE APOIO DO FUNPARANÁ - MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - FASE 2 - PÓS COLHEITA

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
E1: Individual				
Armazém nível propriedade	1 UNID	PSM-1	100	
		PSM-2	70	3.383,00
Armazém cura/cons. cebola	1 UNID	PSM-3	50	2.114,00
E2: Coletivos				
Unidade proc.- frutas/olerícolas	1 UNID			264.270,00
Packing house novos	1 UNID			95.000,00
Packing house frutas caroço	1 UNID			95.000,00
Lavador de olerícolas	1 UNID	GRUPO III	50	6.322,00
Secador de grãos	1 UNID			105.708,00
Unidade de abate suínos	1 UNID			160.676,00
Packing house simples	1 UNID			10.491,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996

QUADRO 11F - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTAGEM DE APOIO DO FUNPARANÁ - MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS FASE 2 - PESCA

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
Equip. de comercialização	1 conjunto		50	1.500,00
Reforma de embarcações	1 UNID		50	12.000,00
Aquisição de peças de reposição para embarcações	1 embarcação		50	4.000,00
Aquisição de motores de embarcações e acessórios	1 UNID	PP-2	50	15.000,00
Câmaras frigoríficas até 10 ton.	1 UNID		50	20.000,00
Aquisição de guinchos p/ carreira	1 UNID		50	10.000,00
Cultivos Marinhos			50	3.500,00
Apetrechos de pesca			50	6.000,00
Máquina de descascar camarão	1 UNID		50	15.000,00

FONTE: UGP. Curitiba, 1999

**A) Todas as práticas receberão os níveis de apoio estabelecidos nos Quadros 11 A , 11 B, 11 C, 11 D, 11 E, 11 F**

**Limites de Apoio Individual**

O limite máximo de apoio do FUNPARANÁ, por família de beneficiário, será de R\$ 7.800,00 com exceção do beneficiário das Vilas Rurais que no FUNPARANÁ receberá um apoio máximo de R\$ 2.400,00 (sendo R\$ 1.400,00 para atividades de fomento e R\$ 1.000,00 para atividades de geração de renda). Para compor este montante serão considerados todos os valores dos apoios individuais recebidos, acrescidos do valor relativo de sua participação proporcional nos apoios coletivos.

Para os apoios concedidos ao amparo do Subcomponente para Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Fase 2, o limite previsto é de R\$ 7.800,00. O controle do FUNPARANÁ será feito individualmente, por beneficiário.

**5 VILAS RURAIS – CONSTRUÇÃO DE MORADIAS Valores Limites de Apoio (R\$ 1,00)**

ITENS A SEREM APOIADOS	R\$
a) Construção de Moradias	7.684,00
b) Serviços de Terraplenagem	1.528,00
c) Projetos e Serviços	212,00
d) Energia Elétrica	1.048,00
e) Abastecimento de Água	1.501,00
f) Serviços de Topografia	265,00
g) Equipamentos Comunitários de Múltiplo Uso	450,00

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**

**PROJETO PARANÁ 12 MESES**  
**NOTAS TÉCNICAS 2003**  
**ALTERAÇÕES NO MANUAL OPERATIVO**

*Apoio*  
**Banco Mundial**

**Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP**  
**Unidade de Assessoramento do Projeto - UAP**

**CURITIBA**  
**Mai de 2003**

Na última Missão de Supervisão do Banco Mundial (Nº 13) de 22 a 30 de abril de 2003, ficou ajustado as seguintes alterações no Manual Operativo:

- Elevar o limite de apoio do FUNPARANÁ por família de beneficiário para R\$ 11.000,00, independente do subcomponente que as mesmas acessarem, com exceção dos beneficiários das Vilas Rurais, que receberão um apoio máximo de R\$ 3.400,00 (sendo R\$ 2.000,00 para atividades de Fomento Agrícola e R\$ 1.400,00 para atividades geradoras de renda – empreendimentos comunitários).
- Corrigir os valores de apoio das diversas práticas, em função da sua defasagem em relação aos valores praticados pelo mercado (período Outubro/2001 a Abril/2003), e que foram levantados pelo Departamento de Economia Rural da SEAB, publicados em boletins mensais (índice utilizado – IGP-DI 41,98% ).
- Permitir que a CODAPAR execute a readequação de 20% das estradas rurais, que seriam executadas pelo DER.
- Permitir que a Comissão Regional do Projeto execute a validação eletrônica das propostas.

## 1 SUBCOMPONENTE COMBATE A POBREZA NO MEIO RURAL

QUADRO 9.A - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTUAL DE APOIO DO FUNPARANÁ - SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL - COMUNIDADES

TIPOS DE APOIO	BENEFICIÁRIOS	LIMITE DO APOIO (em R\$ 1,00)
Reforma/construção de Residência	PS / PSM-1 / PA/PP-1	2.100
Água e Esgoto	PS / PSM-1 / PA/PP-1	1.500
Galpões Comunitários	Grupo IV	21.200
Fomento Agrícola <sup>(1)</sup>	PS / PSM-1	2.100
Empreendimentos Comunitários	Grupo IV	21.200
Empreendimentos Comunitários (Vilas Rurais)	Grupo V	42.500

FONTE: CCG/UDP. Curitiba, 1996

NOTA: 1. O limite do apoio é de até 100% dos insumos e bens adquiridos incluído o frete e excluído o valor da mão-de-obra que é contrapartida do(s) produtor(es) (recursos próprios) e será de no mínimo 20% do total do orçamento.

2. Pescadores que residem em áreas urbanas, que pagam IPTU, não serão enquadrados nas práticas reforma e construção de residência bem como, água e esgoto.

3. As propostas para aquisição de bens (máquinas, equipamentos e animais) devem contemplar no seu orçamento os gastos integrais da atividade na qual serão utilizados.

4. A mão-de-obra especializada pode ser apoiada pelo Funparaná, sem prejuízo da mão-de-obra própria do beneficiário, como contrapartida conforme estabelecido na NOTA 1.

5. Pescadores.

(1) No caso de práticas de Manejo de Solos, apoiadas pelo subcomponente combate à pobreza, devem ser observados os tetos máximos de apoio constantes no quadro 10.

QUADRO 9.B - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTUAL DE APOIO DO FUNPARANÁ SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL - PESCA

TIPOS DE APOIO	BENEFICIÁRIOS	LIMITE DO APOIO (Em R\$ 1,00)
Apetrechos de pesca	PA / PP-1	1.800,00
Cultivos	PA / PP-1	4.900,00
Reforma de embarcações	PA / PP-1	2.800,00
Aquisição de peças de reposição para embarcações	PA / PP-1	2.100,00
Aquisição de motores de embarcações (à gasolina e à Diesel) e acessórios	PA / PP1	5.600,00
Aquisição de embarcações e acessórios	PA / PP-1	5.600,00
Aquisição de freezers	PA / PP1	1.200,00
Equipamentos de segurança pessoal	PA / PP1	280,00

FONTE: UGP - CURITIBA, Maio 2003

## 2 SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS - FASE I

QUADRO 10 - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTUAL DE APOIO DO FUNPARANÁ - MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS - 1ª FASE

PRÁTICA	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS (TIPOS)	TETO MÁXIMO DE APOIO EM		
		% de Apoio por Tipo de Beneficiário	Unidade	Custo Unitário (R\$)
<b>INDIVIDUAL</b>				
Enleiramento Pedra Manual			3,5 ha	120,00
Enleiramento Pedra Mecânica			5 ha	540,00
Terraceamento Tração Animal + Cordão Vegetado	PS/PSM1	100	10 ha	45,00
Terraceamento com Trator Pneu			40 ha	85,00
Terraceamento com Trator de Esteira			40 ha	225,00
Construção de Esterqueiras	PSM 2	70	1 unidade	8.000,00
Construção de Cercas Proteção de Mananciais			1 km	4.500,00
Aquisição de Mudas ou Sementes Florestais				
- Conservacionista	PSM 3	50	1.000 mudas	0,14
- Econômico - Eucalipto			4.800 mudas	0,14
- Erva-Mate			1.000 mudas	0,25
- Bracatinga			1,6 kg	10,00
Econômico Madeireiro				
Álamo; Araucária; Canafístula; Cinamomo gigante; Eucalipto; Grevilea; Kiri; Louro-pardo; Pinus subtropicais e tropicais; Sobrasil e Uva-do-Japão	ER <sup>(3)</sup>	50	3.680 mudas/2 ha	0,14
Micro-isca formicida	EF <sup>(3)</sup>	50	5 kg /2 ha	14,00
Adubo			150 kg /2 ha	0,75
Mão-de-obra <sup>(2)</sup>			R\$ 780,00 /2 ha	390,00
Análise de Solos			2 unidades	15,00
Calcário			Até 30 T. cada	48,00
Calcário e Fósforo			2 ha	275,00
Adubação Verde (sementes)			2 ha	115,00
<b>COLETIVO</b>				
Abastecedores Comunitários - Tipo I			1 unid./grupo	3.400,00
- Tipo II			1 unid./grupo	10.000,00
- Tipo III			1 unid./grupo	33.000,00
Abastecedor Comunitário tipo III + Rede de Distribuição de Água			1 unid./grupo	104.000,00
Rede de Distribuição de Água <sup>(4)</sup>			1 unid./grupo	70.000,00
Kit para plantio direto Tração Animal			1 unid./grupo	4.400,00
- Plantadeira/adubadeira de uma linha			1 unid./grupo	920,00
- Pulverizador			1 unid./grupo	1.580,00
- Calciariadeira			1 unid./grupo	900,00
- Rolo Faca	GRUPO I	70	1 unid./grupo	1.000,00
Plantadeiras/Semeadeira Tração Mec.				
- Convencional			1 unid./grupo	12.500,00
- Plantio Direto	GRUPO II	60	1 unid./grupo	32.250,00
Distribuidor de Esterco				
- Tração Animal			1 unid./grupo	2.270,00
- Tração Mecânica	GRUPO III	50	1 unid./grupo	9.550,00
Batedeira de Cereais			1 unid./grupo	4.400,00
Batedeira de Cereais tração animal c/ motor estacionário			1 unid./grupo	5.250,00
Roçadeira Tração Mecânica	GRUPO IV	100	1 unid./grupo	3.750,00
Grade com Discos Recortados Tração Animal			1 unid./grupo	900,00
Escarificador Tração Mecânica	GRUPO V	100	1 unid./grupo	2.300,00
Distribuidor Calcário Tração Mecânica			1 unid./grupo	7.850,00
Adubador de Cobertura Discos Duplos Tração Mecânica	GRUPO VI <sup>(5)</sup>	50	1 unid./grupo	5.850,00
Pulverizador de Barras Tração Mecânica			1 unid./grupo	6.100,00
Rolo Faca – Tração Mecânica – 1 Módulo			1 unid./grupo	5.250,00
Rolo Faca – Tração Mecânica – Levante controle remoto, c/ 3 rolos			1 unid./grupo	11.900,00
Sulcador – Tração Animal			1 unid./grupo	560,00
Plantadeira/adubadeira Plantio Direto – Tração Animal – 2 linhas			1 unid./grupo	3.670,00
Triturador de milho espigão/grãos úmidos, engate 3 pontos, acionado trator			1 unid./grupo	2.400,00
Termonebulizador controle formigas cortadeiras			1 unid./grupo	3.300,00
Colhedeira de Milho acoplável a Trator			1 unid./grupo	15.500,00
Unidades Mecanizadas para Manejo e Conservação dos Recursos Naturais	Associações	50	1 unid./grupo	113.500,00
Unidade Mecanizada para Distribuição de Esterco Líquido de Suínos			1 unid./grupo	107.000,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996; UGP, Curitiba, maio 2003

- NOTA: 1. Nas aquisições de bens e insumos, o teto máximo de apoio inclui o frete. O percentual de apoio por tipo de beneficiário será aplicado sobre o custo unitário constante no quadro, levando em consideração o teto máximo em unidade. No caso dos produtores enquadrados como PS e PSM1 as propostas para aquisição de bens (máquinas, equipamentos e animais) devem contemplar no seu orçamento os gastos integrais da atividade na qual serão utilizados.
2. Os agricultores que se enquadram nas categorias de beneficiários PSM2 e PSM3, não serão beneficiados com esta prática (mão-de-obra).
3. Os agricultores EF e ER serão beneficiados dentro do Projeto BIODIVERSIDADE e somente com as práticas: cercas para proteção de mananciais, mudas de árvores nativas e elevadores de água tipo I e II.
4. Não incluída a perfuração do poço semiartesiano.
5. Grupo composto por EF e ER.

### 4.3.3 Limites de Apoio Financeiro por Beneficiário - Subcomponente Manejo e Conservação de Recursos Naturais – Fase 1

QUADRO 11A - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTAGEM DE APOIO DO FUNPARANÁ - SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS FASE 2 - FRUTICULTURA

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
<b>A1: Individual</b>				
Cultura de Abacaxi	1 ha	PSM-1	100	9.800,00
Cultura de Abacate	2 ha			2.400,00
Cultura da Banana	2 ha	PSM-2	70	3.650,00
Cultura de Citros	2 ha			4.000,00
Cultura de Maçã	1 ha	PSM-3	50	7.000,00
Cultura de Uva Fina	0,5 ha			14.000,00
Cultura de Uva Rústica	1 ha			8.500,00
Cultura de Ameixa	1 ha			4.000,00
Cultura de Pêssego	1 HA			5.650,00
Cultura de outras frutas <sup>(1)</sup>	1 ha			7.000,00
Cultura de Morango	0,5 ha			25.000,00
<b>A2: Coletivo</b>				
Trator + Pulverizador de Barra (Cultura do Abacaxi)	1 UN	GRUPO III	50	25.000,00
Cultura do Abacate				
Cultura da Goiaba				
Cultura de Tangerina				
Cultura do Maracujá				
Cultura da Ameixa				
Cultura do Pêssego				
Cultura do Caqui				
Cultura da Uva Rústica				
Trator + Pulverizador Turbo	1 UN			

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996

(1) Caqui, goiaba, maracujá, pêra e kiwi.

QUADRO 11B - MANEJO/CONSERVAÇÃO RECURSOS NATURAIS FASE 2 - OLERICULTURA

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
<b>B1: Individual</b>				
Cultura da Cebola		PSM-1	100	
Conjunto de Irrigação	UN			8.500,00
Pulverizador	UN	PSM-2	70	2.100,00
Cultura do Tomate				
Conjunto de Irrigação	UN	PSM-3	50	8.500,00
Pulverizador	UN			2.100,00
<b>B2: Coletivo</b>				
Cultura da Batata		GRUPO III	50	
Plantadeira/Adubadeira	UN			8.000,00
Pulverizador de Barra	UN			4.250,00
Colhedora de Tubérculos	UN			4.000,00
Trator Pequeno	UN			21.000,00
Cultura do Tomate				
Classificador de Frutos	UN			8.500,00
Outras Olerícolas				
Trator Pequeno c/ Equipamentos	UN			35.000,00
Unidade de Produção Coletiva de Mudas	UN			14.000,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996; UGP, Curitiba, maio 2003

QUADRO 11C - PRÁTICAS OU ATIVIDADES, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTAGEM DE APOIO DO FUNPARANÁ - SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS 2ª FASE - LAVOURAS EXTENSIVAS

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
I - Individuais		PSM 1	100	
Unidades demonstrativas		PSM 2	70	
Café adensado e outros	ha	PSM 3	50	8.500,00
II - Coletivos				
1 - Café e outros - Viveiros	un	GRUPO III	50	56.000,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996; UGP, Curitiba, maio 2003

QUADRO 11D - PRÁTICAS OU ATIVIDADES, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTAGEM DE APOIO DO FUNPARANÁ DO SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS 2ª FASE - PRODUÇÃO ANIMAL

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
D1: Individual				
Bovinocultura Leite				
Reforma Pastagem	5 ha	PSM-1	100	600,00
Triturador com Motor	1 unid.	PSM-2	70	600,00
Piscicultura				
Aeradores	1 unid.	PSM-3	50	1.200,00
Kit Análise da água	1 unid.			800,00
Sericicultura				
Adução Orgânica	2 ha			370,00
D2: Coletivos				
Bovinocultura Leite				
Conjunto ensilagem	1 unid.			6.900,00
Condomínio Bezerra	1 unid.			5.300,00
Reservatório de Água	1 unid.			4.600,00
Suínocultura		GRUPO III	50	
Condomínio Leitões				
Plein-Air	1 unid.			136.000,00
Confinado	1 unid.			273.000,00
Piscicultura				
Redes para Despesca	1 unid.			290,00
Kit Análise Água	1 unid.			800,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996; UGP Curitiba, maio 2003

QUADRO 11E - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E % DE APOIO DO FUNPARANÁ - MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - FASE 2 - PÓS-COLHEITA

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
E1: Individual				
Armazém nível propriedade	1 unid.	PSM-1	100	
Armazém cura/cons. cebola	1 unid.	PSM-2	70	4.400,00
		PSM-3	50	2.800,00
E2: Coletivos				
Unidade processamento de frutas/olerícolas	1 unid.			347.000,00
Packing house novos	1 unid.			125.000,00
Packing house frutas caroço	1 unid.			125.000,00
Lavador de olerícolas	1 unid.	GRUPO III	50	8.300,00
Secador de grãos	1 unid.			139.000,00
Unidade de abate suínos	1 unid.			211.000,00
Packing house simples	1 unid.			13.800,00

FONTE: CCPG/UDP. Curitiba, 1996; UGP, Curitiba, maio 2003

QUADRO 11F - PRÁTICAS, BENEFICIÁRIOS, LIMITES MÁXIMOS E PERCENTAGEM DE APOIO DO FUNPARANÁ - MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS FASE 2 - PESCA

PRÁTICAS OU ATIVIDADES	UNIDADE APOIADA	BENEFICIÁRIO	PERCENTUAL DE APOIO	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
Equip. de comercialização	1 conjunto	PP-2	50	2.000,00
Reforma de embarcações	1 unid.			15.000,00
Aquisição de peças de reposição para embarcações	1 embarcação			5.000,00
Aquisição de motores de embarcações e acessórios	1 unid.			18.000,00
Câmaras frigoríficas até 10 ton.	1 unid.			28.000,00
Aquisição de guinchos p/ carreira	1 unid.			11.000,00
Cultivos Marinhos				4.900,00
Apetrechos de pesca				8.500,00
Máquina de descascar camarão	1 unid.			20.000,00

FONTE: UGP, Curitiba, 1999; UGP, Curitiba, maio 2003

**B) Todas as práticas receberão os níveis de apoio estabelecidos nos Quadros 11 A , 11 B, 11 C, 11 D, 11 E, 11 F**

**ANEXO 2 - ANÁLISE DAS REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E DOS  
MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DOS INVESTIMENTOS ACIMA  
DA MÉDIA ESTADUAL**

## **ANÁLISE DAS REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E DOS MUNICÍPIOS COM VALORES MÉDIOS DOS INVESTIMENTOS ACIMA DA MÉDIA ESTADUAL**

Conforme visto anteriormente, adotou-se como parâmetro para verificar as diferenças regionais o total do valor alocado no município dividido pelo número de famílias rurais pobres (FRP) nele residente – famílias que recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*. Para selecionar os municípios que receberam maior valor por FRP, tomou-se como referência a proporção de municípios que apresentaram valores médios acima de R\$ 3.000,00 por FRP.

É importante lembrar que o valor total dos investimentos do Projeto foi de R\$ 556.786.415,521, o número de famílias rurais pobres do Paraná foi de 194.076, em 2000, e o valor médio por FRP no total ficou em R\$ 2.868,91.

Esses procedimentos permitem verificar que em algumas RP a proporção de municípios com valores acima de R\$ 3.000,00 é bem maior do que em outras. Neste anexo, são apresentados os municípios que se destacam ao revelarem valores médios de crédito muito acima da média do Estado, entre cada uma das oito Regiões do Projeto.<sup>29</sup>

### **REGIÃO DO PROJETO 1**

Nesta, a disparidade no indicador de valor médio por FRP está particularmente relacionada com dois municípios localizados no Litoral paranaense: Matinhos e Pontal do Paraná, cujos indicadores foram, respectivamente, de R\$ 22.644,00 e R\$ 58.347,10, por famílias rurais pobres. Merece menção que em Matinhos predominou o Combate à Pobreza (96%), bem como em Pontal do Paraná (50%).

Nesses dois municípios não foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estradas rurais.

### **REGIÃO DO PROJETO 2**

Nessa, dos 10 municípios com valor acima de R\$ 3.000,00, 5 (50%) estão localizados na região Centro-Oriental do Estado. São eles: Arapoti (R\$ 9.578,39), Telêmaco Borba (R\$ 4.585,71), Ponta Grossa (R\$ 4.207,57), Piraí do Sul (R\$ 3.781,92) e Ventania (R\$ 3.055,05); no Centro Sul, apenas Clevelândia (R\$ 3.346,46); dois na RMC (20%)

---

<sup>29</sup> As informações por municípios sobre o valor médio por Famílias Rurais Pobres encontram-se no Anexo 4, tabela A.4.4. Nesse anexo, na tabela A.4.3, constam as informações com os valores por subcomponentes e municípios. Os investimentos do DER em estradas rurais por município, não são aqui apresentadas, mas podem ser consultadas na base de dados da SEAB, no Relatório Financeiro Consolidado por Município – Subcomponente (RF 1.32.1). A propósito, no texto, os municípios onde os investimentos do DER se destacam são citados.

Almirante Tamandaré (R\$ 5.173,68) e Rio Negro (R\$ 3.952,50); e dois no Sudeste (20%), União da Vitória (R\$ 5.239,24) e Paula Freitas (R\$ 3.327,62).

Em termos de componentes, o que predominou nesses municípios foi o Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - Fase 1.

Nessa RP, somente foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estradas rurais em Arapoti e Piraí do Sul.

### **REGIÃO DO PROJETO 3**

Nesta, dos 6 municípios que apresentaram valor por FRP acima de R\$ 3.000,00, 5 estão localizados na região do Norte Central. São eles: Mauá da Serra (R\$ 19.495,32), Cândido de Abreu (R\$ 15.094,45), Nova Tebas (R\$ 9.970,09), Manoel Ribas (R\$ 4.216,33) e Faxinal (R\$ 3.543,12).

Entre esses municípios também predominou o MCRN1.

Nessa RP, foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estradas rurais em Cândido de Abreu, Nova Tebas e Manoel Ribas.

### **REGIÃO DO PROJETO 4**

Nessa RP, toda composta por municípios localizados na região do Norte Pioneiro, os 10 que se destacaram, segundo o indicador utilizado, são: Quatiguá (R\$ 132.614,81), Siqueira Campos (R\$ 33.990,38), Wenceslau Braz (R\$ 16.483,28), Guapirama (R\$ 7.508,68), Conselheiro Mairinck (R\$ 6.718,60), Abatiá (R\$ 6.370,70), Jaboti (R\$ 4.684,12), Jundiá do Sul (R\$ 3.539,76), Ribeirão do Pinhal (R\$ 3.380,55) e Carlópolis (R\$ 3.031,12).

Deve-se mencionar que o valor médio por família rural pobre de Quatiguá está fora de qualquer parâmetro. Nesse município, 94% dos recursos foram alocados no MCRN1, assim como em Abatiá, Siqueira Campos e Wenceslau Braz. Nos demais, o Combate à Pobreza predomina ou existe um certo equilíbrio entre o Combate e o MCRN (1 e 2).

Entre esses municípios foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estradas rurais em Quatiguá, Siqueira Campos e Wenceslau Braz. A propósito, quase a totalidade dos recursos alocados em Quatiguá se destinou às estradas rurais.

### **REGIÃO DO PROJETO 5**

Nessa RP, cuja grande maioria dos municípios está localizada no Norte Central, os municípios que se destacam são: Marumbi (R\$ 10.924,20), São João do Ivaí (R\$ 10.919,70), São Pedro do Ivaí (R\$ 9.275,21), Bom Sucesso (R\$ 5.182,40), Jardim Alegre (R\$ 5.113,36), Lidianópolis (R\$ 3.788,640), Lunardelli (R\$ 3.748,83), Ivaiporã (R\$ 3.446,24), Arapuã (R\$ 3.303,73) e Califórnia (R\$ 3.282,39).

Entre esses municípios, predominou o componente de Combate à Pobreza, e somente foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estadas rurais em São João do Ivaí e Jardim Alegre.

## **REGIÃO DO PROJETO 6**

Nessa RP, que agrega o maior número de municípios, 47% daqueles que se destacam estão localizados na região do Norte Central: Pitangueiras (R\$ 19.925,34), Paiçandu (R\$ 17.097,09), Maringá (R\$ 16.566,24), Ourizona (R\$ 15.245,02), Ivatuba, (R\$ 15.004,10), Itambé (R\$ 11.098,13), Ibiporã (R\$ 10.872,99), Ângulo (R\$ 10.514,80), Prado Ferreira (R\$ 10.367,27), Miraselva (R\$ 10.079,43), Floresta (R\$ 9.470,59), Londrina (R\$ 8.180,71), Iguaraçu (R\$ 7.489,77), Bela Vista do Paraíso (R\$ 6.911,04), São Jorge do Ivaí (R\$ 5.565,25), Cafeara (R\$ 5.212,78), Guaraci (R\$ 4.756,16), Florai (R\$ 3.987,36), Astorga (R\$ 3.921,47), Jaguapitã (R\$ 3.897,84), Sabáudia (R\$ 3.638,61) e Marialva (R\$ 3.074,20).

Entre esses municípios, a maioria dos recursos foi alocado no componente de Combate à Pobreza, mas também foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estadas rurais.

Outros 11 municípios (23%), estão localizados na região do Norte Pioneiro. São eles: Assaí (R\$ 9.694,95), Nova Fátima (R\$ 8.277,61), Barra do Jacaré (R\$ 6.477,00), Nova Santa Bárbara (R\$ 6.224,30), Santa Amélia (R\$ 4.776,76), Nova América da Colina (R\$ 4.619,84), São Sebastião da Amoreira (R\$ 3.808,46), Cornélio Procópio (R\$ 3.605,66), Andirá (R\$ 3.231,34), Cambará (R\$ 3.218,28) e Santo Antônio do Paraíso (R\$ 3.015,66).

Na maioria desses municípios também predominou o Combate, e somente em Assaí foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estadas rurais.

Outros 9 municípios (19%) estão localizados na região Oeste: Toledo (R\$ 9.616,42), Foz do Iguaçu (R\$ 8.242,50), Palotina (R\$ 6.131,49), Santa Terezinha de Itaipu (R\$ 4.310,12), Tupãssi (R\$ 4.272,70), São José das Palmeiras (R\$ 3.830,10), Vera Cruz do Oeste (R\$ 3.787,54), Iguatu (R\$ 3.063,35) e Santa Tereza do Oeste (R\$ 3.001,61).

Entre estes, não se pode considerar que predomine algum componente, e somente em Santa Terezinha de Itaipu foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estadas rurais.

Um município, dos que se destacam nessa RP está localizado na região Noroeste do Estado, Jussara (R\$ 7.412,78), onde o Combate à Pobreza captou a maioria dos recursos. O outro, no Centro-Occidental, é Goioerê (R\$ 5.613,00). Nesses municípios a maioria dos recursos foi direcionado para a adequação e reabilitação de estadas rurais.

## **REGIÃO DO PROJETO 7**

Dos 9 municípios, onde o valor médio por famílias rurais pobres situou-se acima de R\$ 3.000,00, 56% estão localizados na região Oeste do Paraná: Entre Rios do Oeste

(R\$ 11.363,28), Quatro Pontes (R\$ 7.705,10), Marechal Cândido Rondon (R\$ 5.466,33), Nova Santa Rosa (R\$ 4.021,35) e Medianeira (R\$ 3.309,94).

Nesses municípios, o subcomponente que carregou a maioria dos recursos foi o MCRN, com destaque para a fase 2.

Os outros 4 (45%), estão localizados na região Sudoeste: Pato Branco (R\$ 5.418,08), Nova Prata do Iguaçu (R\$ 4.214,00), Mariópolis (R\$ 4.051,66) e Barracão (R\$ 3.568,73).

Entre estes, somente em Nova Prata do Iguaçu foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estradas rurais.

## **REGIÃO DO PROJETO 8**

Nessa RP, formada em sua grande maioria por municípios situados na região do Noroeste, dos 45 municípios com valor acima de R\$ 3.000,00, 70% fazem parte dessa região: Brasilândia do Sul (R\$ 40.413,57), Icaraíma (R\$ 26.442,88), Ivaté (R\$ 23.446,24), Paraíso do Norte (R\$ 21.706,27), Maria Helena (R\$ 18.524,02), Alto Piquiri (R\$ 17.058,54), São Carlos do Ivaí (R\$ 16.859,29), Cruzeiro do Oeste (R\$ 16.056,24), Cidade Gaúcha (R\$ 12.446,43), Paranaíba (R\$ 11.283,27), Umuarama (R\$ 10.500,80), Inajá (R\$ 10.133,96), Diamante do Norte (R\$ 9.273,86), Cruzeiro do Sul (R\$ 7.710,59), Nova Olímpia (R\$ 7.168,73), Santo Antônio do Caiuá (R\$ 6.646,99), Amaporã (R\$ 6.430,08), Paranacity (R\$ 6.250,24), Nova Londrina (R\$ 5.708,53), Nova Aliança do Ivaí (R\$ 5.210,73), Terra Rica (R\$ 4.769,77), Itaúna do Sul (R\$ 4.513,47), Vila Alta (R\$ 4.471,50), Iporã (R\$ 4.072,36), Alto Paraná (R\$ 4.034,20), São Manoel do Paraná (R\$ 3.998,93), Guaporema (R\$ 3.906,40), São João do Caiuá (R\$ 3.836,82), Esperança Nova (R\$ 3.522,33), Francisco Alves (R\$ 3.439,77) e Loanda (R\$ 3.343,41).

Entre esses municípios, predominaram as ações e trabalhos do Combate à Pobreza, e foram alocados recursos para a adequação e reabilitação de estradas rurais em Brasilândia do Sul, Icaraíma, Ivaté, Maria Helena, Alto Piquiri, Cruzeiro do Oeste e Umuarama.

Os 14 municípios que se destacam (31%), nessa RP, estão localizados na região do Norte Central: Atalaia (R\$ 28.774,02), Flórida (R\$ 26.679,07), Lupionópolis (R\$ 11.739,55), Santa Fé (R\$ 8.717,49), Nova Esperança (R\$ 7.808,45), Presidente Castelo Branco (R\$ 7.704,32), Nossa Senhora das Graças (R\$ 7.414,03), Uniflor (R\$ 6.883,92), Santa Inês (R\$ 6.762,11), Doutor Camargo (R\$ 6.308,21), Munhoz de Melo (R\$ 5.976,07), Colorado (R\$ 5.640,58), Santo Inácio (R\$ 4.464,02) e Itaguajé (R\$ 3.377,87).

Entre estes predominou o Combate à Pobreza.

Esse conjunto de informações, municipais, negam a possibilidade, levantada pelos gestores públicos, de que os recursos alocados em estradas é que provocaram valores médios mais altos e não a capacidade de organização dos produtores rurais. Argumentam, ainda, que a adequação e reabilitação das estradas não é resultado de uma demanda dos produtores, mas faz parte da política de transporte do Estado, conforme analisado anteriormente.

Todavia, a comparação entre os municípios que apresentaram valores médios mais altos, acima de R\$ 3.000,00 por família rural pobre, e os municípios que receberam recursos para adequação e reabilitação das estradas permite concluir que a maioria desses municípios está localizada nas regiões mais dinâmicas. Por exemplo, foi de 85 o total de municípios que receberam valores médios mais altos, e os municípios que receberam recursos para esse tipo de estradas perfazem um total de 30. Desses 30, em 21 coincidem valores mais altos com recursos para estradas.

Ademais, desses 21 a maioria localiza-se nas regiões mais dinâmicas do Paraná: Noroeste (33,33%); Norte Central (23,81%); e Norte Pioneiro (19,05%). Deve-se considerar, ainda, que essas regiões apresentam uma malha viária bem mais densa do que o restante do Estado.

**ANEXO 3 - TABELAS BÁSICAS DO ITEM 2.3.1**

TABELA A.3.1 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, SEGUNDO SUBCOMPONENTES, REGIÕES DO PROJETO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, PROJETO PARANÁ 12 MESES - PARANÁ

SUBCOMPONENTES	REGIÕES DO PROJETO	FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)									
		Até 1/2 s.m.		> 1/2 a 1 s.m.		Até 1 s.m.		Com mais de 1 s.m.		Total Famílias Rurais	
		N	% total Estado	N	% total Estado	N	% total Estado	N	% total Estado	N	% total Estado
Combate e MCRN 1	1	9.138	4,71	6.545	4,38	15.682	4,57	4.909	3,57	20.591	4,28
Combate e MCRN 1	2	58.195	29,99	44.840	30,01	103.035	30,00	43.970	32,00	147.005	30,57
Combate, Villas, MCRN 1	3	37.960	19,56	18.787	12,58	56.747	16,52	13.719	9,98	70.466	14,65
Villas e MCRN 1	4	7.347	3,79	5.974	4,00	13.321	3,88	4.267	3,10	17.588	3,66
Combate	5	8.927	4,60	5.911	3,96	14.837	4,32	4.137	3,01	18.974	3,95
Villas e MCRN 2	6	29.941	15,43	28.222	18,89	58.163	16,93	27.952	20,34	86.115	17,91
Combate e MCRN 2	7	25.331	13,05	21.484	14,38	46.815	13,63	25.375	18,46	72.190	15,01
MCRN 2	8	17.238	8,88	17.634	11,80	34.872	10,15	13.100	9,53	47.972	9,98
	PARANÁ	194.076	100,00	149.396	100,00	343.473	100,00	137.428	100,00	480.901	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)					TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	%( b/c)
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1		% Famílias até 1 Salário Mínimo			
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>TOTAL PARANÁ</b>	194.076	40,36	149.396	31,07	71,42	480.901	2.824.383	17,03
<b>REGIÃO DO PROJETO 1</b>								
<b>Região Metropolitana de Curitiba</b>								
Adrianópolis	755	50,76	508	34,16	84,93	1.488	1.988	74,84
Bocaiúva do Sul	527	33,61	546	34,79	68,40	1.568	2.544	61,64
Campina Grande do Sul	766	32,75	742	31,74	64,48	2.339	9.693	24,13
Cerro Azul	1.853	55,66	910	27,33	82,99	3.330	4.502	73,96
Doutor Ulysses	876	62,82	360	25,78	88,59	1.395	1.600	87,18
Rio Branco do Sul	1.249	47,82	905	34,64	82,46	2.612	8.229	31,74
Tunas do Paraná	234	41,31	179	31,56	72,87	566	963	58,78
Subtotal	6.261	47,08	4.149	31,20	78,28	13.298	29.519	45,05
<b>Litoral</b>								
Antonina	456	50,75	243	27,04	77,78	899	5.538	16,24
Guaraqueçaba	863	55,08	469	29,91	84,99	1.567	2.290	68,43
Guaratuba	353	32,68	394	36,51	69,19	1.080	7.862	13,74
Matinhos	10	23,04	15	34,55	57,60	43	7.281	0,59
Morretes	723	31,75	826	36,30	68,04	2.276	4.491	50,69
Paranaguá	463	33,48	432	31,30	64,78	1.382	37.223	3,71
Pontal do Paraná	9	20,44	16	34,24	54,68	46	4.385	1,05
Subtotal	2.877	39,45	2.395	32,84	72,29	7.293	69.068	10,56
<b>TOTAL DA REGIÃO 1</b>	9.138	44,38	6.545	31,78	76,16	20.591	98.588	20,89
<b>REGIÃO DO PROJETO 2</b>								
<b>Centro-Oriental</b>								
Arapoti	719	41,51	617	35,57	77,08	1.733	6.817	25,43
Carambéi	264	23,30	362	31,89	55,19	1.134	4.023	28,19
Castro	2.476	45,41	1.692	31,04	76,45	5.451	18.075	30,16
Jaguariaíva	596	41,56	554	38,66	80,22	1.433	8.918	16,07
Palmeira	1.366	38,00	904	25,15	63,15	3.594	8.553	42,03
Pirai do Sul	822	41,39	634	31,93	73,32	1.987	6.541	30,38
Ponta Grossa	714	38,54	570	30,77	69,31	1.852	81.283	2,28
Sengés	548	41,57	431	32,73	74,29	1.317	4.950	26,61
Telêmaco Borba	161	21,13	213	27,90	49,03	762	18.435	4,13
Tibagi	1.039	46,40	824	36,81	83,22	2.239	5.121	43,73
Ventania	271	38,40	270	38,34	76,74	705	2.217,86	31,80
Subtotal	8.976	40,41	7.071	31,84	72,25	22.210	164.933	13,47

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)					TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	% (b/c)
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1		% Famílias até 1 Salário Mínimo			
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>Centro-Sul</b>								
Campina do Simão	436	52,81	206	24,93	77,74	826	1.169	70,64
Candói	1.045	44,40	696	29,59	73,99	2.353	3.767	62,45
Clevelândia	400	46,31	289	33,37	79,67	865	5.305	16,30
Coronel Domingos Soares	919	59,13	330	21,25	80,38	1.554	1.770	87,76
Foz do Jordão	269	48,22	155	27,79	76,01	558	1.667	33,48
Guarapuava	1.632	44,40	1.171	31,86	76,25	3.675	44.676	8,23
Honório Serpa	722	54,87	417	31,64	86,51	1.316	1.717	76,66
Inácio Martins	996	57,05	424	24,27	81,32	1.746	2.919	59,81
Mangueirinha	1.541	52,78	771	26,40	79,19	2.920	4.736	61,66
Palmas	557	68,74	165	20,43	89,17	810	9.477	8,55
Pinhão	2.044	55,87	939	25,66	81,52	3.659	7.339	49,87
Reserva do Iguçu	433	48,88	217	24,52	73,40	886	1.719	51,52
Subtotal	10.994	51,94	5.779	27,30	79,24	21.167	86.261	24,54
<b>Sudeste</b>								
Antônio Olinto	979	50,84	578	30,04	80,88	1.925	2.118	90,89
Bituruna	967	49,65	589	30,26	79,91	1.948	4.189	46,49
Cruz Machado	1.671	48,76	1.050	30,63	79,40	3.426	4.480	76,48
Fernandes Pinheiro	603	51,70	318	27,30	79,01	1.166	1.676	69,59
General Carneiro	483	38,27	442	34,97	73,24	1.263	3.728	33,87
Guamiranga	742	51,32	407	28,14	79,45	1.446	1.916	75,50
Imbituva	1.192	44,26	885	32,85	77,11	2.694	7.000	38,49
Ipiranga	949	40,18	817	34,58	74,76	2.362	3.465	68,17
Irati	1.560	43,04	1.165	32,13	75,17	3.625	15.261	23,75
Ivaí	822	38,71	775	36,50	75,21	2.124	3.107	68,34
Mallet	580	37,67	480	31,16	68,83	1.540	3.509	43,88
Paula Freitas	298	37,21	267	33,35	70,56	802	1.419	56,51
Paulo Frontin	405	30,47	500	37,66	68,13	1.328	1.874	70,84
Porto Vitória	177	34,31	140	27,15	61,46	515	1.080	47,64
Prudentópolis	3.754	51,31	2.031	27,76	79,07	7.316	12.565	58,23
Rebouças	1.033	58,46	405	22,90	81,37	1.768	3.847	45,95
Rio Azul	836	37,60	814	36,61	74,21	2.224	3.515	63,28
São João do Triunfo	1.170	51,28	661	28,97	80,25	2.282	3.314	68,87
São Mateus do Sul	1.695	40,34	1.439	34,24	74,58	4.202	10.319	40,72
Teixeira Soares	515	44,81	312	27,18	72,00	1.149	2.244	51,21
União da Vitória	311	38,53	253	31,35	69,89	808	14.272	5,66
Subtotal	20.744	45,18	14.329	31,21	76,39	45.914	104.899	43,77
<b>Metropolitana</b>								
Agudos do Sul	673	43,64	510	33,07	76,72	1.543	1.985	77,74
Almirante Tamandaré	301	32,31	221	23,78	56,10	931	24.446	3,81
Araucária	783	35,59	643	29,23	64,82	2.199	26.356	8,34
Balsa Nova	453	22,54	655	32,59	55,13	2.009	2.960	67,88
Campo do Tenente	299	39,75	270	35,88	75,63	752	1.650	45,57
Campo Largo	1.278	29,67	1.341	31,12	60,79	4.308	26.412	16,31
Campo Magro	1.059	21,51	1.209	24,54	46,05	4.924	5.553	88,67
Colombo	484	21,68	631	28,28	49,96	2.231	51.444	4,34
Contenda	694	37,28	569	30,56	67,84	1.860	3.722	49,98
Curitiba	0	0,00	0	0,00	0,00	0	495.243	0,00
Fazenda Rio Grande	296	30,44	359	36,88	67,33	972	17.403	5,59
Itaperuçu	463	55,40	273	32,70	88,10	836	5.371	15,56
Lapa	2.076	41,99	1.416	28,64	70,63	4.944	11.933	41,43
Mandirituba	934	29,95	1.106	35,47	65,42	3.118	4.882	63,87
Piên	645	34,98	566	30,69	65,67	1.843	2.626	70,17
Pinhais	73	14,24	120	23,51	37,74	510	30.425	1,68
Piraquara	2.581	25,56	3.067	30,37	55,93	10.098	19.768	51,08
Porto Amazonas	123	31,80	141	36,46	68,26	388	1.200	32,34
Quatro Barras	148	31,97	148	32,01	63,98	464	4.724	9,82
Quitandinha	1.546	45,62	917	27,05	72,66	3.390	4.278	79,24
Rio Negro	474	31,00	659	43,07	74,07	1.530	7.945	19,26
São José dos Pinhais	1.074	18,16	1.787	30,22	48,38	5.914	58.825	10,05
Tijucas do Sul	1.024	34,73	1.054	35,73	70,46	2.949	3.472	84,95
Subtotal	17.481	30,29	17.661	30,60	60,89	57.714	3.472	1662,28
<b>TOTAL DA REGIÃO 2</b>	<b>58.195</b>	<b>39,59</b>	<b>44.840</b>	<b>30,50</b>	<b>70,09</b>	<b>147.005</b>	<b>1.168.718</b>	<b>12,58</b>

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)					TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	% (b/c)
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1		% Famílias até 1 Salário Mínimo			
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>REGIÃO DO PROJETO 3</b>								
<b>Centro-Ocidental</b>								
Altamira do Paraná	756	63,29	302	25,28	88,57	1.194	1.779	67,12
Campina da Lagoa	617	51,54	308	25,69	77,23	1.197	4.939	24,24
Iretama	716	53,11	386	28,60	81,71	1.349	3.211	42,01
Roncador	1.017	58,98	482	27,94	86,91	1.725	3.796	45,44
Subtotal	3.106	56,84	1.477	27,03	83,87	5.465	13.725	39,82
<b>Norte Central</b>								
Cândido de Abreu	2.125	56,26	907	24,01	80,27	3.777	5.112	73,88
Cruzmaltina	328	51,64	163	25,66	77,31	634	1.010	62,83
Faxinal	354	45,49	275	35,34	80,83	778	4.675	16,65
Grandes Rios	471	48,71	338	34,92	83,63	968	2.174	44,51
Manoel Ribas	857	49,37	450	25,91	75,28	1.736	3.646	47,61
Marilândia do Sul	349	44,80	181	23,19	67,99	778	2.657	29,29
Mauá da Serra	122	40,83	86	28,82	69,65	299	1.814	16,49
Nova Tebas	883	54,63	468	28,99	83,62	1.616	2.492	64,85
Rio Branco do Ivaí	383	52,25	211	28,75	81,00	733	1.013	72,34
Rosário do Ivaí	606	54,01	338	30,13	84,14	1.122	1.811	61,96
Tamarana	693	53,07	342	26,15	79,22	1.306	2.691	48,53
Subtotal	7.170	52,16	3.758	27,33	79,49	13.747	29.095	47,25
<b>Norte Pioneiro</b>								
Curiúva	875	53,18	513	31,20	84,38	1.646	3.720	44,23
São Jerônimo da Serra	930	51,18	517	28,43	79,61	1.817	3.467	52,41
Sapopema	495	51,12	324	33,44	84,56	969	1.921	50,41
Subtotal	2.300	51,91	1.354	30,55	82,47	4.431	9.109	48,65
<b>Centro Oriental</b>								
Imbaú	594	51,07	335	28,81	79,89	1.163	2.805	41,46
Ortigueira	2.685	57,75	1.320	28,38	86,13	4.649	7.093	65,55
Reserva	2.194	57,79	941	24,77	82,56	3.798	6.558	57,91
Subtotal	5.473	56,96	2.595	27,01	83,96	9.610	16.456	58,40
<b>Oeste</b>								
Campo Bonito	322	44,31	206	28,41	72,72	726	1.387	52,39
Catanduvas	659	47,42	389	28,02	75,44	1.389	2.714	51,21
Diamante do Sul	333	52,02	174	27,13	79,15	640	942	67,98
Guaraniaçu	1.106	46,22	664	27,77	73,99	2.393	4.954	48,31
Ibema	174	49,61	92	26,15	75,76	351	1.642	21,34
Subtotal	2.594	47,16	1.526	27,74	74,90	5.500	11.638	47,26
<b>Centro Sul</b>								
Boa Ventura de São Roque	709	50,25	337	23,88	74,13	1.410	1.690	83,43
Cantagalo	751	53,36	373	26,53	79,90	1.406	3.496	40,23
Espigão Alto do Iguaçu	510	50,19	329	32,39	82,58	1.016	1.460	69,64
Goioxim	979	67,77	255	17,66	85,43	1.445	1.954	73,91
Laranjal	812	61,39	255	19,24	80,63	1.323	1.717	77,05
Laranjeiras do Sul	907	56,02	392	24,21	80,24	1.618	8.545	18,94
Marquinho	667	55,41	283	23,51	78,91	1.204	1.388	86,79
Mato Rico	612	59,46	244	23,70	83,16	1.030	1.215	84,76
Nova Laranjeiras	1.348	53,92	511	20,46	74,37	2.500	3.024	82,65
Palmital	1.333	57,46	514	22,15	79,61	2.319	4.453	52,09
Pitanga	2.230	49,24	1.444	31,87	81,11	4.529	9.774	46,34
Porto Barreiro (2)	454	46,26	275	28,05	74,32	982	1.100	89,25
Quedas do Iguaçu	1.074	51,83	596	28,75	80,57	2.072	7.501	27,62
Rio Bonito do Iguaçu	1.790	61,48	617	21,21	82,69	2.911	3.461	84,11
Santa Maria do Oeste	1.517	58,01	714	27,32	85,33	2.615	3.476	75,23
Turvo	1.425	54,23	704	26,81	81,04	2.627	3.809	68,98
Virmond	199	28,27	234	33,14	61,40	705	1.095	64,36
Subtotal	17.316	54,60	8.077	25,47	80,07	31.713	59.157	53,61
<b>TOTAL DA REGIÃO 3</b>	<b>37.960</b>	<b>53,87</b>	<b>18.787</b>	<b>26,66</b>	<b>80,53</b>	<b>70.466</b>	<b>139.180</b>	<b>50,63</b>

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)					TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	% (b/c)
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1		% Famílias até 1 Salário Mínimo			
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>REGIÃO DO PROJETO 4</b>								
<b>Norte Pioneiro</b>								
Abatiá	278	35,95	319	41,22	77,16	774	2.350	32,96
Carlópolis	483	35,68	545	40,29	75,96	1.354	4.018	33,70
Conselheiro Mairinck	108	41,14	80	30,39	71,53	262	1.011	25,89
Figueira	136	34,36	133	33,54	67,90	396	2.768	14,32
Guapirama	101	32,40	126	40,34	72,74	312	1.203	25,95
Ibaiti	919	48,57	595	31,43	80,00	1.892	7.951	23,80
Jaboti	219	40,80	186	34,64	75,44	537	1.322	40,61
Japira	341	49,71	163	23,77	73,48	685	1.425	48,11
Joaquim Távora	272	32,83	339	40,97	73,80	828	3.098	26,73
Jundiá do Sul	183	45,42	135	33,52	78,94	403	1.100	36,62
Pinhalão	282	42,04	220	32,72	74,76	672	1.748	38,45
Quatiguá	87	36,03	70	28,77	64,80	243	2.136	11,36
Ribeirão do Pinhal	407	43,52	399	42,74	86,26	934	4.212	22,18
Salto do Itararé	354	60,71	136	23,26	83,97	583	1.723	33,82
Santana do Itararé	264	43,15	157	25,67	68,82	612	1.648	37,11
Santo Antônio da Platina	732	36,05	734	36,14	72,19	2.030	12.043	16,86
São José da Boa Vista	503	52,46	269	28,09	80,55	959	2.033	47,17
Siqueira Campos	428	33,98	433	34,32	68,30	1.260	5.004	25,19
Tomazina	670	41,99	548	34,36	76,35	1.596	2.902	55,01
Wenceslau Braz	580	46,18	388	30,89	77,07	1.255	5.902	21,27
<b>TOTAL DA REGIÃO 4</b>	<b>7.347</b>	<b>41,77</b>	<b>5.974</b>	<b>33,97</b>	<b>75,74</b>	<b>17.588</b>	<b>65.595</b>	<b>26,81</b>
<b>REGIÃO DO PROJETO 5</b>								
<b>Centro Ocidental</b>								
Barbosa Ferraz	636	53,90	304	25,75	79,65	1.179	4.185	28,18
Corumbataí do Sul	484	62,70	198	25,70	88,40	771	1.372	56,19
Subtotal								
<b>Norte Central</b>								
Apucarana	800	38,02	725	34,47	72,49	2.104	32.515	6,47
Arapuã	362	45,29	263	32,84	78,13	800	1.150	69,58
Ariranha do Ivaí	319	53,96	126	21,33	75,29	592	805	73,46
Bom Sucesso	149	37,48	173	43,68	81,16	397	1.815	21,85
Borrazópolis	386	43,77	292	33,10	76,87	882	2.904	30,38
Califórnia	238	39,89	218	36,55	76,45	596	2.298	25,93
Cambira	311	47,28	181	27,49	74,77	659	1.986	33,17
Godoy Moreira	422	64,54	153	23,45	87,99	654	1.134	57,66
Ivaiporã	746	40,82	664	36,31	77,13	1.829	9.867	18,53
Jandaia do Sul	434	60,23	161	22,34	82,57	721	6.064	11,89
Jardim Alegre	1.042	59,85	426	24,46	84,31	1.741	3.993	43,61
Kaloré	214	35,26	269	44,42	79,68	606	1.540	39,33
Lidianópolis	376	44,03	299	34,98	79,01	855	1.453	58,85
Lunardelli	341	40,92	255	30,56	71,48	833	1.666	50,04
Mandaguari	408	47,11	295	34,03	81,14	867	9.718	8,92
Marumbi	152	39,73	135	35,46	75,19	382	1.385	27,57
Novo Itacolomi	207	47,15	125	28,48	75,63	438	809	54,19
Rio Bom	190	44,17	152	35,32	79,49	430	1.057	40,67
São João do Ivaí	550	48,22	316	27,71	75,94	1.140	4.066	28,04
São Pedro do Ivaí	159	31,96	180	36,15	68,11	499	2.841	17,56
Subtotal	7.807	45,86	5.409	31,77	77,63	17.024	89.066	19,11
<b>TOTAL DA REGIÃO 5</b>	<b>8.927</b>	<b>47,05</b>	<b>5.911</b>	<b>31,15</b>	<b>78,20</b>	<b>18.974</b>	<b>94.624</b>	<b>20,05</b>

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)					TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	% (b/c)
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1		% Famílias até 1 Salário Mínimo			
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>REGIÃO DO PROJETO 6</b>								
Jussara	83	27,15	122	40,01	67,16	306	1.935	15,81
<b>Centro Ocidental</b>								
Boa Esperança	359	47,92	253	33,74	81,66	750	1.510	49,67
Campo Mourão	549	35,67	521	33,80	69,47	1.540	24.089	6,39
Engenheiro Beltrão	340	39,24	256	29,58	68,82	867	4.313	20,10
Farol	236	42,36	174	31,18	73,54	557	1.124	49,58
Fênix	133	44,64	92	30,94	75,57	299	1.510	19,80
Goioerê	645	45,57	386	27,28	72,85	1.415	8.788	16,10
Janiópolis	520	50,51	314	30,48	81,00	1.030	2.473	41,67
Juranda	246	38,42	216	33,70	72,12	640	2.343	27,32
Luiziana	347	38,31	329	36,37	74,69	905	2.130	42,50
Mamborê	757	42,36	613	34,33	76,70	1.787	4.597	38,87
Nova Cantu	803	53,55	418	27,85	81,39	1.500	2.644	56,73
Peabiru	299	34,97	294	34,36	69,33	856	4.112	20,81
Quarto Centenário	325	44,86	178	24,52	69,39	724	1.487	48,73
Quinta do Sol	326	55,72	151	25,81	81,52	585	1.650	35,48
Rancho Alegre D'Oeste	125	48,93	69	27,04	75,96	255	868	29,34
Terra Boa	248	25,20	447	45,43	70,63	985	4.441	22,17
Ubiratã	590	42,55	487	35,10	77,66	1.387	6.778	20,47
Subtotal	6.850	42,59	5.198	32,32	74,92	16.082	74.854	21,48
<b>Norte Central</b>								
Alvorada do Sul	255	40,89	221	35,48	76,38	624	2.708	23,05
Ângulo	54	28,20	87	45,70	73,90	191	867	22,01
Arapongas	318	30,96	385	37,47	68,43	1.029	25.732	4,00
Astorga	289	33,21	353	40,50	73,70	871	7.387	11,79
Bela Vista do Paraíso	89	29,79	110	37,02	66,81	298	4.505	6,62
Cafeara	68	33,36	57	28,13	61,49	203	733	27,73
Cambé	646	39,55	505	30,91	70,45	1.632	25.736	6,34
Centenário do Sul	265	39,72	261	39,17	78,89	666	3.629	18,36
Floraí	67	30,23	102	46,06	76,29	222	1.683	13,17
Floresta	53	25,09	99	46,65	71,74	213	1.560	13,62
Florestópolis	181	35,27	222	43,21	78,48	513	3.594	14,28
Guaraci	117	35,49	87	26,48	61,98	330	1.529	21,56
Ibiporã	168	20,77	414	51,00	71,77	811	12.589	6,44
Iguaraçu	68	32,19	72	33,93	66,12	211	1.081	19,56
Itambé	67	39,29	61	35,64	74,94	171	1.864	9,17
Ivatuba	28	16,00	68	38,47	54,47	176	779	22,65
Jaguapitã	220	35,04	204	32,46	67,50	627	3.318	18,90
Londrina	1.251	33,28	1.280	34,05	67,33	3.760	136.567	2,75
Mandaguaçu	262	35,64	266	36,18	71,82	734	4.890	15,01
Marialva	405	22,82	604	34,05	56,87	1.773	8.345	21,25
Maringá	322	24,59	452	34,60	59,19	1.308	88.997	1,47
Miraselva	40	21,94	59	32,72	54,66	180	572	31,54
Ourizona	63	31,80	58	29,33	61,13	197	1.012	19,45
Paçandu	85	29,87	126	44,49	74,36	284	8.969	3,17
Pitangueiras	47	21,16	92	41,10	62,26	223	720	31,02
Porecatu	221	23,99	426	46,33	70,32	920	4.698	19,59
Prado Ferreira	35	16,15	119	54,86	71,01	217	943	23,01
Primeiro de Maio	118	42,78	108	38,87	81,65	277	3.204	8,64
Rolândia	402	34,16	380	32,31	66,47	1.177	14.782	7,96
Sabáudia	96	23,65	162	40,08	63,74	405	1.608	25,18
São Jorge do Ivaí	85	26,88	113	35,85	62,73	315	1.746	18,06
Sarandi	178	32,93	238	43,89	76,82	541	21.200	2,55
Sertãoópolis	186	26,12	282	39,71	65,83	710	4.632	15,34
Subtotal	6.748	30,94	8.074	37,01	67,95	21.813	402.180	5,42

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)					TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	% (b/c)
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1		% Famílias até 1 Salário Mínimo			
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>Norte Pioneiro</b>								
Andirá	166	32,39	213	41,51	73,91	512	6.662	7,68
Assaí	546	44,21	407	32,99	77,20	1.234	5.279	23,38
Bandeirantes	684	41,49	540	32,75	74,24	1.649	9.849	16,75
Barra do Jacaré	96	30,46	68	21,74	52,19	314	845	37,18
Cambará	211	25,79	333	40,69	66,48	817	7.075	11,55
Congonhinhas	388	45,51	295	34,59	80,10	854	2.408	35,45
Cornélio Procópio	431	37,72	396	34,66	72,37	1.144	14.358	7,97
Itambaracá	220	43,35	118	23,32	66,66	508	2.068	24,56
Jacarezinho	440	25,89	664	39,03	64,92	1.700	11.820	14,38
Jataizinho	108	37,66	82	28,45	66,11	287	3.395	8,45
Leópolis	202	36,05	246	43,89	79,94	560	1.270	44,12
Nova América da Colina	114	36,09	118	37,47	73,56	316	1.028	30,77
Nova Fátima	127	26,00	179	36,66	62,66	489	2.518	19,41
Nova Santa Bárbara	106	47,72	46	20,64	68,35	222	1.169	19,03
Rancho Alegre	57	26,97	78	36,69	63,66	211	1.315	16,07
Ribeirão Claro	430	38,71	391	35,20	73,91	1.111	3.238	34,29
Santa Amélia	150	38,76	164	42,19	80,95	388	1.276	30,43
Santa Cecília do Pavão	178	63,89	53	19,22	83,10	278	1.258	22,11
Santa Mariana	532	37,91	565	40,28	78,19	1.403	4.152	33,79
Santo Antônio do Paraíso	170	53,16	100	31,20	84,36	320	875	36,55
São Sebastião da Amoreira	194	37,85	170	33,13	70,98	513	2.485	20,64
Sertaneja	98	32,08	101	33,11	65,20	304	2.019	15,07
Uraí	300	39,72	250	33,09	72,82	754	3.625	20,80
Subtotal	5.948	37,43	5.576	35,09	72,53	15.889	89.986	17,66
<b>Oeste</b>								
Anahy	174	47,48	106	28,91	76,39	366	872	42,03
Assis Chateaubriand	490	26,71	527	28,75	55,47	1.834	10.210	17,97
Braganey	528	58,11	225	24,74	82,86	909	1.761	51,60
Cafelândia	220	30,77	240	33,50	64,27	715	3.227	22,17
Cascavel	1.425	31,10	1.400	30,57	61,67	4.581	71.046	6,45
Corbélia	312	33,40	195	20,87	54,27	936	4.678	20,00
Formosa do Oeste	514	48,51	285	26,93	75,44	1.060	2.629	40,33
Foz do Iguaçu	127	27,41	117	25,24	52,64	464	73.852	0,63
Guaira	336	30,48	319	28,99	59,47	1.102	8.595	12,82
Iguatu	127	43,45	95	32,44	75,88	292	653	44,75
Iracema do Oeste	93	42,07	62	28,09	70,16	222	870	25,53
Itaipulândia	214	26,04	272	33,12	59,16	822	1.860	44,18
Jesuítas	630	48,69	374	28,87	77,56	1.294	3.017	42,89
Lindoeste	408	43,58	296	31,70	75,28	935	1.614	57,95
Maripá	130	15,04	190	22,06	37,10	862	1.789	48,20
Nova Aurora	358	27,89	382	29,75	57,63	1.283	3.932	32,64
Ouro Verde do Oeste	204	34,90	177	30,31	65,20	584	1.614	36,17
Palotina	310	20,84	372	25,03	45,87	1.487	7.623	19,51
Santa Lúcia	237	42,55	111	19,90	62,45	558	1.254	44,49
Santa Tereza do Oeste	268	32,28	302	36,45	68,73	829	2.978	27,83
Santa Terezinha de Itaipu	134	23,25	200	34,67	57,93	578	5.244	11,02
São José das Palmeiras	188	39,48	111	23,16	62,65	477	1.143	41,75
São Miguel do Iguaçu	955	37,55	756	29,73	67,28	2.544	6.898	36,88
São Pedro do Iguaçu	320	36,04	271	30,52	66,56	887	2.092	42,40
Terra Roxa	457	31,75	478	33,22	64,96	1.439	4.975	28,92
Toledo	590	16,91	1.001	28,65	45,56	3.493	29.384	11,89
Tupãssi	247	32,38	229	30,02	62,40	762	2.490	30,58
Vera Cruz do Oeste	316	44,47	158	22,23	66,70	710	2.820	25,19
Subtotal	10.312	32,20	9.252	28,89	61,09	32.025	259.119	12,36
<b>TOTAL DA REGIÃO 6</b>	<b>29.941</b>	<b>34,77</b>	<b>28.222</b>	<b>32,77</b>	<b>67,54</b>	<b>86.115</b>	<b>828.074</b>	<b>10,40</b>

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)				TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	% (b/c)	
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1					% Famílias até 1 Salário Mínimo
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>REGIÃO DO PROJETO 7</b>								
<b>Oeste</b>								
Boa Vista da Aparecida	478	44,52	285	26,54	71,05	1.073	2.433	44,11
Capitão Leônidas Marques	540	41,09	381	29,03	70,12	1.313	4.247	30,92
Céu Azul	286	29,87	263	27,43	57,30	958	3.088	31,03
Diamante D'Oeste	337	51,68	211	32,37	84,05	652	1.389	46,92
Entre Rios do Oeste	39	10,10	119	30,60	40,70	390	1.020	38,22
Marechal Cândido Rondon	477	16,70	728	25,48	42,18	2.857	12.586	22,70
Matelândia	325	27,93	364	31,31	59,25	1.164	4.116	28,27
Medianeira	278	21,39	343	26,43	47,82	1.299	11.322	11,47
Mercedes	133	14,64	224	24,65	39,29	908	1.363	66,61
Missal	524	33,44	528	33,74	67,19	1.566	3.079	50,85
Nova Santa Rosa	135	14,48	296	31,72	46,20	932	2.142	43,49
Pato Bragado	119	25,10	115	24,34	49,44	472	1.233	38,32
Quatro Pontes	63	12,60	93	18,61	31,21	502	1.119	44,88
Ramilândia	303	53,16	133	23,30	76,46	569	1.082	52,62
Santa Helena	1.028	33,60	1.067	34,89	68,49	3.058	6.048	50,57
Serranópolis do Iguaçu	264	32,85	240	29,87	62,72	804	1.397	57,55
Três Barras do Paraná	844	46,38	450	24,74	71,12	1.819	3.319	54,81
Subtotal	6.171	30,34	5.841	28,72	59,07	20.337	60.985	33,35
<b>Sudoeste</b>								
Ampére	591	41,82	327	23,13	64,95	1.413	4.508	31,35
Barracão	380	43,77	234	26,89	70,65	869	2.638	32,95
Bela Vista da Caroba	451	43,70	356	34,46	78,16	1.033	1.299	79,50
Boa Esperança do Iguaçu	251	36,74	175	25,60	62,34	684	860	79,56
Bom Jesus do Sul	542	54,61	238	23,99	78,61	992	1.111	89,22
Bom Sucesso do Sul	218	36,72	159	26,70	63,42	595	993	59,91
Capanema	603	23,78	848	33,42	57,20	2.536	5.533	45,84
Chopinzinho	1.021	40,16	654	25,70	65,86	2.543	5.714	44,51
Coronel Vivida	870	37,44	722	31,04	68,48	2.324	6.746	34,45
Cruzeiro do Iguaçu	260	44,34	176	30,06	74,40	585	1.235	47,39
Dois Vizinhos	741	27,97	771	29,12	57,09	2.649	9.312	28,44
Enéas Marques	422	29,47	477	33,27	62,74	1.433	1.818	78,81
Flor da Serra do Sul	472	40,19	379	32,23	72,42	1.174	1.351	86,96
Francisco Beltrão	1.046	30,71	1.252	36,77	67,48	3.405	20.326	16,75
Itapejara d'Oeste	310	26,77	378	32,67	59,44	1.157	2.664	43,44
Manfrinópolis	424	48,97	223	25,81	74,78	865	975	88,76
Mariópolis	180	27,20	227	34,27	61,47	661	1.806	36,62
Marmeleiro	635	36,13	501	28,49	64,62	1.757	3.961	44,35
Nova Esperança do Sudoeste	353	32,03	424	38,53	70,56	1.101	1.454	75,71
Nova Prata do Iguaçu	496	36,43	395	29,06	65,49	1.360	3.040	44,74
Pato Branco	445	28,26	565	35,87	64,13	1.575	18.640	8,45
Pérola d'Oeste	561	42,55	420	31,82	74,37	1.319	2.195	60,09
Pinhal de São Bento	330	66,93	109	22,11	89,04	493	719	68,58
Planalto	1.063	40,18	767	28,98	69,16	2.645	4.211	62,81
Pranchita	304	36,26	238	28,42	64,68	839	1.823	46,04
Realeza	600	36,71	435	26,60	63,31	1.634	4.696	34,81
Renascença	544	48,48	278	24,80	73,28	1.122	2.043	54,91
Salgado Filho	501	59,82	189	22,58	82,41	838	1.464	57,24
Salto do Lontra	848	46,12	490	26,66	72,77	1.839	3.524	52,19
Santa Izabel do Oeste	525	32,06	546	33,35	65,41	1.639	3.345	48,99
Santo Antônio do Sudoeste	886	46,40	645	33,82	80,22	1.908	5.117	37,29
São João	525	33,76	513	32,96	66,72	1.556	3.327	46,75
São Jorge d'Oeste	390	28,60	396	29,02	57,63	1.365	2.724	50,10
Saudade do Iguaçu	273	41,64	181	27,71	69,35	655	1.194	54,87
Sulina	322	41,18	252	32,27	73,45	781	1.138	68,62
Verê	519	32,95	429	27,24	60,19	1.575	2.477	63,59
Vitorino	259	27,74	274	29,42	57,16	932	1.859	50,16
Subtotal	19.160	36,95	15.643	30,17	67,12	51.853	137.842	37,62
<b>TOTAL DA REGIÃO 7</b>	<b>25.331</b>	<b>35,09</b>	<b>21.484</b>	<b>29,76</b>	<b>64,85</b>	<b>72.190</b>	<b>198.827</b>	<b>36,31</b>

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)					TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	% (b/c)
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1		% Famílias até 1 Salário Mínimo			
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>REGIÃO DO PROJETO 8</b>								
<b>Noroeste</b>								
Alto Paraná	251	34,36	224	30,63	64,99	731	3.832	19,06
Alto Piquiri	266	42,42	222	35,51	77,92	626	3.151	19,87
Altônia	890	41,96	817	38,50	80,46	2.121	5.843	36,30
Amaporã	91	31,92	142	49,52	81,45	286	1.390	20,61
Brasilândia do Sul	195	48,65	109	27,14	75,79	401	1.136	35,29
Cafezal do Sul	188	42,46	159	35,94	78,40	442	1.420	31,11
Cianorte	575	26,57	841	38,90	65,47	2.163	17.294	12,50
Cidade Gaúcha	133	27,37	235	48,43	75,80	485	2.846	17,05
Cruzeiro do Oeste	417	37,43	395	35,44	72,87	1.114	6.315	17,64
Cruzeiro do Sul	84	15,69	247	46,27	61,96	535	1.392	38,41
Diamante do Norte	127	31,29	142	35,05	66,34	405	1.781	22,76
Douradina	279	38,94	253	35,25	74,20	717	1.860	38,52
Esperança Nova	141	31,73	157	35,37	67,10	445	673	66,08
Francisco Alves	248	32,72	279	36,78	69,50	758	2.061	36,75
Guairaçá	223	44,03	171	33,87	77,90	506	1.732	29,21
Guaporema	136	37,67	133	36,88	74,55	361	649	55,56
Icaraíma	352	36,10	302	30,98	67,07	974	2.991	32,57
Inajá	61	34,85	86	49,35	84,20	174	892	19,50
Indianópolis	175	34,60	146	28,78	63,38	506	1.273	39,79
Iporã	566	41,34	528	38,49	79,83	1.370	4.926	27,82
Itaúna do Sul	148	32,79	156	34,54	67,33	453	1.309	34,58
Ivaté	309	37,44	374	45,27	82,71	826	2.057	40,15
Japurá	135	27,01	215	43,09	70,11	498	2.367	21,06
Jardim Olinda	91	66,13	32	22,89	89,02	138	438	31,53
Loanda	231	31,12	284	38,24	69,36	742	5.990	12,39
Maria Helena	450	42,99	376	35,94	78,94	1.046	1.939	53,96
Marilena	233	31,78	218	29,74	61,52	734	1.902	38,56
Mariluz	401	68,38	124	21,20	89,58	586	3.078	19,04
Mirador	88	33,12	113	42,57	75,69	264	724	36,51
Nova Aliança do Ivaí	45	38,41	35	29,79	68,20	117	376	31,14
Nova Londrina	141	34,46	130	31,93	66,38	408	3.892	10,49
Nova Olímpia	77	26,73	125	43,10	69,83	290	1.699	17,05
Paraíso do Norte	70	25,67	112	41,24	66,91	271	2.952	9,18
Paranacity	169	32,00	213	40,41	72,40	527	2.731	19,29
Paranapoema	12	18,87	35	55,88	74,75	63	690	9,13
Paranavaí	457	30,24	604	39,97	70,20	1.512	23.156	6,53
Perobal	284	37,87	275	36,66	74,53	750	1.551	48,35
Pérola	337	41,74	256	31,73	73,47	807	3.001	26,89
Planaltina do Paraná	149	37,96	150	38,20	76,16	394	1.146	34,34
Porto Rico	120	47,38	72	28,31	75,69	254	759	33,42
Querência do Norte	711	58,68	240	19,82	78,50	1.212	3.290	36,83
Rondon	223	29,67	301	40,05	69,72	752	2.560	29,35
Santa Cruz de Monte Castelo	234	29,11	352	43,71	72,82	804	2.552	31,52
Santa Isabel do Ivaí	244	36,10	296	43,82	79,92	676	2.794	24,19
Santa Mônica	234	45,18	202	38,97	84,16	519	955	54,34
Santo Antônio do Caiuá	57	27,00	80	38,30	65,30	210	863	24,30
São Carlos do Ivaí	40	19,67	89	44,17	63,84	201	1.780	11,31
São João do Caiuá	124	44,38	97	34,85	79,23	279	1.886	14,80
São Jorge do Patrocínio	486	48,31	294	29,20	77,50	1.007	1.946	51,74
São Manoel do Paraná	94	33,45	87	31,01	64,45	281	600	46,80
São Pedro do Paraná	86	23,75	169	46,35	70,09	364	824	44,16
São Tomé	138	37,00	156	41,80	78,80	373	1.483	25,18
Tamboara	47	18,38	108	41,88	60,26	258	1.324	19,50
Tapejara	203	28,12	297	41,15	69,27	721	3.967	18,17
Tapira	334	35,74	284	30,41	66,15	934	1.973	47,32
Terra Rica	353	39,45	323	36,15	75,60	894	4.199	21,28
Tuneiras do Oeste	349	31,05	453	40,33	71,38	1.124	2.711	41,44
Umuarama	789	34,07	901	38,90	72,97	2.316	27.753	8,34
Vila Alta (Alto Paraíso 1)	171	30,53	221	39,52	70,05	559	1.106	50,53
Xamburé	528	37,50	560	39,80	77,30	1.408	2.011	70,02
Subtotal	14.788	36,34	14.995	36,85	73,20	40.689	191.793	21,21

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDA NO TOTAL DE FAMÍLIAS RURAIS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS NO TOTAL DE FAMÍLIAS DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CLASSES DE RENDA <i>PER CAPITA</i> (em salários mínimos)					TOTAL FAMÍLIAS RURAIS (B)	TOTAL FAMÍLIAS RURAIS E URBANAS (C)	conclusão  % (b/c)
	Até 1/2 (famílias pobres)		> 1/2 a 1		% Famílias até 1 Salário Mínimo			
	Rural (A)	% (A/B)	Rural (A)	% (A/B)				
<b>Centro-Ocidental</b>								
Araruna	456	42,10	360	33,23	75,33	1.083	3.856	28,09
Moreira Sales	437	37,67	380	32,75	70,43	1.161	4.142	28,03
Subtotal								
<b>Norte Central</b>								
Atalaia	52	27,72	70	37,17	64,88	188	1.244	15,12
Colorado	192	32,05	174	29,09	61,15	599	6.404	9,35
Doutor Camargo	136	41,30	122	36,89	78,19	330	1.842	17,90
Flórida	23	35,59	19	29,27	64,86	66	749	8,81
Itaguajé	104	32,19	106	32,83	65,02	322	1.415	22,77
Lobato	51	25,19	82	40,34	65,52	204	1.238	16,44
Lupionópolis	66	29,80	101	45,37	75,17	222	1.334	16,64
Munhoz de Melo	87	34,16	70	27,50	61,67	256	993	25,78
Nossa Senhora das Graças	109	42,45	81	31,43	73,88	258	1.157	22,29
Nova Esperança	225	22,24	462	45,58	67,82	1.014	7.680	13,20
Presidente Castelo Branco	118	39,35	95	31,64	70,99	300	1.277	23,50
Santa Fé	110	23,69	193	41,72	65,41	463	2.739	16,91
Santa Inês	92	33,84	108	39,58	73,41	273	653	41,76
Santo Inácio	122	34,37	150	42,42	76,79	355	1.587	22,35
Uniflor	67	35,41	65	34,18	69,59	190	675	28,07
Subtotal	1.556	30,89	1.899	37,68	68,57	5.038	30.987	16,26
<b>TOTAL DA REGIÃO 8</b>	<b>17.238</b>	<b>35,93</b>	<b>17.634</b>	<b>36,76</b>	<b>72,69</b>	<b>47.972</b>	<b>230.777</b>	<b>20,79</b>

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

**ANEXO 4 - TABELAS BÁSICAS DO ITEM 4.2**

TABELA A.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ACUMULADO DOS RECURSOS APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, ENTRE AS REGIÕES DO PROJETO, DA ÁREA TERRITORIAL, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E DA POPULAÇÃO RURAL (2000) E DOS VALORES MÉDIOS - PARANÁ - 01/01/1998 A 30/04/2006

REGIÃO DO PROJETO	VALOR ACUMULADO (R\$)	% TOTAL ESTADO	ÁREA (ha)	% ÁREA ESTADO	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	% FAMÍLIAS RURAIS POBRES	POPULAÇÃO RURAL 2000	VALOR/ÁREA	VALOR/POPULAÇÃO RURAL	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES
1	6.950.679,48	1,25	1.265.802	6,33	9.138	4,71	75.311	5,49	92,29	760,66
2	120.470.057,92	21,64	5.941.922	29,73	58.195	29,99	552.653	20,27	217,98	2.070,12
3	94.089.512,20	16,90	2.933.843	14,68	37.960	19,56	272.667	32,07	345,07	2.478,65
4	51.671.825,20	9,28	657.955	3,29	7.347	3,79	63.638	78,53	811,96	7.032,78
5	31.207.685,03	5,60	594.732	2,98	8.927	4,60	67.773	52,47	460,47	3.496,02
6	97.516.949,91	17,51	3.908.434	19,55	29.941	15,43	313.063	24,95	311,49	3.256,97
7	49.143.305,60	8,83	1.847.055	9,24	25.331	13,05	261.431	26,61	187,98	1.940,02
8	105.736.400,18	18,99	2.838.277	14,20	17.238	8,88	170.838	37,25	618,93	6.134,05
TOTAL <sup>(1)</sup>	556.786.415,52	100,00	19.988.020	100,00	194.076	100,00	1.777.374	27,86	313,26	2.868,91

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro 1.32.2, SEMA, IPARDES (2003)

(1) Não Incluído R\$ 34.276,3 referente à município não informado.

TABELA A.4.2 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO VALOR TOTAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES E SUBCOMPONENTES, POR REGIÃO DO PROJETO

REGIÃO DO PROJETO	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACITAÇÃO EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSORAMENTO DO PROJETO	TOTAL
1	4.970.455,55	1.267.351,56	387.073,66	197.411,00	104.200,00	17.695,65	6.492,06		6.950.679,48
2	42.820.631,77	50.105.060,27	18.568.217,01	2.388.119,92	2.902.008,97	725.121,25	2.866.058,30	94.840,43	120.470.057,92
3	31.677.476,92	58.342.299,28	3.919.203,75	92.779,00	3.076,00	33.628,01	21.049,24		94.089.512,20
4	11.829.935,87	37.077.191,37	2.659.033,93	51.254,21	35.164,08	15.422,20	3.823,54		51.671.825,20
5	15.607.184,70	13.214.176,74	2.200.461,57	50.662,24		66.602,03	68.597,75		31.207.685,03
6	45.798.406,68	27.832.809,26	18.891.430,76	623.742,88	3.875.060,81	304.828,76	189.872,41	798,35	97.516.949,91
7	22.772.980,84	12.885.266,05	12.862.768,91	263.931,78	224.994,00	85.696,24	47.667,78		49.143.305,60
8	44.292.508,60	52.992.624,64	7.994.279,41	209.487,76	82.560,00	115.965,97	48.973,80		105.736.400,18
TOTAL <sup>(1)</sup>	219.769.580,93	253.716.779,17	67.482.469,00	3.877.388,79	7.227.063,86	1.364.960,11	3.252.534,88	95.638,78	556.786.415,52

REGIÃO DO PROJETO	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACITAÇÃO EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSORAMENTO DO PROJETO	TOTAL
1	71,51	18,23	5,57	2,84	1,50	0,25	0,09		100,00
2	35,54	41,59	15,41	1,98	2,41	0,60	2,38	0,08	100,00
3	33,67	62,01	4,17	0,10	0,00	0,04	0,02		100,00
4	22,89	71,76	5,15	0,10	0,07	0,03	0,01		100,00
5	50,01	42,34	7,05	0,16		0,21	0,22		100,00
6	46,96	28,54	19,37	0,64	3,97	0,31	0,19	0,00	100,00
7	46,34	26,22	26,17	0,54	0,46	0,17	0,10		100,00
8	41,89	50,12	7,56	0,20	0,08	0,11	0,05		100,00
TOTAL <sup>(1)</sup>	39,47	45,57	12,12	0,70	1,30	0,25	0,58	0,02	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro 1.32.2 (30 abr.2006), Tabela 5 A 3, informações desagregadas por município

(1) Não foi considerado o valor de R\$ 34.276,3, porque não estava associado a nenhum município.

TABELA A.4.3 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DO VALOR TOTAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES E SUBCOMPONENTES, POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO PROJETO

continua									
REGIÕES DO PROJETO E MUNICÍPIOS	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACIT. EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GEREN- CIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSO- RAMENTO DO PROJETO	TOTAL
<b>REGIÃO DO PROJETO 1</b>									
Adrianópolis	541.234,11	23.672,07	16.964,74	-	-	2.700,00	-	-	584.570,92
Antonina	404.369,69	8.953,86	20.504,51	11.872,00	-	2.999,85	-	-	448.699,91
Bocaiúva do Sul	281.876,93	29.646,39	14.336,53	-	-	-	-	-	325.859,85
Campina Grande do Sul	77.700,48	32.340,24	1.820,00	-	-	-	-	-	111.860,72
Cerro Azul	622.789,83	536.034,51	9.800,73	480,00	-	-	1.386,00	-	1.170.491,07
Doutor Ulysses	374.687,92	79.931,34	900,00	-	-	-	-	-	455.519,26
Rio Branco do Sul	273.610,87	116.967,78	77.580,61	-	-	1.000,00	-	-	469.159,26
Tunas do Paraná	47.000,36	148.964,73	-	-	-	-	-	-	195.965,09
Guaraqueçaba	192.206,91	89.577,23	66.189,92	-	-	-	-	-	347.974,06
Guaratuba	506.838,29	50.184,00	23.982,50	-	-	-	-	-	581.004,79
Matinhos	213.939,71	-	-	-	10.000,00	-	-	-	223.939,71
Morretes	632.683,57	121.011,64	47.519,83	960,00	36.300,00	-	-	-	838.475,04
Paranaguá	531.970,24	4.096,87	96.274,29	99,00	-	10.995,80	5.106,06	-	648.542,26
Pontal do Paraná	269.546,64	25.970,90	11.200,00	184.000,00	57.900,00	-	-	-	548.617,54
TOTAL RP 1	4.970.455,55	1.267.351,56	387.073,66	197.411,00	104.200,00	17.695,65	6.492,06	-	6.950.679,48
TOTAL RP 1 (%)	71,51	18,23	5,57	2,84	1,50	0,25	0,09	-	100,00
<b>REGIÃO DO PROJETO 2</b>									
Agudos do Sul	222.173,95	279.538,87	1.655,73	-	-	-	-	-	503.368,55
Almirante Tamandaré	182.535,21	1.326.777,20	47.063,35	-	-	-	-	-	1.556.375,76
Antonio Olinto	675.130,71	815.402,39	64.898,52	-	-	-	-	-	1.555.431,62
Arapoti	773.623,09	6.052.157,62	50.525,83	13.120,00	-	1.500,00	-	-	6.890.926,54
Araucária	292.264,33	304.826,86	32.274,40	3.300,00	-	7.936,02	-	-	640.601,61
Balsa Nova	51.125,31	212.252,42	12.406,45	8.000,00	28.000,00	-	-	-	311.784,18
Bituruna	634.437,18	381.784,78	417.629,35	-	-	-	-	-	1.433.851,31
Campina do Simão	166.043,66	127.720,44	50.975,92	10.750,00	-	-	-	-	355.490,02
Campo do Tenente	438.989,99	279.086,45	1.196,56	-	-	-	-	-	719.273,00
Campo Largo	390.569,32	930.746,29	239.381,39	28.320,00	-	1.898,00	-	-	1.590.915,00
Campo Magro	258.638,06	124.396,80	27.785,90	-	-	-	-	-	410.820,76
Candói	244.911,86	239.419,70	99.431,08	3.750,00	-	-	-	-	587.512,64
Carambei	171.137,31	111.753,60	434.865,88	-	-	-	-	-	717.756,79
Castro	469.612,82	2.041.834,06	1.072.839,61	24.700,00	-	1.903,40	78,15	-	3.610.968,04
Clevalândia	613.447,95	429.485,07	292.928,87	3.750,00	-	215,96	-	-	1.339.827,85
Colombo	90.060,27	127.410,47	209.047,09	-	-	10.979,30	-	-	437.497,13
Contenda	158.294,24	176.684,82	64.141,98	-	-	-	-	-	399.121,04
Coronel Domingos Soares	634.002,70	82.293,32	41.209,15	2.875,00	-	-	-	-	760.380,17
Cruz Machado	800.121,60	586.649,09	64.962,98	200,00	-	1.000,00	-	-	1.452.933,67
Curitiba	13.006.459,27	16.056.881,75	10.672.375,11	2.159.362,45	2.729.186,47	548.594,57	2.804.633,55	94.840,43	48.072.333,60
Fazenda Rio Grande	123.016,49	28.223,76	-	-	-	-	-	-	151.240,25
Fernandes Pinheiro	189.321,52	399.177,38	22.217,50	-	-	-	-	-	610.716,40
Foz do Jordão	66.675,36	257.444,72	8.114,75	-	-	-	-	-	332.234,83
General Carneiro	310.854,88	210.825,54	20.347,79	2.460,00	-	3.000,00	36,00	-	547.524,21
Guamiranga	279.474,84	375.458,38	15.103,00	-	-	-	-	-	670.036,22
Guarapuava	1.468.529,05	918.384,35	485.499,68	56.968,72	-	53.891,48	4.378,91	-	2.987.652,19
Honório Serpa	218.607,39	375.110,90	25.963,49	-	-	-	-	-	619.681,78
Imbituva	1.025.192,13	438.020,16	-	-	-	1.200,00	-	-	1.464.412,29
Inácio Martins	429.627,13	501.973,22	500,00	-	-	-	-	-	932.100,35
Ipiranga	1.055.112,32	324.428,40	6.372,66	-	-	-	-	-	1.385.913,38
Iratí	1.005.318,19	1.038.920,35	214.657,12	10.570,15	800,00	16.903,85	8.216,64	-	2.295.386,30
Itaperuçu	322.586,20	78.908,42	2.500,00	480,00	-	-	-	-	404.474,62
Ivaí	574.917,84	222.282,65	59.259,00	-	-	-	-	-	856.459,49
Jaguariáiva	415.134,22	28.371,17	350,00	-	-	3.087,76	-	-	446.943,15
Lapa	367.101,60	303.862,52	124.566,11	10.060,00	-	3.310,00	572,00	-	809.472,23
Mallet	520.189,28	222.685,88	35.774,26	-	-	-	-	-	778.649,42
Mandirituba	174.095,90	270.118,62	33.799,98	480,00	5.300,00	-	-	-	483.794,50
Mangueirinha	655.344,25	1.842.076,12	395.769,22	-	-	-	-	-	2.893.189,59
Palmas	769.757,80	116.509,15	64.948,97	-	36.756,50	6.267,67	1.865,88	-	996.105,97
Palmeira	707.322,76	111.761,57	104.915,47	480,00	-	3.596,00	1.572,50	-	929.648,30
Paula Freitas	622.975,29	343.269,95	25.822,38	700,00	-	-	-	-	992.767,62
Paulo Frontin	207.188,11	374.983,30	58.826,42	-	-	-	-	-	640.997,83
Piên	106.996,75	595.831,85	12.074,92	-	-	-	-	-	714.903,52
Pinhais	-	93.552,91	37.267,82	23.843,00	8.800,00	-	-	-	163.463,73
Pinhão	527.371,55	256.291,58	55.955,60	-	-	-	-	-	839.618,73

TABELA A.4.3 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DO VALOR TOTAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES E SUBCOMPONENTES, POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO PROJETO

continua

REGIÕES DO PROJETO E MUNICÍPIOS	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACIT. EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GEREN- CIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSO- RAMENTO DO PROJETO	TOTAL
Pirai do Sul	297.476,70	1.861.405,63	951.565,01	-	-	-	-	-	3.110.447,34
Piraquara	38.331,85	73.220,57	650,00	-	-	-	-	-	112.202,42
Ponta Grossa	1.412.022,49	1.177.265,31	308.485,92	3.488,50	56.466,00	23.108,69	22.603,24	-	3.003.440,15
Porto Amazonas	3.971,85	-	-	-	-	-	-	-	3.971,85
Porto Vitória	114.074,50	142.948,66	146.019,75	-	-	-	-	-	403.042,91
Prudentópolis	631.578,57	482.538,04	195.150,90	-	-	-	-	-	1.309.267,51
Quatro Barras	83.951,57	49.258,55	5.586,00	-	-	-	-	-	138.796,12
Quitandinha	677.467,00	355.435,87	15.580,00	-	-	-	-	-	1.048.482,87
Rebouças	346.956,91	423.256,12	15.266,79	-	-	-	-	-	785.479,82
Reserva do Iguaçu	349.697,25	282.874,38	-	-	-	-	-	-	632.571,63
Rio Azul	399.793,54	460.759,02	143.749,77	9.100,00	-	500,00	-	-	1.013.902,33
Rio Negro	776.084,17	1.057.372,61	31.387,38	8.690,00	-	1.300,00	-	-	1.874.834,16
São João do Triunfo	289.933,39	156.842,99	900,00	-	-	-	-	-	447.676,38
São José dos Pinhais	89.882,12	144.437,37	151.381,24	-	-	2.000,00	-	-	387.700,73
São Mateus do Sul	686.274,10	995.021,63	288.981,85	-	-	3.394,00	58,00	-	1.973.729,58
Sengés	235.703,51	105.522,13	71.813,07	-	-	206,25	-	-	413.244,96
Teixeira Soares	370.702,77	576.641,49	114.065,17	-	-	-	-	-	1.061.409,43
Telêmaco Borba	614.268,90	22.585,11	101.474,41	-	-	-	-	-	738.328,42
Tibagi	1.191.012,83	448.300,38	8.561,93	-	-	240,00	34,10	-	1.648.149,24
Tijucas do Sul	444.997,13	100.067,69	28.589,47	-	36.300,00	-	-	-	609.954,29
União da Vitória	740.236,27	564.217,32	272.826,00	2.672,10	400,00	29.088,30	22.009,33	-	1.631.449,32
Ventania	609.924,67	209.514,55	7.981,06	-	-	-	-	-	827.420,28
<b>TOTAL RP 2</b>	<b>42.820.631,77</b>	<b>50.105.060,27</b>	<b>18.568.217,01</b>	<b>2.388.119,92</b>	<b>2.902.008,97</b>	<b>725.121,25</b>	<b>2.866.058,30</b>	<b>94.840,43</b>	<b>120.470.057,92</b>
<b>TOTAL RP 2 (%)</b>	<b>35,54</b>	<b>41,59</b>	<b>15,41</b>	<b>1,98</b>	<b>2,41</b>	<b>0,60</b>	<b>2,38</b>	<b>0,08</b>	<b>100,00</b>
<b>REGIÃO DO PROJETO 3</b>									
Altamira do Paraná	351.541,30	-	29.333,91	4.360,00	-	-	-	-	385.235,21
Boa Ventura de São Roque	702.929,04	221.318,79	70.191,88	-	-	-	-	-	994.439,71
Campina da Lagoa	713.216,41	50.993,79	250.007,37	2.080,00	-	-	1.476,00	-	1.017.773,57
Campo Bonito	338.476,65	169.908,92	208.766,39	-	-	-	-	-	717.151,96
Cândido de Abreu	1.748.313,91	29.916.511,14	404.496,69	-	-	3.000,00	-	-	32.072.321,74
Cantagalo	891.399,89	398.442,66	21.453,38	-	-	-	-	-	1.311.295,93
Catanduvas	611.170,52	213.127,51	75.575,64	-	-	1.090,00	2.448,00	-	903.411,67
Cruzmaltina	449.516,66	70.472,62	6.118,92	-	-	-	-	-	526.108,20
Curiúva	943.290,67	92.123,79	48.893,20	17.900,00	-	-	-	-	1.102.207,66
Diamante do Sul	154.431,81	190.120,84	154.636,43	-	-	-	-	-	499.189,08
Espigão Alto do Iguaçu	125.817,57	260.224,18	60.782,53	5.000,00	-	-	-	-	451.824,28
Faxinal	918.019,07	226.332,80	108.893,36	-	-	1.000,00	-	-	1.254.245,23
Goioxim	708.144,12	434.299,96	51.661,63	3.750,00	-	-	-	-	1.197.855,71
Grandes Rios	566.382,25	100.711,46	28.276,71	1.500,00	-	-	-	-	696.870,42
Guaraniaçu	323.551,50	869.546,06	109.550,39	9.790,00	-	-	960,00	-	1.313.397,95
Ibema	227.582,12	62.718,21	10.278,55	-	-	-	-	-	300.578,88
Imbau	721.511,68	53.609,16	-	-	-	-	-	-	775.120,84
Iretama	1.967.691,79	89.574,26	49.720,62	5.969,00	-	8.000,00	516,00	-	2.121.471,67
Laranjal	372.542,07	103.848,58	48.839,95	-	-	-	-	-	525.230,60
Laranjeiras do Sul	1.021.259,23	581.167,61	223.532,04	3.000,00	-	11.149,07	13.901,24	-	1.854.009,19
Manoel Ribas	930.306,49	2.660.367,58	21.163,13	-	-	1.500,00	-	-	3.613.337,20
Marilândia do Sul	582.652,26	188.012,69	80.907,90	-	-	-	-	-	851.572,85
Marquinho	81.466,30	286.325,29	41.794,65	7.500,00	-	-	-	-	417.086,24
Mato Rico	59.438,28	123.944,57	4.532,64	-	-	-	-	-	187.915,49
Mauá da Serra	922.042,37	1.282.019,34	175.567,76	1.780,00	-	-	-	-	2.381.409,47
Nova Laranjeiras	432.614,98	463.265,30	153.189,84	3.450,00	-	-	-	-	1.052.520,12
Nova Tebas	716.881,09	8.052.056,60	31.296,35	-	-	-	-	-	8.800.234,04
Ortigueira	1.874.009,52	109.496,44	4.400,00	-	-	-	-	-	1.987.905,96
Palmital	652.859,45	12.644,58	40.975,05	11.500,00	-	400,00	19,00	-	718.398,08
Pitanga	2.047.929,71	7.808.260,22	156.175,83	2.700,00	-	1.683,94	13,00	-	10.016.762,70
Porto Barreiro	286.368,99	132.938,78	28.993,09	-	-	-	-	-	448.300,86
Quedas Do Iguaçu	1.522.714,13	312.190,36	114.212,43	2.500,00	-	-	-	-	1.951.616,92
Reserva	980.772,53	1.129.735,24	125.260,21	-	-	1.000,00	-	-	2.236.767,98
Rio Bonito do Iguaçu	353.342,57	161.599,63	425.105,73	6.900,00	-	-	-	-	946.947,93
Rio Branco do Ivaí	790.102,95	96.120,37	8.346,62	-	-	-	-	-	894.569,94
Roncador	843.314,70	94.732,12	38.872,78	600,00	3.076,00	-	-	-	980.595,60
Rosário do Ivaí	558.293,46	373.582,77	41.272,93	-	-	-	-	-	973.149,16
Santa Maria do Oeste	680.619,76	127.667,28	8.751,08	-	-	-	-	-	817.038,12

TABELA A.4.3 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DO VALOR TOTAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES E SUBCOMPONENTES, POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO PROJETO

continua

REGIÕES DO PROJETO E MUNICÍPIOS	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACIT. EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GEREN- CIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSO- RAMENTO DO PROJETO	TOTAL
São Jerônimo da Serra	1.160.242,31	184.356,66	230.703,24	-	-	2.480,00	360,00	-	1.578.142,21
Sapopema	712.498,64	124.678,60	61.438,41	-	-	2.325,00	1.356,00	-	902.296,65
Tamarana	1.086.699,37	32.173,88	68.620,91	-	-	-	-	-	1.187.494,16
Turvo	486.270,23	229.945,23	57.917,38	2.500,00	-	-	-	-	776.632,84
Virmond	59.248,57	251.133,41	38.696,20	-	-	-	-	-	349.078,18
<b>TOTAL RP 3</b>	<b>31.677.476,92</b>	<b>58.342.299,28</b>	<b>3.919.203,75</b>	<b>92.779,00</b>	<b>3.076,00</b>	<b>33.628,01</b>	<b>21.049,24</b>	<b>-</b>	<b>94.089.512,20</b>
<b>TOTAL RP3 (%)</b>	<b>33,67</b>	<b>62,01</b>	<b>4,17</b>	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,04</b>	<b>0,02</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
<b>REGIÃO DO PROJETO 4</b>									
Abatiá	453.344,59	1.131.202,55	189.135,55	-	-	-	9,00	-	1.773.691,69
Carlópolis	1.109.595,00	171.419,66	167.617,12	15.310,00	-	-	45,00	-	1.463.986,78
Conselheiro Mairinck	423.573,59	133.703,36	166.112,62	80,00	-	-	-	-	723.469,57
Figueira	181.418,72	104.003,18	9.710,94	-	-	-	-	-	295.132,84
Guapirama	639.371,68	112.159,51	7.770,94	200,00	-	-	-	-	759.502,13
Ibaiti	1.386.346,78	341.073,29	60.339,45	-	-	10.417,20	2.988,10	-	1.801.164,82
Jaboti	732.795,61	94.424,32	198.269,18	350,00	-	-	-	-	1.025.839,11
Japira	737.564,27	44.908,94	61.680,91	214,00	-	-	-	-	844.368,12
Joaquim Távora	251.096,72	199.988,18	162.749,55	224,00	-	-	-	-	614.058,45
Jundiá do Sul	558.602,80	73.132,29	15.902,22	100,00	-	-	-	-	647.737,31
Pinhalão	105.068,96	43.208,10	148.252,72	4.000,00	-	55,00	-	-	300.584,78
Quatiguá	446.368,04	10.976.085,67	171.910,08	200,00	-	-	-	-	11.594.563,79
Ribeirão do Pinhal	577.087,26	211.439,16	583.256,13	-	-	2.855,00	9,00	-	1.374.646,55
Salto do Itararé	511.009,97	176.802,37	26.466,25	-	-	-	-	-	714.278,59
Santana do Itararé	59.544,55	371.801,60	90.588,82	-	-	-	-	-	521.934,97
Santo Antônio da Platina	881.714,24	590.965,34	236.718,79	27.748,21	35.164,08	865,00	736,44	-	1.773.912,10
São José da Boa Vista	123.560,14	198.343,65	185.384,17	2.354,00	-	-	-	-	509.641,96
Siqueira Campos	1.109.898,47	13.349.363,50	97.084,55	224,00	-	1.230,00	36,00	-	14.557.836,52
Tomazina	539.012,92	256.389,26	24.143,78	250,00	-	-	-	-	819.795,96
Wenceslau Braz	1.002.961,56	8.496.777,44	55.940,16	-	-	-	-	-	9.555.679,16
<b>TOTAL RP 4</b>	<b>11.829.935,87</b>	<b>37.077.191,37</b>	<b>2.659.033,93</b>	<b>51.254,21</b>	<b>35.164,08</b>	<b>15.422,20</b>	<b>3.823,54</b>	<b>-</b>	<b>51.671.825,20</b>
<b>TOTAL RP 4 (%)</b>	<b>22,89</b>	<b>71,76</b>	<b>5,15</b>	<b>0,10</b>	<b>0,07</b>	<b>0,03</b>	<b>0,01</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
<b>REGIÃO DO PROJETO 5</b>									
Apucarana	1.700.270,25	153.356,06	171.662,55	36.589,79	-	27.212,22	33.240,87	-	2.122.331,74
Arapuã	724.958,76	337.185,21	134.874,80	-	-	-	-	-	1.197.018,77
Ariranha do Ivaí	187.658,63	297.825,40	60.089,54	-	-	-	-	-	545.573,57
Barbosa Ferraz	1.094.951,71	12.588,75	49.394,16	1.320,00	-	-	4.530,50	-	1.162.785,12
Bom Sucesso	468.336,66	48.948,89	252.822,08	-	-	-	-	-	770.107,63
Borrazópolis	359.821,60	129.671,50	33.058,42	-	-	-	-	-	522.551,52
Califórnia	471.688,35	88.882,57	219.795,44	-	-	-	-	-	780.366,36
Cambira	237.680,07	64.430,83	177.832,37	1.500,00	-	-	-	-	481.443,27
Corumbatai do Sul	607.257,36	27.971,00	71.891,02	6.094,00	-	-	-	-	713.213,38
Godoy Moreira	474.471,49	19.073,72	561,66	-	-	-	-	-	494.106,87
Ivaiporã	1.767.974,55	457.138,47	279.989,60	3.608,45	-	35.734,81	28.085,39	-	2.572.531,27
Jandaia do Sul	952.725,13	98.574,29	112.978,45	550,00	-	2.500,00	2.119,86	-	1.169.447,73
Jardim Alegre	484.209,44	4.783.899,81	61.679,46	-	-	-	-	-	5.329.788,71
Kalore	196.087,51	106.257,57	83.560,54	-	-	-	-	-	385.905,62
Lidianópolis	1.160.210,49	111.806,74	154.082,33	-	-	-	-	-	1.426.099,56
Lunardelli	1.161.838,75	113.712,79	2.831,39	-	-	-	-	-	1.278.382,93
Mandaguari	117.828,34	112.633,26	246.861,56	-	-	-	-	-	477.323,16
Marumbi	1.520.414,33	128.506,47	7.856,80	500,00	-	-	-	-	1.657.277,60
Novo Itacolomi	283.214,03	71.064,47	40.039,29	500,00	-	-	-	-	394.817,79
Rio Bom	178.355,79	43.577,50	22.999,35	-	-	-	-	-	244.932,64
São João do Ivaí	821.133,01	5.174.705,03	5.052,55	-	-	1.155,00	621,13	-	6.002.666,72
São Pedro do Ivaí	636.098,45	832.366,41	10.548,21	-	-	-	-	-	1.479.013,07
<b>TOTAL RP 5</b>	<b>15.607.184,70</b>	<b>13.214.176,74</b>	<b>2.200.461,57</b>	<b>50.662,24</b>	<b>-</b>	<b>66.602,03</b>	<b>68.597,75</b>	<b>-</b>	<b>31.207.685,03</b>
<b>TOTAL RP 5 (%)</b>	<b>50,01</b>	<b>42,34</b>	<b>7,05</b>	<b>0,16</b>	<b>-</b>	<b>0,21</b>	<b>0,22</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
<b>REGIÃO DO PROJETO 6</b>									
Alvorada do Sul	485.289,10	101.482,38	25.154,25	-	-	-	-	-	611.925,73
Anahy	294.646,34	9.529,95	18.656,52	3.750,00	-	-	-	-	326.582,81
Andaraí	439.012,56	16.522,30	80.301,27	-	-	-	-	-	535.836,13
Angulo	372.343,98	102.919,37	90.608,14	-	-	-	-	-	565.871,49
Arapongas	479.278,64	153.031,83	53.186,05	2.250,00	1.400,00	2.412,30	161,89	-	691.720,71
Assaí	367.032,88	4.785.953,11	113.207,50	24.280,00	-	-	9,00	-	5.290.482,49
Assis Chateaubriand	345.052,21	125.763,39	136.248,17	-	-	-	2.739,00	-	609.802,77

TABELA A.4.3 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DO VALOR TOTAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES E SUBCOMPONENTES, POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO PROJETO

continua

REGIÕES DO PROJETO E MUNICÍPIOS	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACIT. EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GEREN- CIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSO- RAMENTO DO PROJETO	TOTAL
Astorga	838.522,38	111.416,78	183.757,99	-	-	-	-	-	1.133.697,15
Bandeirantes	424.147,89	351.899,01	176.028,60	-	-	2.340,00	31,00	-	954.446,50
Barra do Jacaré	358.171,99	192.396,54	68.680,86	280,00	-	-	-	-	619.529,39
Bela Vista do Paraíso	438.898,01	87.029,16	88.428,46	-	-	-	-	-	614.355,63
Boa Esperança	490.652,98	99.967,80	20.230,79	200,00	-	-	-	-	611.051,57
Braganey	284.647,86	136.246,16	108.721,20	-	-	-	-	-	529.615,22
Cafeara	209.458,36	57.297,50	86.577,73	-	-	-	-	-	353.333,59
Cafelândia	306.162,59	35.798,26	58.863,00	-	-	-	-	-	400.823,85
Cambara	121.809,57	164.975,51	391.221,33	400,00	-	-	36,00	-	678.442,41
Cambe	380.519,09	48.478,15	64.443,91	-	-	-	-	-	493.441,15
Campo Mourão	932.986,09	182.057,84	180.030,77	89.550,33	46.950,00	54.795,00	23.551,10	-	1.509.921,13
Cascavel	1.069.045,18	1.370.312,68	675.726,32	209.681,04	24.900,00	33.886,22	33.704,86	-	3.417.256,30
Centenário do Sul	417.793,44	29.980,00	12.489,15	-	-	-	-	-	460.262,59
Congonhinhas	654.656,33	189.976,45	38.320,05	-	-	-	-	-	882.952,83
Corbélia	569.915,63	163.983,52	71.421,56	-	-	931,00	840,00	-	807.091,71
Cornélio Procopio	319.759,11	540.937,82	632.578,55	4.787,47	2.000,00	31.434,72	24.308,58	-	1.555.806,25
Engenheiro Beltrão	404.714,21	21.888,30	101.880,00	1.100,00	-	-	-	-	529.582,51
Farol	328.118,99	77.293,29	47.938,53	560,00	-	-	-	-	453.910,81
Fenix	367.488,56	121.920,57	21.509,71	970,00	-	-	-	-	511.888,84
Floraí	30.169,00	162.431,66	73.760,52	720,00	-	-	-	-	267.081,18
Floresta	342.972,17	129.849,06	32.296,07	-	-	-	-	-	505.117,30
Floreópolis	800,00	110.093,11	38.198,05	-	-	-	-	-	149.091,16
Formosa do Oeste	337.706,40	38.258,21	9.238,11	-	-	-	-	-	385.202,72
Foz do Iguacu	651.458,97	96.740,33	126.079,34	132.770,00	40.000,00	1.000,00	938,80	-	1.048.987,44
Goioere	1.021.143,46	2.565.658,99	19.729,64	12.410,00	-	-	-	-	3.618.942,09
Guaira	487.886,30	269.688,41	80.176,69	-	-	7.458,40	552,00	-	845.761,80
Guaraci	421.376,09	77.711,33	57.524,84	-	-	-	-	-	556.612,26
Ibiporã	563.608,65	1.115.174,26	153.260,43	-	-	-	-	-	1.832.043,34
Iguaraçu	373.650,97	41.669,69	94.500,17	-	-	-	-	-	509.820,83
Iguatu	165.271,29	23.079,35	200.291,60	-	-	-	-	-	388.642,24
Iracema do Oeste	122.249,83	42.154,87	9.991,52	-	-	-	-	-	174.396,22
Itaipulândia	383.264,39	-	38.297,58	-	-	-	-	-	421.561,97
Itambaraca	153.345,34	13.550,00	83.118,26	-	-	-	-	-	250.013,60
Itambé	631.593,12	68.376,48	45.836,59	-	-	-	-	-	745.806,19
Ivatuba	302.766,76	113.152,73	7.630,00	-	-	-	-	-	423.549,49
Jacarezinho	678.056,09	95.585,20	360.166,50	1.220,00	-	52.737,41	35.204,23	-	1.222.969,43
Jaguapitã	404.990,44	20.298,01	431.375,67	-	-	-	-	-	856.664,12
Janiópolis	699.679,84	151.890,83	13.222,72	200,00	-	-	-	-	864.993,39
Jataizinho	1.600,00	18.431,25	97.541,35	-	-	-	-	-	117.572,60
Jesuitas	653.424,53	44.634,81	71.487,75	-	-	-	-	-	769.547,09
Juranda	417.415,69	63.939,38	104.036,89	500,00	-	-	-	-	585.891,96
Jussara	431.781,83	92.969,25	90.934,47	-	-	-	-	-	615.685,55
Leópolis	368.883,72	2.729,64	84.185,62	-	-	-	-	-	455.798,98
Lindoeste	319.609,23	51.993,93	23.482,30	-	-	-	-	-	395.085,46
Londrina	3.808.615,27	1.154.388,59	1.600.139,23	68.796,08	3.527.524,31	56.842,79	21.770,25	-	10.238.076,52
Luiziana	719.183,62	110.011,31	21.410,46	2.620,00	-	-	-	-	853.225,39
Mambore	183.149,04	7.193,95	75.697,60	5.000,00	-	1.000,00	-	-	272.040,59
Mandaguacu	481.747,60	75.292,52	150.895,55	-	-	-	-	-	707.935,67
Marialva	1.180,00	116.644,43	1.124.772,84	1.500,00	-	-	-	-	1.244.097,27
Maringá	1.315.592,10	1.850.707,75	1.901.045,33	21.078,40	193.066,50	33.154,77	12.676,24	677,35	5.327.998,44
Maripa	-	192.237,10	42.978,74	-	-	-	-	-	322.163,93
Miraselva	290.572,89	39.875,53	68.240,67	-	-	-	-	-	398.689,09
Nova América da Colina	333.470,92	18.625,74	175.050,14	-	-	-	-	-	527.146,80
Nova Aurora	112.259,98	264.011,96	18.323,28	-	-	-	2.928,00	-	397.523,22
Nova Cantu	1.084.976,89	150.873,24	11.763,33	3.660,00	-	-	-	-	1.251.273,46
Nova Fátima	980.746,29	9.705,24	61.309,42	-	-	-	-	-	1.051.760,95
Nova Santa Barbara	625.207,99	-	35.499,66	-	-	-	-	-	660.707,65
Ourizona	282.290,34	595.686,91	76.131,00	-	-	-	-	-	954.108,25
Ouro Verde do Oeste	261.960,90	152.342,26	28.732,35	-	-	-	-	-	443.035,51
Paiçandu	21.312,24	1.086.086,73	344.480,80	-	-	-	-	-	1.451.879,77
Palotina	703.323,03	772.035,68	422.840,12	-	600,00	-	876,00	-	1.899.674,83
Peabiru	159.215,68	106.427,28	156.632,84	200,00	2.220,00	-	-	-	424.695,80
Pitangueiras	776.469,03	28.078,10	136.869,95	-	-	-	-	-	941.417,08
Porecatu	510.283,33	31.835,79	4.060,00	-	-	500,00	-	-	546.679,12

TABELA A.4.3 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DO VALOR TOTAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES E SUBCOMPONENTES, POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO PROJETO

continua

REGIÕES DO PROJETO E MUNICÍPIOS	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACIT. EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GEREN- CIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSO- RAMENTO DO PROJETO	TOTAL
Prado Ferreira	269.192,10	94.055,35	-	-	-	-	-	-	363.247,45
Primeiro de Maio	169.900,50	630,00	2.520,00	-	-	-	-	-	173.050,50
Quarto Centenário	435.609,09	258.697,54	13.742,16	500,00	-	-	-	-	708.548,79
Quinta do Sol	395.051,80	41.302,50	3.921,11	200,00	-	-	-	-	440.475,41
Rancho Alegre	2.425,00	14.938,74	127.190,48	-	-	-	-	-	144.554,22
Rancho Alegre do Oeste	245.172,59	174.784,27	4.084,56	1.900,00	-	-	-	-	425.941,42
Ribeirão Claro	623.806,78	91.256,43	147.922,65	365,00	-	-	-	-	863.350,86
Rolândia	378.430,51	256.475,70	448.550,92	-	-	-	-	-	1.083.457,13
Sabaudia	219.747,09	72.585,94	53.250,36	2.900,00	-	-	-	-	348.483,39
Santa Amália	301.729,79	99.152,85	317.719,25	-	-	-	-	-	718.601,89
Santa Cecília do Pavão	137.367,13	20.792,05	36.380,00	-	-	-	-	-	194.539,18
Santa Lúcia	104.583,46	489.562,52	50.798,62	-	-	-	-	-	644.944,60
Santa Mariana	520.020,90	-	78.126,73	-	-	-	-	-	598.147,63
Santa Tereza do Oeste	391.154,09	167.355,79	244.440,98	-	-	-	-	-	802.950,86
Santa Terezinha do Itaípu	186,00	559.760,37	19.436,26	-	-	-	-	-	579.382,63
Santo Antonio do Paraíso	409.097,74	19.190,00	84.290,64	-	-	-	-	-	512.578,38
São Jorge do Ivaí	55.919,66	330.743,33	85.051,44	-	-	-	-	-	471.714,43
São José das Palmeiras	197.332,98	500.174,82	23.969,56	-	-	-	-	-	721.477,36
São Miguel do Iguaçu	616.824,12	529.765,03	124.521,21	18.000,00	-	670,07	72,00	-	1.289.852,43
São Pedro do Iguaçu	377.983,41	327.517,09	10.999,78	-	-	-	-	-	716.500,28
São Sebastião da Amoreira	701.895,29	1.293,00	36.202,54	-	-	-	-	-	739.390,83
Sarandi	18.200,00	226.934,64	214.103,17	-	-	-	-	-	459.237,81
Sertaneja	-	10.786,94	143.979,20	-	-	-	-	-	154.766,14
Sertãoópolis	58.961,28	198.830,73	890,00	-	-	1.000,00	-	-	259.682,01
Terra Boa	1.021.363,82	22.496,40	58.231,42	2.631,00	-	-	-	-	1.104.722,64
Terra Roxa	599.969,43	401.340,30	118.514,42	-	-	-	-	-	1.119.824,15
Toledo	1.158.565,06	1.064.023,06	3.357.132,52	7.673,56	36.400,00	24.666,08	29.473,46	121,00	5.678.054,74
Tupassi	770.846,05	165.177,96	117.710,65	-	-	-	-	-	1.053.734,66
Ubiratã	379.319,74	129.745,21	191.109,07	1.090,00	-	-	-	-	701.264,02
Uraí	-	9.800,00	167.645,28	-	-	-	-	-	177.445,28
Vera Cruz do Oeste	834.417,96	102.462,14	259.549,38	-	-	-	-	-	1.196.429,48
TOTAL RP 6	45.711.458,59	27.832.809,26	18.891.430,76	623.742,88	3.875.060,81	304.828,76	189.872,41	798,35	97.516.949,91
TOTAL RP 6 (%)	46,88	28,54	19,37	0,64	3,97	0,31	0,19	0,00	100,00
<b>REGIÃO DO PROJETO 7</b>									
Ampère	426.036,19	363.523,54	268.977,39	2.500,00	1.550,00	-	-	-	1.062.587,12
Barracão	894.727,79	258.703,09	183.056,86	19.750,00	-	1.504,51	-	-	1.357.742,25
Bela Vista da Caroba	238.137,54	134.537,51	62.723,18	-	-	-	-	-	435.398,23
Boa Esperança do Iguaçu	292.886,26	46.713,98	7.941,95	-	-	-	-	-	347.542,19
Boa Vista da Aparecida	580.584,55	407.508,14	165.784,16	-	-	-	-	-	1.153.876,85
Bom Jesus do Sul	306.419,92	17.805,80	128.401,68	2.500,00	-	-	-	-	455.127,40
Bom Sucesso do Sul	197.475,66	95.886,89	81.978,31	3.750,00	-	-	-	-	379.090,86
Capanema	350.620,55	236.136,37	244.093,88	-	-	-	-	-	830.850,80
Capitão Leônidas Marques	525.893,82	475.903,80	241.309,67	-	-	1.321,80	978,00	-	1.245.407,09
Céu Azul	375.278,67	229.533,54	123.927,55	-	-	-	-	-	728.739,76
Chopinzinho	764.338,67	793.697,48	1.227.411,95	16.125,00	-	747,08	-	-	2.802.320,18
Coronel Vivida	627.378,20	496.148,01	469.608,39	10.350,00	-	1.280,00	251,10	-	1.605.015,70
Cruzeiro do Iguaçu	70.642,75	101.229,32	122.790,13	-	-	-	-	-	294.662,20
Diamante do Oeste	313.077,83	165.336,08	60.760,77	-	-	-	-	-	539.174,68
Dois Vizinhos	1.005.447,81	364.087,56	423.387,79	7.500,00	-	-	378,00	-	1.800.801,16
Eneas Marques	159.901,10	100.986,39	230.817,34	2.000,00	-	-	-	-	493.704,83
Entre Rios do Oeste	71.915,86	12.459,26	359.447,63	3.750,00	-	-	-	-	447.572,75
Flor da Serra do Sul	200.052,39	345.716,77	112.057,85	-	-	-	-	-	657.827,01
Francisco Beltrão	1.838.446,73	470.784,43	618.075,88	26.980,26	2.050,00	41.678,14	29.155,93	-	3.027.171,37
Itapejara do Oeste	395.235,46	134.905,66	223.326,68	-	-	-	-	-	753.467,80
Manfrinópolis	195.680,94	82.094,92	23.140,00	-	-	-	-	-	300.915,86
Marechal Cândido Rondon	876.921,72	431.848,74	1.181.872,15	-	112.794,00	3.923,33	466,00	-	2.607.825,94
Mariópolis	231.938,82	102.319,91	394.599,00	-	-	-	-	-	728.857,73
Marmeleiro	218.749,53	362.155,88	430.737,60	1.750,00	-	-	-	-	1.013.393,01
Matelândia	541.046,25	28.383,13	203.482,20	-	-	1.225,00	126,00	-	774.262,58
Medianeira	393.664,50	321.306,93	170.756,71	30.000,00	-	2.553,99	1.221,99	-	919.504,12
Mercedes	-	7.931,30	175.521,17	-	-	-	-	-	183.452,47
Missal	350.636,94	103.029,82	664.181,55	-	-	-	-	-	1.117.848,31
Nova Esperança do Sudoeste	122.714,42	82.669,37	2.587,27	1.750,00	-	-	-	-	209.721,06

TABELA A.4.3 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DO VALOR TOTAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES E SUBCOMPONENTES, POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO PROJETO

continua

REGIÕES DO PROJETO E MUNICÍPIOS	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACIT. EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GEREN- CIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSO- RAMENTO DO PROJETO	TOTAL
Nova Prata do Iguaçu	624.213,81	923.899,48	537.490,79	2.500,00	-	-	-	-	2.088.104,08
Nova Santa Rosa	138.101,84	159.635,39	244.799,63	-	-	-	-	-	542.536,86
Pato Bragado	20.628,26	18.797,20	276.963,14	7.500,00	-	-	-	-	323.888,60
Pato Branco	780.796,78	760.404,01	640.161,40	88.226,52	103.300,00	23.677,79	14.310,76	-	2.410.877,26
Pérola do Oeste	275.651,82	359.050,15	136.647,82	-	-	-	-	-	771.349,79
Pinhal de São Bento	216.258,41	44.306,20	5.308,33	2.500,00	-	-	-	-	268.372,94
Planalto	488.775,82	659.020,25	255.320,10	3.750,00	-	2.850,00	-	-	1.409.716,17
Pranchita	410.282,25	170.544,07	11.915,11	17.500,00	-	-	-	-	610.241,43
Quatro Pontes	21.507,35	293.483,67	172.846,17	-	-	-	-	-	487.837,19
Ramilândia	111.232,29	405.980,87	14.693,17	-	-	-	-	-	531.906,33
Realeza	307.986,25	91.718,60	194.998,48	3.750,00	5.300,00	-	258,00	-	604.011,33
Renasçenca	172.377,33	191.796,85	9.720,25	-	-	-	-	-	373.894,43
Salgado Filho	455.991,51	63.202,18	149.497,07	-	-	-	-	-	668.690,76
Salto do Lontra	700.047,52	87.251,83	145.129,28	2.000,00	-	1.240,00	138,00	-	935.806,63
Santa Helena	491.622,14	57.579,47	58.051,97	-	-	1.390,60	90,00	-	608.734,18
Santa Izabel do Oeste	449.279,80	419.238,74	68.530,76	-	-	-	-	-	937.049,30
Santo Antonio do Sudoeste	214.889,70	165.135,12	133.933,25	-	-	2.304,00	-	-	516.262,07
São João	736.717,08	157.056,20	614.612,51	-	-	-	-	-	1.508.385,79
São Jorge do Oeste	824.909,34	72.122,75	47.486,05	-	-	-	294,00	-	944.812,14
Saudade do Iguaçu	474.379,39	127.855,54	27.342,24	3.750,00	-	-	-	-	633.327,17
Serranópolis do Iguaçu	263.119,95	150.587,40	35.941,00	-	-	-	-	-	449.648,35
Sulina	491.214,12	92.827,75	19.807,07	-	-	-	-	-	603.848,94
Três Barras do Paraná	556.014,21	343.106,36	324.839,94	-	-	-	-	-	1.223.960,51
Verê	569.046,62	114.958,36	110.749,90	3.750,00	-	-	-	-	798.504,88
Vitorino	412.086,38	182.363,99	23.226,79	-	-	-	-	-	617.677,16
TOTAL RP 7	22.772.980,84	12.885.266,05	12.862.768,91	263.931,78	224.994,00	85.696,24	47.667,78	-	49.143.305,60
TOTAL RP 7 (%)	46,34	26,22	26,17	0,54	0,46	0,17	0,10	-	100,00
<b>REGIÃO DO PROJETO 8</b>									
Alto Paraíso	747.426,18	5.652,83	10.055,07	-	-	-	-	-	763.134,08
Alto Paraná	840.664,52	8.388,34	163.637,65	-	-	-	-	-	1.012.690,51
Alto Piquiri	1.405.947,37	3.068.575,91	56.425,05	500,00	-	-	-	-	4.531.448,33
Altônia	529.159,89	293.864,48	177.340,04	500,00	-	-	-	-	1.000.864,41
Amaporã	466.111,38	110.457,40	11.341,75	-	-	-	-	-	587.910,53
Araruna	699.179,54	28.585,79	112.484,44	900,00	-	-	-	-	841.149,77
Atalaia	701.068,52	535.222,53	263.182,90	-	-	-	-	-	1.499.473,95
Brasilândia do Sul	177.448,70	7.672.572,13	35.218,13	-	-	-	-	-	7.885.238,96
Cafezal do Sul	234.727,93	65.313,77	20.725,78	-	-	-	-	-	320.767,48
Cianorte	659.449,99	171.244,25	191.643,99	2.640,00	5.500,00	878,00	1.890,00	-	1.033.246,23
Cidade Gaúcha	1.576.812,64	54.666,04	21.720,74	-	-	-	360,00	-	1.653.559,42
Colorado	581.378,04	124.522,20	372.292,39	-	-	4.547,00	-	-	1.082.739,63
Cruzeiro do Oeste	503.091,62	6.139.626,60	51.070,51	500,00	-	-	1.440,00	-	6.695.728,73
Cruzeiro do Sul	546.340,73	40.885,90	59.865,98	-	-	-	-	-	647.092,61
Diamante do Norte	625.618,17	171.714,21	378.678,74	-	-	-	-	-	1.176.011,12
Douradina	496.194,48	149.318,55	80.334,93	-	-	-	-	-	725.847,96
Doutor Camargo	520.389,46	267.332,28	70.957,49	-	-	-	-	-	858.679,23
Esperança Nova	424.878,02	23.634,53	48.640,30	-	-	-	-	-	497.152,85
Florida	520.851,14	9.865,09	96.030,18	-	-	-	-	-	626.746,41
Francisco Alves	370.446,90	437.456,65	44.717,41	-	-	-	-	-	852.620,96
Guairaca	248.215,57	87.584,41	6.343,82	-	-	-	-	-	342.143,80
Guaporema	402.257,53	125.913,62	2.608,09	-	-	-	-	-	530.779,24
Icaraíma	651.795,28	8.617.349,66	26.266,31	-	-	4.816,49	522,00	-	9.300.749,74
Inaja	560.461,42	50.909,35	3.168,00	-	-	-	-	-	614.538,77
Indianópolis	34.007,44	62.779,13	70.492,01	500,00	-	-	-	-	167.778,58
Iporã	1.494.025,50	618.099,68	194.251,40	580,00	-	-	-	-	2.306.956,58
Itaguaí	107.878,04	150.421,74	92.129,18	-	-	-	-	-	350.428,96
Itauna do Sul	537.393,05	83.483,84	49.067,14	-	-	-	-	-	669.944,03
Ivaté	1.246.083,47	5.878.726,06	123.462,89	500,00	-	-	-	-	7.248.772,42
Japurá	187.240,35	31.224,80	23.631,05	500,00	-	-	-	-	242.596,20
Jardim Olinda	150,00	145.250,96	6.063,97	-	-	-	-	-	151.464,93
Loanda	542.062,76	191.044,73	22.943,03	-	-	14.312,00	2.003,10	-	772.365,62
Lobato	700,00	52.204,22	73.445,50	-	-	-	-	-	126.349,72
Lupionópolis	721.760,98	41.428,01	13.365,00	-	-	-	-	-	776.553,99
Maria Helena	422.925,25	7.866.953,54	40.956,84	280,00	-	1.101,25	-	-	8.332.216,88

TABELA A.4.3 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DO VALOR TOTAL DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO COMPONENTES E SUBCOMPONENTES, POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO PROJETO  
conclusão

REGIÕES DO PROJETO E MUNICÍPIOS	COMBATE À POBREZA	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE I	MAN. CONS. REC. NATURAIS - FASE II	CAPACIT. EXECUTORES E BENEFICIÁRIOS	PESQUISA ESTUDOS E AVALIAÇÕES	SISTEMA DE INFORMAÇÕES - DERAL	GEREN- CIAMENTO DO PROJETO - UGP	ASSESSO- RAMENTO DO PROJETO	TOTAL
Marilena	274.801,97	315.119,17	26.271,03	-	-	-	-	-	616.192,17
Mariluz	137.438,63	125.422,53	76.899,76	-	-	-	-	-	339.760,92
Mirador	150,00	43.370,16	17.554,53	-	-	-	-	-	61.074,69
Moreira Sales	564.401,73	161.629,00	36.147,03	6.280,00	1.900,00	-	-	-	770.357,76
Munhoz de Melo	387.001,95	80.084,03	55.646,02	-	-	-	-	-	522.732,00
Nossa Senhora das Graças	743.463,48	37.566,10	30.737,58	-	-	-	-	-	811.767,16
Nova Aliança do Ivaí	226.258,06	1.819,00	6.083,35	-	-	-	-	-	234.160,41
Nova Esperança	1.425.456,14	5.339,45	329.831,45	-	-	-	-	-	1.760.627,04
Nova Londrina	655.725,91	71.126,77	76.156,64	-	-	-	216,00	-	803.225,32
Nova Olimpia	383.460,09	104.686,77	67.018,36	-	-	-	-	-	555.165,22
Paraíso do Norte	1.113.679,16	182.505,61	214.538,65	-	-	-	-	-	1.510.723,42
Paranacity	906.412,40	38.894,24	95.706,40	12.500,00	-	-	324,00	-	1.053.837,04
Paranapoema	150,00	17.126,23	3.921,66	-	-	-	-	-	21.197,89
Paranavai	3.816.784,01	627.848,50	448.142,24	145.280,39	59.160,00	44.575,79	15.933,04	-	5.157.723,97
Perobal	347.429,86	251.927,50	35.769,64	-	-	-	-	-	635.127,00
Pérola	415.934,28	28.451,97	379.910,89	500,00	-	921,60	216,00	-	825.934,74
Planaltina do Paraná	271.043,41	47.583,39	66.246,01	-	-	-	-	-	384.872,81
Porto Rico	279.157,70	8.105,49	4.229,22	-	-	-	-	-	291.492,41
Presidente Castelo Branco	874.216,08	15.167,69	20.351,12	-	-	-	-	-	909.734,89
Querência do Norte	508.755,70	218.060,64	203.400,65	-	-	-	-	-	930.216,99
Rondon	441.464,71	82.988,00	106.077,58	500,00	-	-	780,00	-	631.810,29
Santa Cruz do Monte Castelo	370.288,57	156.429,96	40.155,60	-	-	2.000,00	684,00	-	569.558,13
Santa Fe	703.223,62	146.308,53	106.992,03	-	-	-	-	-	956.524,18
Santa Inês	76.240,00	140.472,85	407.004,71	-	-	-	-	-	623.717,56
Santa Isabel do Ivaí	504.229,22	79.305,21	76.646,00	-	400,00	-	216,00	-	660.796,43
Santa Mônica	557.272,71	25.899,03	25.265,47	-	-	-	-	-	608.437,21
Santo Antonio do Caiuá	351.477,45	6.362,25	18.558,18	-	-	-	-	-	376.397,88
Santo Inácio	368.560,96	141.692,14	33.779,16	-	-	-	-	-	544.032,26
São Carlos do Ivaí	543.857,41	113.672,55	10.328,47	-	-	-	-	-	667.858,43
São Joao do Caiuá	356.781,50	14.237,21	100.539,80	-	-	3.000,00	684,00	-	475.242,51
São Jorge do Patrocinio	719.274,85	56.746,76	47.539,37	-	-	-	-	-	823.560,98
São Manoel do Paraná	319.876,99	37.031,84	18.937,67	-	-	-	-	-	375.846,50
São Pedro do Paraná	150,00	153.201,39	12.023,02	-	-	-	-	-	165.374,41
São Tome	14.490,97	1.500,00	115.823,77	-	-	-	-	-	131.814,74
Tamboara	150,00	79.764,15	21.385,35	-	-	-	-	-	101.299,50
Tapejara	326.028,69	149.933,90	36.099,38	470,00	-	-	-	-	512.531,97
Tapira	713.416,04	52.679,10	61.890,90	800,00	-	-	-	-	828.786,04
Terra Rica	967.801,42	530.383,77	183.292,47	-	-	81,30	-	-	1.681.558,96
Tuneiras do Oeste	753.378,50	92.478,14	26.973,91	-	-	-	-	-	872.830,55
Umuarama	1.777.389,77	5.139.493,37	1.254.122,68	35.257,37	15.600,00	39.732,54	23.705,66	-	8.285.301,39
Uniflor	436.803,15	10.218,92	15.056,60	-	-	-	-	-	462.078,67
Xambrê	874.489,65	17.718,10	66.667,36	500,00	-	-	-	-	959.375,11
TOTAL RP 8	44.292.508,60	52.992.624,64	7.994.279,41	209.487,76	82.560,00	115.965,97	48.973,80	-	105.736.400,18
TOTAL RP 8 (%)	41,89	50,12	7,56	0,20	0,08	0,11	0,05	-	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro - 1.32.2

TABELA A.4.4 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO VALOR ACUMULADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, MUNICÍPIO COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, E PERCENTUAL DE MUNICÍPIO, POR REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES	MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00	% MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00 NA RP
<b>REGIÃO DO PROJETO 1</b>					
<b>Região Metropolitana de Curitiba</b>					
Campina Grande Sul	111.860,72	766	146,03		
Rio Branco do Sul	469.159,26	1.249	375,58		
Guaraqueçaba	347.974,06	863	403,25		
Doutor Ulysses	455.519,26	876	519,82		
Bocaiúva do Sul	325.859,85	527	618,34		
Cerro Azul	1.170.491,07	1.853	631,57		
Adrianópolis	584.570,92	755	773,97		
Tunas do Paraná	195.965,09	234	837,80		
Antonina	448.699,91	456	983,35		
Morretes	838.475,04	723	1.160,34		
Paranaguá	648.542,26	463	1.402,01		
Guaratuba	581.004,79	353	1.645,86		
Matinhos	223.939,71	10	22.644,00	1	
Pontal do Paraná	548.617,54	9	58.347,10	1	
Total município, acima 3.000,00				2	14,29
<b>REGIÃO DO PROJETO 2</b>					
Arapoti	6.890.926,54	719	9.578,39		
<b>Centro-Oriental</b>					
Telêmaco Borba	738.328,42	161	4.585,71		
<b>Centro Oriental Paranaense</b>					
Ponta Grossa	3.003.440,15	714	4.207,57		
<b>Centro Oriental</b>					
Pirai do Sul	3.110.447,34	822	3.781,92		
Ventania	827.420,28	271	3.055,05	5	50,00
Carambeí	717.756,79	264	2.716,34		
Tibagi	1.648.149,24	1.039	1.586,12		
Castro	3.610.968,04	2.476	1.458,66		
Sengés	413.244,96	548	754,71		
Jaguariaíva	446.943,15	596	750,36		
Palmeira	929.648,30	1.366	680,56		
<b>Centro-Sul Paranaense</b>					
Clevelândia	1.339.827,85	400	3.346,46	1	10,00
Mangueirinha	2.893.189,59	1.541	1.877,17		
Guarapuava	2.987.652,19	1.632	1.831,22		
Palmas	996.105,97	557	1.788,49		
Reserva do Iguaçu	632.571,63	433	1.461,10		
Foz do Jordão	332.234,83	269	1.235,01		
Inácio Martins	932.100,35	996	935,98		
Honório Serpa	619.681,78	722	857,97		
Coronel Domingos Soares	760.380,17	919	827,56		
Campina do Simão	355.490,02	436	815,00		
Candói	587.512,64	1.045	562,47		
Pinhão	839.618,73	2.044	410,68		
<b>Região Metropolitana de Curitiba</b>					
Curitiba	48.072.333,60	-			
Almirante Tamandaré	1.556.375,76	301	5.173,68		
Rio Negro	1.874.834,16	474	3.952,50	2	20,00
Campo do Tenente	719.273,00	299	2.405,87		
Pinhais	163.463,73	73	2.253,13		
Campo Largo	1.590.915,00	1.278	1.244,80		
Piên	714.903,52	645	1.108,96		
Quatro Barras	138.796,12	148	936,32		
Colombo	437.497,13	484	904,38		
Itaperuçu	404.474,62	463	873,37		
Araucária	640.601,61	783	818,45		
Agudos do Sul	503.368,55	673	747,57		
Balsa Nova	311.784,18	453	688,40		
Quitandinha	1.048.482,87	1.546	678,01		
Tijucas do Sul	609.954,29	1.024	595,49		

TABELA A.4.4 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO VALOR ACUMULADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, MUNICÍPIO COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, E PERCENTUAL DE MUNICÍPIO, POR REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES	MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00	% MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00 NA RP
Contenda	399.121,04	694	575,47		
Mandirituba	483.794,50	934	518,05		
Fazenda Rio Grande	151.240,25	296	510,97		
Lapa	809.472,23	2.076	389,92		
Campo Magro	410.820,76	1.059	387,95		
São José dos Pinhais	387.700,73	1.074	360,90		
Piraquara	112.202,42	2.581	43,47		
Porto Amazonas	3.971,85	123	32,19		
<b>Sudeste Paranaense</b>					
União da Vitória	1.631.449,32	311	5.239,24		
Paula Freitas	992.767,62	298	3.327,62	2	20,00
Porto Vitória	403.042,91	177	2.282,15		
Teixeira Soares	1.061.409,43	515	2.060,67		
Antônio Olinto	1.555.431,62	979	1.589,21		
Paulo Frontin	640.997,83	405	1.584,52		
Bituruna	1.433.851,31	967	1.482,73		
Irati	2.295.386,30	1.560	1.471,14		
Ipiranga	1.385.913,38	949	1.460,31		
Mallet	778.649,42	580	1.342,49		
Imbituva	1.464.412,29	1.192	1.228,10		
Rio Azul	1.013.902,33	836	1.212,56		
São Mateus do Sul	1.973.729,58	1.695	1.164,44		
General Carneiro	547.524,21	483	1.133,01		
Ivaí	856.459,49	822	1.041,82		
Fernandes Pinheiro	610.716,40	603	1.012,88		
Guamiranga	670.036,22	742	902,83		
Cruz Machado	1.452.933,67	1.671	869,62		
Rebouças	785.479,82	1.033	760,11		
São João do Triunfo	447.676,38	1.170	382,48		
Prudentópolis	1.309.267,51	3.754	348,76		
Total município, acima 3.000,00				10	100,00
<b>REGIÃO DO PROJETO 3</b>					
<b>Oeste Paranaense</b>					
Campo Bonito	717.151,96	322	2.228,01		
Ibema	300.578,88	174	1.728,59		
Diamante do Sul	499.189,08	333	1.498,86		
Catanduvas	903.411,67	659	1.371,14		
Guaraniaçu	1.313.397,95	1.106	1.187,31		
<b>Norte Pioneiro</b>					
Sapopema	902.296,65	495	1.822,12		
São Jerônimo da Serra	1.578.142,21	930	1.696,74		
Curiúva	1.102.207,66	875	1.259,49		
<b>Norte Central</b>					
Mauá da Serra	2.381.409,47	122	19.495,32		
Cândido de Abreu	32.072.321,74	2.125	15.094,45		
Nova Tebas	8.800.234,04	883	9.970,09		
Manoel Ribas	3.613.337,20	857	4.216,33		
Faxinal	1.254.245,23	354	3.543,12	5	83,33
Marilândia do Sul	851.572,85	349	2.442,34		
Rio Branco do Ivaí	894.569,94	383	2.335,81		
Tamarana	1.187.494,16	693	1.713,54		
Cruzmaltina	526.108,20	328	1.605,88		
Rosário do Ivaí	973.149,16	606	1.605,81		
Grandes Rios	696.870,42	471	1.478,46		
<b>Centro-Sul Paranaense</b>					
Pitanga	10.016.762,70	2.230	4.491,90	1	16,67
Laranjeiras do Sul	1.854.009,19	907	2.045,10		
Quedas do Iguaçu	1.951.616,92	1.074	1.817,27		
Virmond	349.078,18	199	1.752,19		
Cantagalo	1.311.295,93	751	1.747,20		
Boa Ventura de São Roque	994.439,71	709	1.403,29		

TABELA A.4.4 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO VALOR ACUMULADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, MUNICÍPIO COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, E PERCENTUAL DE MUNICÍPIO, POR REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES	MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00	% MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00 NA RP
Gloxim	1.197.855,71	979	1.223,44		
Porto Barreiro	448.300,86	454	986,88		
Espigão Alto do Iguaçu	451.824,28	510	885,64		
Nova Laranjeiras	1.052.520,12	1.348	780,95		
Laranjal	525.230,60	812	646,74		
Marquinho	417.086,24	667	625,04		
Turvo	776.632,84	1.425	545,07		
Palmital	718.398,08	1.333	539,07		
Santa Maria do Oeste	817.038,12	1.517	538,63		
Rio Bonito do Iguaçu	946.947,93	1.790	529,15		
Mato Rico	187.915,49	612	306,94		
<b>Centro-Ocidental</b>					
Iretama	2.121.471,67	716	2.960,95		
Campina da Lagoa	1.017.773,57	617	1.649,41		
Imbaú	775.120,84	594	1.304,80		
Reserva	2.236.767,98	2.194	1.019,28		
Roncador	980.595,60	1.017	963,95		
Ortigueira	1.987.905,96	2.685	740,41		
Altamira do Paraná	385.235,21	756	509,81		
Total município, acima 3.000,00				6	100,00
<b>REGIÃO DO PROJETO 4</b>					
<b>Norte Pioneiro</b>					
Quatiguá	11.594.563,79	87	132.614,81		
Siqueira Campos	14.557.836,52	428	33.990,38		
Wenceslau Braz	9.555.679,16	580	16.483,28		
Guapirama	759.502,13	101	7.508,68		
ConselheiroMairinck	723.469,57	108	6.718,60		
Abatiá	1.773.691,69	278	6.370,70		
Jaboti	1.025.839,11	219	4.684,12		
Jundiá do Sul	647.737,31	183	3.539,76		
Ribeirão do Pinhal	1.374.646,55	407	3.380,55		
Carlópolis	1.463.986,78	483	3.031,12	10	
Japira	844.368,12	341	2.478,00		
Santo Antônio da Platina	1.773.912,10	732	2.424,07		
Joaquim Távora	614.058,45	272	2.258,50		
Figueira	295.132,84	136	2.167,32		
Salto do Itararé	714.278,59	354	2.018,92		
Santana do Itararé	521.934,97	264	1.977,79		
Ibaiti	1.801.164,82	919	1.959,89		
Tomazina	819.795,96	670	1.223,15		
Pinhalão	300.584,78	282	1.064,10		
São José da Boa Vista	509.641,96	503	1.013,25		
Total município, acima 3.000,00				10	
<b>REGIÃO DO PROJETO 5</b>					
<b>Centro Ocidental</b>					
Barbosa Ferraz	1.162.785,12	636	1.829,15		
Corumbataí do Sul	713.213,38	484	1.474,96		
<b>Norte Central</b>					
Marumbi	1.657.277,60	152	10.924,20		
São João do Ivaí	6.002.666,72	550	10.919,70		
São Pedro do Ivaí	1.479.013,07	159	9.275,21		
Bom Sucesso	770.107,63	149	5.182,40		
Jardim Alegre	5.329.788,71	1.042	5.113,36		
Lidianópolis	1.426.099,56	376	3.788,64		
Lunardelli	1.278.382,93	341	3.748,83		
Ivaiporã	2.572.531,27	746	3.446,24		
Arapuã	1.197.018,77	362	3.303,73		
Califórnia	780.366,36	238	3.282,39	10	
Jandaia do Sul	1.169.447,73	434	2.693,50		
Apucarana	2.122.331,74	800	2.653,15		
Novo Itacolomi	394.817,79	207	1.909,87		

TABELA A.4.4 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO VALOR ACUMULADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, MUNICÍPIO COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, E PERCENTUAL DE MUNICÍPIO, POR REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES	MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00	% MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00 NA RP
Kaloré	385.905,62	214	1.806,96		
Ariranha do Ivaí	545.573,57	319	1.708,77		
Cambira	481.443,27	311	1.545,89		
Borrazópolis	522.551,52	386	1.352,95		
Rio Bom	244.932,64	190	1.289,45		
Godoy Moreira	494.106,87	422	1.171,21		
Mandaguari	477.323,16	408	1.168,64		
Total município, acima 3.000,00				10	
Total municípios da RP 1					
<b>REGIÃO DO PROJETO 6</b>					
<b>Centro-Occidental</b>					
Goioeré	3.618.942,09	645	5.613,91		
Terra Boa	1.104.722,64	248	4.451,63		
Fênix	511.888,84	133	3.835,21		
Rancho Alegre D'Oeste	425.941,42	125	3.417,88	4	8,51
Campo Mourão	1.509.921,13	549	2.748,34		
Luiziana	853.225,39	347	2.460,45		
Juranda	585.891,96	246	2.382,34		
Quarto Centenário	708.548,79	325	2.180,23		
Farol	453.910,81	236	1.923,02		
Boa Esperança	611.051,57	359	1.700,64		
Janiópolis	864.993,39	520	1.661,92		
Nova Cantu	1.251.273,46	803	1.557,81		
Engenheiro Beltrão	529.582,51	340	1.556,99		
Peabiru	424.695,80	299	1.419,38		
Quinta do Sol	440.475,41	326	1.350,52		
Ubiratã	701.264,02	590	1.187,71		
Mamboré	272.040,59	757	359,44		
<b>Noroeste</b>					
Jussara	615.685,55	83	7.412,78	1	2,13
<b>Norte Central</b>					
Pitangueiras	941.417,08	47	19.925,34		
Paiçandu	1.451.879,77	85	17.097,09		
Maringá	5.327.998,44	322	16.566,24		
Ourizona	954.108,25	63	15.245,02		
Ivatuba	423.549,49	28	15.004,10		
Itambé	745.806,19	67	11.098,13		
Ibiporã	1.832.043,34	168	10.872,99		
Ângulo	565.871,49	54	10.514,80		
Prado Ferreira	363.247,45	35	10.367,27		
Miraselva	398.689,09	40	10.079,43		
Floresta	505.117,30	53	9.470,59		
Londrina	10.238.076,52	1.251	8.180,71		
Iguaraçu	509.820,83	68	7.489,77		
Bela Vista do Paraíso	614.355,63	89	6.911,04		
São Jorge do Ivaí	471.714,43	85	5.565,25		
Cafeara	353.333,59	68	5.212,78		
Guaraci	556.612,26	117	4.756,16		
Floraí	267.081,18	67	3.987,36		
Astorga	1.133.697,15	289	3.921,47		
Jaguapitã	856.664,12	220	3.897,84		
Sabáudia	348.483,39	96	3.638,61		
Marialva	1.244.097,27	405	3.074,20	22	46,81
Mandaguaçu	707.935,67	262	2.704,93		
Rolândia	1.083.457,13	402	2.694,85		
Sarandi	459.237,81	178	2.575,82		
Porecatu	546.679,12	221	2.476,02		
Alvorada do Sul	611.925,73	255	2.397,34		
Arapongas	691.720,71	318	2.171,86		
Centenário do Sul	460.262,59	265	1.739,25		
Primeiro de Maio	173.050,50	118	1.460,99		

TABELA A.4.4 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO VALOR ACUMULADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, MUNICÍPIO COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, E PERCENTUAL DE MUNICÍPIO, POR REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES	MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00	% MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00 NA RP
Sertanópolis	259.682,01	186	1.399,54		
Florestópolis	149.091,16	181	823,57		
Cambé	493.441,15	646	764,39		
<b>Norte Pioneiro</b>					
Assai	5.290.482,49	546	9.694,95		
Nova Fátima	1.051.760,95	127	8.277,61		
Barra do Jacaré	619.529,39	96	6.477,00		
Nova Santa Bárbara	660.707,65	106	6.224,30		
Santa Amélia	718.601,89	150	4.776,76		
Nova América da Colina	527.146,80	114	4.619,84		
São Sebastião da Amoreira	739.390,83	194	3.808,46		
Cornélio Procopio	1.555.806,25	431	3.605,66		
Andirá	535.836,13	166	3.231,34		
Cambará	678.442,41	211	3.218,28		
Santo Antônio do Paraíso	512.578,38	170	3.015,66	11	23,40
Jacarezinho	1.222.969,43	440	2.778,15		
Rancho Alegre	144.554,22	57	2.536,46		
Congonhinhas	882.952,83	388	2.272,73		
Leópolis	455.798,98	202	2.256,45		
Ribeirão Claro	863.350,86	430	2.008,43		
Sertaneja	154.766,14	98	1.585,39		
Bandeirantes	954.446,50	684	1.394,94		
Itambaracá	250.013,60	220	1.135,32		
Santa Mariana	598.147,63	532	1.124,90		
Santa Cecília do Pavão	194.539,18	178	1.094,93		
Jataizinho	117.572,60	108	1.088,50		
Uraí	177.445,28	300	592,34		
<b>Oeste Paranaense</b>					
Toledo	5.678.054,74	590	9.616,42		
Foz do Iguaçu	1.048.987,44	127	8.242,50		
Palotina	1.899.674,83	310	6.131,49		
Santa Terezinha de Itaipu	579.382,63	134	4.310,12		
Tupãssi	1.053.734,66	247	4.272,70		
São José das Palmeiras	721.477,36	188	3.830,10		
Vera Cruz do Oeste	1.196.429,48	316	3.787,54		
Iguatu	388.642,24	127	3.063,35		
Santa Tereza do Oeste	802.950,86	268	3.001,61	9	19,15
Santa Lúcia	644.944,60	237	2.716,43		
Corbélia	807.091,71	312	2.583,30		
Guaíra	845.761,80	336	2.517,13		
Maripá	322.163,93	130	2.484,63		
Terra Roxa	1.119.824,15	457	2.451,51		
Cascavel	3.417.256,30	1.425	2.398,48		
São Pedro do Iguaçu	716.500,28	320	2.241,37		
Ouro Verde do Oeste	443.035,51	204	2.175,07		
Itaipulândia	421.561,97	214	1.969,88		
Anahy	326.582,81	174	1.877,15		
Iracema do Oeste	174.396,22	93	1.867,35		
Cafelândia	400.823,85	220	1.821,36		
São Miguelguaçu	1.289.852,43	955	1.350,48		
AssisChateaubriand	609.802,77	490	1.244,37		
Jesuítas	769.547,09	630	1.221,43		
Nova Aurora	397.523,22	358	1.110,71		
Braganey	529.615,22	528	1.003,03		
Lindoeste	395.085,46	408	969,44		
Formosa do Oeste	385.202,72	514	748,97		
Total município, acima 3.000,00				47	100,00

TABELA A.4.4 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO VALOR ACUMULADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, MUNICÍPIO COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, E PERCENTUAL DE MUNICÍPIO, POR REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES	MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00	% MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00 NA RP
<b>REGIÃO DO PROJETO 7</b>					
<b>Oeste Paranaense</b>					
Entre Rios do Oeste	447.572,75	39	11.363,28		
Quatro Pontes	487.837,19	63	7.705,10		
Marechal Cândido Rondon	2.607.825,94	477	5.466,33		
Nova Santa Rosa	542.536,86	135	4.021,35		
Medianeira	919.504,12	278	3.309,94	5	55,56
Pato Bragado	323.888,60	119	2.731,76		
Céu Azul	728.739,76	286	2.546,40		
Boa Vista da Aparecida	1.153.876,85	478	2.415,83		
Mateiândia	774.262,58	325	2.382,18		
Capitão Leônidas Marques	1.245.407,09	540	2.307,71		
Missal	1.117.848,31	524	2.134,69		
Ramilândia	531.906,33	303	1.757,89		
Serranópolis do Iguaçu	449.648,35	264	1.701,95		
Diamante D'Oeste	539.174,68	337	1.600,93		
Três Barras do Paraná	1.223.960,51	844	1.450,37		
Mercedes	183.452,47	133	1.379,91		
Santa Helena	608.734,18	1.028	592,39		
<b>Sudoeste Paranaense</b>					
Pato Branco	2.410.877,26	445	5.418,08		
Nova Prata do Iguaçu	2.088.104,08	496	4.214,00		
Mariópolis	728.857,73	180	4.051,66		
Barracão	1.357.742,25	380	3.568,73	4	44,44
Francisco Beltrão	3.027.171,37	1.046	2.895,43		
São João	1.508.385,79	525	2.872,17		
Chopininho	2.802.320,18	1.021	2.743,75		
Itapejara d'Oeste	753.467,80	310	2.432,45		
Dois Vizinhos	1.800.801,16	741	2.430,58		
São Jorge d'Oeste	944.812,14	390	2.420,50		
Vitorino	617.677,16	259	2.387,83		
Saudade do Iguaçu	633.327,17	273	2.322,25		
Pranchita	610.241,43	304	2.004,97		
Sulina	603.848,94	322	1.877,83		
Coronel Vivida	1.605.015,70	870	1.844,28		
Ampére	1.062.587,12	591	1.797,72		
Santa Izabel do Oeste	937.049,30	525	1.783,66		
Bom Sucesso do Sul	379.090,86	218	1.734,97		
Marmeleiro	1.013.393,01	635	1.596,51		
Verê	798.504,88	519	1.538,49		
Flor da Serra do Sul	657.827,01	472	1.393,89		
Boa Esperança do Iguaçu	347.542,19	251	1.382,45		
Capanema	830.850,80	603	1.377,64		
Pérola d'Oeste	771.349,79	561	1.374,70		
Salgado Filho	668.690,76	501	1.333,76		
Planalto	1.409.716,17	1.063	1.326,54		
Enéas Marques	493.704,83	422	1.169,37		
Cruzeiro do Iguaçu	294.662,20	260	1.135,23		
Salto do Lontra	935.806,63	848	1.103,31		
Realeza	604.011,33	600	1.006,71		
Bela Vista da Caroba	435.398,23	451	964,70		
Bom Jesus do Sul	455.127,40	542	840,41		
Pinhal de São Bento	268.372,94	330	813,53		
Manfrinópolis	300.915,86	424	710,37		
Renascença	373.894,43	544	687,32		
Nova Esperança do Sudoeste	209.721,06	353	594,89		
Santo Antônio do Sudoeste	516.262,07	886	583,00		
Total município, acima 3.000,00				9	100,00

TABELA A.4.4 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO VALOR ACUMULADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, MUNICÍPIO COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, E PERCENTUAL DE MUNICÍPIO, POR REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

continua

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES	MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00	% MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00 NA RP
<b>REGIÃO DO PROJETO 8</b>					
<b>Centro-Ocidental</b>					
Araruna	841.149,77	456	1.844,02		
Moreira Sales	770.357,76	437	1.761,26		
<b>Noroeste</b>					
Brasiândia do Sul	7.885.238,96	195	40.413,57		
Icaraíma	9.300.749,74	352	26.442,88		
Ivaté	7.248.772,42	309	23.446,24		
Paraíso do Norte	1.510.723,42	70	21.706,27		
Maria Helena	8.332.216,88	450	18.524,02		
Alto Piquiri	4.531.448,33	266	17.058,54		
São Carlos do Ivaí	667.858,43	40	16.859,29		
Cruzeiro do Oeste	6.695.728,73	417	16.056,24		
Cidade Gaúcha	1.653.559,42	133	12.446,43		
Paranavaí	5.157.723,97	457	11.283,27		
Umuarama	8.285.301,39	789	10.500,80		
Inajá	614.538,77	61	10.133,96		
Diamante do Norte	1.176.011,12	127	9.273,86		
Cruzeiro do Sul	647.092,61	84	7.710,59		
Nova Olímpia	555.165,22	77	7.168,73		
Santo Antônio do Caiuá	376.397,88	57	6.646,99		
Amaporá	587.910,53	91	6.430,08		
Paranacity	1.053.837,04	169	6.250,24		
Nova Londrina	803.225,32	141	5.708,53		
Nova Aliança do Ivaí	234.160,41	45	5.210,73		
Terra Rica	1.681.558,96	353	4.769,77		
Itaúna do Sul	669.944,03	148	4.513,47		
Vila Alta	763.134,08	171	4.471,50		
Iporã	2.306.956,58	566	4.072,36		
Alto Paraná	1.012.690,51	251	4.034,20		
São Manoel do Paraná	375.846,50	94	3.998,93		
Guaporema	530.779,24	136	3.906,40		
São João do Caiuá	475.242,51	124	3.836,82		
Esperança Nova	497.152,85	141	3.522,33		
Francisco Alves	852.620,96	248	3.439,77		
Loanda	772.365,62	231	3.343,41	31	68,70
Rondon	631.810,29	223	2.833,66		
Santa Isabel do Ivaí	660.796,43	244	2.707,67		
Marilena	616.192,17	233	2.643,20		
Douradina	725.847,96	279	2.600,93		
Santa Mônica	608.437,21	234	2.595,59		
Planaltina do Paraná	384.872,81	149	2.575,65		
Tapejara	512.531,97	203	2.529,15		
Tuneiras do Oeste	872.830,55	349	2.501,82		
Tapira	828.786,04	334	2.483,64		
Pérola	825.934,74	337	2.451,81		
Santa Cruz de Monte Castelo	569.558,13	234	2.432,68		
Porto Rico	291.492,41	120	2.424,86		
Perobal	635.127,00	284	2.236,39		
Tamboara	101.299,50	47	2.136,08		
São Pedro do Paraná	165.374,41	86	1.914,91		
Xambré	959.375,11	528	1.817,10		
Japurá	242.596,20	135	1.802,22		
Cianorte	1.033.246,23	575	1.797,89		
Paranapoema	21.197,89	12	1.783,35		
Cafezal do Sul	320.767,48	188	1.710,17		
São Jorge do Patrocínio	823.560,98	486	1.692,84		
Jardim Olinda	151.464,93	91	1.660,20		
Guairaçá	342.143,80	223	1.535,65		
Querência do Norte	930.216,99	711	1.308,40		
Altônia	1.000.864,41	890	1.124,74		

TABELA A.4.4 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO VALOR ACUMULADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES E VALOR MÉDIO POR FAMÍLIAS RURAIS POBRES, MUNICÍPIO COM VALOR ACIMA DE R\$ 3.000,00, E PERCENTUAL DE MUNICÍPIO, POR REGIÕES DO PROJETO E REGIÕES GEOGRÁFICAS

					conclusão
REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	VALOR ACUMULADO (R\$)	FAMÍLIAS RURAIS POBRES	VALOR/FAMÍLIAS RURAIS POBRES	MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00	% MUNICÍPIO VALOR ACIMA R\$ 3.000,00 NA RP
Indianópolis	167.778,58	175	957,47		
São Tomé	131.814,74	138	954,19		
Mariluz	339.760,92	401	847,76		
Mirador	61.074,69	88	697,68		
<b>Norte Central</b>					
Atalaia	1.499.473,95	52	28.774,02		
Flórida	626.746,41	23	26.679,07		
Lupionópolis	776.553,99	66	11.739,55		
Santa Fé	956.524,18	110	8.717,49		
Nova Esperança	1.760.627,04	225	7.808,45		
Presidente Castelo Branco	909.734,89	118	7.704,32		
Nossa Senhora das Graças	811.767,16	109	7.414,03		
Uniflor	462.078,67	67	6.883,92		
Santa Inês	623.717,56	92	6.762,11		
Doutor Camargo	858.679,23	136	6.308,21		
Munhoz de Melo	522.732,00	87	5.976,07		
Colorado	1.082.739,63	192	5.640,58		
Santo Inácio	544.032,26	122	4.464,02		
Itaguajé	350.428,96	104	3.377,87	14	31,31
Lobato	126.349,72	51	2.463,16		
Total município, acima 3.000,00	71			45	100,00

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro 1.32.2 (01 jan.1998 a 30 abr.2006) e IBGE - Censo Demográfico

**ANEXO 5 - TABELAS BÁSICAS DO ITEM 4.3**

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS														Valor Médio			
	PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário			PA/PP1		
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor		N	Valor	
<b>REGIÃO DO PROJETO 1</b>																		
<b>Região Metropolitana de Curitiba</b>																		
Adrianópolis	363	695.225,83	1.915,22															
Bocaiúva do Sul	172	299.720,16	1.742,56															
Campina Grande Sul	46	50.750,88	1.103,28															
Cerro Azul	406	698.340,55	1.720,05	2	1.333,84	666,92	3	1.430,30	476,77									
Doutor Ulysses	231	481.817,44	2.085,79															
Rio Branco do Sul	237	414.837,22	1.750,37															
Tunas do Paraná	35	60.977,16	1.742,20	2	1.584,00	792,00	6	3.552,00	592,00					14	21,43			
Subtotal	1490	2.701.669,24	1.813,20															
<b>Litoral</b>																		
Antonina	218	517.566,51	2.374,16													23	86.686,45	3.768,98
Guaraqueçaba	270	419.292,31	1.552,93													33	25.517,00	773,24
Guaratuba	231	366.947,61	1.588,52													133	203.271,83	1.528,36
Matinhos	10	21.500,00	2.150,00													107	263.343,90	2.461,16
Morretes	383	703.965,82	1.838,03															
Paranaguá	96	238.625,45	2.485,68													160	298.552,11	1.865,95
Ponta do Paraná	71	115.595,64	1.628,11													102	152.800,59	1.498,05
Subtotal	1279	2.383.493,34	1.863,56															
TOTAL DA REGIÃO	2.769	5.085.162,58	1.836,46	4	2.917,84	729,46	10	5.367,30	536,73					0,00	0,00	558	1.030.171,88	1.846,19
<b>REGIÃO DO PROJETO 2</b>																		
<b>Centro-Oriental</b>																		
Arapoti	364	505.596,12	1.389,00	31	22.929,70	739,67	11	6.879,11	625,37									
Carambéi	127	265.977,18	2.094,31	42	228.602,28	5.442,91	15	51.420,79	3.428,05									
Castro	321	869.971,03	2.710,19	162	313.450,72	1.934,88	35	41.862,42	1.196,07									
Jaquariaíva	104	209.031,95	2.009,92	5	279,84	55,97												
Palmeira	536	707.441,25	1.319,85	12	9.288,83	772,40	25	31.516,57	1.260,66									
Pirai do Sul	263	418.981,95	1.593,09	37	42.965,66	1.161,23	16	16.732,30	1.045,77									
Ponta Grossa	319	636.514,88	1.995,34	6	7.454,33	1.242,39	1	2.564,35	2.564,35									
Sengés	134	334.759,12	2.498,20	18	23.624,98	1.312,50	25	42.079,82	1.683,19									
Telêmaco Borba	113	143.711,85	1.271,79															

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																	
	PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário				PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	
Tibagi	463	506.593,07	1.094,15	15	15.735,90	1.049,06	9	7.655,08	850,56									
Ventania	215	415.947,51	1.934,64	35	38.924,12	1.112,12	13	11.565,67	889,67									
Subtotal	2.959	5.014.525,91	1.694,67	363	703.236,36	1.937,29	150,00	212.276,11	1.415,17									
<b>Centro-Sul</b>																		
Campina do Simão	305	437.361,30	1.433,97	56	50.364,89	899,37	7	6.343,26	906,18									
Candói	466	616.819,76	1.323,65															
Clevelândia	228	498.186,20	2.185,03	52	90.607,91	1.742,46	25	42.464,06	1.698,56									
Coronel Domingos Soares	168	588.057,87	3.381,30	17	59.726,76	3.513,34												
Foz do Jordão	175	434.194,73	2.481,11	1	476,00	476,00												
Guarapuava	482	711.391,09	1.475,92	105	109.059,57	1.038,66	25	22.128,41	885,14	1	232,00	232,00						
Honório Serpa	183	547.211,49	2.990,23	113	346.351,64	3.065,06	33	49.136,07	1.488,97									
Inácio Martins	498	962.176,80	1.932,08	49	38.373,57	783,13	21	10.779,84	513,33									
Mangueirinha	548	1.613.507,35	2.944,36	223	680.655,52	3.052,27	45	99.810,32	2.218,01									
Palmas	214	263.969,28	1.233,50	27	53.370,50	1.976,69												
Pinhão	410	525.391,90	1.281,44	94	114.174,36	1.214,62	25	17.025,84	681,03									
Reserva do Iguaçu	203	283.964,40	1.398,84	13	14.146,05	1.088,16	9	8.676,11	964,01									
<b>Região Metropolitana de Curitiba</b>																		
Agudos do Sul	420	498.077,40	1.185,90	41	25.459,15	620,95	10	2.926,32	292,63									
Almirante Tamandaré	100	151.795,52	1.517,96															
Araucária	136	248.259,03	1.825,43	47	21.493,53	457,31	18	6.583,28	365,74									
Balsa Nova	133	263.914,36	1.984,32	10	6.519,80	651,98												
Campo do Tenente	268	467.955,14	1.746,10	45	77.389,74	1.719,77	21	27.162,08	1.293,43									
Campo Largo	193	346.131,90	1.793,43	18	28.074,66	1.559,70	7	5.783,37	826,20									
Campo Magro	153	420.981,27	2.751,51	4	5.686,98	1.421,75												
Colombo	66	162.133,65	2.456,57	20	53.585,94	2.679,30	10	26.446,15	2.644,62									
Contenda	209	500.759,76	2.395,98	4	9.776,27	2.444,07	1	1.395,00	1.395,00									
Curitiba	30	817,50	27,25															
FazendaRioGrande	109	168.983,11	1.550,30	5	923,88	184,78												
Itaperuçu	164	327.420,32	1.996,47															
Lapa	528	615.262,75	1.165,27	141	94.408,69	669,57	39	21.188,48	543,29									
Mandirituba	287	416.633,34	1.451,68	32	39.666,52	1.239,58	6	4.556,56	759,43									
Piên	277	275.714,37	995,36	145	133.562,61	921,12	45	29.074,48	646,10	3	360,00	120,00						
Piraquara	35	61.521,47	1.757,76															
Quatro Barras	47	104.151,54	2.215,99															
Quitandinha	545	713.036,16	1.308,32	2	968,53	484,27	1	152,40	152,40	1	508,82	508,82						
Rio Negro	529	847.305,15	1.601,71	107	98.532,42	920,86	62	46.007,53	742,06	2	129,70	64,85						

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS															
	PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário		PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	N	Valor
São José dos Pinhais	79	131.947,47	1.670,22	78	94.097,56	1.206,38	47	35.258,67	750,18							
Tijucas do Sul	126	193.145,39	1.532,90	8	1.900,11	237,51	11	4.970,40	451,85							
<b>Sudeste</b>																
Antônio Olinto	589	886.389,07	1.504,87	66	52.880,00	801,21	18	15.406,84	855,94							
Bituruna	513	1.050.388,35	2.047,54	217	344.590,34	1.587,97	159	242.880,13	1.527,55							
Cruz Machado	1185	1.797.976,66	1.517,28	357	124.184,19	347,85	162	64.884,92	400,52							
FernandesPinheiro	439	731.563,02	1.666,43	29	19.549,84	674,13	20	7.809,54	390,48							
General Carneiro	236	529.629,32	2.244,19	36	24.170,85	671,41	6	2.712,08	452,01							
Guamiranga	350	700.139,98	2.000,40	25	34.853,66	1.394,15	13	17.492,39	1.345,57							
Imbituva	395	578.149,38	1.463,67	16	8.627,35	539,21	3	1.282,50	427,50							
Ipiranga	659	584.350,72	886,72	67	29.580,29	441,50	20	7.525,45	376,27	2	120,00	60,00				
Irati	854	1.358.148,42	1.590,34	189	290.093,39	1.534,89	63	43.069,57	683,64	2	398,17	199,09				
Ivaí	771	743.011,83	963,70	162	73.435,19	453,30	39	14.450,26	370,52							
Mallet	214	588.523,76	2.750,11	39	56.979,34	1.461,01	14	13.060,57	932,90							
Paula Freitas	333	882.456,20	2.650,02	38	33.891,26	891,88	7	4.338,91	619,84							
Paulo Frontin	395	640.138,73	1.620,60	93	83.630,09	899,25	23	13.537,29	588,58							
Porto Vitória	140	423.659,59	3.026,14	41	87.828,60	2.142,16	35	96.065,17	2.744,72							
Prudentópolis	392	547.898,07	1.397,70	40	25.823,76	645,59	10	6.178,19	617,82							
Rebouças	564	666.921,67	1.182,49	26	13.528,43	520,32	25	9.274,80	370,99							
Rio Azul	594	832.602,87	1.401,69	74	61.636,05	832,92	32	25.528,67	797,77							
São João do Triunfo	421	482.224,83	1.145,43	118	88.295,88	748,27	39	21.268,46	545,35							
São MateusSul	1829	1.600.558,74	875,10	32	20.995,66	656,11	33	20.017,04	606,58							
Teixeira Soares	484	731.690,48	1.511,76	69	42.153,47	610,92	34	10.489,22	308,51	2	216,43	108,22				
União da Vitória	329	606.554,75	1.843,63	67	71.145,95	1.061,88	21	19.832,56	944,41							
<b>PROJETO DA REGIÃO 3</b>																
<b>Centro-Occidental</b>																
Altamira do Paraná	179	316.210,02	1.766,54	14	3.962,81	283,06										
Campina da Lagoa	212	374.808,89	1.767,97	2	6.528,50	3.264,25										
Iretama	421	729.887,11	1.733,70	6	3.242,64	540,44	6	3.242,64	540,44							
Romador	291	618.632,86	2.125,89													
Imbaú	386	458.810,03	1.188,63	3	1.987,06	662,35										
Ortigueira	348	641.767,68	1.844,16													
Reserva	776	1.377.336,60	1.774,92	116	100.086,41	862,64	61	31.695,54	519,60							
<b>Centro-Sul</b>																
Boa VenturaS.Roque	348	494.002,62	1.419,55	65	40.475,70	622,70	14	23.690,06	1.692,15							
Cantagalo	412	625.486,64	1.516,17	46	37.070,09	805,87	4	2.953,90	738,48	1	112,50	112,50				

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																	
	PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário				PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	N	Valor		
Espigão Alto Iguaçu	398	567.547,06	1.426,00	83	58.543,03	705,34	39	30.538,02	783,03									
Goioxim	364	629.762,18	1.730,12	273	153.250,17	561,36	30	10.895,22	363,17									
Laranjal	254	334.721,95	1.317,80	51	44.155,15	865,79	4	1.867,00	466,75									
Laranjeiras do Sul	387	736.996,43	1.904,38	141	174.749,49	1.239,36	57	49.465,07	867,81									
Marquinhos	255	321.929,11	1.262,47	101	83.175,17	823,52	42	28.551,42	679,80									
Mato Rico	226	272.579,96	1.206,11	44	32.968,30	749,28	8	5.756,17	719,52									
Nova Laranjeiras	501	764.671,12	1.526,29	160	117.349,42	733,43	56	28.299,65	505,35									
Palmital	334	609.620,52	1.825,21	28	21.457,56	766,34	5	1.249,19	249,84									
Piçanga	908	1.622.815,92	1.787,24	90	77.716,63	863,52	50	32.825,51	656,51									
Porto Barreiro	246	320.666,03	1.303,52	22	6.485,05	294,78	4	363,62	90,91									
Queadas do Iguaçu	515	711.861,69	1.382,26	127	122.960,97	968,20	37	36.576,29	988,55									
Rio Bonito Iguaçu	263	584.420,44	2.222,13	24	27.898,29	1.162,43	9	8.892,96	988,11									
Sia Maria do Oeste	198	625.726,88	3.160,24	8	4.243,21	530,40												
Turvo	417	515.765,40	1.236,85	49	55.060,89	1.123,69	25	34.723,62	1.388,94									
Vimond	187	374.292,26	2.001,56	130	84.845,80	652,66	63	40.062,61	635,91									
<b>Norte Central</b>																		
Cândido de Abreu	935	1.405.736,04	1.503,46	51	12.225,49	239,72												
Cruz Malina	185	443.462,12	2.397,09	10	9.080,89	908,09	3	2.619,63	873,21									
Faxinal	200	519.838,94	2.593,19	54	92.497,86	1.712,92	2	1.204,00	602,00									
Grandes Rios	205	510.369,06	2.489,61	5	2.550,00	510,00												
Manoel Ribas	420	617.316,51	1.469,80	88	60.441,33	686,83	32	20.618,44	644,33									
Marilândia do Sul	220	642.206,88	2.919,12															
Mauá da Serra	196	290.821,59	1.483,78	5	8.229,50	1.645,90												
Nova Tebas	294	496.262,70	1.687,97	55	49.657,08	902,86	12	8.358,27	696,52									
Rio Branco do Ivaí	282	681.667,91	2.417,26	1	3.499,64	3.499,64												
Rosário do Ivaí	323	620.921,80	1.922,36	38	20.217,78	532,05	22	9.265,67	421,17									
Tamarana	524	745.458,24	1.422,63	34	28.998,07	852,88	4	1.543,99	386,00									
<b>Norte Pioneiro</b>																		
Curituba	374	411.718,18	1.100,85															
São Jerônimo Serra	553	1.179.328,56	2.132,60	49	26.098,58	532,62												
Sapopema	248	703.558,68	2.836,93	59	74.103,29	1.255,99												
<b>Oeste</b>																		
Campo Bonito	170	252.993,26	1.488,20	127	148.167,19	1.166,67	23	18.352,46	797,93	2	102,40	51,20						
Catanduvas	405	759.415,38	1.875,10	23	44.200,93	1.921,78	8	17.483,44	2.185,43	1	1.098,60	1.098,60						
Diamante do Sul	325	493.749,99	1.519,23	21	15.254,16	726,39	1	344,06	344,06									
Guaraniaçu	440	612.594,05	1.392,26	87	100.702,31	1.157,50	45	42.453,67	943,41	3	4.815,00	1.605,00						
Ibema	159	167.845,97	1.055,64	10	7.523,81	752,38												

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS		CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																
		PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário		PA/PP1		
		N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor
<b>REGIÃO DO PROJETO 4</b>																		
<b>Região Pioneiro</b>																		
Abatiá	117	178.148,19	1.522,63	95	134.320,79	1.413,90	17	19.715,75	1.159,75	2	240,00	120,00						
Carriópolis	233	503.225,50	2.159,77	13	36.750,50	2.826,96	6	9.374,20	1.562,37									
Conselheiro Mairinck	180	344.269,88	1.912,61	10	12.411,30	1.241,13	4	4.029,75	1.007,44									
Figueira	114	204.626,78	1.794,97				1	398,00	398,00									
Guapirama	177	558.273,83	3.154,09															
Ibaiti	492	691.491,66	1.405,47															
Jaboti	372	688.871,20	1.851,80	19	8.439,16	444,17	4	1.172,31	293,08									
Japira	226	549.240,17	2.430,27	8	36.388,00	4.548,50	4	4.705,50	1.176,38	2	3.403,25	1.701,63						
Joaquim Távora	379	584.376,27	1.541,89															
Jundiá do Sul	137	263.710,99	1.924,90															
Pinhalão	188	367.932,44	1.957,09	32	94.277,46	2.946,17												
Quatiguá	198	517.637,90	2.614,33	5	2.170,80	434,16												
Ribeirão do Pinhal	137	298.058,76	2.175,61	74	99.218,34	1.340,79	2	1.036,89	518,45									
Salto do Itararé	238	539.626,05	2.267,34	2	2.298,94	1.149,47	1	838,19	838,19									
Santana do Itararé	260	443.963,53	1.707,55	7	3.528,00	504,00	7	6.641,60	948,80									
Sr.Antônio Platina	397	745.400,83	1.877,58	1	542,35	542,35												
São JoséBoa Vista	399	564.575,97	1.414,98	56	29.042,86	518,62	39	21.239,31	544,60									
Siqueira Campos	470	593.121,84	1.261,96	1	252,00	252,00												
Tomazina	410	499.202,52	1.217,57	34	13.026,00	383,12	13	4.050,28	311,56									
Wenceslau Braz	488	757.829,56	1.552,93	37	15.184,57	410,39	17	6.208,88	365,23									
<b>REGIÃO DO PROJETO 5</b>																		
<b>Centro Ocidental</b>																		
Barbosa Ferraz	583	779.046,86	1.336,27															
Corumbatai Sul	181	391.971,97	2.165,59															
<b>Centro Central</b>																		
Apucarana	396	756.500,47	1.910,35															
Araçuá	225	662.255,12	2.943,36	6	2.453,50	408,92	7	5.883,48	840,50									
Airranha do Ivaí	295	695.488,78	2.357,59	17	13.615,00	800,88	5	2.416,00	483,20									
Bom Sucesso	140	496.541,08	3.546,72	3	15.689,86	5.229,95	3	14.343,51	4.781,17									
Borrazópolis	191	466.653,39	2.443,21	1	365,01	365,01												
Califórnia	243	457.767,91	1.883,82	33	71.402,48	2.163,71	18	24.734,47	1.374,14	1	58,77	58,77						
Cambira	389	385.600,98	991,26	37	13.582,76	367,10	9	2.099,25	233,25									
Godoy Moreira	219	418.243,24	1.909,79	10	9.846,29	984,63												
Ivaiporã	588	821.011,82	1.396,28	8	10.095,58	1.261,95	1	945,00	945,00									

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																	
	PS/PSM1			PSM2			PSM3			Empresário			PA/PP1					
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio			
Jandaia do Sul	266	504.929,88	1.898,23	18	17.900,50	994,47	3	5.888,90	1.962,97									
Jardim Alegre	421	498.650,90	1.184,44	57	34.590,59	606,85	21	8.947,79	426,09									
Kaloré	168	379.473,83	2.258,77	3	603,68	201,23												
Lidianópolis	323	669.449,09	2.072,60	16	17.045,47	1.065,34	5	3.558,28	711,66									
Lunardelli	311	597.025,17	1.919,70	1	1.380,30	1.380,30												
Mandaguari	98	204.572,28	2.087,47	66	133.236,41	2.018,73	14	37.933,57	2.709,54									
Marumbi	277	603.712,49	2.179,47	8	6.150,00	768,75												
Novo Itacolomi	133	286.365,76	2.153,13	14	24.646,53	1.760,47												
Rio Bom	227	462.423,94	2.037,11															
São João do Ivaí	180	419.366,57	2.329,81	10	20.025,61	2.002,56	1	2.135,63	2.135,63									
São Pedro do Ivaí	208	463.757,37	2.229,60	8	20.135,68	2.516,96	2	2.639,20	1.319,60	1	127,60	127,60						
													21	107.351,30	5.111,97			
<b>REGIÃO DO PROJETO 6</b>																		
<b>Centro-Occidental</b>																		
Boa Esperança	133	246.039,31	1.849,92	1	1.460,35	1.460,35	3	2.479,62	826,54									
Campo Mourão	163	340.473,12	2.088,79	30	53.548,88	1.784,96	17	21.938,18	1.290,48	3	1.225,40	408,47						
Engenheiro Beltrão	259	416.080,51	1.606,49															
Farol	160	221.687,17	1.385,54	16	17.523,45	1.095,22	8	3.108,92	388,62									
Fênix	94	153.305,43	1.630,91	15	12.369,67	824,64	14	11.165,07	797,51									
Goioerê	428	504.307,91	1.178,29	4	3.067,91	766,98	1	637,98	637,98	3	276,00	92,00						
Janiópolis	505	659.944,92	1.306,82	14	8.314,38	593,88	11	6.553,54	595,78									
Juranda	141	233.681,94	1.657,32	9	4.557,64	506,40	10	4.640,16	464,02	1	93,28	93,28						
Luiziana	283	394.977,61	1.360,34	7	9.547,73	1.363,96	11	11.625,80	1.056,89	3	360,00	120,00						
Mamboré	114	228.011,35	2.000,10	5	4.292,00	858,40												
Nova Cantu	326	438.840,64	1.346,14	4	758,00	189,50												
Peabiru	215	385.348,32	1.792,32				8	14.567,80	1.820,98									
Quarto Centenário	167	305.134,98	1.827,16	28	31.666,09	1.130,93	14	12.481,58	891,54	3	297,50	99,17						
Quinta do Sol	171	191.063,84	1.117,33															
Rancho Alegre D'Oeste	122	211.638,26	1.734,74	50	70.359,98	1.407,20	46	37.389,90	812,82	3	304,00	101,33						
Terra Boa	225	365.279,46	1.623,46	27	32.972,19	1.221,19	8	6.645,82	830,73	2	240,00	120,00						
Ubiratã	218	363.460,98	1.667,25	32	38.085,32	1.190,17	14	11.214,34	801,02									
<b>Noroeste</b>																		
Jussara	75	93.957,28	1.252,76	13	18.675,78	1.436,60	13	9.634,88	741,14	3	240,00	80,00						
<b>Norte Central</b>																		
Alvorada do Sul	133	199.824,06	1.502,44	16	39.225,96	2.451,62	12	24.301,23	2.025,10									
Ângulo	83	212.752,64	2.563,28	35	74.271,19	2.122,03	34	51.112,37	1.503,31									
Ataropangas	86	195.438,95	2.272,55	26	33.441,53	1.286,21	9	10.748,26	1.194,25									

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																					
	PS/PSM1					PSM2					PSM3					Empresário					PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	
Astorga	302	447.186,70	1.480,75	51	47.137,46	924,26	41	28.132,46	686,16													
Bela Vista do Paraíso	78	187.258,57	2.400,75	38	46.359,41	1.219,98	16	22.743,81	1.421,49													
Cafeara	101	290.681,27	2.878,03	34	49.677,87	1.461,11	8	4.179,68	522,46													
Cambé	158	363.941,51	2.303,43	23	18.678,14	812,09	3	6.436,79	2.145,60													
Centenário do Sul	148	355.305,05	2.400,71																			
Floral	118	230.539,34	1.953,72	22	25.377,80	1.153,54	23	17.235,84	749,38													
Floresta	52	119.476,00	2.297,62	13	21.744,32	1.672,64	9	17.519,22	1.946,58													
Florestópolis	64	169.417,03	2.647,14																			
Guaraci	172	356.398,06	2.072,08	3	4.151,47	1.383,82																
Ibiporã	199	342.058,97	1.718,89	2	6.515,76	3.257,88	2	4.707,72	2.353,86													
Iguaraçu	105	211.486,68	2.014,16	14	40.291,58	2.877,97	16	32.108,35	2.006,77													
Itambé	149	292.100,44	1.960,41	8	19.836,66	2.479,58	5	10.592,27	2.118,45													
Ivatuba	53	81.346,67	1.534,84	13	48.718,05	3.747,54	6	13.923,95	2.320,66													
Jaguapitã	101	275.320,48	2.725,95	3	3.077,73	1.025,91	4	5.769,74	1.442,44													
Londrina	614	1.325.060,49	2.159,08	38	18.796,49	494,64	5	2.750,69	550,14													
Mandaguacu	274	420.434,62	1.534,43	40	66.665,41	1.666,64	30	40.267,01	1.342,23													
Marialva	28	109.197,91	3.899,93	138	364.433,13	2.640,82	71	179.111,80	2.522,70													
Maringá	121	477.957,43	3.950,06	16	26.173,23	1.635,83	14	29.175,64	2.083,97													
Miraselva	136	245.374,17	1.804,22	2	2.745,47	1.372,74																
Ourizona	63	164.917,90	2.617,74	18	29.843,41	1.657,97	15	17.911,64	1.194,11													
Patçandu	55	165.917,66	3.015,68	71	137.243,30	1.933,00	69	164.145,87	2.378,93													
Pitangueiras	140	279.423,48	1.995,88	55	103.055,61	1.873,74	30	39.749,39	1.324,98													
Porecatu	53	59.861,90	1.129,47																			
Prado Ferreira	53	105.637,97	1.993,17																			
Primeiro de Maio	40	196.631,34	4.915,78																			
Rolândia	167	654.205,52	3.917,40	17	76.939,80	4.525,87	14	46.315,08	3.308,22													
Sabáudia	105	314.057,85	2.991,03	20	26.442,52	1.322,13	3	2.489,92	829,97													
São Jorge do Ivaí	86	200.873,31	2.335,74	18	34.063,41	1.892,41	5	6.544,01	1.308,80													
Sarandi	12	48.218,46	4.016,21	21	52.181,65	2.484,84	11	20.262,34	1.842,03													
Sertãoópolis	81	110.582,15	1.365,21	9	9.720,80	1.080,09	10	8.091,90	809,19													
<b>Norte Pioneiro</b>																						
Andará	68	111.470,75	1.639,28	9	36.455,86	4.050,65	12	48.382,83	4.031,90													
Assaí	81	193.204,17	2.385,24	17	20.799,42	1.223,50	15	9.975,00	665,00													
Bandeirantes	115	269.297,12	2.341,71	82	192.756,47	2.350,69	21	41.339,40	1.968,54													
Barra do Jacaré	215	454.169,55	2.112,42	7	8.506,02	1.215,15	2	471,14	235,57													
Cambará	152	635.946,66	4.183,86	71	66.907,27	942,36	69	84.342,13	1.222,35													

continua

16 31.830,72 1.989,42

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																					
	PS/PSM1					PSM2					PSM3					Empresário					PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor		
Congonhinhas	276	445.803,25	1.615,23	12	29.858,53	2.488,21	3	3.033,55	1.011,18													
Comélio Procópio	39	123.362,19	3.163,13	90	184.692,55	2.052,14	55	102.444,85	1.862,63													
Itambaracá	39	39.863,63	1.022,14	28	24.562,17	877,22	19	43.452,05	2.286,95													
Jacarezinho	190	369.354,30	1.943,97	8	19.180,65	2.397,58	9	19.179,56	2.131,06													
Jataizinho	39	142.978,10	3.666,11	28	58.107,37	2.075,26	11	13.051,67	1.186,52													
Leópolis	69	140.390,20	2.034,64	37	111.483,78	3.013,08	17	18.488,87	1.087,58													
Nova América da Colina	60	79.165,65	1.319,43	46	161.330,37	3.507,18	24	72.579,43	3.024,14													
Nova Fátima	138	191.217,22	1.385,63	29	22.570,92	778,31	8	4.225,05	528,13													
Nova Santa Bárbara	159	365.903,01	2.301,28	1	2.537,80	2.537,80																
Rancho Alegre	19	79.287,38	4.173,02	27	47.512,99	1.759,74	28	46.811,91	1.671,85													
Ribeirão Claro	332	611.016,35	1.840,41																			
Santa Amélia	86	192.795,39	2.241,81	29	23.015,92	793,65	10	21.607,38	2.160,74													
Santa Cecília do Pavão	87	250.474,43	2.879,02	36	28.483,84	791,22	24	14.937,25	622,39													
Santa Mariana	68	64.049,00	941,90	27	49.445,24	1.831,31	27	62.445,74	2.312,81													
Santo Antônio do Paraíso	98	133.382,44	1.361,05	32	52.807,56	1.650,24	17	47.178,24	2.775,19													
São Sebastião	78	104.987,44	1.348,99	29	50.807,10	1.751,97	10	6.387,80	638,78													
Sertaneja	25	83.340,27	3.333,61	21	48.379,73	2.303,80	9	22.969,30	2.552,14													
Uraí	12	27.920,20	2.326,68	24	100.825,40	4.201,06	13	52.670,46	4.051,57													
<b>Oeste</b>																						
Anahy	107	235.512,79	2.201,05	9	8.877,78	986,42	3	2.659,56	886,52													
Assis Chateaubriand	296	508.962,34	1.719,47	19	32.345,51	1.702,40	5	12.984,03	2.596,81													
Braganey	136	297.025,11	2.184,01	9	21.158,60	2.350,96	1	3.643,00	3.643,00													
Cafelândia	76	153.638,84	2.021,56																			
Cascavel	190	381.469,25	2.007,73	85	112.848,61	1.327,63	31	27.513,38	887,53													
Corbélia	140	181.337,78	1.295,27	32	40.507,02	1.265,84	19	24.084,86	1.267,62													
Formosa do Oeste	292	470.837,85	1.612,46	7	9.867,40	1.409,63	2	3.347,00	1.673,50													
Foz do Iguaçu	69	55.413,03	803,09	18	19.949,66	1.106,31																
Guaira	285	526.633,21	1.847,84	9	6.944,51	771,61	5	5.831,15	1.166,23													
Iguatu	76	198.769,17	2.615,38	1	982,69	982,69																
Iracema do Oeste	173	289.565,97	1.673,79	2	2.250,00	1.125,00	1	1.125,00	1.125,00													
Itaipulândia	137	135.701,21	990,52	1	2.487,52	2.487,52	2	5.710,00	2.855,00													
Jesuítas	270	434.151,73	1.607,97																			
Lindoeste	228	258.305,89	1.132,92	70	53.369,64	762,42	8	7.541,49	942,69													
Maripá	166	181.968,90	1.096,20	143	127.541,48	891,90	112	66.628,15	594,89													
Nova Aurora	198	265.972,62	1.343,30	2	8.505,00	4.252,50																
Ouro Verde do Oeste	176	312.154,89	1.773,61	21	30.506,03	1.452,67	8	24.317,88	3.039,74													

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																	
	PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário				PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	
Palotina	281	578.752,78	2.059,62	62	105.311,99	1.698,58	35	45.979,75	1.313,71	2	1.119,20	559,60						
Santa Lúcia	250	354.672,95	1.418,69	67	88.427,84	1.319,82	23	28.029,26	1.218,66	5	7.358,52	1.471,70						
Santa Tereza do Oeste	111	227.700,50	2.051,36	22	39.230,21	1.783,19	7	6.588,11	941,16	2	2.496,00	1.248,00						
Santa Terezinha	12	9.510,68	792,56	38	21.994,52	578,80	40	31.260,02	781,50	1	2.535,17	2.535,17						
São José das Palmeiras	318	827.845,37	2.603,29	4	8.377,45	2.094,36	5	5.519,57	1.103,91	7	13.668,07	1.952,58						
São Miguel do Guaçu	206	369.915,54	1.795,71	45	108.400,10	2.408,89	10	22.722,14	2.272,21	12	23.791,60	1.982,63						
São Pedro do Guaçu	377	759.182,12	2.013,75	18	34.152,40	1.897,36	9	10.546,68	1.171,85									
Terra Roxa	592	702.560,99	1.188,76	62	43.485,73	701,38	21	10.812,49	514,88	9	11.210,98	1.245,66						
Toledo	447	1.058.263,31	2.367,48	228	400.491,94	1.756,54	170	161.976,13	952,80									
Tupãssi	335	652.760,63	1.948,54	26	21.116,13	812,16	34	21.572,08	634,47									
Vera Cruz Oeste	200	480.311,61	2.401,56	28	59.440,47	2.122,87	2	4.740,00	2.370,00									
<b>REGIÃO DO PROJETO 7</b>																		
<b>Oeste</b>																		
Boa Vista Aparecida	477	690.424,06	1.447,43	5	13.941,72	2.788,34												
Cap. Leônidas Marques	213	460.379,09	2.161,40	6	5.190,00	865,00												
Céu Azul	301	568.704,93	1.889,39	27	26.375,69	976,88	31	20.012,02	645,55									
Diamante D'Oeste	289	440.265,02	1.523,41	22	19.573,35	889,70	8	3.336,36	417,05									
Entre Rios do Oeste	109	183.782,71	1.686,08	49	69.936,84	1.427,28	46	56.648,45	1.231,49									
Marechal Cândido Rondon	579	1.261.451,15	2.178,67	137	186.452,53	1.360,97	48	54.067,52	1.126,41	3	359,45	119,82						
MateLândia	307	454.647,90	1.480,94	47	42.354,42	901,16	26	22.208,25	854,16									
Medianeira	256	394.401,01	1.540,63	73	99.560,76	1.363,85	40	24.856,53	621,41	19	51,00	37,25						
Mercedes	41	80.713,80	1.968,63	142	147.802,63	1.040,86	33	34.591,59	1.048,23									
Missal	416	536.885,92	1.290,59	65	62.012,21	954,03	8	7.125,41	890,68									
Nova Santa Rosa	222	511.586,33	2.304,44	118	207.580,96	1.759,16	56	55.167,83	985,14	7	707,00	101,00						
Pato Bragado	75	186.903,92	2.492,05	147	202.918,87	1.380,40	60	91.454,41	1.524,24	5	1.209,38	241,88						
Quatro Pontes	166	370.417,12	2.231,43	102	145.672,08	1.428,16	43	38.229,25	889,05	1	120,00	120,00						
Ramilândia	138	327.697,92	2.374,62	20	16.469,39	823,47												
Santa Helena	149	336.682,64	2.259,62	24	47.150,56	1.964,61	22	22.611,11	1.027,78									
Serranópolis/Guaçu	290	376.517,73	1.298,34	107	100.357,44	937,92	31	25.384,15	818,84									
Três Barras Paraná	291	533.063,42	1.831,83	59	76.462,99	1.295,98	43	50.267,65	1.169,02	6	413,80	68,97						
<b>Sudoeste</b>																		
Âmpère	428	885.643,66	2.069,26	80	141.092,76	1.763,66	11	7.071,03	642,82									
Barracão	523	975.432,43	1.865,07	31	25.561,76	824,57	12	11.196,25	933,02									
Bela Vista/Caroba	375	576.941,38	1.538,51	26	17.566,49	675,63	8	3.076,67	384,58									
Boa Esperança/Guaçu	420	384.915,05	916,46	40	29.707,64	742,69	19	9.179,53	483,13	1	1.202,97	1.202,97						
Bom Jesus do Sul	244	527.849,98	2.163,32	9	6.226,47	691,83	1	401,58	401,58									

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																	
	PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário				PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	
Bom Sucesso Sul	167	387.325,77	2.319,32	51	68.547,55	1.344,07	10	14.718,17	1.471,82									
Capitania	570	985.957,02	1.729,75	68	69.689,64	1.024,85	11	5.208,91	473,54									
Chopinzinho	569	985.536,23	1.732,05	128	125.011,11	976,65	40	25.998,92	649,97									
Coronel Vivida	518	1.030.821,44	1.990,00	143	194.634,75	1.361,08	64	74.450,13	1.163,28									
Cruzeiro do Iguaçu	220	536.374,77	2.438,07	31	41.433,03	1.336,55	5	3.110,14	622,03									
Dois Vizinhos	444	713.422,00	1.608,81	70	64.991,40	928,45	23	19.034,48	827,59									
Enéas Marques	417	628.056,20	1.506,13	65	34.152,78	525,43	15	4.545,06	303,00									
Flor da Serra do Sul	339	563.457,32	1.662,12	62	63.975,25	1.031,86	27	25.488,88	944,03									
Francisco Beltrão	642	788.620,51	1.228,38	70	41.290,93	589,87	16	17.140,34	1.071,27									
Itapejara d'Oeste	253	495.529,36	1.958,61	92	100.236,12	1.089,52	69	60.868,17	882,15									
Manfrinópolis	199	440.490,71	2.213,52	29	23.435,80	808,13	12	6.810,00	567,50									
Mariópolis	149	389.653,25	2.615,12	22	55.399,00	2.518,14	10	33.835,00	3.383,50									
Marmeleiro	350	375.970,77	1.074,20	92	56.924,53	618,74	11	10.798,23	981,66									
Nova Esperança Sudoeste	280	381.067,07	1.360,95	48	51.771,13	1.078,57	8	12.475,81	1.559,48									
Nova Prata Iguaçu	438	986.974,57	2.253,37	38	54.521,40	1.434,77	2	2.039,50	1.019,75									
Pato Branco	256	760.002,68	2.968,76	75	143.620,29	1.914,94	76	91.481,12	1.203,70									
Pérola d'Oeste	472	737.751,45	1.563,03	64	75.922,60	1.186,29	17	11.962,98	703,70									
Pinhal d eSão Bento	182	327.585,15	1.799,92	8	5.337,10	667,14												
Planalto	492	862.321,33	1.752,69	15	21.809,13	1.453,94	4	4.575,62	1.143,91									
Pranchita	282	830.142,76	2.943,77	21	32.502,68	1.547,75	3	2.978,88	992,96									
Realiza	287	503.398,30	1.754,00	42	64.018,99	1.524,26	17	18.662,53	1.097,80									
Renascença	154	311.980,74	2.025,85	29	23.813,72	821,16	5	3.469,00	693,80									
Salgado Filho	229	519.819,82	2.269,96	21	19.170,96	912,90	6	4.581,48	763,58									
Salto do Lontra	315	644.734,06	2.046,77	12	14.761,43	1.230,12	5	5.176,25	1.035,25									
Santa Izabel Oeste	465	716.257,31	1.540,34	41	33.724,67	822,55	15	9.168,37	611,22									
Slt. Antônio Sudoeste	292	600.737,24	2.057,32	18	26.637,20	1.479,84	5	5.947,50	1.189,50									
São João	278	868.719,10	3.124,89	28	60.691,70	2.167,56	2	4.376,53	2.188,27									
São Jorge d'Oeste	407	667.177,55	1.639,26	4	3.931,05	982,76	1	452,94	452,94									
Saudade d Iguaçu	403	1.011.860,15	2.510,82	48	36.528,55	761,01	4	1.523,35	380,84									
Sulina	389	796.917,02	2.048,63	47	57.428,36	1.221,88	27	22.785,37	843,90									
Veré	307	504.643,81	1.643,79	47	48.147,07	1.024,41	14	15.957,10	1.139,79									
Vitorino	196	371.310,05	1.894,44	62	58.254,16	939,74	31	25.659,26	827,72									

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS															
	PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário		PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	N	Valor
<b>REGIÃO DO PROJETO 8</b>																
<b>Centro-Ocidental</b>																
Ataruna	234	355.267,53	1.518,24	20	17.990,74	899,54	9	4.169,69	463,30							
Moreira Sales	397	588.021,28	1.430,78	37	44.652,97	1.206,84	22	29.672,50	1.348,75							
<b>Noroeste</b>																
Alto Paraná	255	353.241,33	1.385,26	16	14.955,00	934,69	2	2.260,72	1.130,36							
Alto Piquiri	280	427.489,03	1.526,75	15	14.339,04	955,94	1	796,00	796,00							
Altonia	403	524.476,38	1.301,43	23	37.090,83	1.612,64	11	29.763,43	2.705,77							
Amporá	138	206.408,67	1.495,72	6	18.185,43	3.030,91	6	19.350,40	3.225,07							
Brasília do Sul	50	97.219,49	1.944,39	25	42.193,17	1.687,73	5	7.929,73	1.585,95							
Cafetal do Sul	125	214.948,00	1.719,58	31	25.592,17	825,55	4	2.901,77	725,44							
Cianorte	251	317.702,56	1.265,75	34	27.967,11	822,56	14	8.416,79	601,20	5	460,00	92,00				
Cidade Gaúcha	261	331.418,24	1.269,80	9	15.331,46	1.703,50	5	5.227,18	1.045,44							
Cruzeiro do Oeste	210	281.448,35	1.340,23	18	22.284,27	1.238,02	14	12.229,70	873,55	2	120,00	60,00				
Cruzeiro do Sul	183	265.800,88	1.452,46	34	19.544,70	574,84	3	3.176,49	1.058,83	2	120,00	60,00				
Diamante do Norte	111	194.762,99	1.754,62	29	19.376,48	668,15	3	924,45	308,15	8	5.430,00	678,75				
Douradina	286	608.220,99	2.126,65	13	16.726,46	1.286,65	8	8.188,25	1.023,53							
Esperança Nova	261	403.479,31	1.545,90	34	17.974,45	528,66	13	7.718,92	593,76	8	694,24	86,78				
Francisco Alves	247	595.051,22	2.409,11	50	49.942,97	998,86	20	19.587,09	979,35							
Guairaçá	110	179.645,54	1.633,14	7	8.645,47	1.235,07	12	11.866,63	988,89	10	19.388,70	1.936,87				
Guaporema	119	134.439,47	1.129,74	3	1.169,06	389,69	2	382,58	191,29							
Icaraima	376	597.756,74	1.589,78	1	4.065,37	4.065,37	8	12.913,30	1.614,16	9	7.665,99	851,78				
Inajá	149	197.643,04	1.328,46	15	15.980,61	1.065,37	16	20.466,82	1.279,18							
Indiápolis	186	200.060,39	1.075,59	3	3.899,38	1.299,79										
Iporá	527	912.849,14	1.732,16	78	86.951,68	1.114,77	27	18.545,20	686,86	3	2.340,41	780,14				
Itauna do Sul	130	197.216,38	1.517,05	6	10.276,83	1.712,81	3	5.000,83	1.666,94							
Itaú	264	361.837,83	1.370,60	13	23.567,16	1.812,86	1	1.467,61	1.467,61	6	9.122,89	1.520,48				
Japurá	142	181.398,17	1.277,45	5	3.997,50	799,50										
Jardim Olinda	43	187.080,16	4.350,70	12	28.654,38	2.387,87	16	23.836,07	1.489,75	12	15.978,70	1.331,56				
Loanda	106	257.290,68	2.427,27	13	21.202,04	1.630,93	3	2.285,01	761,67							
Maria Helena	165	247.172,05	1.498,01	2	4.599,26	2.299,63	3	2.285,01	761,67							
Mariilena	136	265.113,45	1.949,36	63	62.294,48	988,80	13	16.294,24	1.253,40	2	4.794,16	2.397,08				
Mariuz	176	328.823,10	1.868,31	12	6.717,96	559,83	5	1.454,49	290,90	1	40,38	40,38				
Mirador	50	161.479,12	3.229,58	22	30.893,65	1.404,26	1	655,20	655,20							
Nova Aliança do Ivaí	28	36.746,41	1.312,37	3	10.376,40	3.458,80	1	3.436,75	3.436,75							
Nova Londrina	137	231.554,59	1.690,18	16	34.695,24	2.168,45										
Nova Olímpia	134	288.685,19	2.154,37	10	15.878,44	1.587,84	11	10.395,24	945,02							
Paraisópolis do Norte	206	449.234,27	2.180,75	13	19.863,78	1.527,98	4	4.688,80	1.172,20							

continua

TABELA A.5.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO FUNPARANÁ, ENTRE CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS, REGIÕES DO PROJETO 12 MESES E REGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ

REGIÕES DO PROJETO, REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS														conclusão		
	PS/PSM1				PSM2				PSM3				Empresário			PA/PP1	
	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor	Valor Médio	N	Valor		N	Valor
Paranaity	194	482.967,83	2.489,52	6	3.098,31	516,39	1	354,73	354,73								
Paranapoema	30	56.262,71	1.875,42	5	9.090,00	1.818,00	1	923,34	923,34								
Paranavai	407	624.400,70	1.534,15	26	41.790,87	1.607,34	21	28.172,70	1.341,56	2	4.004,36	2.002,18					
Perobal	183	296.813,11	1.621,93														
Pérola	229	524.538,13	2.290,56	72	164.755,00	2.288,26	21	33.629,75	1.601,42	1	692,55	692,55					
Planaltina Paraná	85	164.588,66	1.936,34	29	35.568,56	1.226,50	5	5.178,07	1.035,61								
Porto Rico	56	86.241,18	1.540,02														
Querência d'Norte	303	339.878,93	1.121,71	219	230.609,85	1.053,01	17	13.903,41	817,85	1	1.558,35	1.558,35					
Rondon	171	201.898,56	1.180,69	41	59.799,28	1.456,52	35	49.866,39	1.424,75	5	131,25	26,25					
Santa Cruz de Monte Castelo	167	345.104,15	2.068,49	13	7.293,10	561,01	2	447,66	223,83	1	59,17	59,17					
Santa Isabel d'Ivai	134	221.296,70	1.651,17	24	51.352,26	2.139,68	13	27.402,23	2.107,86	12	13.235,19	1.102,93					
Santa Mônica	150	189.224,52	1.261,50	14	25.363,76	1.811,70	2	2.672,15	1.336,08								
Santo Antônio Caiuá	63	153.467,70	2.436,00	1	1.415,00	1.415,00											
São Carlos do Ivaí	82	138.846,10	1.693,25	5	14.708,34	2.941,67											
São João do Caiuá	48	60.975,75	1.270,33	33	43.447,50	1.316,59											
São Jorge Parocínio	484	822.117,42	1.698,59	28	18.248,73	651,74	6	1.693,87	282,31								
São Manoel Paraná	146	324.278,03	2.221,08														
São Pedro Paraná	164	304.172,55	1.854,71	31	31.537,42	1.017,34	18	13.213,79	734,10	13	19.811,00	1.523,92					
São Tomé	33	65.154,71	1.974,39	26	45.597,03	1.753,73	8	18.410,23	2.301,28								
Tamboara	38	147.385,05	3.878,55	6	5.350,45	891,74	4	3.980,54	995,14								
Tapejara	204	181.503,99	889,73	5	2.842,17	568,43	1	955,02	955,02								
Tapira	270	308.916,28	1.144,13	17	6.103,29	359,02	1	432,00	432,00								
Terra Rica	322	589.123,61	1.829,58	93	181.788,20	1.954,71	39	50.002,50	1.282,12	66	99.506,40	1.507,67					
Tuneiras do Oeste	193	294.918,11	1.528,07	22	41.012,89	1.864,22	4	6.118,09	1.529,52								
Umuarama	431	787.263,51	1.828,60	85	151.592,95	1.783,45	43	63.679,28	1.480,91								
Vila Alta	159	212.338,93	1.335,46	2	2.705,45	1.352,73											
Xamburé	307	361.716,94	1.178,23														
<b>Norte Central</b>																	
Atalaia	171	296.380,39	1.733,22	20	20.124,26	1.006,21	7	5.410,90	772,99	2	184,00	92,00					
Colorado	180	241.342,70	1.340,79	34	57.872,45	1.702,13	20	32.358,97	1.617,95								
Doutor Camargo	235	574.183,88	2.443,34	85	93.877,22	1.104,44	65	80.459,40	1.237,84								
Flórida	84	145.802,76	1.735,75	3	5.593,90	1.864,63	5	5.760,00	1.152,00								
Itaquajé	129	282.314,64	2.188,49	76	122.943,74	1.617,68	4	2.043,15	510,79								
Lobato	38	111.997,49	2.947,30	21	33.096,38	1.576,02	11	9.532,61	866,60								
Lupionópolis	180	255.170,53	1.417,61	3	2.733,53	911,18								6	17.259,18	2.876,63	
Munhoz de Melo	132	288.335,45	2.032,84	30	26.961,24	898,71	13	10.443,57	803,35	5	488,00	97,60					
Nossa Sra. Graças	122	226.646,22	1.857,76	17	25.463,00	1.497,82	8	11.378,05	1.422,26								

FONTE: SEAB/Projeto Paraná 12 Meses - Relatório Financeiro RG 11, número de beneficiários do FUNPARANÁ, por classificação e valor do apoio (9 maio 2006)



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
Rua Máximo João Kopp, 274 Bloco 2 Santa Cândida Curitiba/PR  
CEP 82630-900 Tel.: (41)3351-6345 Fax (41)3351-6347  
[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br) [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)